

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS REGIONAIS E  
DESENVOLVIMENTO – PGDREDES

SOLANGE MURTA BARROS

**REPERCUSSÕES TERRITORIAIS DO TURISMO NO LITORAL:**  
A PERSPECTIVA DA POPULAÇÃO DE IMBÉ – RS



Tramandaí - RS  
2024

SOLANGE MURTA BARROS

**REPERCUSSÕES TERRITORIAIS DO TURISMO NO LITORAL:  
A PERSPECTIVA DA POPULAÇÃO DE IMBÉ - RS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, *Campus* Litoral Norte, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento.

Orientadora: Professora Dra. Anelise Graciele Rambo

Coorientador: Professor Dr. Ricardo de Sampaio Dagnino



Tramandaí – RS  
2024



### CIP - Catalogação na Publicação

Murta Barros , Solange  
REPERCUSSÕES TERRITORIAIS DO TURISMO NO LITORAL: a  
perspectiva da população de Imbé - RS / Solange Murta  
Barros . -- 2024.  
255 f.  
Orientadora: Anelise Graciele Rambo.

Coorientador: Ricardo de Sampaio Dagnino.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Campus Litoral Norte, Programa de  
Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e  
Desenvolvimento, Tramandaí, BR-RS, 2024.

1. Desenvolvimento locorregional. 2. Perspectiva  
dos moradores. 3. Repercussões territoriais. 4.  
Segundas residências. 5. Turismo. I. Graciele Rambo,  
Anelise, orient. II. de Sampaio Dagnino, Ricardo,  
coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**SOLANGE MURTA BARROS**

**REPERCUSSÕES TERRITORIAIS DO TURISMO NO LITORAL:  
A PERSPECTIVA DA POPULAÇÃO DE IMBÉ - RS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, *Campus* Litoral Norte, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento.

---

Orientadora: Professora Dra. Anelise Graciele Rambo

---

Coorientador: Professor Dr. Ricardo de Sampaio Dagnino

Data de aprovação: 02 de setembro de 2024

Banca examinadora

---

Professora Dra. Bianca Pugen  
Instituto Federal Rio Grande do Sul - *Campus* Osório

---

Professor. Dr. Felipe José Comunello  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - *Campus* Litoral Norte

---

Professor Dr. André dos Santos Baldraia de Souza  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - *Campus* Litoral Norte

## **DEDICO ESSE TRABALHO**

Aos nunca ausentes, pois cada vez mais os percebo como integrantes e essenciais ao que sou hoje:

Vovó, Mamãe, Papai e Madrinha.

## AGRADECIMENTOS

Lopes (2019)<sup>1</sup>, ao revisar o conteúdo de trabalhos de conclusão da graduação e pós-graduação, considerou a possibilidade de que, mais do que para o agradecimento em si, essa seção pré-textual seja um acessório dispensável, uma expressão livre da personalidade e escrita do autor, ou exerça funções de mera sociabilidade, como a de retratação de falhas ou registro de rede de relacionamentos. Escolhi não tratar esses agradecimentos como dever de honra ou protocolares, e, sim, como elementos pré-introdutórios do próprio trabalho, que anunciam e reconhecem que não se tratou de uma jornada solitária e heroica. E lamento que, em busca de objetividade e concisão, omita propositalmente parcerias que não deram frutos diretos a esse estudo, mesmo que importantes à minha formação ou que, como bloqueios, fecharam caminhos que me permitiram encontrar outros que foram relevantes.

Aos moradores de Imbé que, mais do que objetos de pesquisa, foram conosco professores gentis que enriqueceram essa trajetória: obrigada por abrir as portas de suas casas e por compartilhar suas perspectivas sobre as dinâmicas da cidade e do turismo. Minha gratidão, em especial, pelos conselhos de segurança e pela ajuda prática no reconhecimento espacial e mediação, durante a aproximação ao local, aos meus batedores e imbeenses de coração: Sérgio Roberto "Betão", Profa. Jaila Lasek Luzia, João e Edina Bueno da Rosa. E além desses, meu agradecimento ao Sr. Leandro Luz, Secretário de Comunicação e Transparência da Prefeitura de Imbé.

Ao Programa de Apoio à Pesquisa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PROAP/ CAPES), pelo auxílio financeiro parcial à pesquisa de campo, que permitiu o repasse de ajuda de custo e incentivo aos alunos da graduação em Biologia Marinha, da UFRGS - *Campus* Litoral Norte, que me acompanharam nas entrevistas: Douglas de Abreu Moreira, Milena Cristina Varisco, Monique Besson dos Santos e Vivian Heman Alves, devo reconhecer que vocês são cientistas promissores. Agradeço ao PGDREDES, na figura de seus coordenadores, professores, equipe técnica e aos meus colegas, pela convivência e aprendizado conjunto, especialmente, Josiane Pichani Lima, Wellington Lucas Belisário da Silva e Tiago Lucas Corrêa, por suas sugestões para melhorias nesse trabalho. Destaco,

---

<sup>1</sup>LOPES, Ricardo Cortez. Agradecimentos em monografia: entendendo a persistência na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Revista Contraponto**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/contraponto/article/view/92138>. Acesso em: 18 abr. 2024.

adicionalmente, os subsídios e incentivos essenciais por parte da minha orientadora. Profa. Dra. Anelise Graciele Rambo (UFRGS), e de meu coorientador, Prof. Dr. Ricardo de Sampaio Dagnino (UFRGS), aos quais sou grata pela paciência ao assistir meus primeiros passos geográficos em desenvolvimento regional, assim como os Profs. Drs. André dos Santos Baldraia de Souza (UFRGS), Bianca Pugen (IFRS) e Felipe José Comunello (UFRGS), que aceitaram fazer parte desse processo, e com seu diálogo contribuíram para o refinamento deste trabalho. Agradeço também o apoio dos Profs. Drs. Daniel Tregnago Pagnussat (UFRGS) e Silvia Lima de Aquino (UFRGS), respectivamente, no processo de validação do instrumento de coleta de dados e no burilamento dessa pesquisa.

Ainda sou grata pelas influências de meus mestres extra-PGDREDES, entre eles, o Prof. Dr. Ronaldo Baptista (UFRJ), médico, mentor e exemplo de persistência intelectual e na vida; os Profs. Drs. Maria de Lourdes Bernartt e Sérgio Paes Barros (UTFPR, *Campus* Pato Branco); o Prof. Dr. Glauber Eduardo de Oliveira Santos e demais professores do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP); o Prof. Dr. Michel Vieira da Silva (UFRN); a Profa. Dra. Kiciosan da Silva Bernard Galli (UDESC); a Profa. Dra. Michele Lindner (UFRGS) e o Prof. Dr. Carlos Águedo Nagel Paiva (UFRGS).

Aos colaboradores profissionais dessa empreitada, meu reconhecimento e créditos: à Profa. Dra. Márcia Elisa Lopes Silveira Rendeiro, pela leitura e revisão de estilo; Matias Segelis Vieira, consultor estatístico; Ketlyn Santiago Borges, revisora ABNT; Renata dos Passos Trindade, traduções; Alex dos Santos, amostragem; Júlio Couto, *videomaker*; Mikael Mielki, fotografia; Omar Batista Luz, impressões gráficas.

Por fim, reconheço a importância para persistir nessa empreitada de meus suportes emocionais, Jéssica Vieira Messagio e Loki Murta Valim, respectivamente, profissional e afetiva, que permitiram a autorregulação da minha ansiedade natural durante o desafio criativo. Ao meu filho, Felipe Diego Murta Gomides, que me inspirou a retomar na maturidade esse projeto de pós-graduação; e ao meu companheiro de vida e marido, Josué da Rosa Valim, pelo seu apoio incondicional, inclusive ao repartir a sua experiência como pesquisador de campo e pela atuação estratégica como "motorista de chuva" no grupo da pesquisa: não devo desculpas a vocês, e sim muito amor de volta, SEMPRE.

“Amamos e sofremos, e podemos, pelo menos na imaginação, expressar todos os sentimentos e todos os espaços do mundo.”  
(Haesbaert, 2023, p. 148).

### ***Caçador de Mim***

*Por tanto amor/ Por tanta emoção  
A vida me fez assim  
Doce ou atroz/ Manso ou feroz  
Eu, caçador de mim*

*Preso a canções/ Entregue a paixões  
Que nunca tiveram fim  
Vou me encontrar/ Longe do meu lugar  
Eu, caçador de mim*

*Nada a temer senão o correr da luta  
Nada a fazer senão esquecer o medo  
Abrir o peito a força, numa procura  
Fugir às armadilhas da mata escura*

*Longe se vai/ Sonhando demais  
Mas aonde se chega assim  
Vou descobrir o que me faz sentir  
Eu, caçador de mim*

Melodia e letra: Sérgio Magrão e Luiz Carlos Sá (1981).  
Interpretação: Milton Nascimento (Bituca).

## RESUMO

O turismo, para a Organização das Nações Unidas (ONU), é atividade transversal capaz de promover cada um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos para 2030. Em extensão a tal premissa global, essa dissertação tem por objetivo particular compreender as perspectivas da população residente em Imbé-RS quanto à influência do turismo neste município litorâneo partícipe da Aglomeração Urbana do Litoral Norte (AULINOR). O trabalho recorreu a abordagem territorial e multidimensional do desenvolvimento e foi apoiado nos conceitos de territorialidades e de turismo de segundas residências. Como estudo de caso, exploratório e descritivo, envolveu a investigação sobre o processo histórico-cultural de criação e aspectos geográficos do município, por meio de revisão bibliográfica e documental, e a produção de questionário de pesquisa próprio. Esse instrumento de pesquisa, adaptado de *survey* utilizado em observatório internacional, antes da aplicação domiciliar por amostragem probabilística, foi submetido a avaliação por painel de especialistas e refinado após estudo teste. O trabalho de campo precedeu e sucedeu a alta temporada turística do verão 2023/ 2024, alcançando a amostra representativa de 394 moradores em setores censitários de 18 bairros. A análise de dados qualitativos e quantitativos mostrou que 91,6% dos respondentes tinham idade acima de 35 anos, 74,4% se fixaram em Imbé antes de 2020 e 70,1% foram residentes da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPEA) antes de migrar para Imbé, sendo 55,8% do sexo feminino, 47% aposentados ou pensionistas e apenas 6,9% trabalhadores do turismo. Do total, 76,1% (300/394) são moradores permanentes, e, desses, 89,3% residem em único domicílio (268/300); enquanto 23,9% (94/394), vivem parte do ano em Imbé, e desses, por sua vez, 93,6% (88/94) residem em mais de um domicílio. A maior parte dos entrevistados concorda que o turismo: aumenta o acúmulo de lixo, a poluição sonora e atmosférica (88,8%) ou prejudica o fornecimento de água potável, energia elétrica, sinal de telefonia e internet (62,7%). As principais motivações para morar em Imbé foram a busca de tranquilidade, qualidade de vida, vínculos com amigos, familiares e com a paisagem. E ainda que as atividades sossegadas tenham sido preferidas, os moradores, em sua maioria, almejam por número de visitantes semelhante ao atual, seguidos por quantitativos superiores, nos próximos dez anos. Apesar de interferências ambientais, infraestruturais e econômicas que acompanham o modelo de turismo local, o trabalho conclui que, para

os moradores de Imbé, a troca e o compartilhamento do seu espaço vivido com os turistas são considerados motores socioculturais, tendo em vista que uma cidade se faz com gente convivendo com gente: 92,1% concordam que o turismo movimenta e alegra a rotina de vida da população de Imbé. Sendo assim, se residir em cidade balneária é um antídoto para o ritmo de vida metropolitano, e o convívio entre anfitriões e turistas, mesmo que sazonal, funciona como repelente ao ostracismo e à estagnação, em um nível institucional, a fixação de turistas permanentes é oportunidade para transferência de renda que permita investimentos contínuos no município.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento local; estação balneária; mobilidade populacional; turismo, segundas residências.

## ABSTRACT

Tourism, for the United Nations (UN), is a transversal activity capable of promoting each of the Sustainable Development Goals (SDG) proposed for 2030. In extension to this global premise, this dissertation has the objective of understanding the perspectives of the population residing in Imbé-RS regarding the influence of tourism in this coastal town that is part of the “Aglomeración Urbana do Litoral Norte – AULINOR” (Urban Agglomeration of the North Coast). The work used a territorial and multidimensional approach to development and was supported by the concepts of territorialities and second home tourism. As an exploratory and descriptive case study, it involved an investigation into the historical-cultural process of creation and geographical aspects of the municipality, through bibliographic and documentary review, and the generation of a research questionnaire. This research questionnaire, which was adapted from a survey used in an international observatory, was subjected to evaluation by a panel of experts and refined after a test study, before being applied to the households using probabilistic sampling. The fieldwork preceded and followed the high tourist summer season of 2023/2024, reaching a representative sample of 394 residents in census sectors across 18 neighborhoods. The qualitative and quantitative data analysis revealed that 91.6% of respondents were over 35 years old, 74.4% settled in Imbé before 2020, and 70.1% resided in the Porto Alegre metropolitan area (RMPA) before migrating to Imbé, with 55.8% being female, 47% retired or pensioners, and only 6.9% tourism workers. Of the total, 76.1% (300/394) are permanent residents, and within these, 89.3% live in a single household (268/300); while 23.9% (94/394) live part of the year in Imbé, in turn, within these, 93.3% live in more than one household. The majority of the respondents agree that tourism: increases the buildup of garbage, noise and air pollution (88.8%) or harms the supply of drinking water, electricity, and telephone and internet signal (62.7%). The main motivation for living in Imbé were the pursuit of tranquility, quality of life, connection with friends, family and the landscape. Although quiet activities have been preferred, most residents seek for several visitors like the current one, followed by higher numbers in the next 10 years. Despite environmental, infrastructural and economic interferences that come with the local tourism model, the work concludes that, for the residents of Imbé, the exchange and sharing of their lived space with the tourists are considered sociocultural drivers, considering that a city is made of people living with people: 92.1% agree that tourism

stirs and brightens the life routine of Imbe's population. Therefore, if living in a resort town is an antidote to the metropolitan rhythm of live, and the coexistence between hosts and tourists, even if seasonal, works as a repellent to ostracism and stagnation, at an institutional level, the settlement of permanent tourists is an opportunity for income transfer that allows continuous investments in the municipality.

**Keywords:** Local development; resort town; population mobility; tourism; second homes.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|  |     |
|--|-----|
| Figura 1 – Localização de Imbé .....   | 22  |
| Figura 2 – Acessos rodoviários entre Imbé e a RMPA.....  | 23  |
| Figura 3 – Nova identidade visual da ONU Turismo, 2024 .....   | 30  |
| Figura 4 – Diagrama da estratégia metodológica da pesquisa .....   | 37  |
| Figura 5 – Objetivos, técnicas e metas .....   | 41  |
| Figura 6 – Plano amostral .....  | 42  |
| Figura 7 – Modelo de Amostragem estratificada proporcional .....   | 43  |
| Figura 8 – Bairros referenciados no estudo, Imbé-RS .....  | 44  |
| Figura 9 – Malha censitária urbana (A) de Imbé, 2010 .....   | 45  |
| Figura 10 – Miniatura do Cadastro Imobiliário (B) da zona urbana de Imbé.....  | 46  |
| Figura 11 – Esboço do mapa geral (C) do trabalho de campo e suas divisões.....                                       | 47  |
| Figura 12 – Um dos segmentos ampliados do mapa geral produzido (A2) .....  | 47  |
| Figura 13 – Uso dos mapas de referência na prática de campo.....   | 48  |
| Figura 14 – Saídas do programa BIOESTAT®.....  | 52  |
| Figura 15 – Modelo sobre expansão urbana e casas de campo/praias.....  | 98  |
| Figura 16 – Modelo de Turismo Pendular.....  | 103 |
| Figura 17 – Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí.....   | 106 |
| Figura 18 – Dunas de Imara, Imbé, 2024 .....   | 108 |
| Figura 19 – Série temporal das alterações da barra de Imbé, 1959-1986 .....  | 109 |
| Figura 20 – Avenida Santa Rosa, Imbé durante as chuvas, novembro 2023 .....  | 110 |
| Figura 21 – Placa de advertência contra construções em áreas de restinga e dunas, Imbé, 2024.....                    | 111 |
| Figura 22 – Construções avançando em faixa de praia, Imbé, 2024 .....  | 112 |
| Figura 23 – Escavadeira retirando areia da Av. Beira-Mar, Imbé .....   | 112 |
| Figura 24 – escoamento superficial de esgoto doméstico sem ligação adequada à rede coletora, Imbé, 2023 .....        | 113 |
| Figura 25 – escoamento superficial de esgoto doméstico e resíduo oleoso em direção a faixa de praia, Imbé, 2023..... | 113 |
| Figura 26 – Manilha com drenagem de água cinzenta sem tratamento em região residencial de Imbé, 2023 .....           | 114 |
| Figura 27 – Formação geológica da Planície Costeira do RS.....   | 115 |
| Figura 28 – Desenho esquemático de sistemas de barreiras costeiras.....  | 116 |

|   |     |
|---|-----|
| Figura 29 – Fisiografia da Margem Meridional da Plataforma Continental, Brasil ...                  | 118 |
| Figura 30 – Cipó e Bananeira Imbé .....   | 124 |
| Figura 31 – Painéis sobre animais silvestres em áreas urbanas, Imbé-RS .....                        | 125 |
| Figura 32 – A “modernidade” urbana de Imbé é notícia, <i>A Gaivota</i> , 1941 .....                 | 131 |
| Figura 33 – Aglomeração Urbana do Litoral Norte (AULINOR), RS .....                                 | 138 |
| Figura 34 – Distribuição de Regiões Funcionais e COREDEs, RS .....                                  | 140 |
| Figura 35 – 18ª Coordenadoria de Saúde e suas Regiões de Saúde, RS.....                             | 141 |
| Figura 36 – Vista de Imbé a partir da Ponte Giuseppe Garibaldi .....                                | 184 |
| Figura 37 – Ponte Giuseppe Garibaldi e a pesca da sardinha .....                                    | 184 |
| Figura 38 – Estuário da Bacia do Rio Tramandaí (a) .....  | 184 |
| Figura 39 – Estuário da Bacia do Rio Tramandaí (b) .....  | 185 |
| Figura 40 – Estuário da Bacia do Rio Tramandaí (c) .....  | 185 |
| Figura 41 – Guia corrente e Barra de Imbé (a).....  | 185 |
| Figura 42 – Guia corrente e barra de Imbé (b) .....   | 186 |
| Figura 43 – Praia da Barra, Imbé .....  | 186 |
| Figura 44 – Beira mar, alto verão, Imbé.....  | 186 |
| Figura 45 – Ponte Giuseppe Garibaldi, visão noturna .....   | 187 |
| Figura 46 – Margem do Rio Tramandaí, Imbé, visão noturna .....                                      | 187 |
| Figura 47 – Barra de Imbé, polo gastronômico, visão noturna .....                                   | 187 |
| Figura 48 – Beira mar, visão noturna, Imbé.....   | 188 |
| Figura 49 – Dunas de Imbé, centro.....  | 188 |
| Figura 50 – Beira mar e Estuário da Bacia do Rio Tramandaí .....                                    | 188 |
| Figura 51 – Relação entre Lago do Braço Morto e o Estuário da Bacia do Rio<br>Tramandaí, Imbé ..... | 189 |
| Figura 52 – Lago do Braço Morto, Imbé .....   | 189 |
| Figura 53 – Av. Paraguaiçu, eixo longitudinal principal, Imbé.....                                  | 189 |
| Figura 54 – Lagoas do Armazém em Tramandaí, estuário do Rio Tramandaí .....                         | 190 |
| Figura 55 – Eixo da Av. Paraguaiçu e bairros ribeirinhos .....                                      | 190 |
| Figura 56 – Rio Tramandaí, limite Imbé e Osório .....   | 190 |
| Figura 57 – Condomínio Golden River, Imbé .....   | 191 |
| Figura 58 – Margens da Lagoa de Tramandaí, Imbé .....   | 191 |
| Figura 59 – Entardecer, lagoa de Tramandaí, Imbé.....   | 191 |
| Figura 60 – Local do estudo piloto, Tramandaí, 2023 .....   | 242 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|  |     |
|--|-----|
| Gráfico 1 – Distribuição da população residente por bairros de Imbé, 2010.....   | 50  |
| Gráfico 2 – Crescimento demográfico de Imbé, 1980*- 2022.....  | 137 |
| Gráfico 3 – Série temporal Idese geral RS, COREDE Litoral e Imbé, 2013-2020 ...  | 145 |
| Gráfico 4 – Blocos do Idese, Imbé <i>versus</i> RS, 2020 .....   | 146 |
| Gráfico 5 – Subcategorias extremas e Idese geral, Imbé, 2013-2020 .....  | 146 |
| Gráfico 6 – Distribuição por gênero .....  | 163 |
| Gráfico 7 – Pirâmide etária.....   | 163 |
| Gráfico 8 – Distribuição da amostra por faixa etária.....  | 164 |
| Gráfico 9 – Aposentados e Pensionistas .....   | 165 |
| Gráfico 10 – Trabalho com turismo.....   | 165 |
| Gráfico 11 – Origem dos entrevistados.....   | 165 |
| Gráfico 12 – Tipos de moradores.....   | 165 |
| Gráfico 13 – Distribuição de questionários aplicados por bairros, Imbé .....   | 166 |
| Gráfico 14 – Escolaridade.....   | 167 |
| Gráfico 15 – Renda mensal média.....   | 167 |
| Gráfico 16 – Motivos para morar em Imbé .....  | 168 |
| Gráfico 17 – Período em que se fixou em Imbé .....   | 169 |
| Gráfico 18 – Aposentados e pensionistas e último domicílio .....   | 169 |
| Gráfico 19 – Desejo, projetado para 10 anos, dos moradores por quantidade menor, igual ou maior de visitantes para alta temporada em Imbé (dez./ mar.) ..... | 171 |
| Gráfico 20 – Desejo, projetado para 10 anos, dos moradores por quantidade menor, igual ou maior de visitantes para baixa temporada em Imbé (abr./ nov.)..... | 171 |
| Gráfico 21 – Ambiente e recursos básicos .....   | 173 |
| Gráfico 22 – Cultura, educação e lazer.....  | 174 |
| Gráfico 23 – Economia e trabalho.....  | 175 |
| Gráfico 24 – Espaço de vida e sociabilidade .....  | 176 |
| Gráfico 25 – Mobilidade urbana e transportes.....  | 178 |
| Gráfico 26 – Segurança, habitação e serviços públicos.....   | 179 |

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

|  |     |
|--|-----|
| Quadro 1 – Fórmula padrão de Cálculo do Tamanho Amostral .....   | 48  |
| Quadro 2 – Estratificação da amostra.....  | 49  |
| Quadro 3 – Cinco primeiros municípios litorâneos, <i>Ranking</i> do Idese geral, Litoral Norte do RS, 2013 e 2020..... | 144 |
| Quadro 4 – Estudos de caso sobre turismo e qualidade de vida pela perspectiva dos residentes, Brasil (2011-2019).....  | 231 |
| Tabela 1 – Detalhamento do cálculo amostral estratificado .....  | 50  |
| Tabela 2 – Variação do número de habitantes, Imbé/RS, 1980 a 2022.....   | 142 |
| Tabela 3 – Variação do número de eleitores aptos, Imbé/RS, 2012 a 2022.....  | 143 |
| Tabela 4 – Categorias de moradores e períodos de fixação domiciliar em Imbé ....                                       | 161 |
| Tabela 5 – Regiões de nascimento dos moradores de Imbé, 2024 .....   | 164 |
| Tabela 6 – Características demográficas da amostra .....   | 248 |
| Tabela 7 – Relações dos moradores com Imbé .....   | 249 |
| Tabela 8 – Ambiente e recursos básicos .....   | 250 |
| Tabela 9 – Cultura, educação e lazer .....   | 250 |
| Tabela 10 – Economia e trabalho .....  | 251 |
| Tabela 11 – Espaço de vida e sociabilidade.....  | 251 |
| Tabela 12 – Mobilidade urbana e transporte .....   | 252 |
| Tabela 13 – Segurança, habitação e serviço.....  | 252 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|           |   |
|-----------|---|
| ACT       | Atividade Característica do Turismo   |
| AMLINORTE | Associação dos Municípios do Litoral Norte  |
| AULINOR   | Aglomeração Urbana do Litoral Norte   |
| CAPES     | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior                               |
| COVID-19  | <i>Coronavirus disease 2019</i>   |
| DIRGT     | Diretoria de Gestão Territorial do Estado do Rio Grande do Sul                            |
| EMBRATUR  | Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo                                   |
| ENOS      | Sistema El Niño de Oscilação Sul  |
| FEPAM     | Fundação Estadual de Proteção Ambiental   |
| GERCO     | Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro   |
| IBGE      | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística   |
| INSTO     | <i>International Network of Sustainable Tourism Observatories</i>                         |
| LEPLAC    | Levantamento da Plataforma Continental Brasileira   |
| LN        | Litoral Norte   |
| METROPLAN | Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional do Estado do Rio Grande do Sul |
| ODS       | Objetivos do Desenvolvimento Sustentável  |
| OMS       | Organização Mundial de Saúde  |
| OMT       | Organização Mundial de Turismo  |
| ONU       | Organização das Nações Unidas   |
| OPAS      | Organização Panamericana de Saúde   |
| PDO       | Oscilação Decadal do Pacífico   |
| PIB       | Produto Interno Bruto   |
| RF        | Região Funcional  |
| RMPA      | Região Metropolitana de Porto Alegre  |
| RS        | Estado do Rio Grande do Sul   |
| RSau      | Região de Saúde   |
| SC        | Estado de Santa Catarina  |
| SES       | Secretaria Estadual de Saúde  |
| UF        | Unidade Federativa  |
| UNWTO     | <i>United Nations World Tourism Organization</i>  |

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | <b>21</b>  |
| <b>1.1 Tema, contexto e justificativas</b> .....                                | <b>24</b>  |
| <b>1.2 Pergunta de pesquisa, premissas e procedimentos prático-teóricos</b> ... | <b>29</b>  |
| <b>1.3 Hipóteses, objetivos e contribuições pretendidas</b> .....               | <b>32</b>  |
| <b>1.4 Estrutura capitular</b> .....  | <b>33</b>  |
| <b>2 TRAJETÓRIA E DESAFIOS METODOLÓGICOS</b> .....                              | <b>35</b>  |
| <b>2.1 Estratégias de pesquisa</b> .....  | <b>36</b>  |
| <b>2.2 Métodos e etapas da construção do questionário</b> .....                 | <b>40</b>  |
| <b>2.3 Plano amostral e base espacial</b> .....                                 | <b>42</b>  |
| 2.3.1 Passo a passo da aleatorização da amostra.....                            | 51         |
| <b>2.4 Procedimentos de trabalho de campo, coleta e análise dos dados</b> ..... | <b>52</b>  |
| <b>2.4.1 Observações sobre o espaço</b> .....                                   | <b>54</b>  |
| <b>3 TERRITÓRIO, TURISMO E O OLHAR DOS RESIDENTES</b> .....                     | <b>56</b>  |
| <b>3.1 Abordagem territorial e o conceito de desenvolvimento</b> .....          | <b>57</b>  |
| 3.1.1 Território, uma categoria política e funcional.....                       | 62         |
| 3.1.2 Identidade territorial, territorialidades e espaços vitais.....           | 71         |
| <b>3.2 Categorias centrais</b> .....  | <b>76</b>  |
| 3.2.1 Perspectivas, percepções e opiniões dos moradores .....                   | 77         |
| 3.2.2 Repercussões territoriais do turismo .....                                | 82         |
| 3.2.3 Tipologia de moradores e número de domicílios.....                        | 84         |
| 3.2.4 O turismo, suas polissemias e contradições .....                          | 85         |
| 3.2.5 Turismos atípicos .....   | 90         |
| 3.2.5.1 <i>O turismo de segunda residência</i> .....                            | 93         |
| 3.2.5.2 <i>O turismo permanente</i> .....                                       | 98         |
| 3.2.5.3 <i>O turismo sazonal e pendular</i> .....                               | 98         |
| <b>4 A AMBIENTALIDADE E A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO</b> .....                      | <b>105</b> |
| <b>4.1 Inserção hidrográfica de um município estuarino</b> .....                | <b>105</b> |
| 4.1.1 Abaixo da superfície: substratos terrestre e marítimo .....               | 114        |
| 4.1.2 Alguns aspectos climáticos locais e sua percepção coletiva .....          | 119        |
| 4.1.3 Ciranda da vida: bases biológicas da diversidade em Imbé .....            | 123        |
| <b>4.2 A procura de um lugar ao sol: percalços da história de Imbé</b> .....    | <b>126</b> |
| 4.2.1 Sobre a emancipação e conjunções regionais.....                           | 134        |

|            |   |            |
|------------|---|------------|
| 4.2.2      | Imbé em números contemporâneos .....  | 142        |
| <b>4.3</b> | <b>Imbé como território turístico de segundas residências .....</b>   | <b>147</b> |
| 4.3.1      | Fatores gerais que influenciam a escolha turística .....  | 147        |
| 4.3.2      | Sobre o veraneio, suas sociabilidades e transformações .....  | 150        |
| <b>5</b>   | <b>ANÁLISE DOS RESULTADOS: REVELAÇÕES SOBRE O TURISMO E O TERRITÓRIO DE IMBÉ ENTRE EXPERIÊNCIAS E IMAGENS .....</b> | <b>157</b> |
| <b>5.1</b> | <b>Gênero, idade, vínculo ocupacional e tipo de morador .....</b>   | <b>162</b> |
| <b>5.2</b> | <b>Distribuição da amostra por bairros, motivação para morar em Imbé, escolaridade e renda mensal média .....</b>   | <b>166</b> |
| <b>5.3</b> | <b>Todos os motivos e caminhos que levam a Imbé: analisando padrões de mobilidade.....</b>                          | <b>168</b> |
| <b>5.4</b> | <b>Perspectivas futuras.....</b>  | <b>170</b> |
| <b>5.5</b> | <b>Avaliação das dimensões territoriais por blocos.....</b>   | <b>172</b> |
| 5.5.1      | Dimensão ambiental e infraestrutural .....  | 172        |
| 5.5.2      | Dimensão cultural .....   | 174        |
| 5.5.3      | Dimensão econômica .....  | 174        |
| 5.5.4      | Dimensão espaço de vida.....  | 176        |
| 5.5.5      | Dimensão mobilidade urbana .....  | 177        |
| 5.5.6      | Dimensão segurança, habitação e serviços públicos.....  | 178        |
| <b>5.6</b> | <b>Últimos comentários .....</b>  | <b>180</b> |
| <b>5.7</b> | <b>A pesquisa em imagens .....</b>  | <b>182</b> |
| <b>6</b>   | <b>CONSIDERAÇÕES E CONTINUAÇÕES .....</b>   | <b>192</b> |
|            | <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>200</b> |
|            | <b>APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS DA PESQUISA .....</b>  | <b>225</b> |
|            | <b>APÊNDICE B – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA INICIAL.....</b>  | <b>229</b> |
|            | <b>B1 – Procedimentos metodológicos .....</b>   | <b>229</b> |
|            | <b>B2 – Resultados .....</b>  | <b>230</b> |
|            | <b>B3 – Conclusões .....</b>  | <b>231</b> |
|            | <b>B4 – Bibliografia deste Apêndice .....</b>   | <b>232</b> |
|            | <b>APÊNDICE C – PROCESSO DE VALIDAÇÃO DE CONTEÚDO .....</b>   | <b>234</b> |
|            | <b>C1 – Procedimentos metodológicos .....</b>   | <b>234</b> |
|            | <b>C2 – Sobre o processo de avaliação.....</b>  | <b>235</b> |
|            | <b>C3 – Resultados .....</b>  | <b>235</b> |
|            | <b>C4 – Conclusões .....</b>  | <b>237</b> |

|   |            |
|---|------------|
| <b>C5 – Reprodução do formulário eletrônico de avaliação .....</b>  | <b>237</b> |
| <b>APÊNDICE D – ESTUDO PILOTO.....</b>  | <b>241</b> |
| <b>D1 – Procedimentos metodológicos .....</b>   | <b>241</b> |
| <b>D2 – Sobre a aplicação dos questionários pilotos .....</b>   | <b>242</b> |
| <b>D3 – Resultados .....</b>  | <b>244</b> |
| <b>D4 – Conclusões .....</b>  | <b>246</b> |
| <b>D5 – Referência do resumo apresentado .....</b>  | <b>247</b> |
| <b>APÊNDICE E – TABELAS DE RESULTADOS PERCENTUAIS .....</b>   | <b>248</b> |
| <b>E1 – Estudo descritivo dos entrevistados no inquérito “Como você vê o turismo em Imbé?” .....</b>  | <b>248</b> |
| <b>E2 – Avaliação de afirmativas/ negativas dos agrupamentos de dimensões territoriais do inquérito “Como você vê o turismo em Imbé?” .....</b> | <b>250</b> |
| <b>ANEXO A - ORIGINAL EM INGLÊS DO SURVEY INSPIRADOR.....</b>   | <b>253</b> |

## INTRODUÇÃO

Essa dissertação trata do relatório de pesquisa socioespacial em desenvolvimento territorial e turismo contemporâneo que tem como interesse as perspectivas dos residentes quanto às transformações urbanas, suas repercussões territoriais<sup>2</sup> e influências no seu espaço de vida<sup>3</sup>. Seu recorte espacial é o município de Imbé, no estado meridional brasileiro do Rio Grande do Sul (RS). Imbé representa uma autonomia administrativa local desde janeiro de 1989, após sua emancipação, em maio de 1988, do município contíguo de Tramandaí/RS (RS, 1988).

Imbé/ RS é um município costeiro essencialmente urbano, de pequeno porte populacional e reduzida área territorial, cuja principal atratividade para o turismo é relacionada ao clima ameno, tranquilidade, belezas naturais, praias e pesca ribeirinha junto ao estuário da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí. Quando somado a outros dezenove municípios, Imbé constitui a Aglomeração Urbana do Litoral Norte (AULINOR)<sup>4</sup>. A AULINOR é uma figura regional demonstrativa da necessidade de articulação de municípios em torno da organização de sistemas territoriais e que reflete algum grau de subordinação extra institucional aos interesses de regiões metropolitanas próximas, transformações demográficas e do *continuum* urbano-rural, e a instalação de logísticas e equipamentos públicos de uso comum em torno de fluxos intensificados — referentes a movimentação de pessoas, capitais, mercadorias e informações — que perpassam seus limites administrativos (RS, 2004). A despeito de outros recortes regionais que abarcam Imbé, e que podem também incluir o termo litoral norte, a não ser que se faça alguma ressalva, esse trabalho

---

<sup>2</sup> Por **repercussões territoriais** se compreende o conjunto de transformações, influências, reflexos, reações e reverberações – sociais, culturais, econômicas – que reconfiguram o território, criando e recriando territorialidades. Para maior aprofundamento, considerar o capítulo 3.

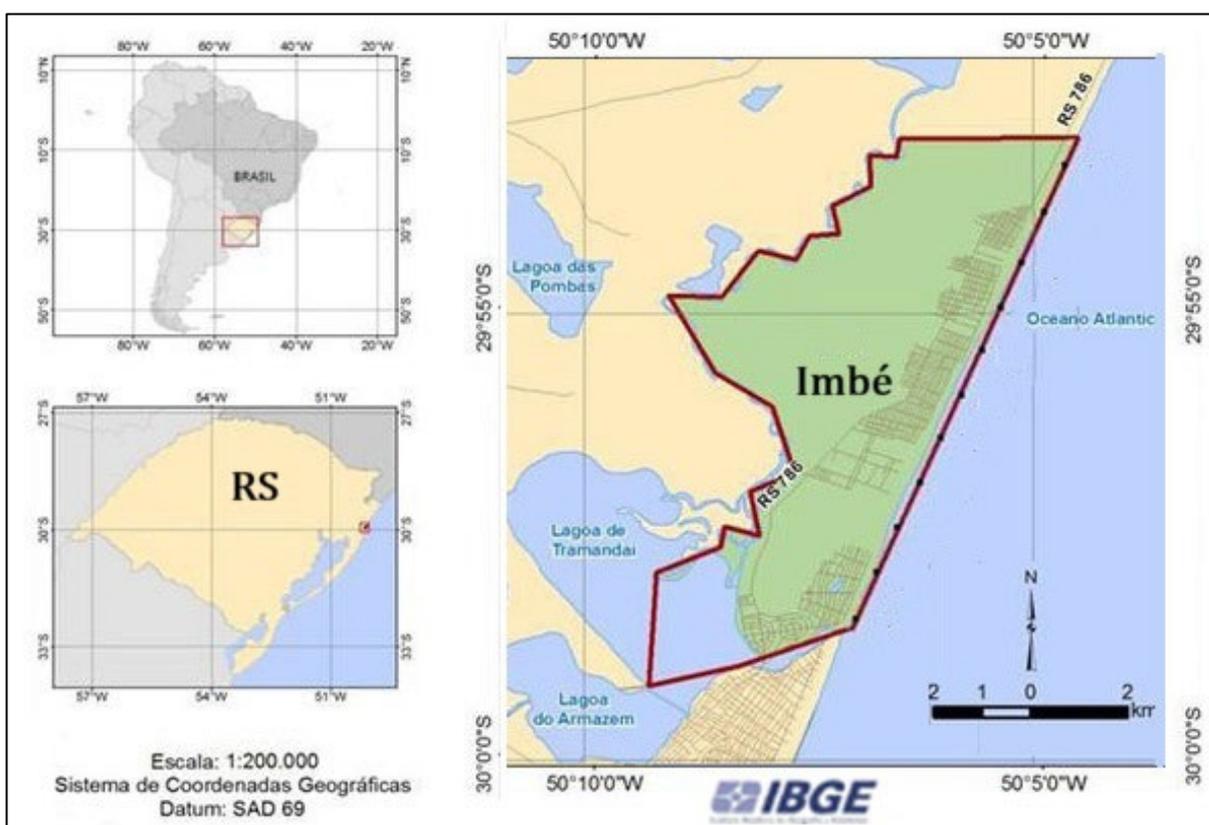
<sup>3</sup> O espaço de vida se relaciona ao lugar, como categoria geográfica afeta ao espaço habitável e conjunto de trajetos cotidianos em que os indivíduos transitam, vivem, se formam e reproduzem o seu modo de viver (Courgeau, 1988; Marandola; Mello, 2005).

<sup>4</sup> A **Aglomeração Urbana do Litoral Norte** (AULINOR), que tem a gestão do turismo e a organização territorial regional dentre outros objetos de atuação, foi instituída pela Lei Complementar Estadual nº 12.100, de 27 de maio de 2004. É formada por 20 municípios: Imbé e mais nove municípios litorâneos – Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Cidreira, Palmares do Sul, Osório, Torres, Tramandaí e Xangri-lá - e ainda por outros dez municípios que não se limitam com o Oceano Atlântico – Capivari do Sul, Caraá, Dom Pedro de Alcântara, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Terra de Areia, Três Cachoeiras e Três Forquilhas (FNEM, 2018). Para mais detalhes sobre os recortes de regionalização de Imbé, veja capítulo 4.

ao se referir aos municípios desse litoral trata do grupo de municípios da AULINOR.

Se até a transição dos séculos XIX e XX, o LN do RS experimentava uma situação de isolamento geográfico devido à dificuldade relativa de acesso, hoje é possível percorrer com segurança, em uma hora e meia, os cerca de 124 Km de Imbé até Porto Alegre, caso o fluxo rodoviário transcorra sem obstáculos (Figura 1). A distância entre a AULINOR e os 34 (trinta e quatro) municípios que compõe a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), principal centro emissor de turistas intraestadual, passou a ser percebida como reduzida devido às facilidades de acesso rodoviário e disponibilidade contemporânea rede de comunicação digital em tempo real (Malinoski, 2023).

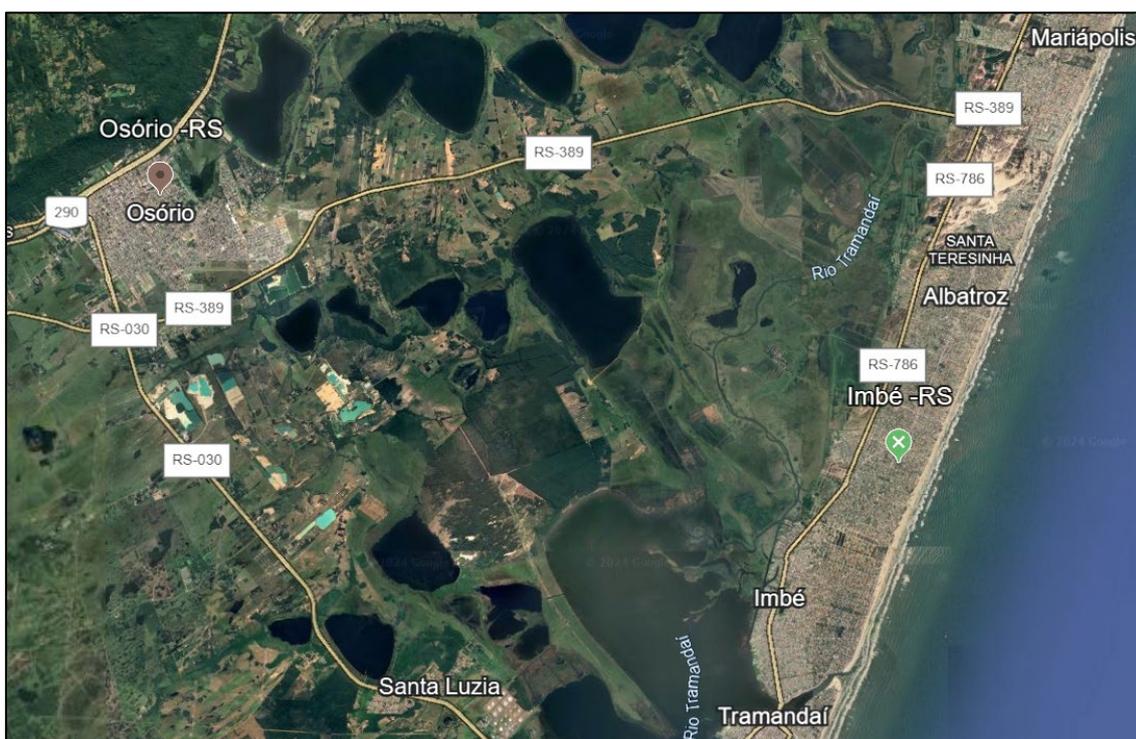
Figura 1 – Localização de Imbé



Quanto aos possíveis trajetos, a rede de rodovias que faz a integração entre Imbé e a RMPA conta com duas rotas independentes (Figura 2) a partir da

rodovia BR 290<sup>5</sup>, também conhecida como Rodovia Oswaldo Aranha ou “Freeway”. Uma delas utiliza o trecho da RS 030 entre Osório-Tramandaí, passando pelo centro de Tramandaí-RS e atravessando a Ponte Giuseppe Garibaldi. Alternativamente, é possível chegar ao centro de Imbé evitando a travessia da Ponte Garibaldi, ao sair da a BR 290 margeando Osório-RS pela RS 389, a “Estrada do Mar”, e tomar a direção sul no trevo com a RS 786, a “Interpraias”, que continua na Avenida Paraguaçu em Imbé.

Figura 2 – Acessos rodoviários entre Imbé e a RMPA



Fonte: Google Earth, 4 abr. 2024.

<sup>5</sup>A RS-030, a Rodovia Cristóvão Pereira de Abreu, antiga RS-17, data de 1938, e hoje é conhecida como “Estrada Velha”. Foi a primeira via que facilitou o acesso rodoviário de Porto Alegre ao LN, ainda que em traçado curvilíneo e, inicialmente, em pista única, terra batida e calçamento de pedras, só tendo sido asfaltada em 1950. O trecho da RS-030 entre Osório e Tramandaí, Rodovia Osório-Tramandaí, conhecido também pela alcunha de Rodovia General Manuel Luís Osório, por sua vez, foi duplicado e pavimentado apenas na década de 60, junto ao projeto de criação do Parque de mesmo nome. Já a BR 290 é uma rodovia federal transversal com 726 km de extensão, uma das principais vias de ligação do estado do RS, que parte do litoral norte, em Osório, em sentido oeste, até o município de Uruguaiana, na fronteira com a Argentina. Seu trecho de 96,6 km que liga Porto Alegre a Osório, conhecido como “Freeway”, foi inaugurado, já em pistas duplas bilaterais, em 26 de setembro de 1973. Atualmente, essa autoestrada é administrada pela Concessionária CCR Sul, comporta duas praças de pedágio e mais de duas pistas, sendo três no segmento entre Osório e Gravataí e quatro, no segmento entre Gravataí e Porto Alegre (Malinoski, 2023; Staudt, 2022).

A localização e acessos rodoviários até Imbé são relevantes para as características do turismo local. Esse turismo é, majoritariamente, tipificado como doméstico, voltado para o segmento sol e praia, marcado pela sazonalidade e baseado em estrutura de hospitalidade estabelecida em segundas residências, e, portanto, fora do radar das estatísticas de turismo tradicionais. Isso, porque, enquanto a EMBRATUR, pelo próprio foco dessa agência federal se dedica a visibilidade internacional do turismo brasileiro, as abordagens macroeconômicas valorizam apenas o movimento de hóspedes contabilizados em hotéis, pousadas e viajantes por meios aéreos ou viagens interurbanas oficiais.

Pelo seu porte, sua situação espacial e as relações de sua história e suas transformações urbanas com o turismo sazonal, Imbé foi considerada municipalidade protótipo e ponto de partida para estudar as características do turismo do litoral norte gaúcho dentro da linha de pesquisa em Sociedade, Natureza e Cultura do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento (PGDREDES), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em *campus* situado no Litoral Norte (LN) desse estado, que congrega unidades físicas, tanto em Tramandaí/RS, quanto em Imbé/RS. Após essa primeiro esboço do objeto em estudo, essa introdução segue a explanação do tema, contexto e justificativas de interesse e relevância, e apresenta a pergunta de pesquisa, premissas, hipóteses e objetivos dele, e indica, em seu fechamento, a organização capitular pela qual a dissertação se orienta.

## 1.1 Tema, contexto e justificativas

O tema geral dessa pesquisa, a relação entre turismo e desenvolvimento locorregional<sup>6</sup>, é preocupação da pesquisadora desde a sua aproximação,

---

<sup>6</sup> A literatura na área de desenvolvimento costuma utilizar o termo “**loco/ regional**”, subentendendo-se o “/” como “e/ ou”, ou seja, um nível, outro ou os dois, o que não abraça completamente o sentido pretendido aqui. A opção pelo termo híbrido “locorregional” para se referir ao desenvolvimento pluri e interescalar, se refere à terminologia símile aquela utilizada em Políticas Públicas, por exemplo, pelo Conselho Nacional de Saúde ao tratar da articulação solidária e flexível de recursos disponíveis na Pactuação Regionalizada do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro. Faz parte da concepção analítica deste estudo de caso, que se propõe a desvendar fenômenos e desdobramentos do desenvolvimento regional, em sua escala local, dialeticamente, integrando conceitos e resultados, em uma perspectiva coordenada e cooperativa, e permitindo ainda uma regressão analítica de dada particularidade local, para o enfoque conjunto com as características da região em que se insere.

durante o ano de 2020, com as atividades do PGDREDES, e integrou, com outras feições, o projeto preliminar apresentado para candidatura e ingresso efetivo ao programa, em 2022. Essa orientação temática surgiu de projeto pessoal de, após a aposentadoria, estabelecer residência no LN do RS, assim como do estranhamento e da necessidade de conhecer melhor a região, tendo sido potencializada durante o tempo de isolamento social impetrado pelo enfrentamento mundial à Pandemia pelo COVID-19, pela percepção pessoal de que esse evento traduziu um experimento social e econômico não planejado com efeitos consideráveis nos fluxos turísticos internacionais e nacionais.

É importante situar o contexto dos anos impactados pela Pandemia do COVID-19, em particular quanto ao LN do RS, no contexto dessa dissertação, uma vez que esse período corresponde ao início de sua elaboração e tem reflexos na análise futura de seus resultados de pesquisa. A propagação por todos os continentes do vírus Sars-CoV-2 e a disseminação de casos de pneumonia viral potencialmente letais, foram reconhecidas oficialmente como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, dois meses após ter sido decretada a emergência de saúde pública de importância internacional por essa agência (OPAS, 202-).

O efeito da COVID-19, junto com seus impactos sociais e na saúde pública, foi percebido de forma mais intensa na AULINOR entre os meses de junho e dezembro de 2020. Embora a curva de contágio primária tenha permanecido achatada em relação ao perfil nacional, sua aceleração ao ápice somou-se ao perfil de aumento de infecções respiratórias de inverno no sul do país. O que se observou, especialmente nesse momento inicial, quando não havia a disponibilidade de vacinas comercializadas ou de tratamentos bem estabelecidos, foi o pânico coletivo, hospitais lotados, filas para conseguir vagas nas poucas Unidades de Tratamento Intensivo, dificuldade para contratar profissionais de saúde em reforço aos desfalques de pessoal e, por consequência, assistência tardia e piora da taxa de mortalidade (Jucá, 2020).

Mais adiante, na retomada do turismo, já com praias liberadas, vacinas disponíveis e em vigência de nova cepa de alto grau de contágio e baixa letalidade, houve ondas menores de transmissão que foram observadas após o afluxo de turistas, durante as festas de fim de ano, cujo aumento do contágio durou até março de 2022, com novos recordes de casos, felizmente, menos

graves, atraso nas vacinações e, até mesmo, adoecimento e dificuldade de repor guarda-vidas (Litoral, 2022).

Mesmo que a título de mitigação de perda econômica e social, futura e superior, se nada fosse proposto para frear a disseminação da calamidade em saúde (Domingues *et al*, 2020), um alto preço foi pago pela população em geral, não apenas em existências ceifadas, assim como para higidez física e mental<sup>7</sup> de grande parte dos sobreviventes (Malta *et al*, 2023; Ribeiro, 2023). No vácuo da virtualização de relacionamentos interpessoais, da reclusão ao lar, e no desuso de espaços coletivos, dentre outras práticas de distanciamento social estratégicas para enfrentar a situação distópica, o turismo, assim como tantas outras atividades antrópicas, contabilizou revés em seus resultados econômicos durante a crise sanitária instalada. As restrições à vida gregária, às viagens e ao lazer fora de casa voltadas para restrição do contágio interpessoal causaram também a redução drástica das transações relacionadas à hospitalidade, entretenimento e eventos (Clemente *et al*, 2020; Oliveira; Panosso Neto; Severini, 2020). Houve prejuízo imediato para sobrevivência de microempreendedores, pequenas e médias empresas, direta ou indiretamente ligadas ao ramo turístico, e para o emprego e renda de seus colaboradores e trabalhadores informais que prestam serviços aos turistas. De forma coerente, os municípios cuja atividade principal é ligada ao turismo também sentiram mais a sua falta e, tendo a redução da arrecadação local, como contrapartida, ao aumento de demanda assistencial, aprofundaram a sua dependência de suporte estadual e de subsídios federais (Pereira; Feitosa, 2022).

Na contramão do ocorrido no cenário internacional e em muitos destinos turísticos brasileiros, que chegaram a proibir a entrada de turistas, mesmo com

---

<sup>7</sup> Em termos analíticos, a pressão por recursos e pela articulação para respostas rápidas e efetivas do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro – questões engendradas pela Pandemia – funcionaram como um teste máximo de resiliência que evidenciou as fragilidades e forças desse sistema. A ressurgência de problemas de saúde pública que foram deixados em segundo plano, o aumento do índice de complicações e mortes por doenças crônico-degenerativas mal compensadas, cirurgias proteladas e de doenças mentais desencadeadas ou pioradas pelo período de estresse coletivo, são também chamados de efeitos da quinta onda. Prefere-se não contar ondas, uma vez que, embora tenha sido autolimitado no tempo, para quem viveu o período dessa Pandemia, as repercussões políticas, econômicas, sociais e comportamentais pareceram um tsunami (desastre sísmico que origina uma onda gigante, que avança além do perímetro habitual de arrebatamento das ondas) e não uma série de marolas (ondulações pequenas na água). No entanto, quando um tsunami se retrai, o terreno descoberto e destruído é evidente e clama por soluções, enquanto os efeitos de aumento de morbidade física e mental da população pós-pandemia, ou seja, da perda de higidez, podem passar despercebidos.

fechamento temporário de praias, restaurantes e casas noturnas, o LN gaúcho observou a continuidade do fluxo turístico durante o período impactado pela Pandemia do COVID-19 (Fonseca, 2020). E, em paralelo, percebeu-se a acentuação de uma mudança já em curso na demanda de turistas, que se era antes sazonal e concentrada nos feriados principais e meses do verão brasileiro (de dezembro a março), passou a se dispersar ao longo de todo ano. Esse interesse continuado dos turistas, se por um lado manteve aquecido o comércio essencial, como o de supermercados e farmácias, por outro evidenciou a fragilidade da assistência em saúde local e chegou a causar hostilidade em parte de residentes permanentes, ressentidos com o barulho e movimento incessante do trânsito veicular, da perda de tranquilidade e do aumento de casos de contaminação viral com o afluxo de pessoas (Fonseca, 2020).

Não é absoluto que apenas a existência de vias rápidas e eficientes de comunicação e de acesso rodoviário do LN com a RMPA, além das ligações com a Serra Gaúcha, expliquem por si só essa anomalia do padrão de hospitalidade. Isto ocorreu, notadamente, em áreas urbanas com alta densidade de segundas residências, como é o caso de Imbé/ RS, que teve como atrativo adicional uma conformação de casas com amplos quintais e jardins, espaços considerados salubres em contraste com o apinhamento em condomínios fechados e apartamentos, prevalente nos municípios praianos vizinhos. Existe ainda a possibilidade consistente de que casas de temporada tenham se transformado em refúgios para estadias prolongadas, adotantes de regimes de trabalho em casa e de educação à distância, replicando o chamado nomadismo digital documentado em sítios turísticos internacionais (Hermann; Paris, 2020). E que beneficiários de programas assistenciais compensatórios em idade ocupacional ativa tenham se somado ao movimento pré-existente, já relatado por Lopes, Ruiz e Anjos (2018), de aposentados e idosos que vem deixando de ser turistas cíclicos<sup>8</sup> e firmando domicílio no LN.

Os estudos de Strohaecker (2007), Claussen (2013), Reis (2015) e Ramos (2016) sobre a variação demográfica no LN e em Imbé, mostram que houve duplicação da população de Imbé entre os anos de 1991 e 2010, superior à média de outros municípios não litorâneos da AULINOR, do RS como um todo

---

<sup>8</sup> Ver a noção de turismo cíclico desenvolvida na subseção 3.2.5.3.

e mesmo do Brasil, no mesmo período. Esse crescimento continua em curso, mesmo que com menor aceleração, como podemos verificar pelos dados recentes dos Censos Geral Nacional e Socioeconômico Municipal de 2022 (IBGE, 2024; Imbé, 2022). Por outro lado, também existe aí grande mobilidade populacional que correlaciona a sazonalidade com um contingente considerável de pessoas que, preferencialmente durante o verão, se dirige para o litoral ocupando casas de segunda residência construídos para este fim (domicílios de uso ocasional), residências alugadas ou emprestadas (domicílios vagos), ou, mais raramente, quartos de hotéis/pousadas. Uma parcela desse agrupamento populacional que manifesta um movimento pendular, frequente e mais ou menos regular, entre duas residências, mesmo que se identifique mais como moradores do que como turistas eventuais, não pode ser contabilizada tecnicamente como sendo parte da população residente. Aqueles que permanecem no LN nos picos de feriados de Ano Novo e Carnaval, embora residam a maior parte do tempo em outros municípios, foram considerados como população flutuante e estimados em cerca de meio milhão de pessoas a mais do que a população residente por Zuanazzi e Bartels (2016); enquanto isso recorte desse mesmo estudo estimou uma população flutuante média mensal de cerca de 40 mil pessoas para Imbé, número que corresponde ao dobro da população residente estimada no mesmo mês, dezembro de 2015, com um aumento percentual de 196% da população total.

Adicionalmente, mesmo que o fenômeno do turismo de base imobiliária e a construção de segundas residências, para uso próprio, empréstimo a familiares e amigos ou aluguel, tenha caracterizado o loteamento originário de Imbé que veio a se espalhar como modelo de urbanização horizontal para outros balneários e bairros periféricos urbanos, o modo de ocupação dos domicílios em si, vem se transformando de acordo com mudanças do padrão de sociabilidade (Baldraia, 2023; Barros; Souza, 2023; Bitencourt, 2018). Se até o final do último milênio, o uso de domicílios permanentes por famílias inteiras contínuo durante toda a temporada de verão (e, portanto, classificados como de uso ocasional), obedeciam ao velho costume do “veraneio” à beira-mar dos gaúchos do início do século XX, desde os anos 2000 as segundas residências não ficam mais totalmente fechadas e desocupadas durante cerca de três quartos do ano. E, se em uma mão os centros comerciais, cada vez mais, não abrem apenas durante

os meses de dezembro a março; na outra os grupos que reuniam os “amigos de cada praia<sup>9</sup>”, suas associações e clubes que movimentavam o lazer, esportes e eventos festivos de apenas no verão, como padrão de sociabilidade de uma época, vem se extinguindo um por um.

## 1.2 Pergunta de pesquisa, premissas e procedimentos prático-teóricos

A pergunta-problema, estruturada em como a população vê o turismo em seu município, evoluiu durante os estudos da pesquisadora nos anos de 2021/2022. A primeira centelha de ideia surgiu após assistir novamente as apresentações virtuais do encontro da rede Internacional de Observatórios de Turismo Sustentável (*International Network of Sustainable Tourism Observatories/ INSTO*) da Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas (*United Nations World Tourism Organization/ UNWTO*), sobre o enfrentamento dos bloqueios ao turismo pelo COVID-19 em comunidades de regiões turísticas, e pesar a importância de se repensar o papel do turismo no desenvolvimento local (2020 Global [...], 2020). E progrediu, após revisão bibliográfica de estudos de caso nacionais sob a perspectiva dos anfitriões locais (Apêndice B), pela constatação de que não havia nenhum estudo sobre turismo na perspectiva dos residentes do LN do RS e em Imbé.

A Organização das Nações Unidas (ONU) já observava, desde os primórdios do lançamento da agenda 2030, a interconexão transversal e ética do turismo com os 17 (dezessete) Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nessa proposta global, reforçava-se desde o potencial das atividades turísticas de colaborar para a erradicação da pobreza (ODS 1), pela geração de empregos e renda em comunidades locais, até sua capacidade de, em sua esfera de interesses, motivar e fortalecer parcerias entre setores públicos e

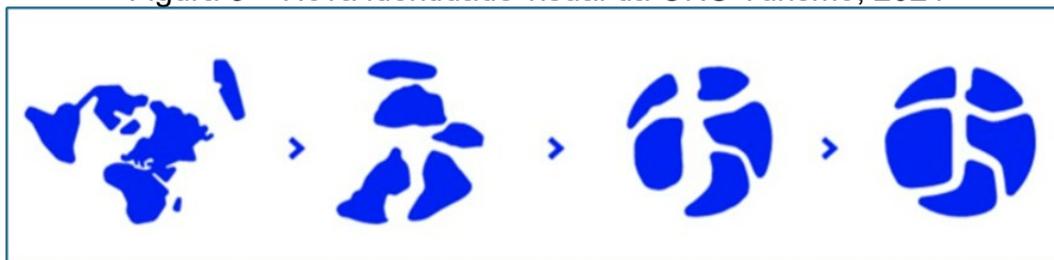
---

<sup>9</sup> O termo “**praia**” nesse caso é, popularmente, utilizado para se referir a um bairro balneário. Por exemplo, a Sociedade de Amigos da Praia de Imbé (SAPI), inaugurada em 1952, cuja sede histórica foi demolida de forma emblemática, em março de 2018, após cerca de três anos de desuso, ou a mesma desdita da estrutura predial do antigo Santa Terezinha Praia Clube (STPC), demolida às expensas de cofres públicos com profusa comemoração em mídias sociais municipais, mais recentemente, em fevereiro de 2024 (Kosachenco, 2018; Imbé, 2023). Enquanto o terreno da SAPI permanece desocupado há seis anos a espera de destino, o da STPC, que foi adquirido pela prefeitura por permuta com a Força Sindical em troca de área já livre de construções, correspondente a de 14 terrenos, que seriam até então destinados a uma praça no bairro residencial Nova Nordeste, guarda a promessa da instalação de uma praça pública, agora no bairro balneário de Santa Terezinha (Imbé, 2023).

privados (ODS 17). Parte de um projeto de reposicionamento da ONU para sua agência associada com menor percentual de recursos, a mudança de alcunha da Organização Mundial de Turismo (OMT / UNTWO – *United Nations Tourism World Organization*) para “Turismo Nações Unidas” (ONU Turismo/ *UN Tourism*), em 24 de janeiro de 2024, agregou dinamismo e intencionalidade a essa articulação intersetorial (UNWTO, [2015?]; *We [...]*, 2024).

O novo nome da OMT foi atrelado ao slogan “Aproximando o mundo” (*Bringing the world closer*) e a uma narrativa da marca que gira em torno da veiculação de três mensagens: considerar a ONU como uma organização global altruísta, a noção de interconexão humana pelo mundo e o conceito de proatividade em movimento. Já a nova identidade visual, transforma a Pangeia em continentes separados que rodam em uma mesma órbita e, a partir destes, na imagem de uma pessoa caminhando pelo planeta (Figura 3).

Figura 3 – Nova identidade visual da ONU Turismo, 2024



Fonte: *UN Tourism*, 2024.

Disponível em: <https://youtu.be/DAuKnwisQ84?si=IX7UqeT2dCqn-hhS>.

O caminhar, símbolo de acessibilidade humana, vinculado ao movimento de exploração que reivindica o direito de estar no mundo, remete à opção da abordagem territorial<sup>10</sup> do desenvolvimento como lente analítica para avaliar as repercussões do turismo. A convergência de interesses teóricos constatou que, tanto os estudos do turismo, quanto os estudos do desenvolvimento regional pelo enfoque territorial, são interdisciplinares e multidimensionais, ao englobar práticas sociais, econômicas, foi capaz de oferecer um conjunto diversos conceitos e definições passíveis de serem explorados na compreensão das experiências humanas. Ou, inclusive, como bem resume Silveira (2014), que essa abordagem se mostra capaz de combinar o território e seus atores:

<sup>10</sup> O território, territorialidades e o território turístico são categorias teórico-práticas espaciais; elas permeiam o direcionamento metodológico e são aprofundadas no capítulo 3 deste relatório de pesquisa.

A perspectiva territorial é, portanto, essencial para a compreensão do espaço turístico como um sistema complexo em constante evolução que combina, de um lado, um conjunto de atores, e, de outro, o território do qual esses atores se apropriam e que usam, ordenam e administram. Silveira (2014, p. 24).

A despeito do reconhecimento de que outros atores e instituições – públicos e privados, inclusive externos - também possam ser tão ou mais influentes nos processos de territorialização e reterritorialização de Imbé do que seus próprios residentes, as perspectivas práticas dos residentes de Imbé sobre o turismo, entendidas como fatores capazes de influenciar na dinâmica de seu próprio território, são objetos em foco por essa pesquisa por motivo ideológico, uma vez que a pesquisadora concorda com as premissas de que (a) um território turístico só pode ser bom para empreendimento turístico e turistas se, antes, for bom também para seus moradores e (b) que o território se faz para e pelo uso de seus moradores. Cabe, então, como desafio fundamental a definição durante esse estudo de quem são esses moradores e quais seriam suas distintas territorialidades, o quê, nesse ínterim, não é uma missão simples.

Em municipalidades em que a tônica é o modelo de turismo de segundas residências, quando as estadias durante o ano costumam ser multiplicadas e observa-se a extensão do tempo de permanência de seus proprietários/ usuários durante elas, deixam de funcionar dicotomias conceituais tradicionais, como a que considera viajantes apenas aqueles hospedados temporariamente em meios de hotelaria turística convencional – hotéis, pousadas – ou pagando diárias em quartos/ casas de aluguel disponibilizadas por plataformas digitais, em clubes de férias, colônias de férias e *campings* ou como aquela outra que afirma por exceção que “quem não é turista, é morador”. E, se o veraneio parece ser hoje distinto do modelo usual dos anos 1970, essa metamorfose impulsionada pela facilidade de acesso e da possibilidade de presença virtual nos compromissos do domicílio principal, em uma mão, permite concretizar o sonho de estender a permanência de férias para além da estação mais quente, e em outra mão, torna mais difícil distinguir o que é ou não um domicílio ocasional e quem é morador de um não morador.

### 1.3 Hipóteses, objetivos e contribuições pretendidas

A hipótese central formulada para esse trabalho segue a lógica de que as perspectivas dos residentes sobre as repercussões territoriais do turismo, em diversas dimensões, não são consensuais e, sim, refletem diferentes territorialidades e pertencimento a grupos de perfis distintos.

E, se em uma visão economicista tradicional, a população sazonal/flutuante é frequentemente responsabilizada pela deficiência de recursos estruturais e assistenciais básicos, pela deterioração da qualidade de vida local e por danos perpetuados a paisagem natural no LN do RS (Lopes; Ruiz; Anjos, 2018; Matos; Gruber, 2009), uma segunda hipótese contradiz essa visão. Essa hipótese, secundária, postula que as repercussões territoriais do turismo não são consequências exclusivas do excesso de turistas sazonais (*overtourism*), pois derivam de condições de atratividade populacional desproporcionais à infraestrutura de serviços locais em relação a expectativa dos residentes quanto à qualidade de vida.

Destaca-se, no panorama dessa dissertação, o objetivo geral de compreender como a população de Imbé percebe a influência do turismo local em seu território. E, para alcançá-lo, ao longo da pesquisa, procurou-se explorar os seguintes objetivos específicos (OE): OE1 - Avaliar como a abordagem territorial pode auxiliar na compreensão das repercussões espaciais do turismo e refletir a dinâmica social do município de Imbé; OE2 - Investigar o processo histórico-cultural de criação do município de Imbé, relacionando-o às repercussões do turismo local nas dimensões natural, sociocultural, econômica e demográfica; e OE3 - Identificar as posições diversas da população de Imbé e suas interpretações quanto às repercussões territoriais do turismo sazonal em seu dia a dia e descrevê-las.

A proposta desse trabalho é contribuir como fonte de estímulo para instigar novas pesquisas teoricamente embasadas sobre o turismo no LN do RS, uma vez que o turismo é, até hoje, não só uma alternativa essencial ao desenvolvimento socioeconômico da região, como uma ferramenta capaz de investigar as lacunas para alcançar um tipo de desenvolvimento que vá ao encontro as necessidades que residentes e turistas procuram por preencher. Espera-se demonstrar por meio dessa pesquisa que as perspectivas conflitantes

e a diversidade de opiniões são reveladoras das múltiplas dimensões da dinâmica territorial e territorialidades, elementos que levam os residentes a apoiar mais ou menos a continuidade da atividade turística local e ditar seus termos de convivência.

De forma prática, pretende-se também disponibilizar os seus dados e análises à sociedade quanto às transformações causadas pelo turismo, direta ou indiretamente, no seu território e modo de vida em Imbé, a fim de sensibilizar e subsidiar agentes políticos em possíveis ações de planejamento e gestão turística e estimular o interesse da comunidade local quanto a participação e acompanhamento dessas ações. Aspectos sobre conhecimento sobre a história do turismo em Imbé, da origem de seu povo e de particularidades gerais de seu ambiente físico e biológico são também compartilháveis por meio da leitura dessa dissertação.

#### **1.4 Estrutura capitular**

A organização desse texto foi estabelecida em seis partes a partir dessa introdução, e é complementada por cinco Apêndices e um Anexo. O segundo capítulo pormenoriza a metodologia do trabalho com enfoques especiais no planejamento do estudo de caso, o processo de produção do questionário/instrumento de pesquisa e o procedimento de amostragem do trabalho de campo. Logo a seguir apresenta-se um capítulo extenso, o terceiro, dedicado ao referencial teórico, e que pretende destrinchar como a escola territorial pode ser utilizada como grade interpretativa para avaliar os reflexos do turismo, tal como outras definições conceituais e classificatórias mobilizadas durante a pesquisa.

Mais adiante, o quarto e quinto capítulos constituem o cerne desse estudo. Nesse sentido, enquanto um organiza a parte descritiva do local e do universo populacional em estudo, ao abordar os aspectos histórico-culturais e ambientais, da regionalização e sobre a trajetória do município de Imbé enquanto território turístico; o outro, apresenta os principais resultados da pesquisa sobre as perspectivas dos imbeenses quanto às repercussões territoriais do turismo, considerando sua análise.

A título de complementação, uma seção especial, interliga com imagens panorâmicas e atuais de Imbé como são veiculadas na promoção de seus

atrativos turísticos e imobiliários, numa perspectiva distinta do que até então é descrito ao nível do cotidiano, na discussão dos resultados e no sexto e último capítulo, por sua vez, dedicado a revisão de observações, alcance e limitações da pesquisa. A proposta, então, é, a título de considerações finais, destacar mais uma proposta de continuação do que de conclusões definitivas.

O fechamento textual compila a seleção de referências bibliográficas que deram suporte à dissertação. Complementam esse trabalho os apêndices que, embora independentes, descrevem etapas afetas ao processo de construção desse projeto que não se integram ao fluxo do texto principal: o Apêndice A é uma cópia da ferramenta de coleta de dados aplicada no trabalho de campo e suas alterações; o Apêndice B apresenta o resumo da revisão bibliográfica de estudos de caso brasileiros sobre turismo na perspectiva dos anfitriões, dinâmica prospectiva que iniciou esse estudo; o Apêndice C mostra os procedimentos e contribuições do processo de validação de conteúdo de itens do questionário; o Apêndice D é o relatório do estudo-piloto realizado, com seus procedimentos e contribuições; e o Apêndice E, compila, finalmente, as tabelas de respostas do Bloco III do questionário aplicado, com as percentagens de respostas colhidas pela escala Likert de cinco níveis correlacionadas as afirmativas/ negativas submetidas a avaliação dos entrevistados, como opção a exposição dos mesmos resultados em gráficos no texto principal. O Anexo A, único, é uma cópia do *survey* internacional inspirador que foi traduzido, modificado e adaptado transculturalmente para o instrumento próprio (Apêndice A) que foi aplicado na pesquisa de campo.

## 2 TRAJETÓRIA E DESAFIOS METODOLÓGICOS

Se a teoria é o referencial para investigar e discutir os conceitos eleitos como chave para a pesquisa, a metodologia é, sobretudo, a ferramenta utilizada para pormenorizar o processo de pesquisa, descrevendo seu delineamento e as escolhas que embasam o trabalho intelectual. Não existe um arcabouço metodológico genérico e definitivo para todas as pesquisas, ao contrário, qualquer das alternativas metodológicas têm seus limites e seus instrumentos variam de acordo com o campo de estudos e de que forma os objetos são representados pelo pesquisador. E aí se incluem tanto as opções planejadas para a pesquisa como aquelas que, acidentalmente, surgem e desafiam ao ajuste de seu percurso (Gil, 2008; O'Leary, 2019).

Por que, então, incluir em uma dissertação de mestrado um capítulo à parte dedicado à metodologia e não se resumir a apenas um ou dois parágrafos protocolares incluídos na própria introdução? Seria um contrassenso desprezar o quanto o aprendizado metodológico foi fundamental durante a trajetória da pós-graduação que coroa essa dissertação e acredita-se que, mesmo sob o risco de perda de objetividade, a descrição pormenorizada da jornada de pesquisa, suas idas e vindas – que costumam ficar em segundo plano - possa ser útil para a compreensão de seus percalços e limitações.

E, quanto antes, é um desafio à concisão, clareza e honestidade intelectual. Conforme exorta Andreski (1972, p. 90 *apud* Sokal; Bricmont, 1999):

A confusão e o absurdo irão consolidar as tendências conservadoras da sociedade, desde que a autoridade inspire temor reverencial. Primeiramente, porque o pensamento claro e lógico conduz a acumulação do conhecimento (...) e o avanço do conhecimento cedo ou tarde solapa a ordem tradicional. Pensamento confuso, por outro lado, leva a lugar nenhum, e pode ser tolerado indefinidamente sem produzir nenhum impacto no mundo.

Detalhar a metodologia é ir além do estudo dos caminhos possíveis e perspectivas que permitam a investigação científica e alcançar os objetivos propostos para responder à questão principal do trabalho; é repensar sua importância, refinar seu propósito e refletir sobre a essencialidade de cada passo que foi dado. Embora o início da jornada parta daquilo que o pesquisador é, viveu, sabe ou acha que sabe, a partir daqui o que se procura é um distanciamento de conhecimentos preliminares, por vezes rasos ou

unidirecionais. Dúvidas surgem de fatos aparentemente banais e de denominações que parecem evidentes ou consensos estabelecidos. Nada é tomado como ponto passivo: o que se pretende é utilizar o método como um balizador entre o que foi planejado e o que é reconstruído através de diligência, tentativa, erro e aprendizado, como forma de se aproximar do conhecimento desejado.

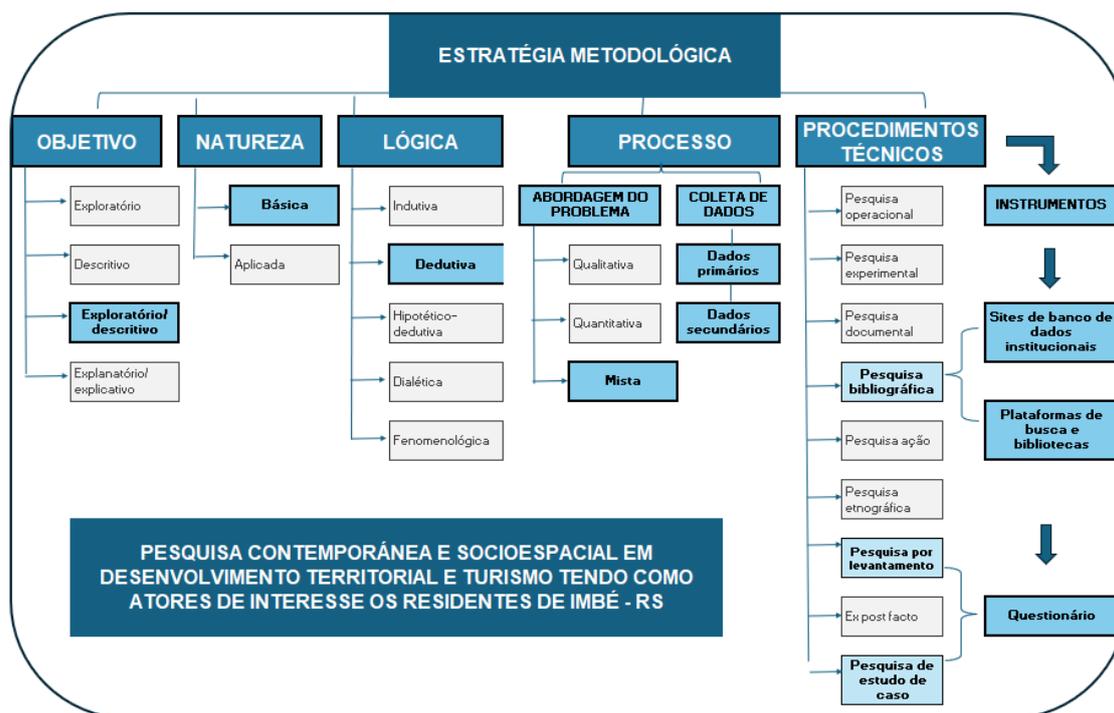
Para tornar a descrição mais clara, se fez mister a produção de ilustrações, na forma de diagramas, matrizes-resumo e organizar o texto em seções que seguem os seguintes tópicos descritivos: estratégias de pesquisa; métodos e etapas da construção do questionário; a ênfase no plano amostral e estudo da base espacial que orientou a aplicação do instrumento de pesquisa; finalizando com os procedimentos de trabalho de campo, coleta, organização e análise de dados de coleta de dados dos quais derivaram os resultados pretendidos.

## **2.1 Estratégias de pesquisa**

Como em toda pesquisa teórica, não se propõe como meta algo acabado e de pronto uso e sim um produto que possa contribuir com a compreensão sobre as perspectivas da população de Imbé quanto a influência do turismo local em seu território tendo em vista as repercussões em seu cotidiano. O estudo que dá suporte a essa dissertação é contemporâneo, assume a abordagem socioespacial, e tem como temas centrais o desenvolvimento territorial e o turismo local sob a perspectiva dos residentes de Imbé-RS.

Seu objetivo é exploratório e descritivo, sua feição de natureza básica e adota a lógica dedutiva. Por processos, em termos do problema, opta pela abordagem mista, quali quantitativa, e visa a coleta de dados primários e secundários para análise (Figura 4). Para tanto, foi delineado tendo como procedimento-modelo o estudo de caso, apoiado em pesquisas bibliográficas, a partir da busca em bibliotecas e bancos de dados virtuais, e, pesquisa em campo utilizando como instrumento um questionário próprio aplicado domiciliarmente (Apêndice A). Já sobre o formato particular de estudo de caso, que inclui o raciocínio dedutivo, de cunho exploratório e descritivo, o que se espera é a prospecção do local e do seu contexto regional.

Figura 4 – Diagrama da estratégia metodológica da pesquisa



Fonte: Segundo modelo de Lacerda *et al.* (2012), elaborado pela autora, 2024.

Estudos de caso que partem de casos particulares são opções de pesquisa com lógica abrangente e que guardam as virtudes de lidar de forma simultânea com evidências de múltiplas fontes, levando em conta a complexidade de um fenômeno e o seu entorno, assim como a qualidade de propiciar o distanciamento pretendido do comprometimento ideológico. Esse comprometimento é passível de criar viés de avaliação quando imposto a qualquer problema de pesquisa a despeito de exigências do contexto em que esteja inserido ou de especificidade de um tema (Yin, 2015). São vantajosos para investigação de fenômenos contemporâneos, que tenham como característica limites indistintos entre eles e seus desdobramentos, no entanto, o modelo de estudo de caso em sua aparente fragilidade embute armadilhas como a outra face de suas principais potencialidades: a de aderir a várias abordagens teóricas (ou a nenhuma!) e a de comportar instrumentos metodológicos heterogêneos (mesmo aqueles que se mostrem, ao final, inadequados). Dessa suscetibilidade ambígua, entre a flexibilidade e a impostura, surge a necessidade de um bom planejamento de suas categorias e critérios, pois a adoção de um procedimento ou instrumento metodológico não

garante por si a boa ciência.

Não obstante, sem esperar de um estudo de caso individual a capacidade de ampla generalização de seus resultados, é possível advogar uma generalização analítica como proposta por Yin (2015), onde além de tentar generalizar um conjunto particular de resultados a alguma teoria mais abrangente, de forma a estender, confirmar ou mesmo contestar argumentos que possam redirecionar futuras investigações na mesma região ou, servir como modelo ou material para análise comparativa de pequenos municípios litorâneos e predominantemente urbanos.

Em vez de pensar no seu caso como uma amostragem<sup>11</sup>, você deveria pensar nele como a oportunidade de lançar luz empírica sobre conceitos ou princípios teóricos, não muito diferente do motivo de um investigador de laboratório concebendo e conduzindo um novo experimento. Nesse sentido, tanto o estudo de caso como um experimento podem ter interesse em ir além do caso ou experimento específico. Ambos os tipos de estudos são passíveis de se empenhar para resultados generalizáveis e lições aprendidas – isto é, generalizações analíticas – que vão além do cenário para o caso específico ou experimento específico estudado. (...) perceba que as generalizações, os princípios ou as lições aprendidas em um estudo de caso podem potencialmente se aplicar a uma variedade de situações, muito além de qualquer definição estrita da população hipotética de “casos semelhantes” representados pelo caso original (Yin, 2015, p. 44).

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de reconhecimento sobre os dados demográficos e espaciais do município em foco, acerca do referencial conceitual existente sobre os temas-chave – desenvolvimento territorial e turismo local – e das fontes de dados existentes desse cruzamento. As buscas de dados secundários já existentes na literatura cinzenta<sup>12</sup> foram

---

<sup>11</sup> Yin (2015) exorta o pesquisador a não se deter diante da particularidade de um caso ser “pequeno”, “particular” ou “comum”, ao contrário, que a intencionalidade na escolha do objeto do caso não deve ser pensada de forma confusa como amostragem intencional, pois seus alvos são contatações de implicações políticas e teóricas e não apenas um primeiro nível voltado para generalização meramente estatística de características de sujeitos ou constatações experimentais. O objeto de estudo pode (e deve) ser escolhido em função do interesse, disponibilidade e potencial de aprendizagem percebido pelo pesquisador.

<sup>12</sup> **Literatura cinzenta** é qualquer documento informativo produzido por diversos níveis de governo, fontes acadêmicas, empresariais e da indústria, em formatos eletrônicos e impressos, não controlados por publicação comercial. Útil na pesquisa acadêmica, embora não verificado previamente por pares, o que torna sua recuperação, avaliação, reprodução e citação um trabalho difícil. Engloba teses e dissertações, anais de conferências, boletins informativos, relatórios, documentos governamentais e parlamentares, comunicações informais, traduções, dados de censo, relatórios de pesquisa, relatórios técnicos, padrões, patentes, vídeos, guias e diretrizes práticas, *eprints*, reportagens, *blogs*, arquivos de dados de pesquisa e dados

realizadas em bancos de informações, *websites* de dados e pesquisas institucionais, em plataformas universitárias e ainda em publicações formais disponíveis no acervo de bibliotecas universitárias da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e periódicos. Utilizou-se as seguintes ferramentas de busca eletrônica: Google Acadêmico, *Scielo*, *Scopus* e *Web of Science*. Além do termo “desenvolvimento territorial”, estudou-se correlatamente “abordagem territorial do desenvolvimento”, “território” e “territorialidades”, e quanto ao termo “turismo” estendeu-se a pesquisa para categorias de “turismo de base local”, “turismo doméstico” ou “turismo interno”, e sobre o “turismo de segundas residências”. Seus resultados contribuíram para o delineamento do problema, recorte, descrição de objetos e construção do referencial teórico.

Na ausência de dados secundários suficientes na escala municipal, específicos ou atuais o suficiente para solução da questão de pesquisa, foi criado um questionário com proposta de abordagem mista: qualitativa em relação ao conteúdo de seus itens; e quantitativa quanto ao tratamento da amostragem probabilística e a análise dos resultados. A triangulação de informações, a partir de literatura cinzenta e fontes formais, com dados primários e secundários, qualitativos e quantitativos, faz sentido quando o que interessa é avaliar o problema por diferentes perspectivas. Posto, além disso, que esse painel amplo tende a tendenciosidade do pesquisador e de seus pré-conceitos, embora esse saiba que não é possível alcançar a neutralidade científica absoluta ao se trabalhar com uma sociedade a que o próprio pesquisador pertence, senão em origem, como partícipe de uma mesma cultura e vizinhança.

Por sinal, avaliações de senso comum - por exemplo, “o turismo atrai investimentos e faz circular impostos que beneficiam a economia de Imbé” e “o número de turistas de Imbé vem reduzindo devido ao aumento da insegurança e criminalidade”, nunca separados do contexto histórico, social e local, foram utilizadas na construção de afirmativas a serem testadas junto aos respondentes dos questionários E a proposta de aplicação presencial também pretendeu ser inclusiva, ao permitir a participação de elementos que não seriam alcançados por listas de contatos digitais ou anúncios em redes sociais solicitando

---

científicos, levantamentos geológicos e geofísicos, mapas, conteúdo de repositórios (Dudziak, 2021).

respondentes voluntários.

Quanto à etapa subsequente de familiarização com o tema, procurou-se estender uma revisão bibliográfica inicial sobre estudos de caso brasileiros sobre turismo e seus impactos na perspectiva de residentes, até dezembro de 2023, com intuito de aprender com seus percursos metodológicos e verificar o tipo de resultados apresentados na revisão bibliográfica inicial (Apêndice B). Essa empreitada frutificou em duas ideias: (1) evitar o discurso limitado aos impactos, o que conduziria a conotação negativa implícita, e, (2) trabalhar com dimensões mais específicas relacionadas às transformações territoriais, político-econômicas, socioculturais, ambientais e como essas são avaliadas pelos residentes e não com o conceito mais amplo de qualidade de vida.

## **2.2 Métodos e etapas da construção do questionário**

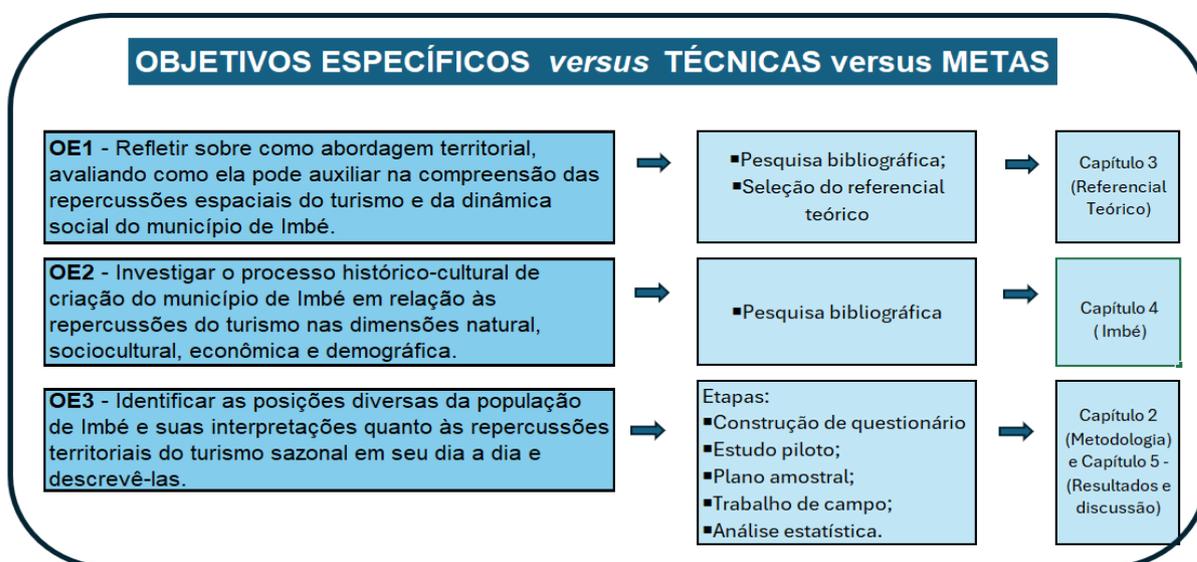
A esse passo, revelaram-se, como inspiração de instrumento para investigação do turismo na perspectiva dos residentes, as experiências da província de Yukon, no Canadá (4 Ms. [...], 2020; Yukon, 2021), e pesquisas nacionais, como as duas edições anuais, até então, da longa Pesquisa de Percepção do Turismo aplicada aos municípios e estâncias turísticas paulistas por iniciativa da Secretaria Estadual de Turismo e do Centro de Inteligência da Economia do Turismo (CIET, 2021, 2022). Nessas pesquisas que serviram de base, os questionários foram aplicados de forma on-line, em resposta a uma limitação de pesquisa imposta pelo distanciamento social durante o auge da Pandemia do COVID-19.

No caso dessa pesquisa, porém, a metodologia foi adaptada para aplicação do questionário em meio físico, a fim de permitir seleção de respondentes por critérios espaciais e probabilísticos e incluir faixas da população de baixa escolaridade e sem acesso ou familiaridade com o meio digital, evidenciadas como relevantes pelo levantamento demográfico inicial. Essa adaptação embora tenha resultado em procedimentos de campo mais trabalhosos foi profícua quanto a maior representatividade da amostra.

Aos objetivos específicos, etapas necessárias para compreensão das perspectivas da população de Imbé quanto a influência do turismo local em seu território, já discriminados na introdução desse texto, foram correlacionados os

métodos empregados para sua solução, e que, por sua vez, corresponderam a distribuição capítular do estudo (Figura 5).

Figura 5 – Objetivos, técnicas e metas



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

O instrumento final de coleta de dados elaborado para esse estudo (Apêndice A), foi inspirado no questionário da iniciativa internacional original (Anexo A) e a tradução transcultural nacional correlata foi adaptada para a escala locorregional específica. Manteve-se o formato de escala Likert em cinco níveis para avaliação de afirmativas/ negativas da esfera do discurso comum, e sua polaridade, da esquerda para direita, desde as avaliações de mais discordantes até as mais concordantes. Antes da aplicação em campo, o instrumento foi submetido a processo de validação do conteúdo dos itens por painel de especialistas (Apêndice C), testado em estudo piloto (Apêndice D) e a equipe de entrevistadores foi treinada para sua utilização.

Finalmente, foi determinado que o plano amostral seguiria a abordagem aleatória e que o trabalho de campo seria realizado fora da alta temporada do turismo de verão em Imbé como estratégia para evitar a aplicação dos questionários em turistas sazonais. O planejamento amostral necessitou de um estudo de base espacial sobre a distribuição de bairros, setores censitários e das características residenciais de Imbé.

## 2.3 Plano amostral e base espacial

Uma amostra representativa existe quando menos elementos refletem, com a maior precisão possível, a distribuição de características de um grupo maior, evitando o custo de se recensear todos os elementos do universo em estudo. Para experimentos sociais sujeitos à multiplicidade de atributos, inclusive imprevistos e ocultos, que dificultam à randomização às cegas por atribuição de características estanques, no entanto, não é simples escolher essa amostra. Já a determinação do tamanho amostral, esse se baseia na estimativa da distribuição de características na população-alvo, no tamanho dessa população e nos percentuais de confiança e erro amostral pretendidos.

O plano amostral deste estudo (Figura 6) foi delineado utilizando a técnica probabilística de Amostragem Estratificada Proporcional sem reposição (Figura 7), o que não permite o retorno de amostra sorteada para nova rodada de sorteio ou à randomização cega dos participantes.

Figura 6 – Plano amostral

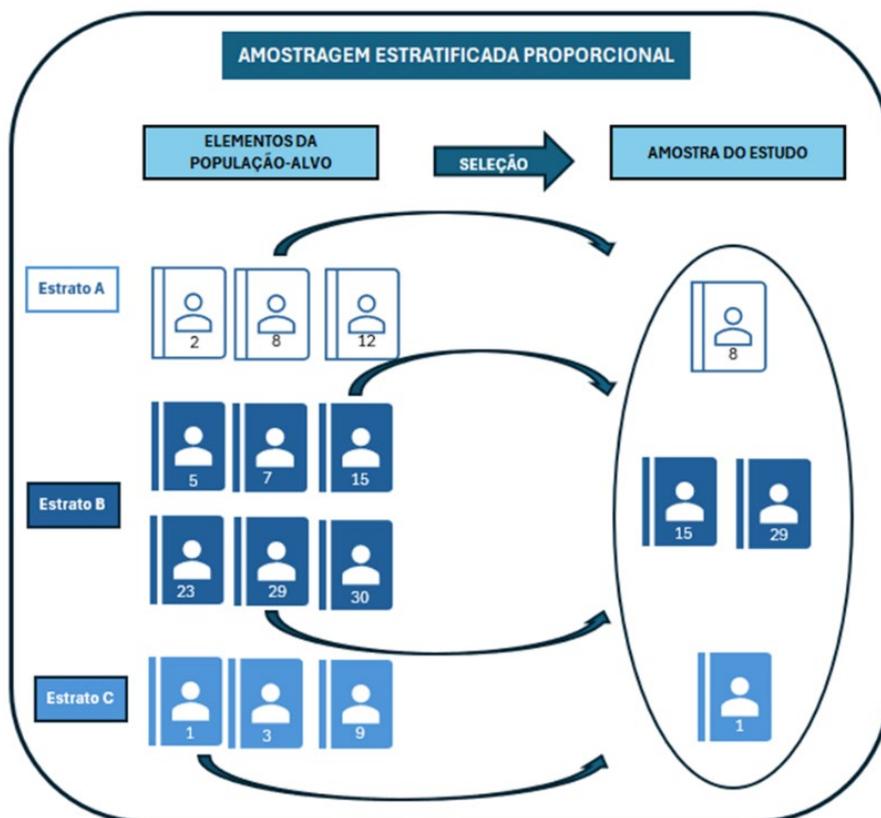


Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Adotar técnicas de amostragem não probabilística – sejam essas de categoria intencional, por conveniência, por quotas, ou em “bola de neve” (em que cada elemento escolhido indica o próximo) – pode ser apropriado para estudos de pequenos nichos ou frações específicas da população. Se, nesses

casos, a inclusão de elementos na amostra é restrita à escolha do pesquisador e torna-se vantajosa quando os objetos a serem estudados tem características raras, se há limitação de técnica, de prazo ou de recursos, por outro lado, não há como garantir igual chance de participação para todo e qualquer elemento do universo em estudo, o que compromete tanto a possibilidade de inferência probabilística quanto o espectro de generalização dos resultados. Já a técnica probabilística de amostragem sem reposição, eliminando repetição de um mesmo elemento sorteado, aumenta a representatividade e permite algum tratamento estatístico inferencial (Agresti; Finlay, 2012; Bussab; Morettin, 2013; Creswell, 2010). Como esse desenho cria uma amostra aleatória, pode permitir a generalização para a população, mesmo que não seja voltado para encontrar evidências de causalidade.

Figura 7 – Modelo de Amostragem estratificada proporcional



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Para definir a área de estudo urbana, o primeiro desafio foi definir que bairros de Imbé seriam incluídos na base espacial da pesquisa. Dos 28 bairros

reconhecidos nos carnês do Imposto Predial Único emitidos pela Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento Estratégico, apenas 4 deles que surgiram de núcleos residenciais (João Clemente, Santa Catarina, Palmirito Saraiva e 21 de abril) e um quinto (Courhasa), de uma antiga vila planejada, tem seu perímetro definido pela Lei municipal no 118, de 8 de outubro de 1991. Os demais, inclusive o bairro Imbé, no limite sul com Tramandaí e que é o bairro mais populoso e do principal centro administrativo e comercial, foram promovidos da condição balneários sem sequer ter uma lei de abairramento própria (Imbé, 1991). Por senso comum, os habitantes guardam como referência territorial o nome dos loteamentos antigos, o que influenciou a pesquisadora a adotar para o estudo uma base correspondente a esses loteamentos na interseção de 20 (vinte) bairros cadastrados no IBGE até o Censo de 2010 (que não inclui como bairro Palmirito Saraiva) e que constam do Cadastro Imobiliário Municipal, utilizado pela Prefeitura até 2023 (Imbé, 2014). Os bairros de Imbé (Figura 8) exibem entre si diferenças no percentual de lotes vagos e disponibilidade de equipamentos públicos como escolas e unidades básicas de saúde, que refletem a dimensão de sua área e duração de núcleos de ocupação, ainda que sofram com problemas semelhantes.

Figura 8 – Bairros referenciados no estudo, Imbé-RS



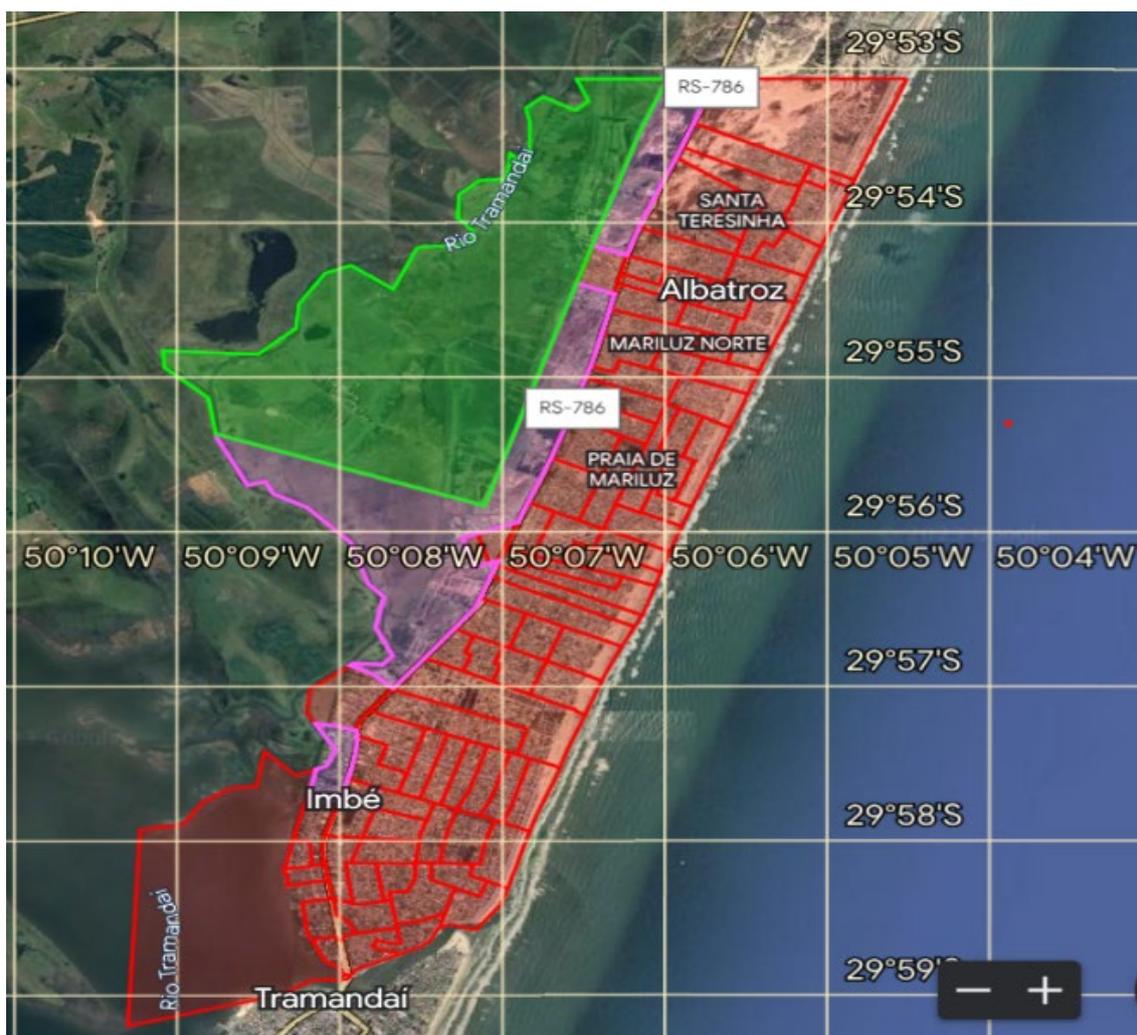
Fonte: Mapa turístico oficial, Imbé, 2022.

A dificuldade em sortear domicílios permanentemente ocupados (ou seja, com moradores permanentes por todo ano ou que permanecem em suas residências de Imbé fora da alta temporada turística), na ausência de informações precisas quanto a sua prevalência e localização em relação ao total

de lotes residenciais construídos e de um Cadastro Territorial Multifinalitário Municipal disponível, foi compensada pelas características peculiares dos setores censitários de Imbé e pelo artifício técnico de estratificação da amostra. Até 2010, um mesmo setor censitário de Imbé não se subdivide em bairros diferentes, e embora o bairro tradicional Palmirito Saraiva não tenha sido contemplado com um setor censitários sequer, um mesmo bairro possa corresponder a um único setor censitário (como em Imara e Nova Nordeste), ou se estender por vários setores censitários (por exemplo, o bairro Imbé).

Optou-se então por criar uma cartografia própria e adequada aos meios a disposição da pesquisa, iniciando com o levantamento (A) das coordenadas georreferenciadas dos Setores Censitários da zona urbana do município pelo IBGE em 2010 (Figura 9).

Figura 9 – Malha censitária urbana (A) de Imbé, 2010

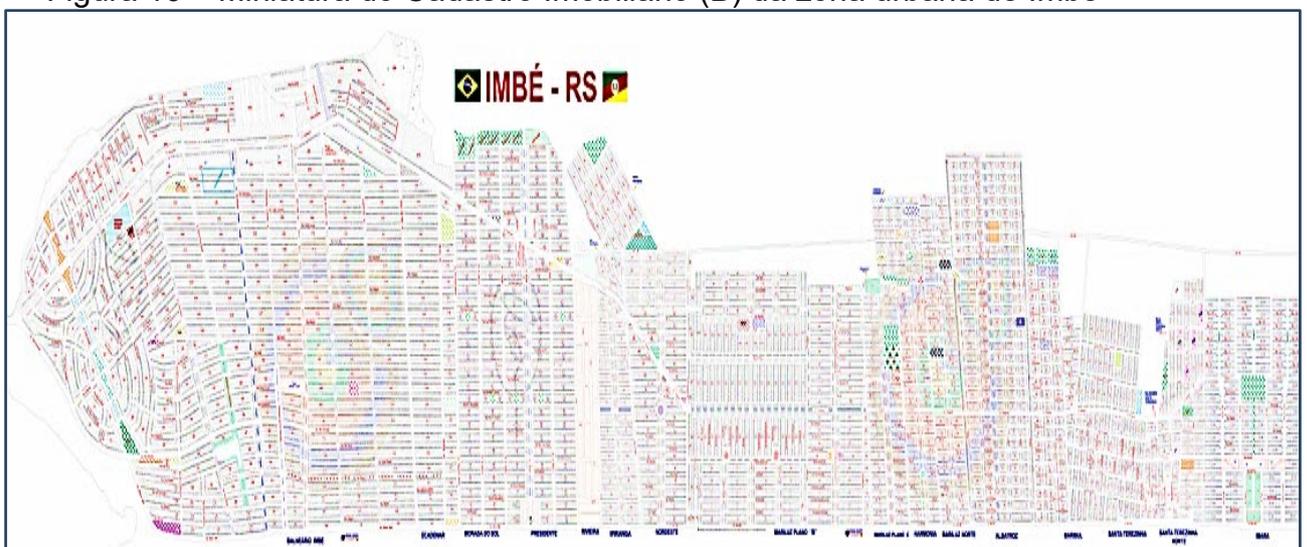


Fonte: IBGE, 2011.

O Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) não foi utilizado devido a quatro impeditivos: a versão disponível do CNEFE no início da pesquisa, com base de endereços recenseados em 2010, foi considerada defasada face ao aumento de domicílios e da população de Imbé constatados em 2022; os microdados municipais do CNEFE do Censo 2022 foram divulgados apenas em maio de 2024, após o encerramento do trabalho de campo; nenhuma das versões do CNEFE, por motivo de segurança, divulga as condições de ocupação de cada endereço e porque, no estudo piloto, identificamos que existiam estabelecimentos comerciais com função híbrida de domicílio permanentemente ocupado, identificáveis apenas presencialmente, havendo interesse em dar oportunidade para seus moradores de participar da pesquisa (Silva Filho; Barbosa, 2019).

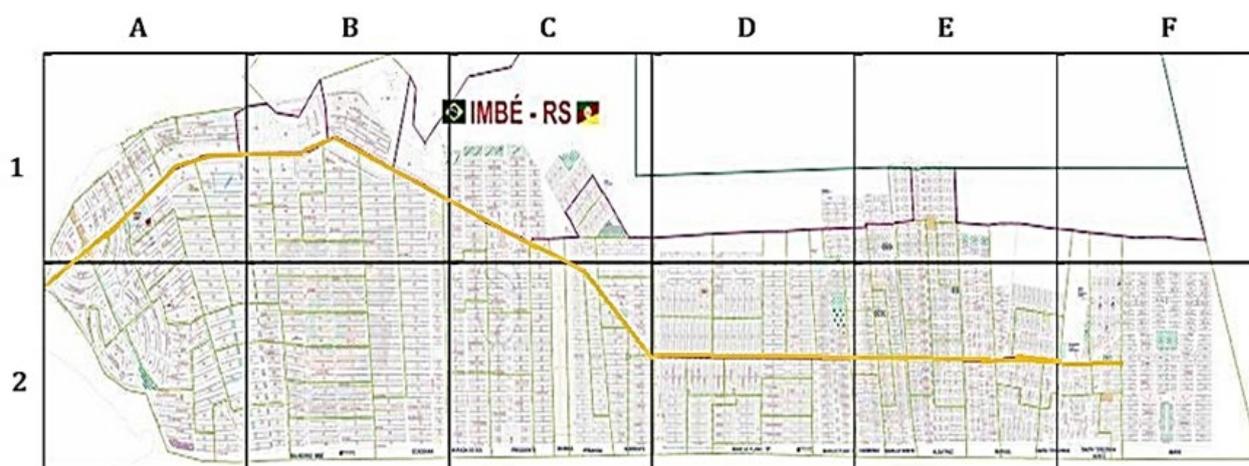
A seguir, procurou-se mapear os bairros reconhecidos no (B) Cadastro Imobiliário de Imbé, de 2014 (Figura 10), o que permitiu que ambos os mapas fossem sobrepostos, criando-se um mapa único (Figura 11), que foi ampliado, utilizando sua via longitudinal principal – caminho para acesso a todos os bairros – como eixo condutor, em uma conformação de rede axial como base espacial.

Figura 10 – Miniatura do Cadastro Imobiliário (B) da zona urbana de Imbé



Fonte: Imbé, 2014.

Figura 11 – Esboço do mapa geral (C) do trabalho de campo e suas divisões



**Legenda:** verde claro - limites dos setores censitários; laranja – eixo longitudinal principal, rosa – limite lotes em área urbano-rural.

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2023.

Por sua vez, o mapa geral (Figura 11) foi dividido em 14 segmentos, como ilustrado pelo mapa A2 (Figura 12), que tem espelhado no aspecto circular de algumas ruas o traçado peculiar do primeiro balneário planejado para Imbé, no início dos anos 1940 e corresponde a parte do “Imbé velho”<sup>13</sup>.

Figura 12 – Um dos segmentos ampliados do mapa geral produzido (A2)



**Fonte:** Elaborado pela autora, 2023.

Como o segmento acima, as partes do mapa foram impressas em lona e

<sup>13</sup> Não foi encontrada uma definição geográfica consensual sobre o que seria o “Imbé Velho”. Vulgarmente o termo é utilizado por moradores em referência a área sul do município, entre a barra de Imbé e as proximidades da sede administrativa da prefeitura, incluindo as orlas marítima, ribeirinha e lacustre, e os bairros de seu entorno.

fixadas em bases de isopor para facilitar o manuseio e fixação de pontos com tachinhas, e serviram como instrumentos de campo à prova d'água (Figura 13).

Figura 13 – Uso dos mapas de referência na prática de campo



Fonte: Elaborado pela autora, abr. 2024.

Para obter o tamanho da amostra total (Quadro 1), levou-se em conta a estimativa populacional de Imbé foi feita com base no número de habitantes adultos com idade igual ou maior que 18 anos ( $N = 20.908$ ) registrado pelo Censo de 2022 (IBGE, 2024). Foi realizado o Cálculo do Tamanho Amostral (Quadro 1), com erro amostral de 5%, que resultou num número ( $n$ ) de 394 questionários como meta prevista para todos os bairros percorridos (Cochran, 1977).

Quadro 1 – Fórmula padrão de Cálculo do Tamanho Amostral

**Tamanho da amostra ( $n$ )**

$$n = N / (1 + n * \text{Erro}^2),$$

onde:  $N = 20.908$  e  $\text{Erro} = 0.05$  (5%)

$n = 394$  entrevistados

Fonte: Cálculo como preconizado por Cochran (1977).

Já a estratificação em três estratos heterogêneos em relação à estimativa da razão de moradores permanentes em relação aos residentes sazonais

permitiu garantir que cada estrato fosse representado de forma adequada, ou seja, cobrir a área urbana do município de forma que cada subgrupo (conjuntos de setores censitários e bairros) fosse representado de forma proporcional na amostra, para melhorar a precisão das inferências e permitir conclusões mais confiáveis a despeito das variações de densidade de amostras por áreas. Dividiu-se os bairros arbitrariamente em grupos com maior população permanente estimada (estrato A), intermediária (estrato B) e baixa (estrato C), seguindo a lógica de que quanto menor fosse a população do local, menor seria também a probabilidade de sortear um elemento amostral apropriado. Por sua vez, os setores censitários litorâneos dispostos ao longo da orla marítima foram considerados em um nível mais baixo do que os continentais de um mesmo bairro, supondo que a frequência de moradores permanentes seria menor em imóveis próximos do mar e valorizados para o turismo (Quadro 2).

Quadro 2 – Estratificação da amostra

| <b>Critério 1 - Situação espacial dos Setores Censitários</b>           | <b>Critério 2 - Prevalência de domicílios ocupados permanentemente</b>   |   |  |
|---|--|---|--|
| NÃO LITORÂNEOS  | Alta<br>(Estrato A)  | Intermediária<br>(Estrato B)  | Baixa<br>(Estrato C)   |
| LITORÂNEOS  | Intermediária<br>(Estrato B)   | Baixa<br>(Estrato C)  | Baixa<br>(Estrato C)   |
| <b>Critério 3 - Agrupamento de bairros por estimativa de residentes</b> | Courhasa*,<br>Imbé,<br>Ipiranga,<br>João<br>Clemente*,<br>Mariluz/<br>Mariluz C,<br>Presidente,<br>Santa<br>Terezinha,<br>21 de Abril* | Albatroz,<br>Harmonia,<br>Mariluz N,<br>Nordeste,<br>Santa<br>Catarina* | Imara, Marisul,<br>Nova<br>Nordeste*,<br>Nova Santa<br>Terezinha<br>Norte*, Santa<br>Terezinha<br>Norte, Riviera |

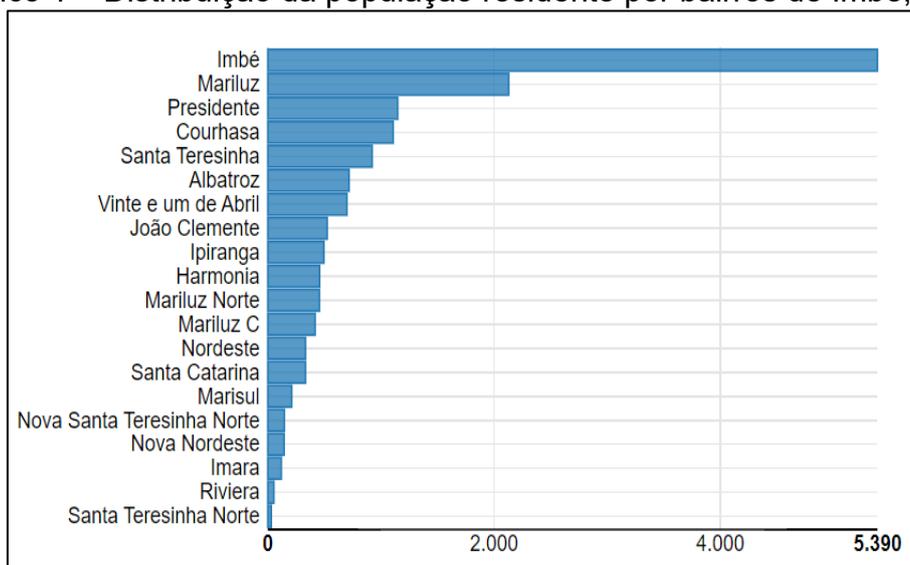
**Legenda:** \*bairros sem orla marítima.

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024.

Para a estimativa do tamanho dos estratos, a população residente por bairro foi considerada proporcional à última contagem por essa escala conhecida, a do Censo 2010 (Gráfico 1), com a mesma hierarquia caso houvesse um aumento homogêneo de 51,81% acordo com o aumento da população dos últimos doze anos contabilizado pelo IBGE (IBGE, 2023). Em relação aos

questionários aplicados, apenas os bairros Santa Catarina e Riviera não foram representados nas amostras sorteadas, pois tinham número reduzido de quadras e ficaram como amostras reservas que não foram utilizadas. Cabe destacar que o bairro Riviera é o mais recente de Imbé, com regularização fundiária apenas a partir de 2022.

Gráfico 1 – Distribuição da população residente por bairros de Imbé, 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

O tamanho proporcional de cada estrato na amostra também foi calculado (Tabela 1) para um intervalo de confiança de 95%.

Tabela 1 – Detalhamento do cálculo amostral estratificado

| Distribuição pela estimativa de frequência de domicílios ocupados |                  |                   |               |                |
|---|------------------|-------------------|---------------|----------------|
| Estratos  | Peso (%)         | Pop*.<br>estimada | Nº<br>Quadras | Nº<br>Amostral |
| A (Alta)  | 3 (50,0)         | 10454             | 518           | 197            |
| B (Intermediária)   | 2 (33,3)         | 6969              | 326           | 131            |
| C (Baixa)   | 1 (16,7)         | 3485              | 320           | 66             |
| <b>Total</b>  | <b>6 (100,0)</b> | <b>20908</b>      | <b>1164</b>   | <b>394</b>     |

Legenda: \* População com idade igual ou maior que 18 anos para o conjunto de bairros do estrato, distribuição estimada para 2022 aplicando-se o fator de correção de 1,15 aos valores de distribuição disponíveis do Censo de 2010.

Fonte: Estratificação como preconizado por Cochran (1977).

As informações quanto ao tamanho amostral, peso e população estimada proporcional por estratos, assim como o número de quadras por cada setor censitário de Imbé, associados à sua situação espacial (costeira ou não) e seus bairros, num total de 1.164 entradas por quadras de 80 setores censitários em 20 bairros alimentaram o *software* estatístico que gerou as amostras aleatórias.

### 2.3.1 Passo a passo da aleatorização da amostra

Em síntese, o processo de amostragem contou com seis etapas:

a. Levantamento da cartografia oficial dos loteamentos por bairros da área urbana da prefeitura de Imbé (Cadastro Imobiliário, 2014), sobrepostos espacialmente aos setores censitários do IBGE 2010.

b. Produção de um quadro amostral contendo o número de quadras por cada setor censitário e bairro e o número de lotes em cada quadra, relacionando cada registro em uma linha de banco de dados, que relacionou 11.280 lotes urbanos (sendo que os lotes poderiam ser baldios, incluir estabelecimentos comerciais, híbridos, domicílios coletivos ou particulares permanentes, e que, ao contrário de um endereço particular, um lote pode incluir mais de uma construção ou uma mesma construção pode se prolongar por mais de um lote).

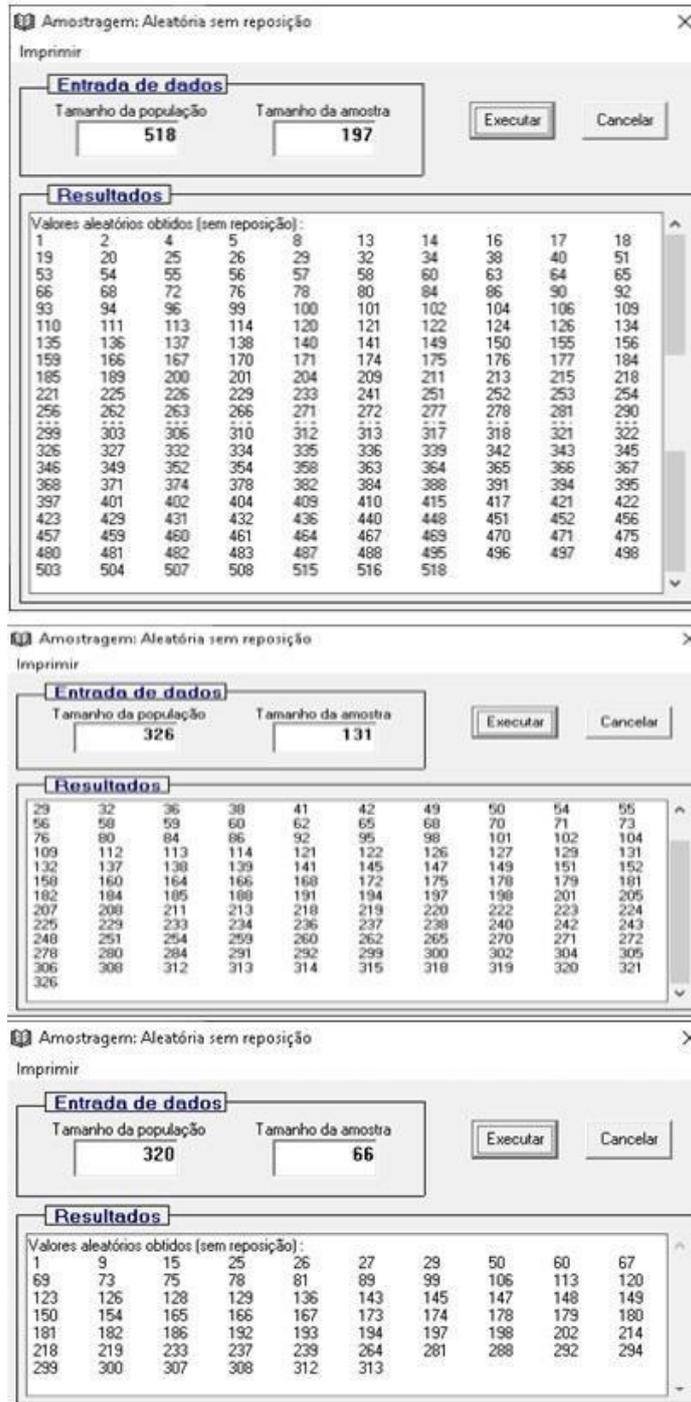
c. Divisão da população em 03 diferentes estratos após estimação de densidade, confirmada “in loco”, e o cálculo do Tamanho da Amostra para cada estrato conforme a concentração de residentes permanentes estimada em cada bairro.

d. Seleção aleatória da amostra dentro de cada estrato: lote por quadra e bairro, por algoritmo de geração aleatória do programa BIOESTAT® incorporado em banco de dados eletrônico (Figura 14).

e. Novas amostras reservas foram sorteadas em cada estrato, caso não se encontrasse domicílio com respondente que atendesse os critérios estabelecidos critérios da pesquisa (considera-se morador de Imbé, ser maior de 18 anos e voluntário para participar dessa) na quadra sorteada.

f. Cada ponto selecionado pelo processo de amostragem foi plotado em mapa para aplicação de questionário em um dos seus residentes, ou seguindo em sentido anti-horário, no domicílio subsequente até que a meta de cada quadra fosse atingida, e o trabalho de campo progrediu percorrendo quadras agrupadas por bairros, a fim de facilitar o deslocamento dos entrevistadores.

Figura 14 – Saídas do programa BIOESTAT®



**Legenda:** Por população se entende o número de entradas por quadras.

**Fonte:** Banco de dados, elaborado pela autora, 2024.

## 2.4 Procedimentos de trabalho de campo, coleta e análise dos dados

A pesquisadora procedeu ao reconhecimento do campo guiada por moradores de Imbé. As investigações observacionais preliminares do local procuraram por absorver suas características geográficas, de abairramento,

acessos viários, circulação de pessoas e projeto urbano e endossaram o balizamento cartográfico proposto.

Como procedimento de campo, nos casos em que o lote não se tratava de uso residencial, se encontrava vago ou desocupado, não dispunha de morador ou o morador encontrado recusava participar, o pesquisador tomava sua localização como ponto de partida e seguia ao longo da quadra em sentido anti-horário até encontrar um domicílio com respondente disponível. No caso de não encontrar nenhum respondente, retornava-se ao local, durante o período inicial da pesquisa, em uma segunda tentativa em outro dia e horário; e, se mesmo assim a entrevista não fosse possível, lançava-se mão da substituição por amostras pré-sorteadas como extras para o mesmo estrato. Cinco amostras a mais partiram desse banco acessório caso fosse preciso substituir algum resultado que não dispusesse de dados essenciais ou de pelo menos 90% das questões avaliativas respondidas por ocasião do planilhamento dos dados. Felizmente, apenas dois questionários precisaram ser substituídos.

No início do trabalho a pesquisadora foi acompanhada pelo próprio cônjuge quanto ao transporte de um bairro a outro, iniciando o trabalho de aplicação dos questionários com esses apoios. Aos poucos treinou e foi acompanhada em campo por equipe de quatro alunos da graduação do curso de Biologia Marinha da UFRGS - Campus LN, o que tornou a tarefa exequível. A aproximação da pós-graduação com a graduação rendeu uma troca de experiências salutar: observações em aspectos ambientais, da flora e fauna costeira, que não faziam parte da avaliação original da própria pesquisadora, por um lado, e uma primeira oportunidade de conversar e entender o modo de vida das pessoas do local, por parte dos biólogos em formação.

Se a colaboração da equipe foi indispensável na conclusão da tarefa, os principais obstáculos reconhecidos para o trabalho de campo foram as chuvas, que em conjunção com a maré alta chegaram a alagar ruas e avenidas principais; o calor e os mosquitos; a dificuldade para transitar em vias acessórias com trânsito obstruído, ora por buracos, ora por obras de restauração; o desenho dos bairros que muitas vezes não permite atravessar de um para outro sem retornar à via longitudinal principal que é espinha dorsal da mobilidade em Imbé; a falta de padronização dos nomes de muitas ruas e sua duplicidade em bairros diferentes; a falta de numeração ou com numeração fora da sequência das

casas; a falta de campainhas nos portões e cercas, o que dificultava chamar os moradores e a beligerância de alguns cães de rua territorialistas. A desorientação inicial, a curva de aprendizagem, a dificuldade em convencer alguns moradores a participar e a negativa de vários, mesmo após exposição dos propósitos e termos de confidencialidade da pesquisa, já eram esperadas.

#### 2.4.1 Observações sobre o espaço

A observação espacial mostrou que:

- a. A configuração urbana de Imbé mostra o resultado de vetores de expansão horizontal e do planejamento de loteamentos sem seguir padrões fundiários;
- b. A zona rural de Imbé, de acordo com o Censo de 2010 do IBGE, é pouco ocupada e boa parte é composta por áreas alagadas e dunas;
- c. Existem poucos condomínios horizontais fechados em Imbé, a saber os condomínios lacustres *Beverly Hills* e *Golden River*, com entradas pela Av. Paraguaçu, e o *Las Olas*, à beira-mar, com entrada pela Av. Não-me-toque;
- d. Existe um único edifício com mais de três pavimentos e esse se encontra desocupado devido a embargo da licença de habitação por discussão quanto a legalidade de altura máxima permitida para construção;
- e. A densidade de domicílios permanentemente ocupados é maior nos bairros mais antigos do Imbé velho<sup>14</sup>, em torno do centro planejado ao sul e ao longo do eixo da Avenida Paraguaçu para os novos loteamentos ao norte, e que a porção costeira dos balneários, a leste, tem maior densidade de domicílios particulares vagos e de uso ocasional do que porções ribeirinhas ou ao longo da margem direita da rodovia ERS 786 (“Interpraias”), à oeste.
- f. Alguns signos práticos foram associados aos domicílios permanentemente ocupados: ausência de placas vende-se/ aluga-se de imobiliárias; gramados e jardins bem cuidados; lixo doméstico nas lixeiras de rua; portas e janelas semiabertas; poltronas e cadeiras nas varandas; animais domésticos como cães

---

<sup>14</sup> No Censo 1980, anterior ao processo de emancipação de 1988 (RS, 1988a), Imbé contava com 294 construções, em sua maioria concentradas na região de povoamento original ao norte da Ponte Giuseppe Garibaldi. Os moradores chamam de Imbé velho um conjunto de ex-loteamentos a região densamente povoada dos bairros de pequena extensão que em conjunto formam o Imbé velho hoje – Imbé (centro), Barra de Imbé, João Clemente, Palmirito Saraiva, Santa Catarina, 21 de abril e Encadenar. Os limites informais do Imbé Velho são, a oeste, o bairro Courhasa e, a leste, o bairro Presidente.

e gatos (e em um domicílio, uma ovelha!) circulação de automóveis e bicicletas; próprios e de entregadores/ prestadores de serviços públicos.

g. Já os domicílios vagos ou de aluguel, estavam fechados ou em obras; com gramados altos; alguns com portas e portões lacrados por correntes e cadeados; desabitados; alguns tinham placas de empresas de segurança ou contavam com animal de guarda de grande porte nos pátios. Vizinhos ou transeuntes avisavam aos entrevistadores que aquela construção era de propriedade de não morador.

A meta de 394 (trezentos e noventa e quatro) questionários aplicados em residentes de Imbé, maiores de 18 anos, voluntários e entrevistados em seus domicílios, foi alcançada em cerca de cinco (5) semanas, dentro dos períodos de 11 de novembro e 11 dezembro de 2023 e de 02 e 11 de abril de 2024. A divisão operacional nesses dois períodos, imediatamente antes e após o auge da temporada turística de verão, permitiu, ainda que em curta janela temporal, a observação da dinâmica de transformação do território após a pressão de um fluxo maior de turistas. Já os dados dos questionários preenchidos em papel foram planilhados, utilizando como artifício facilitador a transferência de suas respostas para um formulário criado no *Google Forms*®. As respostas foram tratadas nos softwares Excel e R, e as estatísticas foram conduzidas no R, versão 4.3.3, considerando um nível de significância de 5% para todas as análises. A caracterização descritiva da amostra apresentou os dados quantitativos expressos como média (desvio padrão) e dados categóricos como frequências absolutas e relativas (Anúnciação, 2021; R, [2024]). Foram utilizados gráficos e tabelas univariadas e bivariadas para descrever variáveis e cruzamentos e, quando aplicável, utilizou-se o teste de Qui-Quadrado para testar a associação entre variáveis. O banco de dados completo de respostas é divulgado<sup>15</sup> para consulta livre de outros pesquisadores.

---

<sup>15</sup> **O Banco de Dados** dessa pesquisa, observando a filosofia de Ciência Aberta, até que o repositório central de arquivos acadêmicos da UFRGS (Lume) disponibilize suporte para sua divulgação, é compartilhado, alternativamente, pela plataforma internacional *Google drive*®. Disponível em: [https://docs.google.com/spreadsheets/d/1GkEN00i9oZvBqZzyLvG706IQ-kyYX\\_j3/edit?gid=451116203#gid=451116203](https://docs.google.com/spreadsheets/d/1GkEN00i9oZvBqZzyLvG706IQ-kyYX_j3/edit?gid=451116203#gid=451116203).

### **3 TERRITÓRIO, TURISMO E O OLHAR DOS RESIDENTES**

O arcabouço conceitual importa tanto quanto o metodológico para que uma pesquisa se construa em fundações sólidas e não se torne rasa ou anedótica. Turismo, território e desenvolvimento locorregional têm pontos em comum: são conceitos complexos, dinâmicos e polissêmicos, sem uma definição consensual única; eles são utilizados em ciências sociais aplicadas pelo enfoque de diversas disciplinas – geografia, economia, sociologia, antropologia, administração, entre outras – e só podem ser considerados úteis se centralizarem os seus objetivos na qualidade de vida e na dignidade das pessoas. Portanto, como fios, os três conceitos podem ser tecidos juntos em uma trama enriquecedora do referencial teórico desta pesquisa, que tem como protagonistas várias categorias de atores sociais em conflito, dentre eles os residentes de Imbé, com suas representações, concepções e interesses quanto às transformações territoriais cotidianas de seu entorno. Ainda que os residentes não sejam considerados os protagonistas do turismo (Costa; Rocha, 2023), pois esse só existe onde há turistas, a influência das transformações causadas pela atividade turística são sentidas por eles com intensidade maior do que dos demais atores – gestores governamentais, políticos, empresários, trabalhadores do turismo e os próprios turistas.

Esse terceiro capítulo constrói e enquadra essa tapeçaria de noções, conceitos, abordagens e domínios pré-definidos que serão utilizados para apoiar a análise socioespacial do turismo, na perspectiva de residentes do local. O propósito é trazer o assunto organizado a partir dos conceitos mais abertos até os mais particulares, e distribuído em três seções e suas subdivisões. A primeira seção apresenta a abordagem territorial do desenvolvimento e dedica-se a justificar a escolha do território como categoria geográfica funcional para o estudo; a segunda é dedicada à explanação de conceitos centrais, assim como se propõe a esclarecer a interrelação e distinções entre pertencimento e territorialidades aplicáveis a anfitriões e turistas. A última seção, dedica-se ao desenvolvimento de áreas litorâneas onde o fenômeno de turismo de segundas residências é dominante em relação a atividades tradicionais agropastoris e industriais.

### 3.1 Abordagem territorial e o conceito de desenvolvimento

A concepção corrente de desenvolvimento no discurso acadêmico e político, após a segunda grande guerra até o fim do século XX, se confundia com a de “progresso”, que, nas palavras de Theis (2022, p. 6), era uma noção que “anunciava um futuro de liberdade, justiça e abundância se apoiava na combinação da razão com a experiência, das ideias com os fatos” em que, assim, “o ser humano poderia elaborar conhecimento (a ciência) com vistas à sua aplicação para fins práticos (a técnica) e (...) reorganizar o mundo em que vivia”. Ambas, ciência e técnica, amalgamadas, remetiam a uma panacéia universal para erradicação da pobreza e superação de atrasos econômicos em um “admirável mundo novo” de feições ocidentais – eurocêtricas e estadunidenses – que paradoxalmente apresentava seu maior sucesso na recuperação pós-guerra japonesa.

Porto-Gonçalves (2004) criticou as políticas desenvolvimentistas como políticas de “des-envolvimento” por segregar, negar autonomia e não envolver comunidades locais e originárias. A própria análise lexical do substantivo abstrato “desenvolvimento” na língua portuguesa brasileira contemporânea é mais complexa do que apenas uma oposição dicotômica entre envolver-se ou não. Desenvolvimento, como termo que mescla ao verbo raiz “desenvolver” ao sufixo “mento”, não inclui a projeção da ação de um agente externo, ao contrário, nele existe a propriedade aspectual de uma mudança de estado, capacidade, processo, instrumental ou evento causado por situação interna. A noção de causação interna, como propriedade inerente da raiz verbal, apoia-se na análise morfológica atribuída às suas propriedades temáticas, tanto inceptivas, isto é, que implicam situações cuja realização denota o começo de uma outra situação, como incoativos, ou seja, que implicam na conversão de uma configuração em outra (Oliveira, 2007). Portanto, sem causa interna, sem o envolvimento de pessoas e seu entorno, não é possível qualquer desenvolvimento de uma sociedade: ao contrário, todo motor de desenvolvimento pautado apenas em forças externas está fadado a derrocar a longo prazo.

Continuando a análise lexical pura, o verbo “desenvolver” quando suprimido o prefixo “des”, que tem o sentido de desfazer ou opor a ação da raiz, desnuda o verbo “envolver” que tem, por sua vez, nuances polissêmicas, que

correspondem às ações de: 1) contornar ou cercar; 2) embrulhar ou cobrir, 2) abranger, encerrar, incluir; 3) dominar, invadir; 4) esconder, dissimular; 5) colocar fora de perigo, proteger, resguardar; ou mesmo de 6) causar, resultar, acarretar consequências; 7) importar, participar; 8) atrair, seduzir, cativar; 9) intrometer-se, intervir; 10) ou mesmo a de ligar-se, responsabilizar-se (Houaiss, 2009). Sendo assim, seria o desenvolvimento um processo de romper cercos, desenredar nós, abrir campos, expor, tornar francas, participativas, e libertar ações, ou pode levar ao nada fazer, seja por abstenção, repulsão, escusas, desinteresse ou insignificância atribuída aos esforços humanos? Como tema de estudo, o desenvolvimento não é uma ação e sim a insurgência de um processo, sem valor positivo ou negativo inerente, e que, por outro lado, é construído na sua própria ausência. Theis (2019) pondera que é a falta de desenvolvimento, o desenvolvimento desigual, errôneo, desqualificado ou incompleto, que impulsiona por si só a necessidade de estudar e planejar o desenvolvimento. E o encanto desse esforço engloba o reconhecimento de que, mesmo articulado aos contextos “de fora”, o processo de desenvolvimento, em todos os seus aspectos e suas consequências, nunca poderá ser completamente orquestrado por mente externa a ele.

Ideias são, ao mesmo tempo, criadoras e criaturas de crenças do seu tempo. Uma nova noção de progresso pós sociedade global e informacional inclui a ênfase no desenvolvimento humano ao paradigma territorial de desenvolvimento, garantindo oportunidades e direitos para que as pessoas desenvolvam suas capacidades e potencialidades. Esse desenvolvimento das pessoas inclui o desenvolvimento voltado para as pessoas e realizado pelas pessoas, com indivíduos exercendo tanto o papel de atores como de beneficiários do desenvolvimento, por meio da distribuição equitativa de riquezas e da participação ativa em suas comunidades. O ser humano volta a ser central ao conceito de desenvolvimento de um povo, com um retorno aos ideais de tempos anteriores à supremacia das máquinas (Sen 2010; Favareto, 2006; Zaoual 2009, 2010; Zapata, 2011).

Favareto (2006) denuncia a vulgarização do termo desenvolvimento, esvaziado de sentido pelo seu uso em campos de conhecimento diversos ou como figura meramente retórica, e mesmo por sua prolífera adjetivação. Por sua vez, Souza (2013) contesta de forma correlata o uso da categoria território como

modismo teórico, pois o uso excessivo a esvaziaria de sentido esvaziado, sob o risco de arrependimento da escolha ao se revela, em retrospecto, sua inadequação. Tendo em vista as advertências de Favaretto (2006) e Souza (2013), durante o percurso desta dissertação importa não prescindir de um posicionamento claro sobre a corrente analítica escolhida e sua capacidade para colaborar na resposta à pergunta chave. É adotada a posição bem resumida por Saquet (2008, p. 74) como uma “abordagem histórica, cultural, multidimensional híbrida de território e territorialidade” que leve em consideração o caráter material e imaterial do território em unidade, ou seja, das características geográficas associadas às suas dimensões “econômica-política-cultural-naturais”.

A dimensão econômica contempla o trabalho e necessidade humana de subsistência, e a produção, circulação e consumo de bens, serviços e impostos. A dimensão política, que se refere às projeções de poder no espaço, procura perceber conflitos, assimetrias, simetrias e consensos entre aqueles que disputam o território, seus porquês e comos. A dimensão cultural, de símbolos, pensamentos, comportamentos e identidades socialmente construídas. E a dimensão da natureza, interior e exterior ao homem como ser biológico, não do que ela é, e sim do que se faz dela, em representações e transformações. Abordar assim o desenvolvimento a partir do território permite a análise multidimensional, pluridisciplinar, interescalar e que engloba o dispositivo local ao contexto externo, assim como a realidade tecnológica às informações estruturais sobre arranjos de grupos de pessoas e instituições perante as normas e os limites da realidade de certo tempo e espaço.

Por sua vez, a abordagem territorial do desenvolvimento vem sendo utilizada com frequência, desde o início do século XXI, em estudos acadêmicos e no planejamento público. Sua potência integradora que permite compreender, simultaneamente, várias facetas e dimensões do desenvolvimento – social, cultural, ambiental, política, humana – expandem a tradução exclusiva do desenvolvimento apenas em termos de indicadores de crescimento econômico. Outra particularidade útil da abordagem territorial é a de considerar o desenvolvimento como um processo em movimento permanente e não como um nível definido a ser alcançado. Ao contrário, permite várias definições e redefinições de objetivos a partir de demandas, necessidades e capacidade

particular de organização de atores interessados nesse desenvolvimento (Alcântara Filho; Silva; Silva, 2018; Favareto, 2006; Mauro *et al*, 2018).

A abordagem territorial é, até aqui, uma visão integradora de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas de intervenção que incorpora tanto as condições geográficas, sejam naturais ou de ambientes antropicamente construídos, quanto às condições sociais que nelas se assentam. Enfoca a cultura e história como elementos fundamentais que apoiam a construção das estruturas sociais do território, sem negligenciar dimensões econômicas, ambientais e político-institucionais uma vez que influenciam a mobilização de recursos físicos e humanos capazes de fomentar processos de desenvolvimento capazes de gerar melhoria na qualidade de vida de populações locais (Alcântara Filho; Silva; Silva, 2018; Gastal; Moesch, 2007; Mauro *et al*, 2018).

Seriam vácuos, tanto o território quanto o desenvolvimento, se esvaziados das ações humanas cotidianas, seus conflitos de interesses e seus arranjos mutáveis. Esses arranjos, dispostos em tramas sobrepostas com seus pontos e fluxos, redes, ligações e nós, traduzem estruturalmente o tecido geográfico, político e socioeconômico (Raffestin, 1993). Enfim, mesmo que a escolha da escala adequada para tratar cada problema represente um dilema, é possível resolver por essa lente três problemas medulares ao pensar e promover o desenvolvimento: onde, quando e para quem ele se destina (Favareto, 2006).

Por desenvolvimento territorial entende-se, portanto, a transformação de territórios, seja por reforço ou reinvenção de seus usos econômicos e políticos, pela intervenção de atores locorregionais em interação com as demais escalas de poder e gestão. O desenvolvimento territorial ocorre quando esses atores se reconhecem como parte de uma comunidade ou sociedade na qual são capazes de projetar suas ações e desenvolver suas próprias potencialidades de vida e que tem como referência comum seu território (Rambo; Filippi, 2014). Ou, como resume Zapata (2011, s/p), deve ser um processo realizado a partir das pessoas, para as pessoas e pelas pessoas:

[O desenvolvimento] deve ser 'pelas pessoas', tendo as pessoas como sujeitos do processo: 'das pessoas' [que] quer dizer oportunizar para que possam emergir suas potencialidades e capacidades; e 'para as pessoas' [que] significa que a finalidade precípua do desenvolvimento é beneficiar as pessoas, criar qualidade de vida e de realização humana (Zapata, 2011, s/p).

Boisier e seus colaboradores (1995) acrescentam que o conceito de desenvolvimento territorial pode ser oposto a anomia social, pois se refere a organização coletiva de atores locais em função da capacidade de ação e que esses processos estruturais de mudanças socioeconômicas podem ser delimitados geograficamente em expressões tanto microlocalizadas como mesolocalizadas. Essa reflexão, cujas expressões espaciais poderiam ser traduzidas no Brasil, respectivamente, por distritos (cada um gerenciado, geralmente, por sua subprefeitura) e municipalidades (com suas prefeituras), e como aglomerados populacionais maiores e regiões, justifica o pensamento que passou a considerar a possibilidade de análise desses recortes associados ao território, que classicamente era categoria utilizada para análises de Estados-nação e suas fronteiras. Em paralelo, discute que o tríplice objetivo do desenvolvimento seria o de aperfeiçoar o território como sistema físico-social interativo e articulado ao seu contexto, aperfeiçoar a sociedade e oferecer oportunidades de autodesenvolvimento para cada indivíduo que habita esse território e pertence a essa sociedade (Boisier *et al*, 1995).

Há quem prefira modelos determinísticos, fechados e reducionistas, e aqueles que apontam para construções autônomas de cada sociedade e se incomodam com fórmulas prontas para soluções ao desenvolvimento. Para esses últimos, a abordagem territorial do desenvolvimento tem o potencial de acrescentar uma visão do ser coletivo, tornado concreto pelo lugar de vida e trabalho em comum, assim como torna visível os conflitos em torno do poder, por meio da disputa por recursos e posições sociais de influência. Mesmo que não ensine por si mesma como construir o desenvolvimento territorial, essa abordagem tem por mérito assumir que não existem fórmulas prontas que possam ser úteis a toda e qualquer sociedade, em seus espaços-tempo distintos.

Se a abordagem territorial do desenvolvimento é, portanto, uma visão integradora de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas de intervenção que incorpora tanto as condições geográficas quanto o contexto social em que se assentam, a eleição dessa abordagem geográfica como lente para aproximação ao estudo do turismo torna-se apropriada. E, ao se falar de desenvolvimento territorial associado ao turismo, como prática socioespacial e as distintas instâncias interativas do território como perspectiva integradora para

sua reflexão, torna-se coerente retornar à discussão do que é território, uma categoria geográfica com diferentes vertentes de entendimento.

### 3.1.1 Território, uma categoria política e funcional

Se não existe espaço vazio, não existem, da mesma forma, territórios e lugares sem histórias, cargas de significados e marcas ao longo do tempo. A carga cultural pode ser herdada, mas não contém todas as respostas para o devir e, portanto, não sinalizam um caminho único a seguir. E, desse modo, em complexas relações entre si e com seu mundo, seres humanos formulam ideias, que se desdobram em outras ideias, tecendo um futuro dinâmico.

Existe mérito em estudar a influência da geografia local e comparar fatores dicotômicos de distinção no desenvolvimento das sociedades, desde que essas interpretações não sirvam apenas para reforçar estereótipos étnicos e culturais simplórios, senão perigosos, uma vez que excluem da avaliação o contexto e a complexidade de interação entre fatores geográficos, históricos e humanos. Uma sociedade não deve ser resumida ao fato de ser posicionada no hemisfério norte ou sul, por ser anglófona ou francófona, ou mesmo por ter sido colônia portuguesa ou espanhola em seu passado.

Enquanto muitos pensadores, desde Rousseau, afirmavam que o homem é fruto de seu meio, uma visão mais antropocêntrica acredita que o meio é produto do homem e que, antes, o meio é parte do homem que é produto de outros homens. Crê-se que o homem é capaz de moldar seu entorno à sua conveniência e que, por suas escolhas e atos, conscientes ou não, mais do que apenas ser passivamente conformado ou corrompido pelo meio, pode reproduzir suas concepções durante o convívio e troca de informações com outras pessoas.

Os recortes do espaço geográfico, utilizados como ferramentas conceituais, não aceitam uma lógica disjuntiva, e não podem ser utilizados, estreitamente, em uma compreensão fechada. Evita-se, no mais, adotar uma visão panorâmica, ao saber, contudo, que mesmo quando uma categoria espacial dá foco a uma certa dimensão do espaço, os demais aspectos – que se desfocam sob a visão macro aberta para detalhar um aspecto maior da pesquisa em primeiro plano – não deixam de existir (Haesbaert, 2014; Suertegaray (2001).

Assim, é fundamental conhecer o sistema das categorias espaciais – suas singularidades e a forma com que devem ser tratadas em relação ao território. Haesbaert (2014) destaca, nesse sentido, o aspecto interrelacional das categorias geográficas: os conceitos não só não podem ser tratados isoladamente, como nunca constituem unidades homogêneas, sempre são múltiplos, tanto no sentido interno, com seus elementos, suas sobreposições e sua flexibilidade em torno de uma problemática ou foco central, quanto no sentido externo, na relação com outros conceitos dentro de uma constelação ou sistema mais amplo – permanecendo sempre abertos, portanto, a novas conexões potencialmente realizáveis.

Em outro ponto, Haesbaert (2014) adverte que os problemas de pesquisa devem ser sempre o ponto de partida da escolha, uso e renovação conceitual. E reforça a característica de conjunto, na medida em que propõe, para facilitar o nosso entendimento, a imagem de “(...) uma constelação ou sistema de conceitos que, mergulhados na categoria espaço, se ordenam e se reordenam constantemente.” Sua metáfora galáctica compreende um “sistema” de planetas (território, ambiente, paisagem, lugar), como algo que se estabelece em torno de uma “estrela” central (o espaço-tempo geográfico), num jogo circular de conceitos em torno de processos de regionalização.

Delineando os conceitos dessa dissertação a partir desses pensamentos de Suertegaray (2001) e Haesbaert (2014), é preciso considerar o território como categoria geográfica operacional distinta de outras por representar a projeção do poder no espaço, enquanto, por outro lado, o espaço geográfico, não é seu sinônimo, é sim uma categoria síntese de todas as demais. Entretanto, mesmo que o território não seja o conjunto de todas as categorias, e sim reconhecido como espaço concebido e delimitado a partir das relações do poder e conflitos, nele as demais dimensões tratadas pela geografia não se anulam, permanecem como reflexos que enriquecem a cor de fundo. A percepção de suas dimensões extra políticas, nas interferências da projeção de poder na conformação do espaço como as tratadas no ambiente e paisagem, portanto, se somam a de outros recortes geográficos possíveis, e cada uma dessas categorias-irmãs incorpora uma ênfase: na articulação de informação, atores e agências (rede), nos substratos materiais, econômicos ou demográficos em comum (região), e das questões identitárias e vividas no cotidiano específico (lugar).

A partir de um retorno ao pensamento de Suertegaray (2001) é possível complementar a ideia, ao dizer que as categorias espaciais não têm sentido pelo uso simultâneo, mas como um sistema de ideias não hierárquico. Suertegaray observa que recortar o espaço geográfico em categoriais não tem a função de desarticular o conhecimento, e, sim, a de operacionalizar a possibilidade de diferentes leituras e análises, sem esquecer que a dimensão predominante de cada categoria está expressa também nas demais: Se de um lado o trabalho intelectual recorta o espaço geográfico, de outro, existe a crença de que esses recortes poderão mais unir o discurso geográfico, do que separar. Isto porque, “embora cada conceito-chave seja capaz de enfatizar uma dimensão da complexidade organizacional do espaço geográfico, nenhum deles prescinde das determinações expressas em uns e em outros” (Suertegaray, 2001, p. 8). Por exemplo, enquanto a paisagem é estática e remete ao momento da percepção do espaço pelos sentidos, de como ele é percebido em termos culturais- estéticos, simbólicos ou econômicos, o ambiente é dinâmico, inclui a transfiguração da natureza e sua relação com a sobrevivência dos seres vivos. Não é possível conceber a representação do ambiente sem pensar em paisagem ou pensar em paisagem sem considerar o ambiente.

Na distinção teórica, cada categoria geográfica torna-se funcional ao referenciar o conjunto das demais categorias e suas diferentes ênfases. Todavia, se o senso comum muitas vezes as utiliza como substantivos equivalentes, o uso acadêmico para Suertegaray (2001) e Haesbaert (2014), geógrafos reconhecidos, não é substitutivo. Ambos, Suertegaray e Haesbaert, tomam o espaço geográfico por uma categoria *mater* e difusa do substrato espacial que engloba todas as outras, relacionada também às instâncias de tempo passado/presente ou ao que virá. O que se propõe é um modelo visual explicativo, que mostra as categorias espaciais como uma composição segmentar de um disco do espectro visível. Na observação desse disco, ao girar, como no experimento newtoniano<sup>16</sup> clássico, as categorias se misturariam de

---

<sup>16</sup> O “disco de Newton” é um dispositivo de demonstração de composição das cores popular no ensino de Física que recebeu o nome do astrônomo, matemático e físico britânico, Sir Isaac Newton (1643-1727) devido seu experimento com prismas que evidenciou a decomposição da luz branca do Sol nas cores do arco-íris.

forma homogênea, criando a representação de um espaço geográfico complexo, ao mesmo tempo, um cristal único e multifacetado (Suertegaray, 2001).

Por sua vez, não se pode confundir o conceito geográfico de território com a coisa (fenômeno ou problema em estudo) em si, ressalta Haesbaert (2014). O território é uma representação, e, como toda abstração que pretende recriar o objeto em outras bases, que permitam ler a sua realidade, ele é falível, mutável e sujeito a diversas leituras e reconstruções. Ciente de que o pensamento humano é diverso, não surpreende que vários autores concebem as suas próprias definições de território, ao valorizar mais esses ou aqueles aspectos de uma noção complexa. Há que se considerar, porém, que o território não é um quadro em branco, que aceita passivamente qualquer escrita.

Uma primeira ideia elementar sobre território, que vigorou de forma hegemônica até o século XX, baseava-se, exclusivamente, na materialidade e posse (ou sua disputa) de recursos materiais do patrimônio territorial, recursos esses físicos-naturais ou populacionais, no contexto estratégico-militar histórico e da formação dos Estados-nação e suas fronteiras. No entanto, dada às várias dimensões da noção ampla de território e possibilidades de sua interpretação, essa não é a única concepção atual, até mesmo porque, se o que interessa na pesquisa sociológica é a transformação social, “os limites, políticos e administrativos, são mais ou menos estáveis, enquanto os limites econômicos os são bem menos, pois são mais dinâmicos, isto é, se adaptam a mudanças e conjunturas” (Raffestin, 1993).

Raffestin (1993), progride além dessa noção para um segundo olhar em profundidade, ao destacar a problemática do exercício do poder através do território que é permeado pelo labor humano. Para o autor, o território se forma como resultado da ação de atores sociais, a partir e sobre o espaço, e que, assim, territorializam esse espaço de modo simbólico ou concreto. Em sua perspectiva, o território é “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (Raffestin, 1993). Seu esforço teórico acrescenta que a criação do território é um processo de apropriação e dominação do espaço, o que inclui os modos de produção e as diversidades das sociedades que engloba e cada sociedade produz seu próprio espaço.

O poder, seja ele explícito, na forma de governo estabelecido, ou implícito, imaginário e informal, é intangível e onipresente, todavia não é onipotente: o poder só pode ser exercido por meio de um território. Há que se considerar, contudo, que entender o espaço territorializado pelo exercício de poder não significa vê-lo como destituído de materialidade ou voltar às costas à cultura e à economia. Cultura, economia, ambiente, entre outras das múltiplas facetas do espaço social, são distinguíveis no território, mas não são separáveis (Souza, 2013).

Quanto à relação entre território e substrato material, cabe adicionar que não é biunívoca. É possível que a fonte de poder deixe de existir ou se transforme, pois os limites e fronteiras de um território são invisíveis e móveis, sem significar o desaparecimento do substrato espacial e material correspondente. De forma reversa, passível de conjectura no plano simbólico, a existência de territórios apenas imaginados, sem qualquer substrato espacial concreto, não tem paralelo na impossibilidade teórica e do fato que um território exista sem substrato material e ocupação humana, ainda que simbólica (Souza, 2013). O território pode ser considerado como meio, funcional, pelo seu papel material como recurso à subsistência e desenvolvimento, ou, um fim por ele mesmo, um abrigo simbólico, do lar que dá guarida a identidade de um povo e permite a sobrevivência do seu cosmos de imagens e representações próprias e sua reprodução cultural (Haesbaert, 2014).

No pensamento de Santos (1998), o território usado é sinônimo de espaço habitado e humano, composto por objetos e ações, cada vez mais fluidos que fixos, e de lugares contíguos (as horizontalidades) e ligados em rede (as verticalidades) por toda sorte de processos e formas sociais. Nesse território, ainda que, simultaneamente, assumam funções e usos diferentes, os mesmos pontos compõe o espaço de todos (o espaço banal).

Segundo a tríade que sustenta a concepção de espaço em uma vertente fenomenológica, tanto individual como coletiva, o espaço vivido (*le vécu*) é o espaço em que se assentam os laços humanos e sociais, ou seja, o espaço de seus usuários, os habitantes, assim como daqueles que o descrevem ou acreditam descrever (Lefebvre, 1991). O conjunto de elementos se completa com os espaços concebido (*le conçu*) e percebido (*le perçu*), que correspondem as tentativas de planejamento racional e as representações e leituras simbólicas

dessa vivência, *a priori* utilizada na argumentação acerca da produção e reprodução do sistema capitalista.

Para Gomes (1996), o espaço vivido deve ser compreendido como espaço de vida, construído e representado pelos atores sociais que circularam neste espaço, mas também vivido pelo pesquisador que, para interpretar, precisa penetrar completamente este ambiente. A ele é central não apenas a proximidade física do território investigado, como a empatia com o espaço que estuda, possibilitando a inteligibilidade do sentimento de pertencimento vivido pela comunidade que ali se estabelece.

A ciência geográfica, definida pelo viés do espaço vivido, não tenta criar leis nem observar regularidades generalizadoras. Seu ponto de partida é, ao contrário, a singularidade e individualidade dos espaços estudados. Ela também não procura avançar resultados prospectivos ou normativos, como as ciências ditas racionalistas. Seu objetivo principal é fornecer um quadro interpretativo às realidades vividas espacialmente. A objetividade não provém de regras estritas de observação, mas do uso possível de diversas interpretações na compreensão do comportamento social dos atores no espaço. (Gomes, 1996, p. 320).

Tendo em vista o acréscimo da dimensão simbólica do território, que também é lócus de experiências vividas e percebidas, e da importância para a sua própria existência da apropriação pelo uso e produção social, conceituar o território de modo estritamente material se torna questionável e contraposto a visão antropológica de um território vivido. Essa terceira via se caracteriza pela concepção do território como processo indissociável da prática de grupos sociais, e, mais, multiescalar e híbrido, em elementos tangíveis e intangíveis, sem predominância determinada. O território passa a ser entendido como uma fração do espaço historicamente construído através das inter-relações dos atores sociais, econômicos e institucionais que atuam em âmbito espacial apropriado a partir de relações de poder sustentadas por motivações políticas, sociais, ambientais, econômicas, culturais ou religiosas, emanadas do Estado, de grupos sociais ou corporativos, instituições ou indivíduos (Pecqueur, 2005; Rambo; Filippi, 2014). Por meio dessas interrelações humanas é possível perceber as projeções de poder no entremeio das condições materiais da vida e, enfim, é possível afirmar que só existe território quando nele existe gente, e que o território “vazio” é uma construção de invisibilidade das populações nativas daquele território que o disputam com novos atores interessados em sua posse.

Saquet (2008), nessa corrente, sugere pensar o território pela especificidade de um espaço ocupado (por pessoa, sociedade, empresa ou Estado), uma vez que é produzido pela ação coletiva humana e é condição para reprodução social e do campo de poder que o envolve. Sintetiza que território é uma construção social, histórica e relacional vinculada aos processos de apropriação e dominação, tanto do espaço quanto das pessoas que nele vivem. E que na sua compreensão, a territorialidade corresponde ao poder exercido, o que extrapola as relações políticas, envolvendo relações econômicas e culturais, mesmo que cotidianas ou temporárias. Para o autor, "o caráter material e imaterial do território e da territorialidade requer, evidentemente, uma abordagem que reconheça a unidade entre (...) as dimensões de economia-política-cultura-natureza" (Saquet, 2008). Portanto, o território qualifica o social, é como um campo de força projetado no espaço pelas relações sociais do poder.

Já é possível, pois, formular uma aproximação abrangente de que o território é produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social: campo de poder que envolve edificações e relações sociais historicamente determinadas, ou seja, uma produção do exercício de poder de determinado grupo ou classe social e suas respectivas territorialidades cotidianas que ele mesmo ajuda a reproduzir (Saquet, 2008; Souza, 2013). Entretanto, o território não pertence a pessoas ou grupos, são esses que pertencem ao território, a materialidade concreta do território conta como trunfo na prática, seja na forma de recursos ativos ou potenciais. É um sistema de atores enraizando no substrato material dinâmico (Pecqueur, 2005).

Souza (2013) advoga que territórios são antes relações sociais (projetadas no espaço) do que espaços concretos (em que relações de poder espacialmente delimitadas operam sobre um substrato referencial); são campos de força, que só existem enquanto existirem as relações sociais das quais são o reflexo. O poder pode ser heterônimo, com suas assimetrias, conflitos e fenômenos de dominação, ou autônomo, mais simétrico, livre de coerção e estabelecido por consenso. Contudo, a todo poder, sempre vai se referir um contrapoder, algum grau de resistência. Por consequência, o poder depende do consentimento social para continuar existindo. Sem parte substancial da sociedade para suportá-lo, o território é fadado a se desintegrar e, pouco a pouco, criar outros territórios e territorialidades. Nessa lente integralizadora das

demais, o território é um recorte do espaço geográfico relacional, uma categoria que reúne natureza e cultura, definido por e a partir de poder e submissão ao poder – apropriação, controle e uso – em termos político-institucionais, socioeconômicos, culturais e simbólicos (Porto-Gonçalves, 2002).

A principal fraqueza das antigas concepções de território residia na redução do seu sentido de poder e na naturalização das ideias de fronteiras e regulação do acesso a uma função apenas do poder estatal estabelecido, ignorando outras manifestações de poder espacialmente existentes, inclusive o poder popular. Por sua vez, os críticos aos novos conceitos de território, os interpretam como obsoletos à luz dos conceitos de redes e de globalização, sendo mistificador ou redutor, uma vez que sua delimitação espacial obrigatória pode deixar imperceptíveis os macroproblemas sociais e econômicos. Em um processo dialético, a ancoragem da produção no local se contrapõe ao desenraizamento planetário em que o próprio território se torna produto à venda. É ambíguo que o território se torne mais importante no processo de globalização, tendo em vista os processos de desterritorialização forçados em que cada vez mais a humanidade se vê separada do “seu espaço”. (Haesbaert, 2014, Souza, 2002, 2013).

Outra vertente opositora denuncia a apropriação do espaço pelo capital como obstáculo ao uso da categoria território. Uma nova valorização do solo como mercadoria, embora essencial ao sistema capitalista, não destoa da valorização da incorporação do trabalho ao espaço, mesmo que contraditório. Reconhecendo que nenhum modelo pode explicar tudo, avalia-se o conceito de território como integrador, e ao considerar a possibilidade multiescalar em expressar que a produção é capaz de abranger a mobilidade de relações sociais integrada ao papel do trabalho, mesmo que a maioria dos trabalhadores se sujeite a imprimir seu trabalho em espaços em posse de terceiros, dos quais passa a depender a sua sobrevivência (Pecqueur, 2005; Souza, 2013). A crítica mais contundente ao uso da categoria território em pesquisas, é, contudo, baseada nos seus adeptos e não nos seus oponentes. São acusados de ímpeto excessivo, ao adotar por modismo teórico o território como se fosse um instrumental de aplicabilidade generalizada, e que esse sobre uso não ampliaria a sua capacidade explicativa, ao contrário, levaria ao esvaziamento do conceito (Souza, 2013).

Frente a essa discussão conceitual, optou-se pela linha de pensamento que recorre a uma noção mais integradora do território, e não por aquelas em que o propensão estratégico-político ou político-econômico são majoritários. Essa corrente adere à análise socioespacial e cultural pretendida, uma vez que para tal o território consiste na combinação de estruturas naturais e produzidas, uma construção social, histórica, econômica, política, cultural e simbólica (Haesbaert, 2014). Em síntese, acredita-se que ao conformar o território como uno e múltiplo, concreto e simbólico, é possível utilizá-lo como conceito fundamental para o escrutínio de processos de desenvolvimento turístico, nos quais o território não pode ser concebido como palco inerte para atividades humanas, e sim, por ser produto da construção humana no espaço. Porção do espaço, essa, que ao ganhar valor pela ação do homem, participa da transformação social ao oferecer abrigo, recursos, sistemas de distribuição de resultados e participar da construção de seu lastro identitário, e, mais, participa como mote e objetivo final de suas disputas em dar-lhe forma segundo princípios de participação, cooperação, preservação cultural e ambiental e outros que atendam seus interesses de sobrevivência e reprodução social (Haesbaert, 2014; Saquet, 2008). E, grande parte das objeções, pertinentes ao uso da abordagem territorial, do território e das territorialidades como categorias analíticas, são relacionadas à ausência dessa escolha e de sua descrição metodológica (Haesbaert, 2014).

Uma combinação de perspectivas permite, pois, entender o território como um espaço vivido e esse como o território usado, como abrigo e como potência, conjugando os substratos de sobrevivência e das experiências humanas, em suas materialidades e subjetividades. O território usado e habitado é vivido e é multidimensional, ao mesmo tempo, um produto de relações de poder e de controle (Raffestin, 1993), um campo de lutas pelo direito de uso do espaço (Santos, 1998) e uma construção social dinâmica que contempla as ações do cotidiano (Lefebvre, 1991). Entendê-lo, menos com uma perspectiva determinista e evolucionista estreita, transmutada em argumento de dominação, beligerâncias ou de políticas expansionistas em busca de mais recursos, e mais com uma visão multifacetada, em que as dimensões materiais, sociais e políticas do território estão em constante interação, é defini-lo como fazem as comunidades que constroem, valorizam, apropriam-se e transformam o próprio

território. A próxima seção dedica-se a esclarecer a relação entre os conceitos de território e territorialidade, consonante ao paradigma teórico adotado.

### 3.1.2 Identidade territorial, territorialidades e espaços vitais

Tendo em vista o rol de possibilidades conceituais e de arranjos entre elas, o principal cuidado quando se utilizam os conceitos de território e territorialidades em pesquisa é o de esclarecer a qual relação entre eles refere-se o paradigma adotado. É recorrente aqui a noção de que o território guarde um duplo propósito: como meio – funcional, pelo seu papel material como recurso à subsistência e desenvolvimento – e um fim por ele mesmo – um abrigo simbólico, do lar que dá guarida a identidade de um povo e permite sua sobrevivência e reprodução (Haesbaert, 2014a).

Desse raciocínio provém a ideia de identidade territorial que prevê que as características específicas de nações, regiões, cidades ou locais são introjetadas como elementos constitutivos das identidades das pessoas que lá vivem. Já as territorialidades (em vários conjuntos existentes de características econômicas, políticas, culturais do modo de se viver) são, em um movimento contínuo e dialético de desterritorialização e reterritorialização, simultaneamente, condicionantes, caracterizadoras e resultantes do processo de formação do território. Deste modo, identidades territoriais são imbricadas às territorialidades, e juntas podem ser lidas em diversas escalas e em processos permanentes de desconstrução e renovação dos territórios que traduzem as relações de poder projetadas no espaço.

Destaca-se a definição pela tradição americana, de que as territorialidades são fenômenos de organização espacial, nesse caso, associados às esferas de influência ou territórios nitidamente diferenciados, considerados distintos e exclusivos por seus ocupantes ou por aqueles que os descrevem (Haesbaert, 2014). Já em termos europeus, Raffestin (1993, p.158) afirma que a territorialidade “reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade” e ainda que “a territorialidade se inscreve no quadro de produção, troca e consumo das coisas” (Raffestin, 1993, p. 161), uma vez que relações de produção ou existenciais são, em essência, relações de poder. Esse teórico prevê que a territorialidade seria tríplice elementar, sendo

composta pelos sentidos de identidade espacial, exclusividade e pela compartimentação da interação humana no espaço que a conforma (Raffestin, 1993).

Tessituras, nodosidades e redes criam vizinhanças, acessos, convergências, mas também disfunções, rupturas e distanciamentos, que os indivíduos e grupos devem assumir. Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a 'face vivida' da 'face agida' do poder. (Raffestin, 1993, p. 161-162).

Além disso, a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional de sociedade, espaço e tempo, em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com recursos do sistema. A relação de alteridade, do que o território inclui ou exclui, parece ser o mais importante, pois pouco importa onde se está, todos os locais são locais de referência, o que interessa é saber onde se situa o outro. Mais significativo é, contudo, conhecer as rupturas e distanciamentos entre indivíduos e grupos que contribuem para o ordenamento do território: descobrir novos recortes e conexões, seguindo indicações de prioridade dadas pelos agentes às suas diversas ações e propósitos, pois é isso que produz o sistema territorial (Raffestin, 2008; Saquet, 2008).

A perspectiva da territorialidade é complementada pela evolução dos meios de deslocamento e comunicações que impulsionam o fato de que indivíduos exibem um característico multipertencimento territorial. E não apenas mais numa escalada em que cada degrau corresponde a um nível precedente de espaço: de sua família, de uma comunidade e de uma nação, isto é, no sentido de uma sobreposição hierárquica de escalas. Agora, além dessa possibilidade pluriescalar imbricada e justaposta, existe o fenômeno de espacialidade diferencial, característica da multiterritorialidade descontínua em que é possível, simultaneamente, viver e exercer a agência em espaços diferentes, como os espaços físico e virtual, o local e o internacional. De forma análoga, a um mesmo indivíduo é permitido que ele participe de territorialidades diferentes. Haesbaert (2014, p.64) resume que:

A territorialidade, no nosso ponto de vista, não é apenas “algo abstrato”, num sentido que muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítica, epistemológica. Ela é também uma dimensão imaterial, no sentido de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural (...).

Se em geral as territorialidades são plurais, há, contudo, a possibilidade de que duas ou mais territorialidades possam se amalgamar, num processo de assimilação intercultural. Haesbaert (2014) diferencia dois “tipos ideais” de referências para investigação do território/ territorialidades, um mais “funcional” em que prevalece seu entendimento como recurso, “o ter” ou “não ter”, e outro mais “simbólico”, em que seu valor como identidade é o principal, “o ser”, ou, na ausência do território, o “desaparecer”. Sublinha, entretanto, que esses tipos não aparecem em estado puro, separados, ao contrário, são dois polos de um continuum entre funcionalidade e simbolismo. Para o autor, não existe sequer consonância entre o quantum de recursos materiais e o apego à funcionalidade do território, pelo contrário, muitas vezes “aqueles que estão mais destituídos de recursos materiais que (se apegam mais) a identidades territoriais” (Haesbaert, 2014, p. 61).

Para Zaoual (2010, p. 24), de forma análoga, a complexidade de motivações e realizações humanas faz parte de um sistema complexo de valores que é indivisível, em que “o território aproximado pela noção de sítio simbólico de pertencimento é admitido, antes de tudo, como uma realidade viva” e, além disso, que “os comportamentos dos indivíduos estão em permanente interação como o campo invisível que é o sítio. É ele quem os estabiliza no caos da ordem social”. Zaoual (2006, 2009) reage ao embate dicotômico entre economia e sociologia, individualismo e holismo metodológicos, ao propor o homo situs: que não é o homo economicus, calculista e irreal, ou um homo sociologicus, de uma indefinição coletiva que o exima da responsabilidade individual ao estar indistinto na multidão, herda, portanto, qualidades de ambos. Concorda ainda com a abordagem de Sen (2010) quanto à prudência necessária ao transpor a visão econômica utilitarista para outro espaço, o relacional, uma vez que a diversidade e complexidade de comportamentos, motivações e necessidades para o bem-estar escapam aos modelos econométricos padronizados. Esse enfoque antropocêntrico permite analisar o indivíduo em seu contexto, em sociedade e entrelaçado ao seu tempo e lugar, e, quando conjugado ao conceito de

multiterritorialidade de Haesbaert (2014), possibilita reconhecer como válidas até mesmo as territorialidades efêmeras, em trânsito, ou, por que não, turísticas.

É possível perceber que as territorialidades se dispõem no território como malha de camadas imperfeitas e, tanto podem conviver lado a lado, quanto competir ou se sobrepor, total ou parcialmente (Raffestin, 1993). Se as territorialidades e os processos contínuos de neoformação do território que lhes dão origem refletem fatores como mobilidade, transformações e permanências dos indivíduos, relacionamentos e fenômenos sociais, processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização podem ser pontos de partida interessante para a investigação desses fatores (Haesbaert, 2014).

De tal modo, estudar a multiterritorialidade aplicada ao turismo, especialmente quando configurado fora do “trade turístico” como no turismo de segunda residência, são interessantes, pois o que ocorre, muitas vezes, é a identificação e o pertencimento do turista a mais de uma territorialidade, e não apenas a transposição – compactada dentro de uma redoma protetora – das condições próprias da territorialidade original para observação e ação descompromissada em território que não é o seu (Brasileiro; Medina; Coriolano, 2012; Haesbaert, 2014). Há que se diferenciar, no caso de avaliação de organizações influentes ou mesmo de grupo de pessoas de alto poder aquisitivo é preciso, quanto à multiterritorialidade, se o que acontece é, na realidade, o pertencimento a mais de uma territorialidade, ou apenas o transporte numa “bolha” das condições próprias da territorialidade original sem qualquer intenção de compromisso e enraizamento aditivo, o que também é visto nos modelos de exploração turística baseados em resorts internacionais (Graburn, 1989; Haesbaert, 2014).

O turismo é uma atividade humana exercida na sociedade e que envolve pessoas em todas as camadas e grupos sociais, algo bem mais complexo do que um simples negócio e comércio padronizável. O turismo propicia zonas de contato com seres humanos de culturas diversas – um encontro de mundos que se movem e de pessoas que se envolvem e ampliam seus espaços de vida – o que permite a turistas e anfitriões descobrir outras realidades em uma experiência que é mediada não só por trocas, como pelos efeitos de demonstração e comparação. A métrica de satisfação com a vida, percebida por uma pessoa e seu grupo, com certeza é influenciada pela percepção das

diferenças e da qualidade de vida do outro, e mesmo os percursos individuais são entremeados de percursos e fluxos coletivos, todos estreitamente ligados à base territorial (Mir, 2021).

Ao contrário da realidade de pouco mais de um século atrás, em que migrações e reassentamentos eram aventuras arriscadas, com poucas informações sobre os locais de destino, demoradas e dispendiam muitos recursos, a ponto de impedir que famílias sedentárias mudassem constantemente de municípios, regiões e países de residência sem ônus pesado, hoje o nomadismo é facilitado. Numa modernidade líquida, como diria Zygmunt Bauman (2001), nem mesmo a casa própria dos sonhos é definitiva, mudanças transitórias, poder ir, vir e voltar, trocando de vizinhanças e endereço de acordo com a disponibilidade e conveniência tornou-se comum.

Um conceito que vem sendo revisitado com outras feições em estudos que articulam a geografia e demografia, na procura de ampliar a análise da mobilidade humana para aspectos que transcendem a motivação de trabalho, estudo e residência com informações mais qualitativas sobre as motivações das pessoas é o de espaço vivido (Courgeau, 1988; Marandola; Mello, 2005). Entender laços afetivos e motivações que ligam as pessoas as cidades que chamam de suas e onde residem, permite enriquecer o estudo de mobilidade humana com a possibilidade de que, em diferentes fases da vida esses laços podem ser estreitados ou rompidos, manifestando-se como topofilia ou topofobia<sup>17</sup>.

As características favoráveis alta mobilidade – encurtamento de distâncias, evolução e acessibilidade de transportes, informações em tempo real dos locais de destino, facilidade de compras e aluguel de imóveis em plataformas digitais, entre outras – despertam para a dificuldade atual para estabelecer os limites entre o que se estabelece como habitual na noção clássica de migração, em particular sobre o tempo decorrido entre a mudança de residência, e questionam o que seria a definição atualizada de um domicílio permanente ou

---

<sup>17</sup> **Topofilia**, termo que significa o laço afetivo e apreço criado a partir de experiências ou memórias entre pessoas e paisagens/ lugares, enquanto o seu antônimo, topofobia, se refere a repulsa, aversão, desprezo e preconceito quanto a determinados lugares, paisagens ou regiões, são conceitos popularizados pelo geógrafo Yi Fu Tuan (1930-2022) a partir de suas obras “Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente” (1980) e “Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência” (1983).

não (Cunha, 2011). Ou seja, aquele que fixou residência há um mês é menos morador do que quem já está estabelecido há mais de um ano?

E, como bem colocam Marandola e Mello (2005, p. 8510) sobre as motivações que levam as pessoas a residir aqui ou ali, a participação e comprometimento são a antítese do “deslugar” e suas consequências negativas de descaracterizar as cidades, diminuindo a ligação, senso de responsabilidade, apreço e mobilização da população em relação a esses espaços, com repercussões negativas na sua identidade e o bem-estar. Nessa mesma direção, Cruz (2007) já chamava a atenção para possibilidade do “pseudolugar” construção de lugares fictícios para o turismo e onde pode ser incluir o limbo em que se encontram pessoas que migram ao ponto de confusão de não reconhecer mais ou nomear qual é o seu sítio de pertencimento. E hoje, vivencia-se o fenômeno antropológico de permanência preferencial de habitantes em não lugares – espaços públicos diametralmente opostos ao espaço pessoal do lar e da residência – com seus símbolos de acesso e deslocamento impessoal da supermodernidade (Augé, 2012).

Essa constatação é o que torna possível pensar os aspectos socioespaciais e culturais do turismo e do desenvolvimento por meio da articulação de elementos essenciais, que são: as relações de poder e as territorialidades construídas. Adicionalmente, apreende-se que “as territorialidades são instituídas por códigos culturais” e é “no desenrolar da vida cotidiana” que podemos compreender as relações sociais que “dão conteúdo ao espaço geográfico” (Silva, 2007, p. 33). Se o estudo do cotidiano e a vizinhança em pequenas cidades é capaz de propiciar uma visão mais próxima do que representam as diferentes dimensões do território nas ações de vida impressas pelos homens e suas dinâmicas socioeconômicas, também a visão territorial é, em dupla via promissora para compreensão dos pontos de observação dos quais partem as perspectivas dos residentes de Imbé sobre aspectos de hospitalidade e dos reflexos do turismo no seu modo de vida.

### **3.2 Categorias centrais**

Essa seção discute noções e conceitos centrais que serão levados em consideração na coleta e interpretação dos dados sobre residentes do município

de Imbé-RS: perspectivas, repercussões territoriais, tipologia de moradores permanentes e de dupla residência, as noções de turismo pendular e permanente.

### 3.2.1 Perspectivas, percepções e opiniões dos moradores

O ser humano tem características gerais que modulam boa parte de sua compreensão do mundo: o número de fotorreceptores e a limitação da amplitude do campo visual limitam sua percepção no escuro, de objetos em movimento e mesmo a discriminação de cores fora de um estreito espectro visível; sua audição e olfato são menos desenvolvidas do que em outras espécies animais, e ele não dispõe de um mecanismo de ecolocalização ou magnetorrecepção. Essas limitações são em parte compensadas pela capacidade de abstração e inventividade, que, no entanto, também podem criar percepções enviesadas.

Objetos distantes no tempo ou no espaço não podem ser percebidos, de acordo com Penna (1973), eles podem ser apenas evocados, imaginados ou pensados; se não existe acesso aos sensores humanos, não podem ser operacionalizados como percepções. Destarte, para o mesmo autor, perceber é conhecer, através da imersão e dos sentidos, objetos e situações, e o ato de perceber implica, como condição necessária, não apenas a proximidade espaço-temporal com o objeto, bem como uma permissão pessoal ao seu acesso direto ou imediato. Para a psicofisiologia e a neurobiologia, a percepção é a síntese do conjunto de sensações e do reconhecimento de qualidades objetais. É função relacional entre sujeito e coisa percebida, depende da capacidade de captar estímulos, associar informações sensoriais, da memória, e da cognição para formar conceitos, ao mesmo tempo limítrofes e integradores, de si mesmo e do mundo em que se vive, e tem a finalidade de orientar comportamentos, inclusive comportamentos de sobrevivência (Bosi, 1992; Penna, 1973; Simões; Tiedermann, 1985). Compreende-se que a percepção é a grade de leitura, individual ou compartilhada por grupos de indivíduos agregados por características semelhantes, o que traduz estímulos da realidade para que eles sejam apresentados à consciência, como veículo para internalização de variáveis contextuais, o que não é isento de modulação subjetiva (Brandalise; Bertolini, 2013; Coslett, 2011).

Boa parte dos pensamentos individuais não seriam originados da própria experiência elaborada e sim atribuídos a uma espécie de confiança no que outros relatam ter visto e conhecido, e influenciados por simpatia ou antagonismos interpessoais. Desse modo, para Bosi (1992, p. 114): “toda criatura reage defendendo-se da desorientação”, a percepção social é falsa, na medida em que sua tendência é a de “formar noções simplificadas que recobrem os elementos contraditórios do real, ignoram exceções e permanecem rigidamente imunes à experiência.” Por outro lado, também é humana a dificuldade de perceber o mundo como um todo, os dois lados de uma questão ao mesmo tempo. Fala-se de polaridade, o indivíduo percebe um lado de cada vez, simplificado como polos opostos, no sentido de conflituosos ou excludentes, e não como complementares na medida que é um polo que dá sentido ao outro. Esse mesmo hábito de considerar um lado sucessivamente ao outro, modulou nosso conceito de tempo, dividido em unidades sucessivas e progressivas arbitrárias, e não como um *continuum*. Repartir, contrastar, analisar e escolher – é a forma da humanidade ocidental de perceber e pensar.

Segundo defende Bosi (1992), o ser humano recorre à estereotipia como atalho ao invés da percepção devido à própria limitação de conhecer por si mesmo, ao aceitar que tem acesso apenas a fragmentos de pessoas, paisagens, literatura, algumas coisas e lugares, e não sua totalidade:

Nem sempre estamos dispostos à aventura da percepção: somos insensíveis e desatentos às coisas que povoam nosso mundo e, por isso, sofremos de uma perda, de um empobrecimento que nos faz capitular e enxergar através de mediações impostas. Castigo que sofremos à medida que não sentimos nem exercemos simpatia pelas coisas. A simpatia, que é uma afinidade pré-categorial do sujeito com o seu objeto, traz em si já uma intuição de ordem superior, que começa com a negação do óbvio e do já visto (Bosi, 1992, p. 112).

Esse padrão de construção de ideias que dá confiabilidade à percepção social, em conjunto à imaginação, capacidade de projeção e a uma aversão à ambiguidade, é o que permite reconstruir e reorganizar – a partir de uma parte do percebido – um todo semioculto. Mecanismos como o de dissonância

cognitiva, efeito halo<sup>18</sup> e mesmo o viés de ancoragem<sup>19</sup>, diante de conhecimento parcial ou indisponibilidade de fatos. são explicados por esse modo de pensamento multiplicador e errático que fabrica peças faltantes para completar o panorama de sentido.

Várias escolas de pensamento – gestaltistas, behaviorista, motivacional e fisiológica – disputam o campo de estudos teóricos sobre a percepção, e se agregam em dois grupos: aquelas que defendem que a atenção perceptiva é dirigida internamente (construtivista, pelo observador ou “*top-down*”) ou externamente (direta, pelos objetos e situações ou “*bottom-up*”). No embate entre essas duas correntes, no entanto, vislumbra-se como possível uma terceira via, ou “Nova visão” (*New look*), que desde o final do século XX procura combinar as visões dessas escolas partindo das características individuais, fisiológicas e psicológicas, sem esquecer as influências externas, em especial as culturais (Penna, 1973). Ao incluir o entorno à percepção dos estímulos, a percepção passa a depender da perspectiva individual ou de um consenso coletivo, como lente que modula a percepção do estímulo, independente das características próprias de cada estímulo em si e suas distinções. Schiffman (2005) resume assim que a percepção depende do contexto que modula a recepção, e que sua interpretação se inicia a partir de aspectos globais e abstratos extraídos de experiências passadas e das expectativas que motivam no observador, ou seja, é a perspectiva que torna aquele que percebe capaz de interpretar os fenômenos, pois incorpora ao seu pensamento o próprio ambiente, através de sua trajetória de aprendizado e expectativas culturalmente construídas, das memórias de suas experiências vividas e dos significados que evocam.

A percepção é associada à higidez neurocognitiva<sup>20</sup> – dos órgãos dos sentidos, memória, atenção, humor, capacidade de aprendizagem – e pode ser esmiuçada nas neurociências por meio de sua ausência. As patologias da

---

<sup>18</sup> **Efeito halo** é a tendência humana, frequentemente maniqueísta, de julgar fato ou pessoa por uma característica considerada como relevante e não pelo somatório das informações disponíveis.

<sup>19</sup> **Viés de ancoragem** é o fato de a informação prévia ser capaz de direcionar e influenciar uma opinião, motivo pelo qual os elementos de um júri são escolhidos entre aqueles que não tem informação sobre o caso em julgamento.

<sup>20</sup> Por **higidez neurocognitiva** se entende o estado neurológico saudável derivado da integridade do sistema nervoso, conformação normal dos órgãos do sentido, inteligência e saúde mental preservadas.

percepção são conhecidas como agnosias<sup>21</sup>, em que é impossível criar conexões entre estímulos e significados para que sejam reconhecíveis. Variam entre agnosias visuais, auditivas, olfativas, gustativas e somestésicas e podem ser referidas a partes de objetos, como a incapacidade de reconhecer faces (prosopagnosia); e até mesmo de autopercepção (asomatognosia ou síndrome do corpo fantasma). Devem ser diferenciados de percepções sensoriais falsas (alucinações), descontinuidade do pensamento e da ruptura da realidade manifesta por delírios (falsas crenças e ideias fixas), sintomas comuns de transtorno mental esquizofrênico (Coslett, 2011; Queirós *et al*, 2019).

As pesquisas em psicologia social, por outro lado, utilizam-se da aferição da percepção por testes projetivos e escalas, geralmente aplicados em caráter individual e que procuram compreender predisposições ou intervenções no processo de pensamento como preditores de comportamentos (Brandalise; Bertolini, 2013). Por outro lado, em estudos sobre comportamento do consumidor, promoção de vendas, apreciação paisagística ou da atitude interacional entre homem e natureza, é mais comum que a percepção seja investigada a partir de preferências ou atitudes manifestas (Sousa, 2020). Além de escalas qualitativas de avaliação e métodos observacionais, várias metodologias e modelos multiatributos vêm sendo explorados, contudo, não existe, até o presente, orientação clara que indique o método de investigação mais adequado por tipo, porte ou objetivo de estudo (Sousa, 2020).

Já a perspectiva se relaciona à representação objetal do que é visível ou permanece na sombra, ou seja, é condicionada ao cruzamento entre a luz incidente e a posição espacial do observador em relação ao objeto avaliado. Depende das variações de distância, tanto física como sociocultural, somadas à janela de oportunidade, intencionalidade, alcance e amplitude do campo de observação. Também depende de sistemas de referência pré-estabelecidos sobre o que é relevante e o que é banal. A coerência de pontos de vista/ escuta, se divergente ou convergente aos interesses e trajetória do observador e as suas experiências prévias de exposição a um fenômeno, reforçam a familiaridade e

---

<sup>21</sup> **Agnosias** são distúrbios de percepção determinados por disfunção dos órgãos do sentido ou, frequentemente, durante o processamento dos estímulos, que levam a incapacidade de reconhecimento de certas situações, objetos e pessoas em indivíduos lúcidos e orientados no tempo e espaço.

elaboração de valor que é estabelecido para aquilo que é observado e sua disponibilidade para ação e reação a isso (Deonna, 2006).

A dimensão perspectivista da percepção específica de como as coisas se parecem na perspectiva de alguém. A percepção não apenas alerta uma criatura sobre como as coisas estão no mundo, mas também a informar sobre como as coisas estão no mundo do ponto de vista de onde ela está<sup>22</sup> (Deonna, 2006, p. 32, tradução da autora).

Opiniões, por sua vez, são apostas enunciadas como um posicionamento pessoal ou institucional sobre um tema, elas podem ser rasas ou aprofundadas, mutáveis ou mais fixas, influenciadas pelo contexto, modo e mesmo por quem as solicita. Para Penna (1973), opiniões são atitudes verbalmente explicadas, uma disposição mental que exerce influência sobre a conduta do indivíduo ou grupo em relação a objetos e situações. Influências culturais, e hoje, especialmente, midiáticas, instantâneas e nem sempre de origem detectável de forma fidedigna, são pródigas em intervir na forma de assimilação e posicionamento perante a realidade.

Em Deonna (2006), apreende-se que a percepção não é apenas factual, pois depende diretamente da perspectiva do observador sobre o seu ambiente. Ele também sugere que a perspectiva é uma das dimensões da percepção e que a emoção também é dependente da perspectiva que a desperta. Nesse sentido, tanto a percepção quanto a perspectiva não só influenciam, como são influenciadas pelas emoções, e colaboram na formação dos conteúdos discursivos sobre o que se sabe, sente ou se especula. E se, por um lado, em um processo de comunicação interpessoal, limitações de linguagem e tradução são obstáculos para a compreensão de conceitos em geral, por outro, as perspectivas e opiniões são elementos investigáveis por sua projeção nas respostas de instrumentos de levantamento.

Como foi pontuado no capítulo metodológico prévio, a perspectiva dos residentes e não a percepção, como em outros trabalhos (Mir, 2021), foi utilizada como ferramenta metodológica na construção do instrumento dessa pesquisa, o que justifica sua referência intencional no próprio título do trabalho. Isso porque a perspectiva incorpora a situação espacial do observador e destaca o foco de

---

<sup>22</sup> *The perspectival dimension of perception specifies how things look from one's perspective. Perception not only alerts a creature to how things are in the world, but it informs her of how things are in the world from the standpoint where she stands (Deonna, 2006, p. 32)*

atenção escolhido como central, não apenas avaliando sua capacidade de interpretação. Outra vantagem dessa opção é a possibilidade de estratificar perspectivas em categorias socioeconômicas que incorporam, intrinsecamente, a relação de espacialidade entre observador e observado. Logo, ao considerar a perspectiva como construção tanto individual como coletiva, a sua modulação pela vida local interessa para responder o problema de como os residentes avaliam as transformações socioespaciais da prática turística no território.

### 3.2.2 Repercussões territoriais do turismo

A teoria dos impactos, importante nas décadas de 80 até os anos 2000, estuda o efeito do turismo como um processo imposto e tem conotação de dano infligido no espaço que está sendo turistificado como um objeto passivo, sendo que a medida de magnitude e extensão são as características dos impactos que mais interessam aos modelos (Allen *et al*, 1988; Ap, 1992; Ap; Crompton, 1993; Mason, 2003; Stynes, 1999). Nos últimos vinte e poucos anos, estudos de caso internacionais em escalas regionais diversas, afetos a uma linha sistemista, continuaram a utilizar essa abordagem de uma forma monótica, ao propor, em geral, indicadores e interpretações monolíticas, na maioria pelo prisma econômico, outras sociocultural ou ecológico (Choi, 2014; Mir, 2021; Zhang, 2002). Mesmo que a mudança gerada por um impacto venha ser considerada positiva ou negativa de acordo com a capacidade adaptativa de quem toma ou não partido dela, essa linha de pensamento não inclui em seu raciocínio anfitriões como atores ativos nas transformações possíveis do seu entorno.

Ao preferir abordar as transformações pelo ponto de vista do território e seus habitantes, optou-se por ir além do conceito de impacto do turismo substituindo-o por suas repercussões territoriais. E o que se quer dizer com essa expressão que permeia do título ao desenvolvimento dessa pesquisa? Não foi encontrada tentativa de definição mesmo em outros artigos que utilizaram os mesmos termos em contextos relacionados ao desenvolvimento regional ou ao turismo (Haas; Rambo, 2018; Santos; Vilar, 2014), assim aqui se atenta para essa reflexão.

Se “Re” é um prefixo de origem latina que carrega a ideia de repetição, “percussão” remete a variabilidade de sons musicais que surgem em uma classe

de instrumentos primitivos, universais e transculturais que engloba de tambores aos chocalhos. O que modula como um instrumento de percussão vai soar não é apenas a técnica corporal que os aciona – batidas, fricção ou agitação – e sim a performance e ritmo desses atos e a estrutura quanto aos tipos de materiais, formas, tamanhos e pequenos defeitos, do ajuste de maior ou menor tensão das superfícies de contato, que juntos dão individualidade a cada instrumento. Ou seja, a melodia não depende só da origem, intensidade ou modalidade de um impacto externo: o que resulta é fruto da absorção, modulação, reação e vibração do próprio instrumento e do arranjo de suas partes.

Cara (2001) considera, a partir de suas reflexões sobre turismo e repercussão territorial, que a principal repercussão do turismo se refere à promoção da autoimagem territorial, produzida pelas representações coletivas da sociedade local na sua busca por identidade, especificidade e valores. Isso é sensível, tanto em lugares em que uma sociedade transplantada busca por enraizamento, como em territórios em que o turismo persiste como atividade propulsora do setor comercial e de serviços, a despeito do abandono relativo por outras atividades produtivas, como agropastoris e industriais. Imbé parece compreender esses dois mecanismos.

Em paralelo, assim como a cultura, o território é um instrumento fabricado pelas ações dos homens que nele habitam, e suas permanentes transformações sociais, culturais, econômicas, político-estruturais não são apenas fruto de processos externos a ele. A aparente simplicidade de uma cidade pequena mascara relações que ocorrem de forma complexa em seus espaços sociais e culturais, mantidos pela experiência de grupos com seus lugares, adquirindo sentidos particulares por códigos por eles compartilhados. Assim como a cultura é constantemente reconstruída a partir das diferentes experiências dos sujeitos ou grupos, as territorialidades instituídas a partir dos espaços vividos estão permanentemente se modificando (Silva, 2007).

O uso turístico de um território habitado se sobrepõe ao uso primordial ao abrigo e trânsito, ao concreto e ao simbólico, ao trabalho e ao lazer no espaço de vida de seus moradores. O que se propõe é uma primeira aproximação de que as repercussões territoriais compreendem o conjunto de transformações, influências, reflexos, reações e reverberações – ao mesmo tempo sociais,

culturais, econômicas, ambientais – que reconfiguram o território, criando e recriando territorialidades.

### 3.2.3 Tipologia de moradores e número de domicílios

A pesquisa não foi dirigida aos indivíduos que se declaravam turistas ou não moradores, por mais que a essa alegação não acompanhasse nenhum dos critérios científicos de confirmação ou fosse acompanhada da exigência de comprovação documental. Pela observação preliminar de que boa parte dos moradores permanentes foram ou ainda se consideram veranistas, ao considerar sua própria origem como diversa dos nativos de Imbé, tentou-se captar a diferença entre permanência por migração permanente ou cíclica ao classificá-los em relação ao número de domicílios considerados principais.

É possível aproximar esse raciocínio da categoria turista permanente, conceito que descreve a fixação de turistas antes sazonais ou eventuais, em geral aposentados e pensionistas, em um destino já experimentado como turístico, sem, entretanto, ensejar uma correspondência biunívoca. Moradores permanentes não são, necessariamente, turistas permanentes, uma vez que esses últimos também podem ser moradores de dupla residência. Da mesma forma, embora moradores de dupla residência remetam ao antigo conceito de “veranistas”, que só passavam a temporada de férias de verão em Imbé, na prática essa categoria engloba comportamentos diversos da sazonalidade clássica. Assim, pensando de forma mais ampla, foram criadas duas possibilidades duas categorias de moradores para o estudo:

**Moradores permanentes** – São aqueles entrevistados que se declaram moradores do município de Imbé durante todo o ano, em sua maioria possuem um único domicílio, que pode ser de sua propriedade ou não, independente do tempo de habitação. Nada impede, entretanto, que tenham um segundo domicílio fechado ou alugado a terceiros, em Imbé ou em outros municípios. Podem ou não ser nativos de Imbé, nascidos em outros municípios do RS ou de qualquer outra origem, ex-veranistas (turistas permanentes), assim como trabalhar e votar ou não no município.

**De dupla residência ou cíclicos** – São aqueles entrevistados que, por sua vez, se declaram moradores do município, mesmo que de forma parcial ou

pendular e que referem a ocupação de dois ou mais domicílios principais, em Imbé e outros municípios, contíguos ou não. Alguns, no entanto, podem ter somente um domicílio próprio e ocupar outros domicílios junto a outros parentes em parte do tempo, alugados ou emprestados. Embora muitos elementos da categoria pertença a antiga categoria de “veranistas”, a categoria de moradores em parte do ano pode incluir pais idosos que alternam estadia na casa de filhos que trabalham e residem em diferentes municípios, crianças e adolescentes em guarda compartilhada de pais divorciados também residentes em diferentes municípios, estudantes que residem em Imbé apenas durante o período letivo e diversos outros arranjos familiares e pessoais.

Teoricamente, podem ser associados a multiterritorialidade e a mobilidade pendular atípica, que não é diária como o processo de comutação. Moradores de dupla residência parecem evitar a migração definitiva enquanto houver disponibilidade financeira para manter mais de um domicílio e se preservarem laços empregatícios, de suporte familiar ou de assistência em saúde no destino principal que superem as oportunidades locais. Aqueles entrevistados que se declaravam espontaneamente como “veranistas” foi perguntado adicionalmente se identificavam como turistas (e então preenchiam critérios de exclusão para o estudo, agradecia-se sua disponibilidade e seguia a abordagem para domicílio vizinho) ou se acreditavam ser residentes de Imbé (e assim eram incluídos no trabalho, como moradores em tempo parcial).

Já as subcategorias de domicílios particulares utilizadas pelo Censos 2010 e 2022 do IBGE – entre vagos, desocupados ou permanentes – não foram utilizadas nesse estudo, assim como não foram abordados domicílios coletivos. Numa tentativa de expandir a pesquisa além do horizonte demográfico tradicional, preferiu-se perguntar sobre o número de domicílios do entrevistado que se declarava morador, permanente ou em tempo parcial: se dispunha de um único domicílio ou de mais de um (aquele em que era entrevistado e outro, ou mais) por ocasião da aplicação do questionário.

#### 3.2.4 O turismo, suas polissemias e contradições

Autores clássicos já discorreram sobre o turismo e como ele pode ser utilizado como um gabarito de contrastes para decifrar o que move a sociedade

e o homem moderno: uma busca por aquilo de que se sente falta, no propósito de complementar uma carência interna (Krippendorf, 1989; Smith, 1989). No entanto, para abordar o turismo em qualquer discussão, é preciso pactuar uma definição para o termo, que é envolvida por controvérsias

O turismo pode ser entendido como prática social fortemente determinada pela cultura que envolve o deslocamento de pessoas no espírito do lazer, embora não afaste outros motivos para viagem, e tem o espaço geográfico como próprio objeto de consumo. O consumo do espaço pelo turismo é cada vez menos o consumo de parcelas de natureza e cada vez mais dependente do conjunto de infraestruturas não exclusivas do turismo, como transportes, saneamento básico, telefonia, energia elétrica (Cruz, 2002, 2007). Ou seja, o conjunto de bens e serviços associado ao turismo é indissociável da utilização costumeira também por não turistas.

O turismo, antropologicamente, também é entendido como um “encontro de mundos” e é um exercício de integração e um desafio ao enfrentamento da alteridade que implica em conhecer “quem realmente somos”, e, por acréscimo, independente do lugar em que estivermos (Cara, 2001, p. 86). As transformações do fenômeno turístico ao longo do tempo, em diferentes sítios, e as repercussões de sua apropriação, da articulação de fluxos populacionais e da reorganização do território às ordens de sua lógica própria, são inegáveis, e não podem ser analisadas isoladamente do contexto de macropolíticas econômicas e sociais que envolvem os entraves, as motivações, expectativas e cotidiano dos atores envolvidos. Dentre os grupos de atores envolvidos na atividade turística é possível identificar quatro principais: os promotores do turismo, públicos e privados; aqueles que trabalham em serviços direta ou indiretamente ligados ao turismo, os turistas, e os residentes dos lugares turísticos. Esses últimos, não costumam ser considerados como protagonistas, a despeito do efeito das repercussões do turismo em seu cotidiano.

Dos promotores do turismo se espera o planejamento do setor em diversos níveis de forma a manter os recursos necessários para viabilizar a atividade e aumentar sua atratividade. Se boa parte dos investimentos partem da esfera privada, de instituições e agentes formuladores de políticas públicas espera-se a modulação que garanta a orientação e equilíbrio dessas iniciativas em relação aos interesses do ordenamento urbano, a redistribuição de parte dos

lucros desses investimentos nos municípios explorados, na preservação ambiental e do patrimônio histórico, assim como no pleno emprego<sup>23</sup> e bem-estar da população local.

Ao transferir as ideias de Alain Corbin (1989) sobre a invenção da praia na cultura ocidental para sua visão na cultura brasileira contemporânea, é possível conceber que no Brasil, como na Europa ocidental, antes do século XVIII, as terras nas imediações dos oceanos eram consideradas espaços tão amedrontadores quanto o era o alto mar: sujeitos a invasões de bárbaros beligerantes, águas traiçoeiras e até mesmo a ataques de míticos monstros aquáticos. Não por acaso, as praias eram mais sujeitas à fortificação protetora do que ao incentivo ao acesso para banhos de mar, considerados profanos, impudorados e até mesmo ameaçadores à saúde. A invenção da praia como lugar aprazível surgiu, após 1841, nas costas europeias do Atlântico e Mediterrâneo, por incentivo na medicina, ciência e práticas higienistas que alardeavam as propriedades relaxantes e curativas da vilegiatura marítima e a oportunidade de exploração lucrativa da sociabilidade em torno de hotéis e cassinos de luxo à beira-mar, disponíveis para classes sociais abastadas (Schossler, 2013; Oliveira, 2015).

O segmento turístico de sol e praia é consagrado como atrativo do turismo de massa no Brasil, uma vez que explora as belas paisagens naturais e construídas e é expressão, não apenas dos valores culturais propagados sobre o jeito de ser e a alma do brasileiro, como também da concentração demográfica e urbana historicamente preponderante no litoral do País. E é essa potencialidade inerente dos ambientes litorâneos para o turismo que explica a concentração espacial de infraestrutura de acesso (aeroportos, por exemplo) e de apoio ao turismo nas regiões urbanas ao longo das faixas costeiras.

Não obstante, num esforço de desambiguação, é preciso esclarecer que o termo “turismo de massa” em analogia à “produção em massa” se refere ao modo de exploração do espaço como produto homogeneizado, concentrando

---

<sup>23</sup> **Pleno emprego** é um conceito econômico de não desperdício, de máxima de produção de uma sociedade que prevê o equilíbrio entre os fatores de produção disponíveis e a capacidade instalada, assim como o fato de que todo indivíduo encontre ocupação no mercado de trabalho se por ela procurar. Sua noção foi atualizada incorporando a preconização de trabalho decente, que sintetiza as aspirações dos trabalhadores ao acesso de trabalho em condições de liberdade, dignidade, igualdade, segurança e salário suficiente para sua sobrevivência (Kon, 2012).

ativos e utilizando mão de obra pouco qualificada, a fim de contabilizar ganho em escala em relação aos modelos de turismo mais exclusivos. “Turismo de massa” não quer dizer um modelo de turismo social, subsidiado ou de baixo custo, que tome democraticamente como população-alvo “as massas” de quaisquer classes econômicas sem distinção, pois depende de que se tenha tanto acesso a tempo livre como de excedente de renda para tal (Cruz, 2002; 2003; Tulik, 1995). Enquanto estiver vigente o sistema capitalista de divisão de trabalho, produção e consumo, e as relações sociais por ele moldadas, difícil será tratar de turismo para as massas populares.

Para a população em geral, mesmo aqueles afastados do mercado turístico como consumidores ou como trabalhadores de atividades diretamente relacionadas ao turismo, o discurso coloquial receita o turismo, especialmente em modalidades “sustentáveis” e “ecológicas”, como atividade geradora de empregos e renda com poucos investimentos e geração de poluentes. Apregoa-se também que as facilidades – de acesso, infraestrutura de apoio e serviços – voltadas para o incremento do turismo são antes para o usufruto e melhoria de qualidade de vida da própria população sedentária. São poucos os artifícios legais e contratuais celebrados entre o poder público e agentes da indústria turística que garantam formalmente essa contrapartida.

Os benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística são alardeados pela mídia e tem constituído a principal justificativa de planos e projetos (...) sem que, entretanto, mecanismos efetivos tenham sido criados para garantir a reversão desses benefícios para as populações dos núcleos receptores. (Cruz, 2003, p. 114).

Os estudos do turismo compõem um campo primado pela visão econômica de seus patrocinadores, privados ou públicos, preocupados com hospedagem e fluxos, e pouco refletem as reais práticas de turistas e, nem ao menos, se aprofundam na dualidade de turistas quando moradores. Uma expressão disso, é a falta de importância dada a visitação de moradores aos pontos de interesse turístico em bairros distintos daqueles que moram, dentro de uma mesma cidade, por exemplo. E no que lhe diz respeito, a geografia do turismo sempre se interessou pela diferenciação espacial e pela exploração de novos lugares, sendo o aspecto turístico atrelado a ideia de viagem e deslocamento, e daquilo que é visto como exótico em oposição ao conhecimento do que é habitual, e remete à sedentarização e à recorrência, o que torna o

interesse em turismo segunda residência, permanente e pendular algo anacrônico para ela.

No ponto de vista espacial, cada vez mais frequentes são os casos de estudo sobre turismo sem território, baseado no sucesso da turistificação artificial de parques recreacionais e de centros gastronômicos e de consumo criados para o turismo a partir de uma sociedade artificializada e, menos frequentes, os estudos sobre territórios sem turismo, uma vez tornaram-se escassas, a partir do século XX, comunidades isoladas que se recusem o contato e a troca com visitantes. Todos os demais, são considerados territórios turísticos, como é o caso de Imbé (Anafou, 2001).

A dinâmica e o desempenho dessas redes urbanas<sup>24</sup>, e o estudo de sua estrutura quanto a distribuição e conexão dos seus nós, as cidades, e pelas direções, trajetos, temporalidades e intensidade dos seus fluxos refletem na escala intrarregional e local as relações e interações que as cidades da região estabelecem entre si e com os demais espaços extrarregionais e sua configuração (Santos, 2012, Costa; Rocha, 2023; Haesbaert, 2010).

Uma área de ocupação populacional pode ser integrada tanto pela aproximação da malha estrutural de municípios limítrofes, em forma de território-zona, como pela divisão funcional de atividades e trabalho dentro de dado território, mesmo que descontínuo, nesse caso em forma de território-rede, em que pontos de interesse passam a se ligar por fluxos materiais e imateriais. O preâmbulo necessário para desenvolver novas noções de turismo que expliquem o que acontece em municípios como Imbé, passa pela reflexão de como se formam aglomerações<sup>25</sup> e que existe um esforço desafiador em reconhecer o

---

<sup>24</sup> Conforme Costa e Rocha (2023, p. 5), a partir do referencial de Santos (2012), às **redes territoriais** podem ser compreendidas como linhas no espaço geográfico que ligam fenômenos em diversas escalas, formadas por nós e fluxos, que conectam territórios interna e externamente. Mais do que um sistema reticular euclidiano de um conjunto de pontos e linhas, as redes integram o próprio território enfatizando sua dimensão temporal e dinâmica, sendo possível conjugar os termos como binômio território-rede.

<sup>25</sup> A Lei Federal nº 13.089 e suas alterações (Brasil, 2015) define **Aglomeração Urbana** por unidade territorial urbana constituída pelo agrupamento de 2 (dois) ou mais municípios limítrofes, caracterizada por complementaridade funcional e integração das dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas; **Metrópole** pelo espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios do IBGE; e **Região Metropolitana** como a unidade regional instituída mediante lei complementar estadual, constituída por agrupamento de municípios limítrofes para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Quanto a **Área metropolitana**, por sua vez, é definida pela representação da

papel do turismo na produção do espaço: quais aspectos sofrem ou não interferência do turismo, e, em contrapartida, que elementos do espaço exercem influência para o aproveitamento turístico.

Costa e Rocha (2003) consideram que, nas perspectivas de agentes sociais diversos, o turismo, como fenômeno que se apropria e só pode ser estudado em correlação com o espaço geográfico, pode ser entendido pelo binômio território-zona ou de território-rede. Para os autores, enquanto para o poder político local e os moradores o território é zonal, ligado a extensão do seu entorno, para turistas e a indústria turística, seu formato é em rede, conectando áreas distantes de interesse em um padrão descontínuo. Ambos os formatos, no entanto, se misturam quando ocorrem categorias de turismo atípico<sup>26</sup> como no turismo de segunda residência, permanente ou pendular e cíclico.

### 3.2.5 Turismos atípicos

Parte das experiências em turismo vivenciadas na AULINOR não correspondem ao imaginário do que é turismo ou se enquadram nas categorias de turismo consagradas, posto que não usam os meios de hospedagem tradicionais ou pertencem às estratificações propostas pelo sistema turístico oficial. Para dar visibilidade e acompanhar o movimento desse conjunto de atividades que, mais do que indiretamente relacionadas ao turismo, estão situadas abaixo da linha d'água de análises econométricas e estatísticas, cabe aqui refletir sobre o turismo atípico, em suas várias modalidades.

---

expansão contínua da malha urbana da metrópole, conurbada pela integração dos sistemas viários, abrangendo, especialmente, áreas habitacionais, de serviços e industriais com a presença de deslocamentos pendulares no território. O IBGE, por sua vez, o estabelece a hierarquia e **regiões de influência das cidades** em cinco níveis - metrópoles, centros regionais, sub-regionais, de zona e locais - independentes de contiguidade territorial, utilizando como critérios a atração exercida entre as cidades próximas e as ligações de longa distância realizadas pela atuação de instituições públicas e privadas que atuam em rede a partir dos centros urbanos (IBGE, 2018).

<sup>26</sup> Não existe uma definição consensual do que seja o turismo atípico. O que se propõe aqui é que o turismo atípico se contraponha ao turismo típico em relação ao espaço, tempo e propósito, e que englobe três categorias de atividades turísticas de: 1) espaço atípico, não desconhecido, na mesma cidade, em segundas residências, visitas de parentes e de retorno a cidade natal; 2) tempo atípico (longa duração, acima de um ano, como turismo permanente ou duração de menos de um dia, como em excursões breves, bate e volta, sem hospedagem ou pernoite no destino); e 3) propósito atípico (como a trabalho, no caso do turismo voluntário –“volunturismo” – e outros que não incluam o ócio e o lazer como objetivos essenciais).

Quando se discute o turismo atípico, a referência não é aos segmentos com atrações insólitas, como o “*dark tourism*”<sup>27</sup>, ou outros nichos não convencionais, em que por questão de gosto pessoal as escolhas diferem daquelas do turismo de massa, e sim, uma escolha por discutir modelos que fogem à definição oficial do turismo em sua relação a sua finalidade voltada ao ócio, destino diverso do habitual ou com duração de até um ano. Reflexões sobre os limites do que é turismo (ou não) e sobre o turismo, atípico em si, estimulam o reconhecimento de que boa parte do fluxo turístico geral não é contabilizado dentro dos parâmetros convencionais.

O turismo de voluntariado, por exemplo, é uma vertente atípica do turismo de intercâmbio escolar, algo que escapa à definição de que o turismo deve ser voltado ao lazer, uma vez que, nesse modelo, os viajantes ocupam o seu tempo com atividades laborais diversas, sem remuneração ou os confortos habituais de uma estadia em férias padrão. O escopo das ações variam do apoio a institutos de reabilitação da vida selvagem, convivência em comunidades étnicas, apoio de eventos desportivos internacionais, entre outras, e trazem como motivação as oportunidades de aquisição de conhecimentos práticos, de praticar línguas estrangeiras e de travar novas amizades acreditando fazer o bem (*Voluntourism* [...], 2023).

O turismo em visita a parentes e amigos, a prática de turismo dentro da própria cidade e o turismo de segunda residências são modalidades de turismo praticadas com frequência que não buscam por lugares exóticos ou desconhecidos. Essas variantes não utilizam os serviços de agências físicas, não procuram por parques temáticos e atrações pré-fabricadas, não ocupam os meios de transporte aéreo, marítimo e de empresas rodoviárias regulares, ou de hospedagem convencionais, em resorts, hotéis e pousadas incluídos no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur). Ao contrário, nesse estilo de turismo é mais comum a utilização de automóveis e domicílios particulares, próprios ou emprestados, e o compartilhamento de meios de

---

<sup>27</sup> O turismo “*dark*”, que remete a lugares sombrios, descreve a busca por visitar cenários lúgubres ou que foram palco de tragédias, como cemitérios e túmulos célebres, catacumbas, masmorras, presídios, campos de concentração, usinas nucleares abandonadas, locais devastados por erupções vulcânicas, entre muitos outros. Não é um nicho novo e, de acordo com a proposta de Stone e Sharpley (2008), seus destinos e atrações, relacionados à violência, ao macabro e ao sofrimento, cumprem a função simbólica de confrontação e compreensão da morte.

transporte e hospedagem em estruturas de aluguel informal, hoje facilitadas por plataformas digitais. Portanto, esses são tipos de turismo atípico quanto ao destino, fora do alcance das estatísticas turísticas oficiais.

Por fim, modalidades de turismo de curtíssima (menos de um dia) ou de longa permanência podem ser consideradas na categoria de turismo atípico. O turismo internacional continental de longa permanência, relacionado aos vistos de estilo de vida ou de renda passiva, são incentivados em países como Costa Rica, México, Panamá, Portugal e Espanha, por meio da facilitação de vistos especiais para pessoas que comprovem renda anual suficiente para se manter nesses países, de preferência adquirindo um imóvel próprio, sem disputar com os residentes nativos o mercado de aluguéis de imóveis e de trabalho (DIÁRIO, 2024). Comparado ao turismo sazonal, esse turismo de longa duração tende a enfatizar a interação e valorizar a preservação ambiental e do bem-estar local, com separação menos clara entre turistas e residentes e a promover um fluxo contínuo e lento de entrada de novos visitantes, casos em que estabelecem domicílio e não picos sazonais ou de idas e voltas. No entanto, ser turista permanente é um estado fluido, os vínculos não são tão sólidos, ou seja, nada impede que se escolha outro local para se estabelecer, uma vez que o primeiro destino escolhido não atenda suas expectativas, é sempre possível escolher um segundo. Já no mercado de cruzeiros, de natureza itinerante, vem se tornando frequente as propostas para que nômades digitais, rentistas e aposentados com boa saúde aproveitem tarifas com desconto *sênior*, adotando um sistema de permanência em cruzeiros consecutivos, ou comprem cabines permanentes para viagens de mais de um ano ou adotem um sistema, num estilo de vida de luxo minimalista, em que viver viajando em alto mar com a estrutura oferecida substitui os gastos de manutenção de residência fixa ou asilar (Lucena, 2019; Moreira, 2023; Taylor; Logan, 2024).

A seguir, três tipologias de turismo atípico encontradas em Imbé são apresentadas: a de turismo de segundas residências, do turismo permanente e do turismo cíclico e pendular. Todas as três divergem em algum ponto da definição convencional de turismo<sup>28</sup>, vigente até o final do século passado, e que ainda baliza o pensamento de muitos turistas, residentes e estudiosos do campo.

---

<sup>28</sup> A definição hegemônica das Organização das Nações Unidas até o fim do século XX dizia que “o turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens a e estadias

### 3.2.5.1 O turismo de segunda residência

A prática de alternar entre duas ou mais residências, a principal e as secundárias, remonta às famílias tradicionais do Império Romano, que costumavam manter uma casa na urbe e outra no campo, hábito adotado também pela antiga nobiliarquia europeia, que podia se dar ao luxo de manter palácios destinados a residência durante o verão e inverno. Enquanto as moradias urbanas se destinavam a participação em eventos institucionais de caráter político e social, aquelas do campo destinavam-se a administração de propriedades de cunho agropastoril e davam espaço ao lazer rural, que envolvia atividades equestres, caçadas e prática de esportes e amenidades sociais ao ar livre. Castelos e sobrados de inverno eram situados em lugares propícios para banhos termais e esportes na neve, enquanto os de verão situavam-se junto a corpos d'água, onde a pesca era atrativa, e havia o benefício de se refrescar com a brisa próxima ao mar. A família Romanov, até o início do século XX, ocupava durante o verão residências em Moscou e na Criméia, e no inverno seu palácio em São Petersburgo; enquanto os representantes atuais da Coroa Britânica alternam sua permanência entre a sede administrativa, o Palácio de Buckingham, em Londres, a residência de verão em Windsor, os retiros rurais em Norfolk, e no inverno ou períodos de descanso, procuram por outras residências oficiais não ultramarinas em domínios britânicos, seja na Escócia ou no País de Gales (Além [...], 2023; Sorôkina, 2021).

Durante o exílio do monarca português Dom João VI na cidade litorânea do Rio de Janeiro, então capital da colônia, e o período Imperial Brasileiro, o Paço de São Cristóvão abrigou o Palácio Real de Verão, hoje complexo do Museu Nacional na Quinta da Boa Vista, enquanto o palácio da região serrana em Petrópolis, hoje Museu Imperial, abrigava a família real nos períodos mais quentes do ano. Apenas a partir dos anos 50, no século XX, segundas residências, fossem de campo ou praia, tornaram-se acessíveis à classe média brasileira (Abrahão; Tomazzoni, 2018; Assis, 2003; Correa, 2015).

O “nacional-desenvolvimentismo” da última metade do século XX no Brasil foi responsável pela implantação ascensão do rodoviarismo como matriz

---

em lugares diferentes de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, tendo em vista lazer, negócios ou outros motivos não relacionados ao exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (UN, 1999).

principal dos transportes em substituição a matriz ferroviária e pela emergência de novos estratos sociais médios e urbanos que, aos poucos, começariam a incorporar entre os seus valores socioculturais, é um dos panos de fundo para difusão da ideologia do turismo e do lazer que deu margem às segundas residências (Becker, 1997; Assis, 2003). Outros estímulos foram as Leis Trabalhistas com introdução de férias anuais pagas e obrigatórias promovidas como bem-estar e direito do trabalhador, desde 1943, e o desenvolvimento de estrutura rodoviária e os estímulos a implantação da indústria automobilística no sudeste do país (Abrahão; Tomazzoni, 2018; Becker, 1997).

O turismo de segundas residências é por vezes caracterizado como um tipo de turismo imobiliário, ou seja, que é impulsionado pelo mercado imobiliário e pela perspectiva de salvaguarda de poupanças em investimentos de longo prazo considerados estáveis em momentos de fragilidade e instabilidade macroeconômica. Em outras vezes, no entanto, permanece fora do radar do turismo oficial. No Brasil, acontecem os dois mecanismos simultaneamente.

O fenômeno da segunda residência constitui uma das formas pelas quais o capital imobiliário se inseriu no setor turístico (Falcão, 1992 apud Becker, 1997, p. 10-11). O RS foi um dos estados precursores no turismo de segundas residências no Brasil, uma vez que a compra de lotes baratos e arenosos no litoral como uma espécie de poupança módica para funcionários públicos e professores tornou-se comum durante a vigência da “Lei de Usura”<sup>29</sup>, que limitava os ganhos anuais em 12% perante uma inflação nominal em torno de 100%. A oportunidade gerou um mercado imobiliário movido por propaganda direta, porta a porta, e ofertas frequentes de incorporadores para muitos profissionais da Região Metropolitana. Além do financiamento direto, os loteadores e arquitetos anunciavam planos e tipos de construções de diferentes tamanhos e materiais nas revistas de grande circulação (Cueille, 2004; Schossler, 2021). Assim, ampliaram o mercado consumidor para pessoas de

---

<sup>29</sup> As limitações da taxa de juros anual e ao anatocismo – cobrança de juros sobre juros – do Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933, que virou Lei em 1935, foi contestado a partir de 1964, e o tema passou a ser tratado de forma liberal pelo artigo Art. 192 da Constituição Federal de 1988, com redação final pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003: “O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram”.

várias condições financeiras, e boa parte das famílias que investiram suas economias em terrenos resolviam elevar as construções aos poucos, com as próprias mãos, ou contando com a contratação de mão de obra informal. Além das incorporadoras e imobiliárias, a cadeia do turismo no LN sempre esteve estreitamente ligada ao mercado da construção civil, constituído por fornecedores de material ou mão de obra.

A lógica dessas propriedades era a de que, no mínimo, os compradores teriam a curto e médio prazo um lugar barato e relativamente próximo para usufruir com a família nas férias, e, a longo prazo, o imóvel seria um investimento seguro e suporte para vida na aposentadoria. Na ausência de liquidez e disputa pela recompra imediata, e mediante o desinteresse<sup>30</sup> pelo uso dos imóveis ao longo de mudanças geracionais, o que se assistiu em Imbé não foi a alta rentabilidade desse investimento, que aguardasse apenas a valorização ao longo do tempo, e sim sua transformação em refúgio para aposentados.

Enquanto Tulik (1995, p. 21), em uma primeira aproximação ampla, entende segunda residência como a propriedade particular – própria, alugada, arrendada ou emprestada – que funciona como “um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente, nos momentos de lazer, por pessoas que tem seu domicílio permanente em outro lugar”. Outro pesquisador, Assis (2003, p. 110), categoriza a residência secundária como sendo um tipo de hospedagem, necessariamente, “vinculada ao turismo de fins de semana e temporadas de férias.” Aperfeiçoando essas linhas de pensamento, Abrahão e Tomazzoni (2018, p. 82) conceituam a segunda residência como uma tipologia “não hoteleira de hospedagem turística, na qual existe um vínculo permanente, pelo retorno sucessivo ao mesmo destino”, ressaltando sua peculiaridade de englobar atividades de construção e locação de imóveis.

A falta de consenso na definição de turismo de segunda residência dificulta a distinção entre turista e migrante (Fonseca; Bastos; Lima, 2016). Entre

---

<sup>30</sup> Assis (2003, p. 118), referindo-se às segundas residências no litoral do nordeste brasileiro, discorre sobre os diferentes usos e a mudança de interesse pelas segundas residências entre diferentes gerações de famílias proprietárias: as gerações mais velhas usufruíram intensamente e criaram vínculos afetivos e memórias de “amizades e namoros de verão”, mesmo antes da turistificação em massa do lugar; seus filhos, usam a segunda residência com menor intensidade depois de adultos, dispondo de opções mais variadas de turismo; seus netos, frequentam essas residências, esporadicamente, e apenas na alta temporada ou em festas. Por fim, os herdeiros tendem a vender as propriedades, enquanto aos turistas pioneiros cabe transformá-las em domicílios permanentes ou a busca por outros lugares mais tranquilos.

critérios propostos, ser proprietário do meio de hospedagem, seu uso familiar e parâmetros que dizem respeito à duração de permanência, não se mostram suficientes. Por outro lado, a recorrência e o vínculo territorial que os turistas de segunda residência estabelecem com o destino turístico são critérios promissores, uma vez que, o turista convencional, diferente daquele que ocupa uma segunda residência, está à procura de novos destinos, não retorna, habitualmente a uma mesma localidade e não forma vínculos perenes de sociabilidade e corresponsabilidade locais, como visitante esporádico que é.

Os usuários de segundas residências diferem dos turistas propriamente ditos na medida em que o retorno frequente a uma dada localidade possibilita a criação de um vínculo territorial que se expressa de distintas formas: 1 - vínculo afetivo e psicológico com o lugar, sendo esta uma das distinções mais importantes entre o usuário da segunda residência e o turista; 2 - vínculos de vizinhanças e sociabilidade com outros usuários de segundas residências e moradores locais. (Fonseca; Bastos; Lima, 2016, p. 1233).

Destarte que, se do papel de turista, pessoa em movimento sazonal ou de migrante existem diferenças consideráveis, de turista de segunda residência, especialmente se proprietário, para migrante, essa diferença pode ser menor. O turismo de segunda residência, como opção rápida para transferência de domicílio principal de aposentados, incorpora elementos de multiterritorialidade e mobilidade espacial, e pode criar identidades territoriais que, quase sempre, guardam algum grau de conflito com alguns interesses locais estabelecidos e reforçam a hegemonia de outros. Os agentes imobiliários e voltados para exploração da construção civil, por exemplo, seriam os maiores interessados na reorganização espacial e valorização de parcelas de solo urbano relacionadas à transformação de segundas residências em novas residências definitivas (Assis, 2003, 2009; Cruz, 2007; Ribeiro; Coelho, 2008).

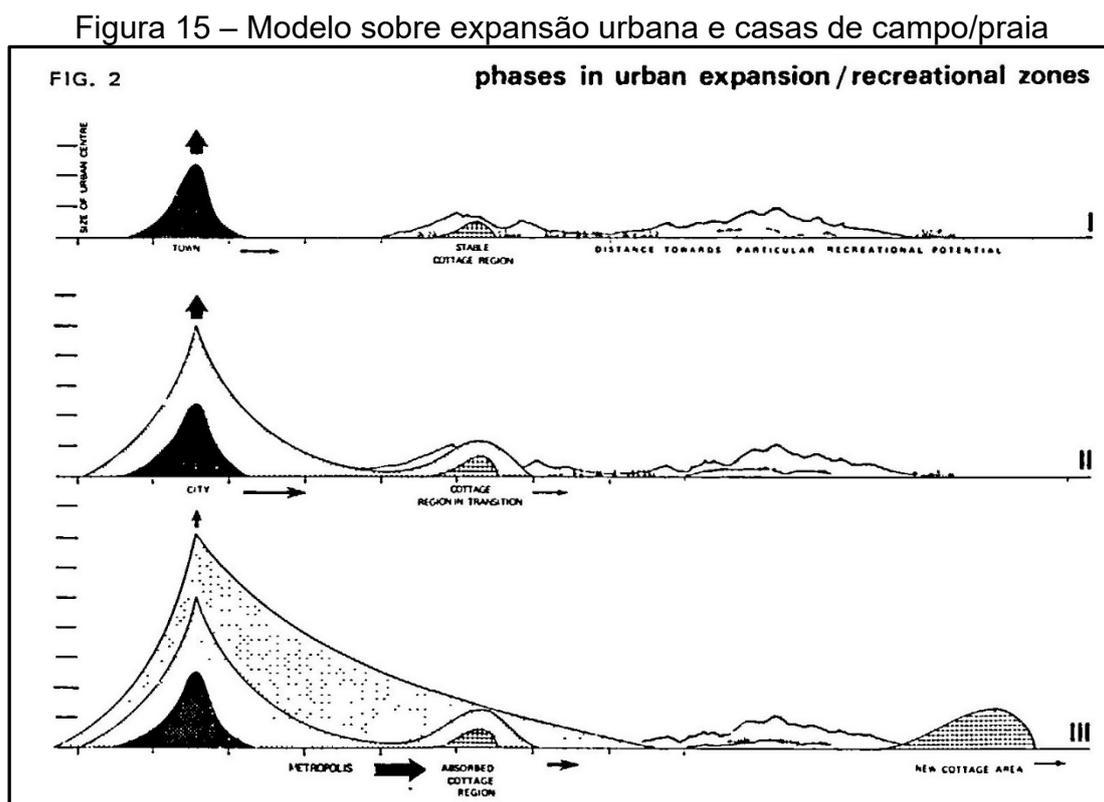
Independente do fato do deslocamento populacional fazer parte do turismo sazonal ou de um fenômeno de mobilidade residencial intrarregional, os efeitos desse movimento entre os espaços inter-regionais utilizados para o trabalho (grandes complexos urbanos) e o lazer (local de veraneio) são notórios: esses fluxos redefinem o uso de alguns espaços pré-existentes, constroem novos espaços urbanos e suscitam a implementação de equipamentos públicos que não são monopólio do turismo e, portanto, servem a todos.

Quanto ao estudo do turismo de segunda residência, invisível na maior parte das estatísticas oficiais, é importante salientar um problema classificatório. As estatísticas turísticas foram projetadas para captar atividades estritamente ligadas ao turismo, que não existiriam sem ele, como viagens aéreas ou hospedagem em hotéis, e pouco se preocupavam em atividades econômicas que pudessem ser utilizadas por turistas e não turistas, como é o caso da hospedagem domiciliar ou construção/ manutenção de segundos domicílios para finalidade turística e de lazer. O turismo internacional utiliza duas classificações, a *Clasificación Internacional Uniforme de Actividades Turísticas* - Ciutat compatível com a terceira revisão da *International Standard Industrial Classification* - ISIC (IBGE, 2012) que tem o turismo de segundas residências (conta 7010) como categoria que pode ou não ser contabilizada para grupos ou casos específicos dependendo de como cada sistema nacional utilize essa categoria. Já nas estatísticas brasileiras, que utilizam a classificação de atividades econômicas da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, na qual sequer existe uma categoria que se relaciona ao turismo de segunda residência entre os serviços de hospedagem (CNAE 53.1), talvez por ser desconsiderado como atividade econômica como é em outros países, como a Espanha (IBGE, 2012). Pode parecer confuso - e é - esse é o problema relatado aqui: tanto em termos internacionais como no sistema de conta nacional do turismo adotado hoje, a adoção de categorias agregadas diversas ou mesmo sua ausência, complica a definição, padronização e comparação de estudos econômicos sobre turismo de segunda residência.

Adiante da discussão sobre polaridade centro-periferia, Tulik (1995) propõe que o determinante para definir a localização de uma residência secundária em relação a principal seria o tripé “tempo-custo-distância”, enquanto Assis (2003) acrescenta outros atributos, como a proximidade de corpos d’água (rios, lagos, mar) e o diferencial entre os climas das regiões emissoras e receptoras como fatores de atração relevantes. Como tempo e distância são relativizados em função de melhoria de vias, transportes e disponibilidade de comunicação digital, o custo é considerado elemento primordial. Esse custo é definido como disponibilidade de renda excedente suficiente para manter dois domicílios e participa da construção da segunda residência como símbolo de prestígio das classes média e alta, mesmo que que essa segunda camada

também tenha recursos para viajar para outros destinos nacionais e internacionais mais distantes e caros (Assis, 2003, Tulik, 1995).

O modelo explicativo proposto por Lundgren (1974) sobre a influência da evolução urbana de centros emissores de turistas na localização de casas de campo/ praia, pode ser extrapolado para explicar a preferência por municipalidades e bairros para instalação de segundas residências, também no RS e em Imbé. Segundo esse modelo (Figura 15), as áreas de segundas residências surgem na periferia de centros urbanos de tamanho médio e intermediário (fase 1); essas áreas, entretanto, acabam sendo englobadas pela expansão periférica de aglomerados urbanos e metrópoles e tornando-se residências principais (fase 2), o que empurraria a exploração imobiliária de novas áreas de segundas residências para balneários e bairros mais distantes da posição original (fase 3).



Fonte: Lundgren (1974, p. 129). Cópia da ilustração original.

### 3.2.5.2 O turismo permanente

O turismo permanente se aproxima do conceito de turismo de longa duração, em uma feição doméstica, em que o interesse é atrair quem tem renda própria, nesse caso, mais modesta do que os patamares em dólares e euros

exigidos no âmbito internacional. Ao contrastar, implicitamente, deslocamento e constância, num oxímoro<sup>31</sup> que destaca a complexidade da situação, seu termo composto desafia a definição tradicional de turismo quanto à duração, o que implica em viagens temporárias, e revela novas relações de mobilidade no território.

Paiva (2013) descreve turistas permanentes como indivíduos que, por dispor de renda garantida sem vínculos profissionais fixos em qualquer território, dispõem do poder de alta mobilidade territorial, sendo capazes de optar pela transferência de domicílio de um local ou região para outros quando lhe aprouver. É sua a definição de que:

O turismo permanente, representado pelo aposentado ou rentista que opta por domiciliar-se em um território distinto daquele em que trabalhou e/ou que lhe proporcionou a renda atual por avaliar que o novo domicílio lhe proporciona uma qualidade de vida superior” (Paiva, 2013, p. 113).

O turismo permanente é um termo econômico<sup>32</sup> composto que tenta captar um sentido diferente dos termos isolados, chamando a atenção para uma descrição da conta turismo, a menos entendida das três formas de ingresso de recursos privados para um município, nesse cenário, entre as mais conhecidas, estão aquelas realizadas através da balança comercial positiva e da conta renda. A conta turismo, como fenômeno microeconômico, funciona como conta de exportação e mede a entrada de recursos pela passagem e consumo (restaurantes, bares, festas e em diversos outros espaços locais) de pessoas de outras localidades que assim contribuem para aumentar os recursos do município (Paiva, 2013).

Para a conta turismo o mais importante não seria de onde provém a renda (e o aumento do PIB), e sim o lugar onde ela é utilizada. E essa contabilidade

---

<sup>31</sup> Um **oxímoro** é uma figura de linguagem que reúne termos contraditórios criando um paradoxo aparente para provocar a reflexão e enfatizar ideias criativas, ele é utilizado como argumento retórico e estilístico. A palavra vem do grego “*oxus*” – afiado, penetrante, agudo; e “*moros*” – tolo, idiota, estúpido; e é possível afirmar que essa figura de pensamento, à primeira vista absurda ou sem sentido, uma vez que reúne antíteses, evoca uma verdade lógica que só aparenta ser falsa. Oxímoros são propensos a provocar respostas emocionais, surpresas e reforçar nuances complexas de uma ideia ou situação em discussão. São alguns exemplos de oxímoros na linguagem coloquial: crescimento negativo, doce veneno, instante eterno, inteligência artificial, loucura lúcida, morto-vivo, piada séria, sábia ignorância, silêncio eloquente.

<sup>32</sup> O jargão jornalístico em economia, o chamado “economês”, é pleno de metáforas e termos novos pela transferência de expressões de outros campos, técnicos e científicos, e neologismos da língua geral. O estranhamento desses novos termos não se mostra “incompatível com a busca de precisão que caracteriza as terminologias” (Alves, 2002, s/p.).

não prevê uma distribuição equânime de riquezas e recursos, pois o uso turístico do território não causa, necessariamente, o aumento na média de valores salariais e dos benefícios de subsistência que recebem seus ocupantes. Por exemplo, o consumo em grandes redes comerciais multinacionais deixa poucos recursos para o município, uma vez que boa parte do lucro aferido acaba reinvestido em outras instâncias; enquanto na situação particular de Imbé, o padrão de redistribuição salarial limitado da renda proveniente de serviços turísticos indiretos e diretos reflete a flutuação sazonal dos empreendimentos e a informalidade em pequenos negócios e vínculos empregatícios.

O turista permanente, muitas vezes um ex-turista sazonal, é um migrante com potencial vantajoso para o território por estabilizar a renda típica da sazonalidade do turismo apenas pelo lazer, desse modo, sem concorrer com moradores locais por postos de trabalho e se mostrando um grande mobilizador de empregos e de novos empreendimentos, embora seja também associado às crises de aumento de custo de vida para a população local. A disputa pela atração e manutenção de turistas permanentes, segundo Paiva (2013), representa hoje um motor competitivo de vários destinos turísticos internacionais, como Flórida e Califórnia (EUA), Andaluzia (Espanha), Algarve (Portugal), Bali (Indonésia). Atrás do aposentado migrante costumam vir os jovens, pois, em geral, os aposentados já têm por satisfeitas a maior parte das necessidades de bens duráveis e direcionam a sua demanda, tipicamente, para serviços de segurança, saúde, transporte, gastronômicos e de cuidados ofertados por trabalhadores mais jovens (Paiva, 2013; Reis, 2015).

A mobilidade espacial sustentada<sup>33</sup> pelos gaúchos vindos de outras regiões para o LN, funciona como um fator de desempenho demográfico *proxy*<sup>34</sup> de qualidade de vida, revelando que a disponibilidade de empregos e renda,

---

<sup>33</sup> Enquanto o entendimento rígido de migração a considera como a mudança de lugar de residência habitual (num mundo real em que nada é banal ou tão simples assim), em geral definitiva e com quebra de laços de sua origem (“desenraizamento”); pela noção de **mobilidade espacial**, embora, até o momento, seja ela um conceito amplo e mal definido, existe a oportunidade de incluir uma mistura de outros processos, complexos, diversificados e mesmo emergentes, que resultam na redistribuição da população no espaço. Portanto, a mobilidade espacial não envolve apenas a migração e movimentos pendulares diários, como várias etapas do “ciclo vital das residências” em que os deslocamentos populacionais entre áreas significam até mesmo etapas de ascensão ou perda de posições na escala social (Cunha, 2011).

<sup>34</sup> **Proxy** (no plural, *proxies*) é um bom indicador indireto ou por aproximação para avaliar um objeto, evento ou fenômeno, mesmo não sendo um elemento relacionado caracteristicamente ao mesmo.

decaiu em relação ao que era experimentado até 2000. Nesse sentido, Reis (2015) demonstrou, através de estudos com microdados dos Censos Populacionais de 2000 e 2010, que o litoral de SC passou a disputar a presença de turistas permanentes gaúchos com o LN do RS, o que denota uma perda de oportunidades econômicas para essa última região.

Não há garantia de ganhos sustentados provenientes do turismo permanente. Por mais que, tanto a transferência da função de abrigo principal para as residências secundárias, quanto as intenções sinceras de turistas permanentes de ocupá-las por períodos indefinidos existam, esses mesmos turistas costumam manter seus vínculos com os domicílios de origem. O retorno ou a busca de um terceiro destino está entre as possibilidades reais induzidas pelo propósito de rearranjos familiares, na busca por atenção de saúde diferencial ou por desgosto com as condições de vida oferecidas pelo local.

O turista permanente ainda é turista por sua trajetória: ele veio de um lugar, está em outro e pode seguir se movendo para terceiros lugares. Em uma pesquisa transversal ele poderia ser considerado morador, porém, apenas se enraizado, chega a completar a construção de um vínculo forte o bastante para que, mesmo diante de desafios e dificuldades impostas, assuma uma nova territorialidade que embase a sua escolha por chamar de seu e a de se fixar em um determinado lugar.

### *3.2.5.3 O turismo sazonal e pendular*

Como já dito, o conceito de turismo tradicional, resumido a uma vez por ano durante férias remuneradas, voltado a medir principalmente o volume de turistas internacionais ou interestaduais que se hospedam em hotéis, por pelo menos uma noite e com permanência inferior a um ano (UNWTO, 2010), ajuda pouco a entender o modelo de turismo no LN do RS. No litoral norte gaúcho devido a hospedagem preferencial em segundas residências próprias ou alugadas, ocupadas com frequência intermitente ou mais permanente, o turismo se assemelha mais a um fenômeno moderno de mobilidade espacial rotativo. Chega-se ao ponto de ser difícil definir em qual município se localiza o domicílio principal do indivíduo e qual é o secundário, pois hora o imóvel próprio é o de uso ocasional enquanto o de apoio no município onde trabalha é alugado, hora o vínculo afetivo e social com a segunda residência ocorre de forma estável e há

mais tempo, do que com vários domicílios permanentes diferentes ao longo dos anos no caso de mão de obra móvel. A região das praias, já conhecida e em que existiam amigos e familiares, trazia possibilidade de conforto e segurança a baixo custo tanto para quem buscava a paz perto do mar e das águas ou entretenimentos sociais, especialmente após a melhoria de acesso pelas vias de transportes, e que funcionava como complementação de renda por rentismo ou como um investimento que poderia ser mobilizado com ganhos no futuro. É comum, ainda hoje, que o turista considere como lar, vote e se engaje mais nos problemas do entorno de seu retiro de descanso de fim de semana e férias, visto como investimento futuro a se valorizar, do que naquele local que serve de dormitório enquanto trabalha, sem a intenção de ali permanecer no futuro.

A sazonalidade do turismo relaciona-se intimamente às definições de alta e baixa temporada e aos feriados e períodos de férias estudantis institucionalizados, especialmente quando se fala do comportamento de famílias no turismo doméstico. No Brasil, a alta temporada coincide com as férias escolares de verão<sup>35</sup>, de dezembro a fevereiro e costuma se encerrar após o feriado do Carnaval. Em relação a atratividade para turistas internacionais, além desse último atrativo de entretenimento amplamente divulgado como um dos principais símbolos da cultura brasileira, o período inclui a semana entre os feriados de Natal e Ano Novo (correspondente ao *Winter break*<sup>36</sup> americano), em que são frequentes os recessos coletivos. Já as férias escolares do inverno brasileiro, em julho, limitadas a menos de 20 dias, e o recesso de uma semana primaveril, adotado no calendário de atividades de muitas instituições de ensino, por ocasião do feriado nacional de 12 de outubro (culto à Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil e comercialmente explorado como “Dia das

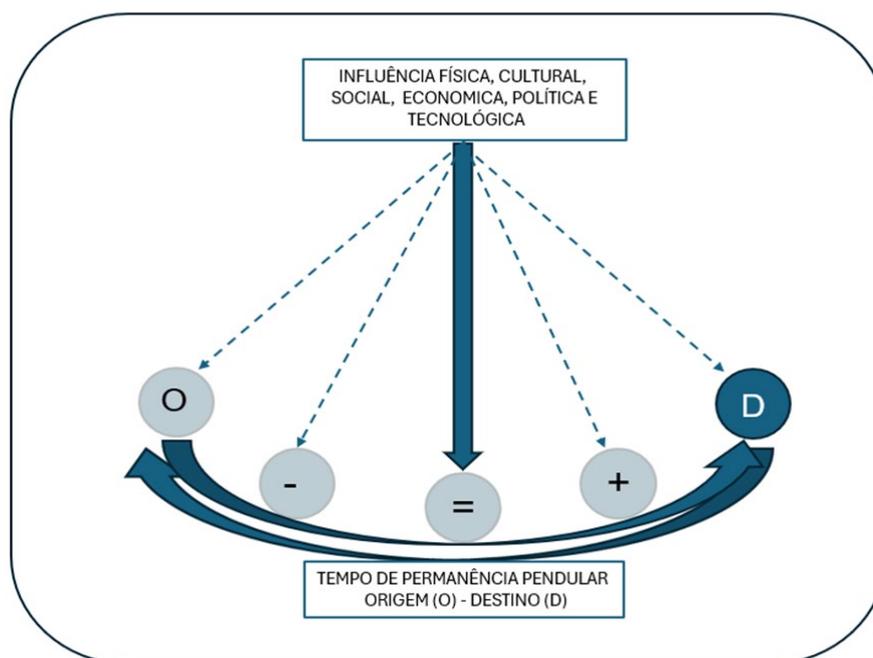
---

<sup>35</sup> Quando há o foco nos fluxos de turismo externo, os países vizinhos da América do Sul, em especial Argentina, Chile, Uruguai e Colômbia são os maiores emissores de turistas internacionais para o Brasil (EMBRATUR, 2024), e os argentinos e uruguaios seguem um período de férias escolares semelhante ao brasileiro.

<sup>36</sup> Os Estados Unidos da América (EUA) é o país do hemisfério norte que abriga os destinos turísticos mais populares entre turistas brasileiros no exterior e que também é origem do segundo maior quantitativo de turistas internacionais que visitam o Brasil, logo após a Argentina (EMBRATUR, 2024). Nesse país, exceto pelo *Winter break*, os intervalos do ciclo escolar e a maior parte dos feriados ocorrem em datas flutuantes que não correspondem aos recessos escolares brasileiros: o *Summer break* varia entre o fim do fim de maio, início de junho até o final de agosto, início de setembro; o *Spring break* é uma semana de recesso universitário que costuma ocorrer na terceira semana de março; e o importante feriado do Dia de Ação de Graças (*Thanksgiving Day*) é comemorado todos os anos na 4ª quinta-feira de novembro.

Crianças”) e do feriado escolar de 15 de outubro (“Dia dos Professores”), tem algum apelo ao turismo interno, não comparável ao movimento do turismo de verão. Na contramão dessa tendência, adultos sem filhos em idade escolar e idosos sem a responsabilidade de cuidar de netos, possuem maior liberdade para aproveitar os preços promocionais da baixa temporada brasileira.

Figura 16 – Modelo de Turismo Pendular



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Tanto quanto o turismo sazonal, o turismo pendular também pode exibir um natureza cíclica, e se distingue-se da expressão sazonal do antigo veraneio no litoral gaúcho por não limitar os deslocamentos de ida e volta e permanência contínua de viajantes durante a estação do verão, comportamento que não se manifesta nos veranistas com o mesmo vulto em outras estações do ano. Também difere da comutação, a mobilidade pendular entre residências-dormitórios e locais de trabalho ou estudo, pois não envolve a obrigatoriedade de deslocamentos diários ou semanais durante a semana comercial. O turismo pendular ou cíclico (Figura 16), como modalidade de ocupação do território proposta a partir da teoria de territórios alternativos, descontínuos e múltiplas territorialidades de Haesbaert (2010, 2023), refere-se a viagens recorrentes com permanência de duração variável e em diversas ocasiões ao ano, realizadas por pessoas entre o seu local de residência e um segundo local de retorno fixo, que não guarda apenas finalidade turística. Além disso, pode ser considerado como

epifenômeno da facilitação de migrações inter-regionais residenciais. Esse conceito não é baseado na definição do turismo estritamente para fins de comparação estatística preconizado pelas Contas Satélites do Turismo internacional ou nacional (UNTWO, 2010; IBGE, 2012), e sim na definição econômica de turismo, que entende como turista aquele que afere sua renda principal em um território e gasta em outro sem disputar postos de trabalho ou oferecer competição na oferta de qualquer produto local. Independente de não utilizar a estrutura de hospedagem convencional em hotéis, o turismo pendular, como o turismo permanente, gera “demanda pura” (Paiva, 2013).

O turismo pendular costuma ocorrer em fins de semana prolongados, feriados ou períodos sabáticos, incluindo a disponibilidade de tempo independente de período letivo e vínculos empregatícios próprios de aposentados, pensionistas e rentistas com prole independente. A duração de permanência oscila entre os polos de origem e destino, de acordo com influências físicas (clima, temperatura ambiente), culturais, sociais, econômicas, tecnológicas (estado de manutenção das vias, disponibilidade de comunicações, por exemplo) e políticas. Por sua vez, como uma das categorias possíveis da mobilidade espacial, o turismo pendular pode evoluir até para migração (habitação permanente), tendo então como sinônimo o turismo permanente, pois enquanto existir a capacidade e o desejo de manter pessoa mantém uma dupla residência, existem também as alternativas de ocupar um ou outro domicílio como principal, se desfazer do domicílio de origem em função do secundário, ou mesmo dos dois em função de um terceiro destino. Percebeu-se, durante abordagem de reconhecimento, que um turista cíclico que vivia em Imbé há mais de vinte anos, mesmo que em períodos variáveis, podia ser mais territorializado do que um recém-domiciliado fixo a procura de trabalho que nunca estivera em Imbé antes. Como apenas o critério de tempo de domicílio não pareceu ser distintivo entre nativos ou estranhos, como utilizado em outros estudos (Reis, 2015; Gomes, 2020), outras tipologias de moradores foram experimentadas.

## 4 A AMBIENTALIDADE E A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

A ocupação do território de Imbé é um processo consequente à sua ambientabilidade peculiar. Por ambientabilidade<sup>37</sup>, entende-se a noção própria da existência humana, que se associa às noções de sustentabilidade e coexistência, ao integrar as pessoas (indivíduos-organismos) ao tempo e espaço geográfico e todos os constituintes desse contexto em perpétua transição (ambiente), mostrando que o ambiente faz parte da constituição da vida humana em si (Ribeiro, 2020). Esse capítulo procura apresentar em duas seções um extrato do que conformou as transfigurações ambientais de Imbé – localização litorânea, posição estuarina, clima, solos, relevo – a fim de descrever peculiaridades do estuário do Rio Tramandaí e entender as particularidades do município de Imbé e de como ele se tornou um corredor turístico<sup>38</sup> que também atrai e fixa seus moradores.

### 4.1 Inserção hidrográfica de um município estuarino

A Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí, situa-se à nordeste do RS, entre as coordenadas geográficas de 29°17' a 30°18' de latitude Sul e 49°44' a 50°24' de longitude Oeste. É uma das três regiões hidrográficas do RS, composta por cinco sub-bacias: do Rio Maquiné, do Rio Três Forquilhas, do Arroio da Sanga Funda, do Arroio Cardoso e do Complexo Lagunar – e cobre uma extensão de 2.978,11 km<sup>2</sup>, distribuída por 18 municípios (FEPAM, 2024; RS, 2018a). A abrangência de sua área cuneiforme se estende desde as nascentes dos rios Maquiné e Três Forquilhas, à oeste, e a Lagoa Itapeva, ao norte, até o vértice ao sul da lagoa da Cerquinha, franqueada à leste pelo limite da orla com o Atlântico. O corpo aquoso formado por seus rios e lagoas, muito utilizado para o

---

<sup>37</sup> O termo “**ambientabilidade**”, verbete não indexado em dicionários, é considerado pela abordagem psicoterápica que foca na experiência da pessoa – A “*Gestalt*” terapia – em conjunto com as dimensões da animalidade e da racionalidade, com as três instâncias metafísicas essenciais que definem a existência humana. Seu derivativo, “*ambientabilidade*”, por sua vez, refere-se à incitação ao desenvolvimento da capacidade de integração do ser humano como constitutivo interessado e cuidador responsável do ambiente em que vive (Ribeiro, 2020).

<sup>38</sup> **Corredores turísticos** são vias de conexão entre locais de origem e destino de turistas, que também podem conter atrativos (Boullón, 2002). Imbé enquanto estação balneária pode ser considerada um atrativo *per se*, sendo ainda um elemento de ligação entre centros emissores turísticos das regiões metropolitanas de Porto Alegre e da Serra Gaúcha e os destinos de Atlântica Sul (em Osório, RS), Xangri-lá e Capão da Canoa ao norte, e de Tramandaí e Cidreira ao sul.

abastecimento público e para rizicultura, escoam para o oceano através do Sistema Estuarino-Lagunar que recebe água doce do Rio Tramandaí e do Canal Camarão e é formado pelas lagoas do Armazém (à sudoeste do canal) e Tramandaí (à noroeste do canal), pelo canal e pela foz da barra do rio Tramandaí (Castro, 2019; Castro; Mello, 2013; Zappes *et al*, 2016).

Uma das singularidades da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí é a sua composição por dois subsistemas de fluxo em direções opostas que convergem para foz – o subsistema norte, mais volumoso, cujas águas fluem da lagoa de Itapeva para sudeste pelo Rio Tramandaí, e o subsistema sul, que corresponde aos corpos d'água e seus canais, no extremo sul, desde a lagoa Bacupari até a Lagoa do Armazém em que a drenagem flui, em direção nordeste até a foz, ainda que com menor contribuição para a vazão final (Figura 17).

Figura 17 – Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí



Fonte: Secretaria do Estado do Meio Ambiente, 2018.

Outra particularidade deve-se a uma representação percentual dos sistemas ambientais, distinta das outras bacias do estado. Dentre esses sistemas ambientais, se destacam os remanescentes da Mata Atlântica, o

cordão lacustre e de dunas, que correspondem cada um, respectivamente a 32%, 17% e 7% da área total da bacia (Castro, 2019).

Se a desembocadura de um rio no mar por vários canais é chamada de delta de vazante, quando é constituída por um único canal recebe a alcunha de estuário. Um estuário é, portanto, “um corpo aquoso litorâneo de circulação mais ou menos restrita, porém ainda ligado ao oceano aberto” (...) que corresponde a “desembocaduras fluviais afogadas” (Suguio, 1992). Uma de suas características é a variação de salinidade devido à diluição pela saída de água doce, outra é a vulnerabilidade das margens à erosão. Não desprezando a origem antrópica de erosões, outros três tipos de erosão podem surgir, até mesmo em períodos regressivos<sup>39</sup>, associadas ao aporte e à perda de material movimentado pelas águas, às modificações de dinâmicas climáticas litorâneas e ao deslocamento ou fechamento da desembocadura de um rio. E como todo corpo sedimentar de um sistema de barreiras posterior, o estuário é constantemente transformado por processos erosivos e deposicionais eólicos, oceânicos e fluviais, ao longo do tempo, e sensíveis à curva de variação do nível do mar e eventos climáticos (Goslin; Clemmensen, 2017).

A região estuarina do Rio Tramandaí, constituída de arenitos quaternários na forma de rochas sedimentares, de depósitos turfáceos e de depósitos fluviais e aluviais, antigos e atuais, retrabalhados por sistema deposicional marinho, que movimenta as areias perpendicularmente à costa em direção às lagoas, causando o seu assoreamento e reduzindo a sua profundidade, é originalmente um corpo sedimentar frágil, mutável e complexo. Nela é possível destacar alguns ambientes deposicionais dinâmicos característicos do sistema do tipo laguna barreira: o delta, as barras (canais de ligação), marismas (depressões próximas à foz de um rio, que sofrem inundação pelas marés e pela descarga fluvial em regiões subtropicais, diversas dos manguezais, que são tropicais) e dunas (elevações com aspecto ondular formadas pelo acúmulo de areia seca transportada pelo vento), tanto quanto as praias (áreas cobertas e descobertas

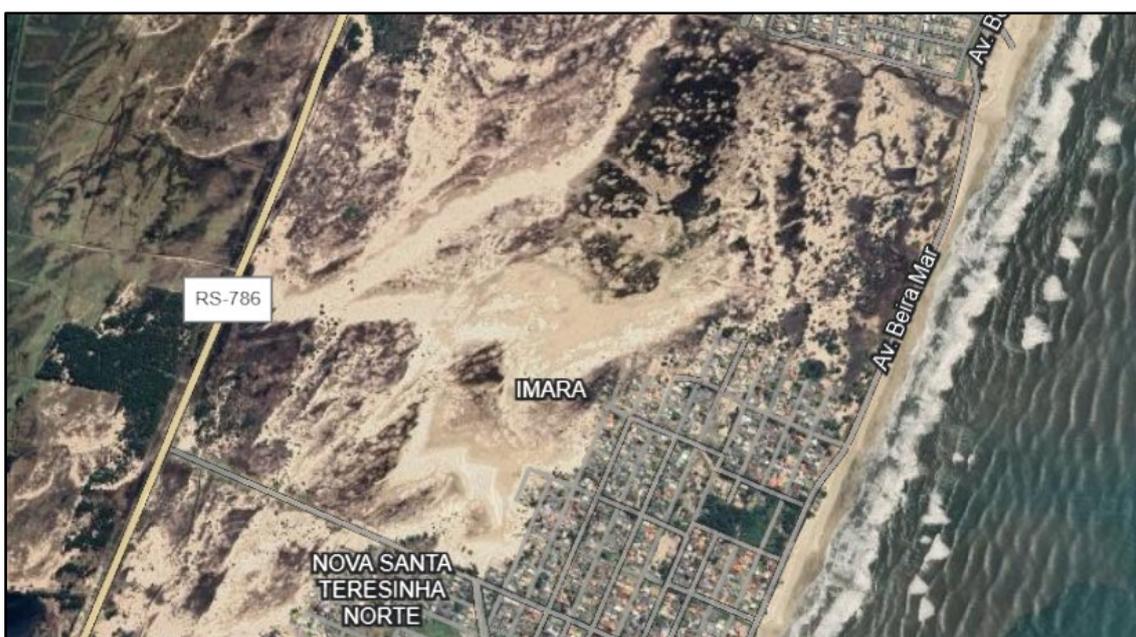
---

<sup>39</sup> **Os períodos regressivos** são períodos de depressão relativa do nível do mar, que contrastam com períodos transgressivos, em que o nível de mar sobe e alaga porções do território então continental, devido ao degelo de eras glaciais ou neoformações do leito marinho por movimentos tectônicos, por exemplo. A regressão marinha é, assim, um processo geológico em que o solo emerge em relação ao nível médio do mar ou pelo acúmulo de água na forma de gelo, expondo o fundo do mar anterior (Goslin; Clemmensen, 2017).

periodicamente pelas águas, salgadas ou doces, acrescidas de faixa de material detrítico – como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos – até o limite onde se inicie a vegetação natural ou outro ecossistema).

No estuário do Rio Tramandaí, enquanto o vento nordeste é frequente durante os períodos secos, a deriva de ventos sudoeste e do quadrante sul acompanham o deslocamento de sistema frontal para o norte, anunciando chuvas. A resultante nordeste-sudoeste da orientação e velocidade predominantes nesse sistema eólico transporta a areia na direção sudoeste, com a formação de dunas transversais em linhas oblíquas à costa. Essa varredura, ainda que parcialmente bloqueada pela ocupação antrópica dos espaços, explica a formação acentuada de dunas na margem sul do estuário e na região de Cidreira em relação ao depósito em sua margem norte que corresponde a Imbé (Martinho *et al.*, 2010). Já as dunas frontais (Figura 18) são formações maiores e mais distantes do estuário, que se destacam em uma topografia praial plana, particularmente, quando de baixo gradiente topográfico (declividade) e com grande estoque de sedimentos aquosos (Calliari *et al.*, 2005). Martinho *et al.* (2010) descreveu, por sua vez, o campo de dunas transgressivas de Imara, no extremo norte de Imbé, como se fosse parte do balneário Atlântida Sul, que pertence ao município de Osório.

Figura 18 – Dunas de Imara, Imbé, 2024



Fonte: Google Earth, abr. 2024.

Até os idos de 1962, a foz do rio era móvel, e mais bem descrita como um delta onde o curso de água se dividia em vários braços, com sedimentação significativa em sua desembocadura que alternava suas profundidades e cursos (Farion, 2007). Após a instalação de guia corrente, seguida dos curtos molhes de pedras na saída do canal da barra, criou-se o estuário e, em contrapartida, o Lago do Braço Morto, ao conter um dos cursos de terminação do rio para o mar. A série de fotografias aéreas compiladas por Claussen (2013, p. 83) ilustra bem a transformação do delta em estuário em paralelo à progressão da urbanização de Imbé (Figura 19).

Figura 19 – Série temporal das alterações da barra de Imbé, 1959-1986



Fonte: Elaborada por Claussen (2013, p. 83).

A fixação do canal proposta para melhorar a circulação dos barcos de serviço e a manutenção das boias de atracação do Terminal Oceânico Flutuante da Petrobrás, não só aprofundou o canal, como adicionou certa proteção da ação direta das ondas no assoreamento natural, melhorando a segurança para navegação, para a pesca, e, doravante, permitindo a construção de pontes menos precárias. Contribuiu, no entanto, também para o aumento da salinidade das lagoas do Armazém e de Tramandaí e suas margens. Além da erosividade e salinidade do solo, outra grande vulnerabilidade do solo de Imbé é a sua drenagem irregular: ineficiente em áreas alagáveis ou excessiva nas áreas secas, e se soma à deposição de dejetos e contaminações originados à jusante de toda bacia (Guasselli, 2018; Kunst, 2014).

A região da Avenida Santa Rosa, próxima ao centro administrativo de Imbé e no entorno do Braço Morto e várias ruas transversais dos bairros próximos são submersas quando chuvas abundantes se sobrepõe o fenômeno de maré alta que tampona sua capacidade de drenagem (Sias, 2023). A facilidade de alagamento de ruas da zona urbana e a ausência de um sistema de drenagem pluvial efetivo foram observados pela pesquisadora desde o início do trabalho de campo (Figura 20).

Figura 20 – Avenida Santa Rosa, Imbé durante as chuvas, novembro 2023



Fonte: Arquivo próprio, abr. 2024.

Observou-se ainda que muitas determinações ambientais existentes não vêm surtindo o efeito desejado. Por exemplo, a despeito da proibição (Figura 21) para novas edificações na faixa de 60 m contados da praia para o interior, a partir da base da primeira duna frontal junto à praia, incluída no Plano Diretor de Imbé e sua revisão (Imbé, 2013)<sup>40</sup>, assim como as iniciativas municipais de realocação de famílias que ocupavam áreas de dunas por lotes doados<sup>41</sup> (Imbé, 2010), não surtiram efeitos dissuasivos e práticos. É relativamente fácil a localização de construções residenciais - muitas delas domicílios vagos - e loteamentos que adentram para além dessa linha limite, em direção à faixa de areia de praias ou área de preservação de dunas, em diversos bairros litorâneos (Figura 22). Existem ainda escombros e ruínas de antigas construções que não foram adequadamente removidos desses ambientes vulneráveis.

Figura 21 – Placa de advertência contra construções em áreas de restinga e dunas, Imbé, 2024



Fonte: Arquivo próprio, abr. 2024.

<sup>40</sup> Lei municipal nº 1474, de 02/07/2013, dispõe sobre a revisão da lei 1.072/2007 que trata do Plano Diretor de desenvolvimento urbano ambiental de Imbé.

<sup>41</sup> Lei municipal nº 1280, de 03/09/2010, que autoriza o poder executivo municipal a doar lotes para fins de assentamento de famílias retiradas da faixa de dunas por determinação judicial.

Figura 22 – Construções avançando em faixa de praia, Imbé, 2024



Fonte: Google Earth, abr. 2024.

Outro exemplo de descumprimento normativo é o de, a despeito das orientações no Plano de Manejo de Dunas que consta nas Diretrizes Ambientais para o Desenvolvimento do Litoral Norte (FEPAM, 2000), que limitam a retirada de areia pela manutenção pública, a título de facilitação de acesso às praias, com isso, ações de escavadeiras “varrendo” as dunas em torno de condomínios residenciais são observadas com facilidade (Figura 23).

Figura 23 – Escavadeira retirando areia da Av. Beira-Mar, Imbé



Fonte: Arquivo próprio, abr. 2024.

Outro cenário infeliz constatado é o de valões com esgoto doméstico, que são lançados em córregos e fazem as vezes de redes pluviais a céu aberto, no rio Tramandaí, sem tratamento adequado, ou que correm pela areia das praias. A despeito de anúncios de investimento em tratamento e infraestrutura sanitária pela Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), seus regulamentos e da ação de agências fiscalizadoras quanto aos padrões de ligação residencial de esgotos, a rede de coleta e estações de tratamento públicas estão operacionalmente aquém do necessário, o que pode estar sendo agravado por

despejos semelhantes de municípios à montante (Figuras 24, 25 e 26).

Figura 24 – escoamento superficial de esgoto doméstico sem ligação adequada à rede coletora, Imbé, 2023



Fonte: Arquivo próprio, abr. 2024.

Figura 25 – escoamento superficial de esgoto doméstico e resíduo oleoso em direção a faixa de praia, Imbé, 2023



Fonte: Arquivo próprio, abr. 2024.

Figura 26 – Manilha com drenagem de água cinzenta sem tratamento em região residencial de Imbé, 2023



**Fonte:** Arquivo próprio, abr. 2024.

A despeito das fragilidades constatadas no solo, do necessário combate à deposição irregular de lixo em suas margens e praias, da poluição de recursos hídricos e deficiência na preservação da integridade do ambiente de dunas observados na superfície, é esse território, permanentemente em reconstrução e ressignificação, que deu suporte, desde a pré-história, à flora, à fauna e aos assentamentos humanos onde hoje é Imbé.

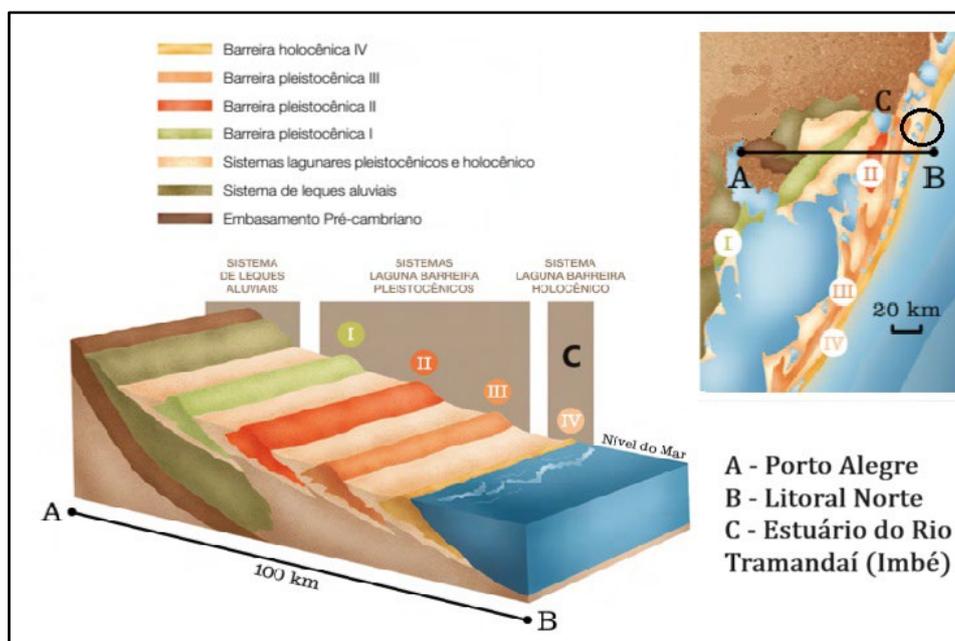
#### 4.1.1 Abaixo da superfície: substratos terrestre e marítimo

A maior parte do solo de Imbé é formado por neossolos quartzarênicos, que são solos de textura arenosa compostos essencialmente por quartzos. Os solos podem ser hidromórficos, quando o lençol freático é elevado, ou órticos, excessivamente drenados e mais claros. A presença de neossolos estão relacionadas ao sistema laguna barreira mais recente e próximo ao oceano, enquanto nas partes mais internas do terreno e em torno de cordões lagunares, podem ser evidenciados planossolos e gleissolos (Tomazelli *et al*, 1984), tal como ocorre na área rural de Imbé ao longo da ERS 786.

Para entender como se formou o solo de Imbé é preciso voltar no tempo, uma vez que ele é, predominantemente um sistema de barreira tipo IV, em continuação da Planície Costeira do RS, cujo substrato, por sua vez, é constituído em parte pela Bacia de Pelotas, que foi criada a partir da mobilização

tectônica de complexos cristalino pré-cambriano e, em sequência, por sedimentos paleozoicos e mesozoicos, relacionados à abertura do Atlântico Sul<sup>42</sup>, a partir da Bacia do Paraná. A conformação dessa planície (Figura 27), mais estreita ao norte e que se torna mais larga quanto mais ao sul do litoral, evidencia formações emersas pela ação de sistemas lagunares regressivos, II, III e IV, que ocorram a partir do recuo do mar em era geológica mais recente (Era Cenozoica, Período Quaternário), nas épocas pleistocênica e holocênica; enquanto a margem oeste do sistema lagunar da Lagoa dos Patos e do Rio Guaíba corresponde a um sistema de leques aluviais e ao sistema laguna barreira tipo I, pleistocênico (Reginato; Ahlert, 2013).

Figura 27 – Formação geológica da Planície Costeira do RS



Fonte: Adaptado pela autora de Reginato & Ahlert (2013).

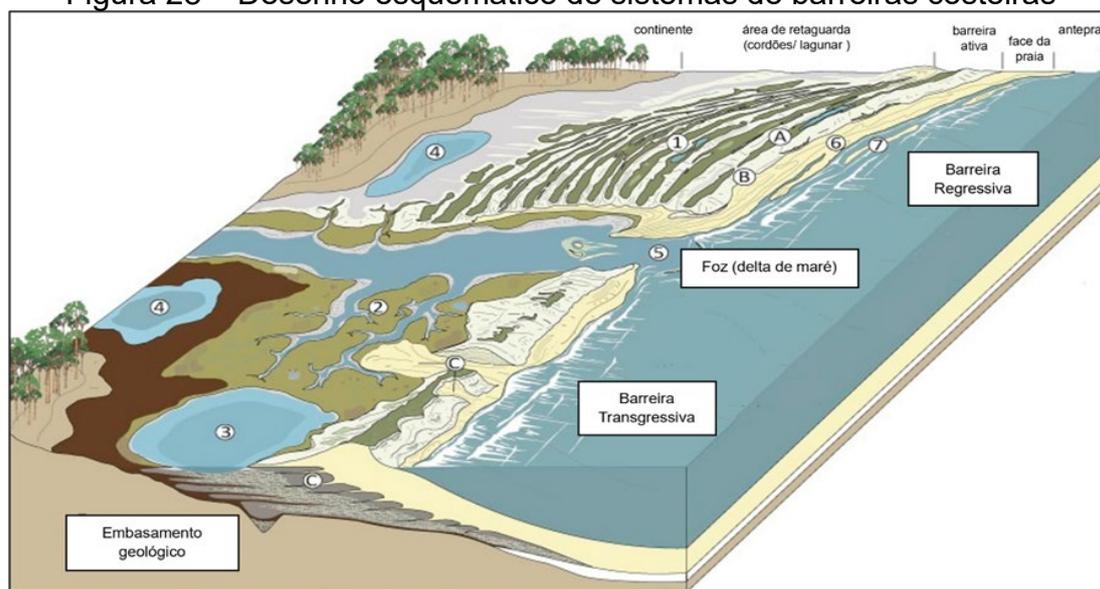
A formação da Planície Costeira, iniciada há cerca de 40.000 anos A.P., ao sabor da força hidrostática do oceano encontrando o continente e de períodos de avanço e recuo de suas águas, com deposição de sedimentos e formação de depressões, seguiu-se, ao seu tempo, da criação de corpos lagunares costeiros por acúmulo de água nessas depressões, que remete ao máximo transgressivo pós-glacial holocênico, entre 6.000 e 5.000 anos A.P. Portanto, em contraste com

<sup>42</sup> O surgimento do oceano Atlântico, pela separação continental América do Sul e África, se iniciou no Período Cretáceo (Era Mesozoica), há 14 milhões de anos (Becker, 2008).

esse amplo horizonte de tempo geomórfico, o solo de Imbé e a estrutura do estuário da barra do Rio Tramandaí são muito jovens (Tomazelli *et al*, 1984).

A partir de então, a migração do ambiente praiano sobre a antepraia, compondo a planície costeira ribeirinha é associada ao aporte de sedimentos fluviais, enquanto dunas frontais sobre substrato praial ou lagunar demonstram caráter dissipativo do transporte eólico de areia do mar para terra, bem mais recentes (Goslin; Clemmensen, 2017). Admite-se que a morfologia estuarina de Imbé derive do final da transgressão marinha pós-glacial, com as características de um sistema deposicional de barreira-laguna tipo VI (Figura 28)., associado à alternância de eventos climáticos, com aumento importante do nível do mar na região durante o período pós-glacial (transgressivo), seguido de períodos de redução desse nível até a 100m abaixo do que encontramos hoje (regressivo), até um processo de aumento do nível do mar de menor monta (Dillenburg *et al.*, 2005).

Figura 28 – Desenho esquemático de sistemas de barreiras costeiras



**Legenda:** A - cristas de praia; B - escarpas de tempestade; C - depósitos lavados; 1 -sucessão praia-cumeeira; 2 - laguna salgada com barreira posterior; 3 - lagoa costeira salobra; 4 - lago costeiro de água doce, 5 - delta de entrada de maré; 6 - bermas de praias, 7 - barras oscilantes.

**Fonte:** Adaptado pela autora de Goslin & Clemmensen (2017).

Dentre processos de redesenho da costa (Dillenburg *et al.*, 2005; Goslin; Clemmensen, 2017; Tomazelli *et al*, 1984), enquanto as cristas de praia são formadas por mistura de areia e cascalho, sensíveis à deposição de sedimentos

por elevação do nível d'água, erosão e processos eólicos subsequentes, desse modo, as escarpas de tempestade e os aluviões ou depósitos de leques de sobrelavagem são formações induzidas por ondas de tempestade extremas, podendo ser afetadas por eventos menores e pelo preenchimento rápido após as tempestades. Já o delta de vazante ou foz tem origem sedimentar e apresenta como formações características as bermas de praia, barras oscilantes e o embasamento geológico da face costeira continental com leito rochoso. Os subambientes de barreira formados são a sucessão praia-cumeeira ou planície arenosa, salinas lagunares de barreira posterior, depósitos turfáceos de lama salobra, lagos costeiros de água doce e áreas de entrada de maré e inundação (Figura 28).

As margens litorâneas continentais são classificadas em dois tipos, as do tipo "Atlântico", recortadas, e as do tipo "Pacífico", retilíneas. Singularmente, embora o LN do RS, e o segmento litorâneo de Imbé, sejam custeados pelo oceano Atlântico à Leste, e tenham sua estabilidade tectônica e gradiente batimétrico característicos de margens passivas, o aspecto do desenho de suas margens continentais, sem recortes, se assemelha ao desenho de litoral do oceano Pacífico. Enquanto navegar e aportar em Santa Catarina (SC), no Sudeste e Nordeste do Brasil, sempre foi mais viável pela presença de penínsulas e baías que pudessem funcionar como portos, abrigados das correntes e ventos, o acesso ao litoral do RS acima de Rio Grande se apresentava pouco acessível por via marítima, o que teve consequências em sua urbanização tardia (RS/ SGPP, 2021, Strohaecker, 2007).

Destarte, além das características de mar aberto e costa retilínea, destaca-se nas faixas de praia de Imbé o predomínio da composição quartzosa de granulação sedimentar arenosa fina e a morfodinâmica de perfil dissipativo a intermediário, marcada por ciclo de deposição no verão e de erosão durante o inverno (Calliari *et al*, 2003; Weschenfelder; Zouain, 2002; Tabajara *et al*, 2013). Porém, ao considerar o território litorâneo do município não basta pensá-lo apenas até a faixa de areia emersa entrevista de acordo com as variações de altura da maré (Figura 29). Além da parte terrestre banhada pelas ondas, subjaz a superfície do mar, o relevo do leito, o solo e o subsolo marinhos contidos,



quando por ação do vento mais frequente se formam vagas, ou de sudeste, que a partir de massas polares longe da costa cria ondulações chamadas de *swell*, de maior comprimento e períodos de ondas mais longos (Calliari *et al*, 2003; Weschenfelder; Zouain, 2002). Imbé se localiza em região de confluência da corrente oceânica do tipo quente, vinda do Norte (Corrente do Brasil), e fria, vinda do Sul (Corrente das Malvinas ou das Falklands), rica em nutrientes, o que tanto facilita o assoreamento e formação de bancos de areia móveis oblíquos à costa quanto tornam o seu segmento costeiro atrativo para abrigo e alimentação de peixes, pássaros e mamíferos marinhos em migração.

#### 4.1.2 Alguns aspectos climáticos locais e sua percepção coletiva

Semeaduras, plantios, colheitas, estocagens, criação de animais, consumo hídrico, necessidade de aquecimento, essas e muitas outras atividades têm em comum o fato de ser condicionadas pelo clima. E como estratégias de adaptação ao clima importam tanto para execução de tarefas produtivas como para o planejamento das ocupações diárias, não é difícil reconhecer que temperaturas amenas, possibilidade de exposição ao sol e umidade controladas são belos atrativos para frequentar um local e não outro.

A posição geográfica de Imbé, próxima à linha do trópico de Capricórnio (latitude 23° 27' Sul), referenciada na latitude 29° 57' 37" Sul e longitude 050° 7' 43" Oeste; limítrofe entre a linha inferior da Zona Intertropical e superior da Zona Subtropical, periférica ao centro geodésico<sup>45</sup> do subcontinente da América do Sul e localizada na margem ocidental do Oceano, determina seu clima o subtropical úmido e estabelece seu perfil de estações do ano e regime pluviométrico predominante, em que se destacam verões quentes e ensolarados e invernos frios e chuvosos. Em Imbé, como em outros municípios costeiros

---

<sup>45</sup> Imbé se situa à sudeste do centro geodésico da América do Sul, demarcado pela Comissão Rondon, em 1909, na latitude 15°35'56",80 ao sul da Linha do Equador e longitude 056°06'05",55 a oeste do Meridiano de Greenwich, na cidade brasileira de Cuiabá, estado de Mato Grosso (MT). Esse marco simbólico, que se transformou em símbolo cultural e integra até mesmo a bandeira oficial do município, é uma padronização histórica ainda válida para fins de registro de coordenadas de redes cartográficas e topográficas. A parte de polêmicas, uma vez que posições centrais dependem da intencionalidade na escolha de projeções de referência para representar a esfera imperfeita que é o nosso planeta, Imbé também se situa à sudoeste de vértice de nível referente ao centro geográfico desse território, que é o ponto médio entre suas latitudes e longitudes extremas, atribuído a outra posição na Chapada dos Guimarães, também no MT (Deursen, 2021).

vizinhos, não costuma haver estação seca, e embora as precipitações sejam mais intensas de junho a setembro, com temperatura oscilando entre 24 e 25 graus (tipo Cfa<sup>46</sup>), a média de precipitação anual de cerca de 1200 mm corresponde a um índice pluviométrico menor do que os observados em terrenos de maior altitude (Hasenack; Ferraro, 1989).

Já sua condição de maritimidade, termorreguladora, que ameniza as baixas temperaturas do inverno e as altas temperaturas do verão, diminuindo idealmente a amplitude e diferença térmica entre os meses mais quentes e mais frios do ano, se soma à influência da baixa pressão atmosférica próxima ao nível do mar, ao sistema de ventos locais, à existência nas imediações da confluência de correntes opostas e variação das marés, ao agir como forças naturais que remodelam a região estuarina, a despeito de tentativas tecnológicas de fixar sua estrutura. Por fim, a situação estuarina, na margem Norte da bacia hidrográfica do Rio Tramandaí, estabelece um ecossistema propício para alimentação e reprodução de invertebrados, peixes, aves e que é atrativa a outros animais migratórios, inclusive, antepassados nômades dos atuais humanos (Hasenack; Ferraro, 1989).

É preciso considerar, no entanto, que temperatura e pluviosidade locais variam também de acordo com fenômenos e anomalias de escala global, que determinam diferenças de pressão, grau de umidade e movimento de massas de ar. O clima e o tempo do RS são controlados por sistemas atmosféricos de latitudes baixas, médias e altas e pela influência de suas massas de ar, nas precipitações. Nas latitudes da costa sul brasileira, se situam dois conjuntos duais de massas de ar que se alternam em movimentos e preponderância: uma massa tropical continental, que aumenta as temperaturas e guarda a característica seca, e outra massa polar, resultante de duas origens opostas – uma parte marítima, que se forma no oceano Atlântico e acarreta as chuvas corriqueiras durante o inverno, e outra, continental Antártica, que é seca e fria, e propicia condições para a formação de geadas.

Valente e seus colegas (2023) ao estudar os modelos pluviais do RS durante o século XX, ressaltam a influência do relevo e maritimidade da face leste da região costeira mais ao norte do estado, em direção à fronteira com

---

<sup>46</sup> **Cfa** - Clima subtropical com verão quente, na classificação climática de Köppen-Geiger (Castro, 2019).

Santa Catarina (SC) que, ao contrário das altitudes mais baixas do litoral sul, pode apresentar uma variação de altitude média de 900m para o nível do mar em apenas cerca de 50 Km. Destacam-se nessa região litorânea, quatro processos interferentes das precipitações: sistemas frontais, em que a intensidade das frentes é alimentada tanto a proximidade do oceano quanto pela ação de massas de ar polares; os centros semipermanentes de alta pressão do Atlântico, que contribuem para gênese de ciclones, especialmente no outono e inverno; as precipitações orográficas, devido as massas de ar úmido de origem marítima que são forçadas a subir grandes altitudes, ao encontrar áreas de elevações de relevo, nas quais é possível incluir as imediações das nascentes dos principais rios tributários do Rio Tramandaí (rios Cardoso, Três Forquilhas e Maquiné) na Serra Geral; e o sistema convectivo de mesoescala, que determina um complexo de temporais de mais de 12 horas. Enquanto fenômenos de frontogênese e ciclones extratropicais predominam no outono e inverno meteorológicos, as chuvas se devem mais aos complexos sinóticos convectivos durante as primaveras e verões.

Se oscilações climáticas são habituais e esperadas, variações extremas da temperatura e na distribuição de chuvas tem potencial para causar catástrofes ambientais e grandes impactos na saúde e vida das pessoas, na escassez de recursos hídricos e de energia hidrelétrica, para agricultura e para o turismo. Outra constatação inequívoca da literatura meteorológica é que a interferência do sistema *El Niño*<sup>47</sup> de Oscilação Sul (ENOS) no regime pluviométrico do RS em geral, e de sua região litorânea, em particular, pode causar eventos climáticos extremos (Sias, 2023; Souza; Reboita, 2021; Valente *et al*, 2023). Em

---

<sup>47</sup> Tanto *El Niño* como *La Niña* são padrões que parte do fenômeno conhecido como **Sistema *El Niño-Oscilação Sul (ENOS)***, que trata dessas tendências climáticas de ciclos curtos, entre 6 e 18 meses, enquanto a **Oscilação Decadal do Pacífico (PDO)** é uma tendência de ciclo médio, a cada 20 ou 30 anos. Existe uma alternância no Brasil, enquanto o *El Niño* traz chuva e temperaturas acima da média para o RS e seca para região nordeste do país, o fenômeno *La Niña* está associado a secas e anos mais frios no sul e chuvas acima do normal no nordeste. Por sua vez uma PDO positiva assinala episódios de *El Niño* mais frequentes e intensos, e uma PDO negativa, episódios de *La Niña* mais duradouros e intensos. Já os processos de longa duração, os ciclos seculares, estão ligados à atividade solar (Souza; Reboita, 2021). A título de curiosidade, a alternância de PDO negativas e positivas entre décadas explica em parte a impressão (correta) das pessoas de que o clima está muito diferentes de décadas anteriores: na época das grandes enchentes do RS da década de 1940, nos anos 1980 a 1990, e na atual década de 2020, a PDO está positiva; já nas décadas de 1950 a 1970, com seus rigorosos invernos, e nas décadas de 2000 e 2010, com secas no sudeste e no sul impactando na disponibilidade hídrica, a PDO estava negativa.

períodos regidos pelo *El Niño*, a redução dos ventos alísios e o aumento da temperatura do Oceano Pacífico na região Equatorial aumentam a temperatura atmosférica média e os índices de precipitação no RS acima da média, especialmente de maio a julho. Por sua vez, os anos marcados por *La Niña*, em que ocorrem baixas temperaturas do Oceano Pacífico equatorial, trazem para o estado um padrão oposto, com episódios de seca, frentes frias e redução das chuvas, notadamente de junho a fevereiro. A partir de 1955, foi detectada uma quebra do cenário geral de concentração de chuvas, proeminentes na ocorrência de *El Niño* intenso, com picos de concentração de maiores volumes de chuva em um número reduzido de meses (Valente *et al*, 2023).

A interpretação desses aspectos sazonais e climáticos pelo imaginário local de gaúchos do litoral norte e dos sul catarinenses condiz com a inserção territorial de seus estados na zona subtropical sul. A população em geral identifica apenas duas das quatro estações do ano em sua fala cotidiana: quando faz calor e os dias são mais longos, com temperaturas que ultrapassam facilmente 30 graus *Celsius*, nos meses que vão de dezembro a março, é verão; por outro lado, o frio moderado que se instala a partir de então, que pode levar às geadas, fala-se em inverno. Culturalmente, é comum que dois conjuntos de roupas se alternam nos armários: um em uso, outro guardado em maleiros; estando mais à mão ora a andaina de roupas para dias quentes, ora as roupas e mantas usadas “no inverno”.

Ainda que a sensação térmica aparente dependa da velocidade dos ventos e das variações percebidas na temperatura mais do que apenas da temperatura ambiental real, a influência das massas de ar no clima de Imbé é mais bem traduzida por regionalismos linguísticos do LN que refletem aflições compartilhadas. A despeito de todas as direções que os ventos podem tomar, existe o temor principal por três ventos conhecidos por sua toponímia: o “Minuano”, que tem origem no deserto da Patagônia Argentina, frio, de origem polar e que se segue a passagem de frentes frias e geadas, e “congela os ossos”; o “Pampeiro”, que tem origem polar marítima, percorre os pampas da Argentina e segue se movimentando para o norte, baixando bruscamente a temperaturas, provocando chuvas e “mofando tudo”; e o “Nordestão”, vento forte protagonista dos verões, que vem do oceano arrastando guarda-sóis com velocidades que podem alcançar 30 a 40km/h, e o medo da queda de “árvores e telhados”. Esse

último é mais frequente durante os dias mais quentes, quando o contraste da temperatura da área continental com o frio da água do mar é maior, e, portanto, quando ocorre o fenômeno *La Niña* (RS/ SGPP, 2021).

#### 4.1.3 Ciranda da vida: bases biológicas da diversidade em Imbé

Imbé não se formou apenas por águas, areias e ventos. Seu acesso, abrigo e ocupação por pessoas, alimentados pela diversidade de espécimes da fauna e flora que serviam de alimento, fazem parte da sua origem. É possível acreditar que, entre 8 mil anos atrás e o início da era cristã, onde hoje é Imbé, vivessem populações pescadoras e coletoras de tradição Taquara e Tupi-guarani, mais ou menos nômades, de acordo com as intempéries climáticas da região costeira, uma vez que o ambiente estuarino é rico em peixes, moluscos, crustáceos e aves, o que facilitaria sua alimentação e sobrevivência (Becker, 2008; Wagner, 2009a, 2009b). Sambaquis – montes feitos com areia, conchas, restos alimentares, ferramentas, armas adornos e ossadas sepultados – são resquícios dessas populações encontrados no litoral centro-meridional brasileiro, da Bahia (BA) ao RS, e, principalmente, no estado limítrofe ao LN do RS, Santa Catarina (SC).

Contudo, as dinâmicas progressivas e regressivas, processos erosivos e de sedimentação ao longo de milênios, e as intervenções antrópicas com intensa urbanização nos últimos dois séculos, até o momento, dificultaram a conservação e o reconhecimento de seus vestígios em Imbé (Becker, 2008). Teriam esses povos seminômades um comportamento “proto” turístico cíclico e rudimentar de uma época antes do turismo existir no LN?

Indícios da importância dos povos indígenas na composição populacional persistem como traços culturais até no nome de Imbé. Imbé é um cipó, palavra do tronco linguístico tupi-guarani (*Ysi'pó*), e a fazenda que deu origem à Imbé recebeu esse nome devido à abundância desse espécime de cipó nativo em áreas de clareira e bordas de florestas litorâneas. O Cipó-Imbé (Figura 30) faz parte de extensa família botânica que inclui a Bananeira-do-mato e a trepadeira decorativa conhecida como Costela-de-adão.

Figura 30 – Cipó e Bananeira Imbé



Fonte: Biodiversity4all, 2024.

Considerado agora uma planta ornamental, o Imbé tem um histórico de usos etnobotânicos, da seiva de propriedades analgésica e anti-inflamatória que era utilizada pelos povos das florestas em emplastos para alívio de picadas de araias e outros animais peçonhentos, e da utilização de seus troncos lenhosos na fabricação artesanal de cestarias. Na natureza, um local com maior densidade de cipós e trepadeiras denota uma área de floresta que tenta se regenerar, espontaneamente, após o desmatamento, uma vez que as trepadeiras têm capacidade de rebrotamento superior à das árvores, podem subir ao longo de suportes finos procurando a luz do sol, selecionar e derrubar troncos mal enraizados ou doentes que não suportam seu peso e, ao se enredar entre as árvores, formar redes de conexão que permitem a circulação, o acesso à alimentação e ao abrigo de insetos, inclusive polinizadores, além de aves, e espécies escaladoras entre répteis, morcegos e símios que também disseminam sementes (Führ; Seger, 2013).

Ao contrário de outros municípios banhados pela Bacia do Rio Tramandaí, entretanto, Imbé não apresenta mais os resquícios de Mata Atlântica e de Floresta Ombrófila Mista exuberante, que deram lugar aos campos, banhados, dunas e restingas. As áreas de formações pioneiras – com influência marinha e fluviolacustre (existentes ao longo da planície litorânea de Imbé) – são formações em que o complexo vegetal de cobertura original se alterna com a deposição de grânulos rochosos degradados, silício, lodo e outros detritos marinhos. Nelas é possível distinguir a alternância da vegetação composta por gramíneas rasteiras e herbáceas nativas nos terrenos secos, com campos e resquícios de matas paludosas que se entremeiam os terrenos encharcados onde proliferam juncos e espécies arbóreas hidrófilas de pequeno porte (Castro; Mello, 2013).

Figura 31 – Painéis sobre animais silvestres em áreas urbanas, Imbé-RS



Fonte: Arquivo próprio, abr. 2024.

Quanto à fauna existente nas praias, restingas, planícies fluviais e ao redor de suas lagoas e lagoas (Figura 31), chama a atenção o convívio próximo de pescadores, turistas de praia e moradores dos bairros com muitos espécimes de invertebrados, aves, peixes, de água doce ou salgada, e uma diversidade de animais que fazem do estuário do Rio Tramandaí seu lugar de acasalamento, reprodução e vida (Castro; Mello, 2013). Gaivotas, quero-queros, pica-paus, garças e até mesmo corujas-buraqueiras foram companheiros das entrevistas realizadas em bairros urbanos. E mesmo que não tenham sido avistados, placas de sinalização advertem sobre a possibilidade da presença e necessidade de preservação de exemplares de jacarés nas lagoas urbanas, tuco-tucos nas dunas e lobos marinhos em recuperação nas praias (Castro; Mello, 2013; Silveira, 2024). Sobre esses últimos, mamíferos marinhos migratórios, a sombra da “gripe aviária” (vírus H5N1) rondou o litoral norte do RS, tendo sido encontradas cerca de 500 carcaças de lobos marinhos acometidos, sendo que um dos três focos principais o do eixo entre Torres e Imbé (Foster, 2023).

Uma atração à parte entre os mamíferos marinhos que frequentam Imbé são os botos da barra, símbolos culturais do município e protagonistas da pesca colaborativa entre os molhes da foz do Rio Tramandaí, ainda que mais na margem mais rasa ao sul, na barra de Tramandaí, que do lado sul ao longo da guia corrente, mais fundo, na margem de Imbé. O ingresso dos botos no sentido

oceano-lagunas também é uma demonstração das repercussões não intencionais no território construído para e pela ocupação humana. Esse fenômeno raro<sup>48</sup> relacionado à pesca artesanal, não existia em Imbé até a fixação artificial da barra, pois quando ela era móvel não havia profundidade suficiente para que os botos entrassem no estuário como o fazem com a barra artificialmente fixada. No caso do estuário do Rio Tramandaí, os botos moram no mar e apenas visitam a barra, enquanto em pesca cooperativa semelhante dos molhes de Laguna – SC, na Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão, os botos vivem e se reproduzem no próprio estuário.

Segundo Silveira (2024), existem poucas espécies vegetais e animais endêmicas da Planície Costeira, o que ocorre devido à juventude da formação; à dispersão eólica de sementes e esporos (anemocórica); e à alta taxa de migração de espécies de e para áreas próximas. Da mesma forma que espécies vegetais trazidas pelo vento e animais migratórios predominam no litoral por ser uma região jovem, assim, nada mais justo que, ao longo dos anos, seres humanos de muitas origens também tenham deixado pelo litoral gaúcho seus legados, costumes e descendentes. Desde a ocupação de sambaquis, aos povos coletores-pescadores e ceramistas da pré-história, passando por aventureiros, escravizados, estancieiros, colonos, mercadores, religiosos, soldados, tropeiros, mascates e pescadores, a herança conjunta de etnias indígenas de povos tupi-guarani, quilombolas, imigrantes africanos, da América latina (haitianos, argentinos, uruguaios) e europeus (açorianos, portugueses, espanhóis, alemães, italianos) todos fazem parte da população de Imbé que, no momento, como uma municipalidade ainda recente, assiste a uma renovação e expansão de sua população por meio de novas gerações de residentes, de migrantes e de turistas permanentes.

#### **4.2 A procura de um lugar ao sol: percalços da história de Imbé**

Se o ambiente litorâneo de Imbé, na confluência de correntes marítimas

---

<sup>48</sup> Os golfinhos Nariz de garrafa (espécie *Tursiops truncatus*), existentes na barra do rio Tramandaí, têm uma ampla distribuição de ecotipos costeiros e oceânicos, vivendo em oceanos tropicais e temperados em todo o mundo. No entanto, o fenômeno de pesca cooperativa só foi registrado em outros cinco sítios: com a mesma espécie, em Laguna e na Maurîtânia, costa leste da África; e com duas outras espécies, no leste da Austrália, em Mianmar e em Lagoa Chilica, Índia (Zappes, 2016).

ricas em nutrientes para crustáceos e pescados, com ampla disponibilidade de reservatórios de água doce, abrigos florestais próximos e sob clima mais ameno e de menor variação térmica do que pontos de maior altitude e não oceânicos, consagrou-se como ponto aprazível de rotas migratórias de aves e animais marinhos, no passado, o seu acesso não era tão simples para seres humanos sem a equiparável habilidade de voar e nadar. Os obstáculos ao trânsito fluvial pelo cordão lagunar e tributários do Rio Tramandaí, rasos e de cursos sinuosos, somada à falta de baías e recessos que tornassem mais segura a atracação e singradura sob correntes e ventos oceânicos, guardava um paralelo com os apuros ao acesso pelo continente, sem vias de acesso sinalizadas, seguras e sem qualquer apoio logístico por léguas. Encontrar a orientação para um destino certo deveria ser menos provável do que ser emboscado por animais selvagens, inimigos, desertores e malfeitores, em um tempo de disputas luso-espanholas acirradas por suas colônias e limites na América do Sul.

Assim, no Brasil colônia e império, o território de Imbé era apenas mais um espaço de trânsito precário pelas faixas retilíneas das praias do LN do RS – caminho de tropas, tanto militares, como de vaqueiros, comerciantes, colonos açorianos e alemães, aventureiros e padres – que se não tinham estruturas de abrigo e pontos de observação privilegiados, ao menos avistariam os perigos que viajassem ao longo da areia. De acordo com documentos de expedições ao litoral rio-grandense, nos séculos XVI e XVII, a menção da presença nativa de origem indígena, cujas aldeias se embrenhavam em regiões protegidas distantes da orla, se limitava ao papel como guias e batedores, imprescindíveis para transposição de vias não cartografadas, sendo comum a percepção de uma região despovoada (Cunha, 2019; Soares, 2008).

O movimento comercial entre o Sul e o Sudeste se intensificou, e a própria desertificação populacional da região favorecia o comércio ilegal e a presença de fugitivos da lei, assim como os trajetos demorados demandavam abrigo aos viajantes. Esses foram os motivos da criação, em 1738 da guarda de registro, espécie de retaguarda de defesa e de controle alfandegário do século XVIII, criado pelo comandante militar do Sul, que tinha o objetivo de disciplinar o fluxo de couro, charque, gado e assegurar o trânsito não só de mercadorias como das pessoas em uma região erma, com poucas construções e de baixa densidade populacional. O trajeto praiano predominou até as alternativas de melhores vias

interioranas, como a estrada dos Conventos de Laguna até Curitiba, ou a estrada do Tropeiro que passava por Santo Antônio da Patrulha e Vacaria, encurtasse o percurso em direção à São Paulo e Rio de Janeiro (Soares, 2002, 2008; Claussen, 2013). A estrutura da guarda de registro, a propósito, continuou sendo um ponto de repouso e apoio comercial até mesmo após a transferência da instituição para Torres, em 1800 (Soares, 2002, 2008).

No século XIX, a atribuição de propriedades curativas à proximidade do mar motivou a busca por períodos de vilegiatura no litoral, especialmente por descendentes de alemães da região serrana e por moradores da capital. Não havia estradas, só trilhas, e quem vinha de fora tinha que trazer de tudo, estar preparado para enfrentar atoleiros, atropelos e para acampar durante o percurso, em viagens que de Porto Alegre ao litoral não durariam menos de oito dias. Já no litoral, comboios homens a cavalo escoltando carroções puxados por parselhas de bois ou equinos, que transportavam suas famílias e haveres, cruzavam lentamente o caminho entre Cidreira e Palmares. O acesso pelo litoral para Imbé e Torres ainda era mais difícil: carros de bois e depois de caminhões e ônibus galgavam o percurso sobre faixas de praia, esperando a baixa das marés, sendo que o próprio Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (DAER) se responsabilizava pela manutenção de treliças sobre a areia para reduzir os atolamentos, frequentes. Essa via arenosa persistiu como trecho final de ligação entre os residentes de Porto Alegre até Torres até meados dos anos 50 (Soares, 2002, 2008; Claussen, 2013). Só em 1914 a estrada de terra chega a Osório, e, mesmo que poucos tivessem automóveis, ela permitiu o acesso para o trabalho pesado de dragagem e a retificação dos cursos de água entre o porto da Lagoa do Marcelino e a Lagoa de Itapeva, em Torres, permitindo o desenvolvimento do transporte lacustre (Soares, 2002, 2008).

O percurso fluvial-lacustre, que já encurtava o caminho, foi complementado, em 1930, pela Via Férrea Rio Grandense no trecho de Osório a Palmares, que escoava do litoral sul o arroz que abastecia a capital e de lá à região sudeste do país. Mesmo com grandes desvios, esse modal ferroviário-lacustre permitia reduzir o tempo e transtornos da viagem por estradas ruins e ligar entrepostos, transformando onde hoje é o Bico do Pontal, entre as lagoas do Armazém e Tramandaí, em uma feira livre flutuante nos dias de verão. Os produtos serranos que escoavam de Cornéios, Três Forquilhas e Dom Pedro de

Alcântara para o Litoral e Porto Alegre, em troca de peixes salgados, óleo de peixe que era utilizado na iluminação por candeeiros e de outros produtos. Pequenos vapores de carga empregavam locais e adaptavam camarotes para transportar pessoas que transitavam para piqueniques, procissões, comícios e até mesmo para morte por naufrágio, como ocorreu na desdita de dezoito vítimas que naufragaram durante travessia da Lagoa da Pinguela, em 1947. A essa altura, hidroaviões da Varig revoavam pelo litoral, as rodovias, ônibus e automóveis se tornaram mais comuns, e, em 1958, a estrada de terra chega finalmente a Torres. A partir de então, o transporte fluvial e lacustre tem seus dias contatos, e na sua esteira, também é desativada a ferrovia, em 1968 (Soares, 2002, 2008; Schossler, 2013).

Enquanto os meios de transporte evoluíram, a posse oficial das sesmarias e rincões do entorno do estuário de Imbé mudava, de dono em dono, herdeiro em herdeiro, e essas se subdividiam em fazendas, sem muita ocupação das margens da barra. A partir do início do século XX mais famílias de pescadores procedentes de Laguna, da então localidade de São Domingos de Torres e arredores se estabeleciam em ranchos de palha mais para margem de Tramandaí e, ao mar bravo, preferiam a pesca com redes de arrasto no início do estuário e nas lagoas. Com a foz do Rio Tramandaí mutável, na estação mais seca, a barra se fechava, assoreada pelos bancos de areia na medida em que a água doce se acumulava nas lagoas; e, na estação chuvosa, o fluxo das águas abria a barra, cada vez em uma posição diferente. Para abrir caminho para os barcos e canoas ao mar era preciso o trabalho colaborativo de pescadores, que em regime de mutirão empunhavam as pás que aprofundaram a saída de água para o mar, permitindo a sua navegabilidade e o seu trabalho. Ao fim de cada abertura, a comunidade festejava, até que a entrada se fechasse novamente a ponto de precisar de nova empreitada (Soares, 2008).

O ponto alfandegário da antiga guarda passou a ser ocupado por hospedarias simples, no estilo de galpão, que também faziam o papel de armazém. Depois, em 1906, a então Fazenda do Imbé foi adquirida por Jorge José Mury, empreendedor e comerciante de origem síria, com várias propriedades também em Osório, Tramandaí e Torres, e que tinha no local uma pensão e loja de secos e molhados que comercializava de tudo um pouco, inclusive o peixe seco e salgado produzido na região. Após a morte de Mury, em

1939, o terreno da Fazenda Imbé foi vendido por sua viúva, para Cesar Bergamaschi, corretor de imóveis e filho de imigrante italiano, nascido em Caxias do Sul, que junto com seus sócios, o médico Alfredo Rodolfo Mariath, de origem argentina, e Oswaldo Coufal, engenheiro, iniciou o loteamento do balneário por meio da Sociedade Territorial da Praia do Imbé Ltda. (Soares, 2002, 2008; Claussen, 2013).

A partir dessa iniciativa fundiária, no compasso da expansão imobiliária e do investimento público progressivo na abertura e pavimentação de rodovias de acesso ao litoral gaúcho, inicia-se em Imbé a era de ouro da construção civil. Essa fase é impulsionada pelo imaginário coletivo de gaúchos metropolitanos e serranos que buscam o clima mais ameno, a liberdade, o sol e a proximidade do mar, como espaço de vilegiatura marcado por segundas residências e pelo mercado imobiliário, que investiu esforços em arregimentar poupadores módicos para aplicar suas economias em terrenos e construir suas moradas de férias.

Quanto não fossem construtores os proprietários e sua família, a pessoa que emprestava suas mãos e o lombo para a construção de casas – que deixavam ao pouco de ser taperas e eram substituídas por casas de alvenaria – era o mesmo pescador artesanal dos complexos lagunares que na temporada de pesca apoiava em seus ombros as cordas que recolhiam as redes e tarrafas. Sua escolaridade básica permitia a construção também de pontes semânticas: no intervalo entre os cômoros – elevações do terreno que no areal reunia dunas altas e barrancos de pequenas falésias – e os escombros – amontoados de entulhos e rejeitos das construções – se erguiam os combros, como designavam a parte mais elevada da praia, onde termina a faixa de areia e começa a vegetação rasteira. No dialeto de nativos da divisa litorânea entre RS e SC, mais que corruptela de cômoros, combros são também os recessos para onde são puxadas as embarcações à procura de abrigo contra a maré alta e as ressacas.

Os primeiros lotes, onde hoje está estabelecida a barra de Imbé, foram comercializados a partir de 1943 e o projeto arquitetônico, da sede do balneário de Imbé, foi assinado pelo Engenheiro Ubatuba de Faria, baseado no Diagrama de Ebenezer Howard, um modelo urbanístico do século XX que idealizava o desenho de cidade-jardim. Esse desenho previa áreas residenciais circundadas por áreas verdes, com ruas circulares que serviriam como corredores de vento. Na época da Segunda Grande Guerra, essa proposta era considerada moderna

e bela, e o desejo por possuir uma casa no local, considerado saudável e de *status* superior ao de uma residência de verão em Cidreira ou Tramandaí, foi influenciado pela divulgação nas revistas sociais da época. O extrato da reportagem da revista *A Gaivota* (Figura 32) “praia do Imbé: a belíssima e moderna cidade balnear que está surgindo nas margens do Atlântico”, garimpado no Instituto Histórico e Geográfico do RS, por Schossler (2021), evidencia o proto-urbanismo e os primeiros chalés construídos no Imbé velho, em 1941, mesmo ano da primeira grande enchente de Porto Alegre.

Figura 32 – A “modernidade” urbana de Imbé é notícia, *A Gaivota*, 1941



Fonte: Schossler (2021). Disponível em:  
<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/docannexe/image/9869/img-5.jpg>.

Sem o calçadão e uma infraestrutura moderna, os parques moradores permanentes de Imbé aproveitavam a praia na barra de Tramandaí. E para esse povo praiano que não dispunha, até os anos 50, de estradas pavimentadas que os levassem de Porto Alegre até Torres, ao contrário, nem sempre cômodos significam dunas: eram frequentemente entendidos como obstáculos ao trânsito pela praia. Isso porque, quando caminhões que traziam gêneros, raros carros de

passeio ou os ônibus – da então Viação Legas – seu acesso era feito pela faixa de praia, vencendo seus combros, sob esteiras, e mal se transitava por carros de bois em meio aos banhados onde existem hoje os principais corredores internos de Imbé. Talvez a associação entre a falta de acessibilidade, o isolamento pretérito e o imaginário de combros, como obstáculos desoladores, explique a conviência da comunidade nativa com o projeto de urbanização que transformou o material das dunas em aterros para expandir os recursos fundiários.

A exploração imobiliária levou à remoção dos pescadores que moravam ao longo do canal do estuário, mais na margem de Tramandaí, e que, por ações judiciais foram reassentados em bairros mais continentais ao longo do cordão lagunar, fosse nas margens da Laguna do Armazém, como no bairro Tirolesa em Tramandaí, ou nos bairros Courhasa e João Clemente da antiga “Vila Mumu”, junto à Laguna de Tramandaí, ou mesmo em zonas de interesse social mais distantes. E desde esses primórdios, uma maioria de obras de infraestrutura e edificações se voltou para o nicho de domicílios particulares, e não para hotéis, como ocorreu no início do turismo em Tramandaí, Torres e Cidreira. Imbé chegou a ter um único hotel-cassino, o Hotel Picoral de Imbé, que foi inaugurado em janeiro de 1942 e fechado, junto com outros do mesmo feitio, em 1946, quando da proibição do jogo no Brasil por Eurico Gaspar Dutra (Schossler, 2013; Soares, 2002, 2008).

Na ausência de pontes permanentes, atravessar o estuário de Tramandaí para as plagas de Imbé era tarefa árdua. Essa transposição, inclusive, é ilustrada pela narrativa da histórica proeza das naus farroupilhas de Giuseppe Garibaldi, em 1889, que atravessaram a Lagoa dos Patos do Rio Camaquã até Capivari, e daí por terra, roletando os cascos sobre troncos e perpassando o estuário do Rio Tramandaí para chegar à Laguna na surdina, a despeito da vigilância das tropas oponentes. Muito depois disso, a travessia de pessoas e automóveis entre as margens do rio continuou a ser realizada por balsas e canoas de particulares chamados de “arrematadores”, que transportavam automóveis, animais e pessoas, até mesmo quando as pontes existentes ficavam inoperantes (Soares, 2002, 2008; Schossler, 2013).

A história da construção e reconstrução das diversas versões da ponte Giuseppe Garibaldi que liga, ainda hoje, Imbé e Tramandaí, é por si só uma

epopeia como a do heroico revolucionário. Acredita-se que a primeira ponte entre Tramandaí e Imbé, de 144 metros, tenha sido construída nos anos 20. Essa ponte original, de madeira, na medida de sua degradação, era sempre reconstruída ao sabor das mudanças das águas e de sua dificuldade de manutenção. Quando se tornava intransitável e não havia recursos para reconstrução, balsas eram utilizadas para transpor o canal. Até que ruísse e não fosse mais reconstruída, no local permaneceu uma construção similar, apenas para pedestres, a “Ponte das Sardinhas”, que existiu até 2002, mesmo quando várias versões da ponte de alvenaria, de mão única, se sucediam. A reformada em 1971 dispunha de uma sinaleira de controle manual, que abria o trânsito, ora no sentido de Tramandaí, ora no sentido de Imbé, de acordo com volume de transeuntes. E a atual ponte Giuseppe Garibaldi, de mão dupla, continua tendo as margens laterais externas de ambas as pistas disputadas por pedestres adeptos da pesca de sardinhas, especialmente no verão, quando o fluxo de pessoas em suas estreitas calçadas chega a parecer perigosamente próximo ao fluxo dos veículos. A pesca amadora é permitida, como também o é Lago do Braço Morto, apenas com uso de linha e anzol, com ou sem vara, carretilha e/ou molinete, limitando-se a um petrecho com até três anzóis simples por pescador e devido à posição da ponte, de acordo com a incidência solar, os anzóis brilham e permitem a pesca mesmo sem iscas. Por outro lado, qualquer tipo de rede de arrasto hoje é proibido no Rio Tramandaí, devido ao enredamento e à morte de botos e outros seres marinhos, assim como acidentes fatais que levam a afogamento de pescadores, banhistas e surfistas.

Se na década de 1960, a construção dos molhes e fixação da barra, o fechamento do Braço Morto, as obras de dragagem da Lagoa do Armazém, a retificação do trajeto do Rio Tramandaí antes de seu pontal e o fim do sistema de transporte ferroviário e lacustre modificaram as feições de Imbé; nos anos 1970 a 1980 o que ocorreu foi o incremento das telecomunicações, a melhoria de acesso rodoviário e o aumento do volume de automóveis circulantes.

O início da década de 1990 foi marcado pela conquista de autonomia político-administrativa de Imbé como município e a vida social também se transformou. Novos costumes inverteram a valorização dos espaços: se nos primeiros loteamentos as casas de balneário com fachadas voltadas para o oceano eram objeto de desejo, hoje, a posição à retaguarda, voltada para região

das lagoas e face ribeirinha, e que era restrita às famílias nativas e de pescadores, passou a concentrar novas residências de alto padrão, condomínios de luxo e a prática de esportes náuticos.

A sociabilidade baseada em clubes e associações de amigos de cada balneário, seus bailes e eventos da estação, que por vezes dispensavam até mesmo pisar na areia ou banhos de mar, e que fazia com que Imbé ficasse cheia de gente de fora e fervilhante de dezembro até o Carnaval, mas, deserta durante o inverno, também vem encerrando seu ciclo. O padrão que, ou reproduzia os códigos do ambiente social de origem, ou se transformava em uma pantomima de ascensão social, em que as colunas de revistas conferiam visibilidade, foi perdendo progressivamente o apelo, a popularidade e os seus associados. A demolição do prédio histórico da Sociedade de Amigos da Praia de Imbé (SAPI), em março de 2018, e das instalações do antigo Santa Terezinha Praia Clube, em fevereiro de 2024, são testemunhos materiais dessa transformação. Já as casas comerciais que eram abertas apenas sazonalmente, especialmente os empreendimentos de “paraquedistas” – como são chamados pelos locais os comerciantes que vêm de outras regiões do estado e abrem negócios para explorar apenas durante o verão – não são mais maioria em todo o município. O que se observa, atualmente, é um policentrismo comercial e de serviços ao longo do eixo longitudinal principal, com negócios perenes estabelecidos ao longo das Avenidas Osório e Paraguaçu, enquanto boa parte do comércio, ao longo das Avenidas transversais, no interior dos bairros periféricos, fecha fora da alta temporada.

#### 4.2.1 Sobre a emancipação e conjunções regionais

Embora a história do território de Imbé seja mais antiga do que quando se tornou um conjunto de loteamentos balneários, o município só se tornou independente política e administrativamente de Tramandaí, de quem era distrito, na esteira da onda federalista alimentada pelos princípios de descentralização da nova Constituição Federal de 1988.

Genealogicamente, Tramandaí (1965) tinha sido, desde 1939, distrito de Osório, e, por sua vez, as terras do município de Osório (1934), cujo nome substituiu a antiga denominação de Conceição do Arroio (1857), haviam sido

desmembradas das terras de outro município-mãe , Santo Antônio da Patrulha, que é dos municípios mais antigo do RS. Santo Antônio da Patrulha, Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo foram as quatro primeiras povoações na divisão administrativa, quando da autonomia da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1807), que havia sucedido à Capitania do Rio Grande de São Pedro (1760) que era subordinada à Capitania do Rio de Janeiro (1567). Após a instalação do período republicano brasileiro (1889), enquanto as freguesias passaram a ser chamadas de distritos ou vilas, que reunidos formam os municípios modernos, as capitanias, que já haviam se tornado províncias, ascenderam à categoria de estados, também denominados como Unidades Federativas (UF), dentre eles o estado do RS (RS, 2018b).

Interessante pontuar que houve duas ondas principais de descentralização municipal dos territórios à nordeste do RS, que funcionavam como balneários de outros municípios: a primeira, a partir dos anos 60, que contou com a criação de Cidreira, Tramandaí e Torres, e a segunda, após 1988, com a emancipação de Imbé, Arroio do Sal, Xangri-lá e Capão da Canoa (RS, 2018b). Além disso, pelo fato de que antes da municipalização, esses territórios eram conhecidos como “praias”, o termo “praia” costuma, até mesmo hoje, a ser usado como regionalismo para designá-los no senso comum. Isso causa alguma confusão, pois esses municípios, por sua vez, englobam bairros balneários também chamados de praias, e o termo “praia” também é usado de forma mais estrita para designar tanto o espaço de areia em frente ao mar como a zona de estirâncio, ou seja, a faixa de litoral levemente inclinada para o mar entre os níveis médios da maré alta e a maré baixa. Independente de outras concepções, esse estudo prefere utilizar o plural “praias” de Imbé para designar, no coletivo, os 11 Km de faixa de areia ao longo da linha do mar, que seguem da Barra de Imbé, no centro velho da cidade, até Imara, no limite com o bairro Atlântico Sul, do município de Osório-RS, antiga Mariópolis. E no singular, “praia” quando seguido do possessivo “de”, designa a faixa litorânea de um bairro-balneário específico, por exemplo, praia de Mariluz, praia de Santa Terezinha, e por aí em diante, evitando chamar o município de Imbé em si de “praia”.

Para emancipação de Imbé, como unidade administrativa autônoma, a base para a aprovação em plebiscito público alimentou-se das mesmas fontes de outros novos municípios: a canalização da insatisfação popular com falta de

infraestrutura e recursos atribuída ao descaso da gestão do município-mãe e a busca da autonomia para a aplicação de fração do Fundo Municipal por lideranças locais. A Comissão Pró-emancipatória (RS, 1988a) aferiu a viabilidade do futuro município baseando-se em 294 edificações concentradas no setor censitário; 44 e 2.224 habitantes, por ocasião do Censo 1980; distribuídos pelo total de oito setores eleitorais, do então distrito que compunha a Zona Eleitoral n. 110 de Tramandaí. Além disso, em 1988, Imbé contabilizava 33 mil lotes urbanizados distribuídos por 11 balneários, 03 vilas; 11.112 economias com ligação de água pela Corsan; 1.092 crianças matriculadas em seis escolas municipais do jardim até a sétima série ginásial<sup>49</sup>; e 2.305 eleitores aptos (RS, 1988a). A diferença entre os números desse Censo e de outras fontes reflete tanto a diferença de sete anos e diferentes metodologias, quanto a percepção de provável migração de domicílios eleitorais.

O plebiscito foi realizado em quatro escolas do município sediadas nas vilas de João Clemente, Palmirito Saraiva, e nos balneários de Harmonia e Santa Terezinha. Do total de eleitores aptos, se abstiveram de comparecer a eleição quase a metade de eleitores, 1151 (49,9%) dos 2305 aptos, e outros 1158 (50,1%) eleitores compareceram ao pleito. Dos votantes, por sua vez, 1068 (92,2%) optaram pelo “Sim”, 86 (7,4%) votaram pelo “Não” e houve 4 (0,4%) votos brancos e nulos. A despeito da aprovação por maioria simples, é preciso anotar que o número de eleitores que sequer se mobilizaram a comparecer, votaram contra a emancipação, em branco ou anularam seus votos, juntos, somaram 1.241 eleitores, 32,8% do total de eleitores aptos (RS, 1988a). Se o sim foi a maioria dos votos, o não somado às abstenções mostraria também o desinteresse de boa parte dos eleitores aptos.

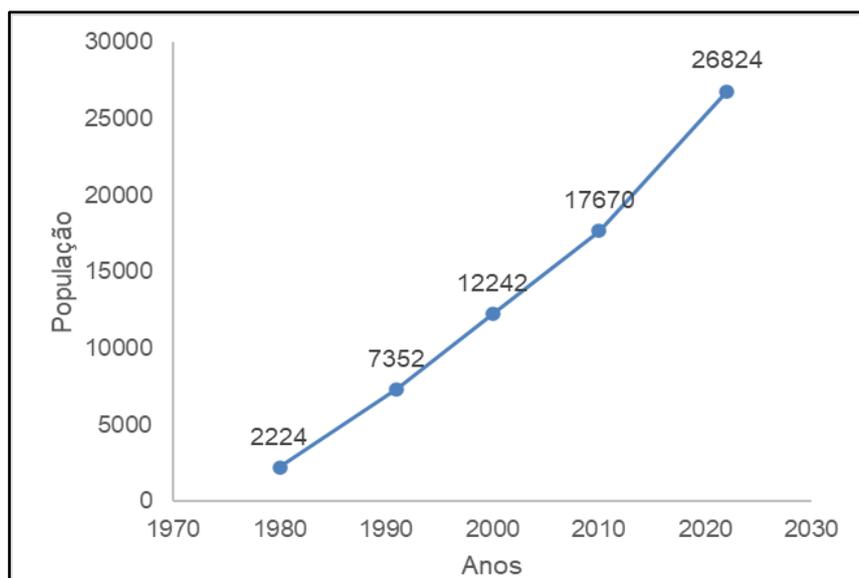
Imbé comemora seu aniversário em 09 de maio, data da Lei estadual 8.600/1988 que criou o município e definiu seu território, contudo, sua autonomia iniciou quando da posse, em 01 de janeiro de 1989, dos primeiros representantes da municipalidade eleitos (RS, 1988b). Após se tornar um município autônomo, a instalação de máquina institucional pública incentivou investimentos locais e

---

<sup>49</sup> Hoje correspondente ao nível de ensino básico, uma vez que o “jardim” ou “pré-escola”, que antecedia o ensino “primário”, passou a ser chamado de educação infantil; enquanto o “ginásio”, que já correspondeu ao “primeiro grau”, ou seja, os quatro primeiros anos do ensino “secundário”, corresponde agora ao ensino fundamental. Por sua vez, o ensino médio atual já foi conhecido no Brasil como “colegial” ou “segundo grau”, só avançou em Imbé após a sua emancipação.

melhorias em serviços, atraindo novos moradores, e a população cresceu em ritmo acelerado nos primeiros dez anos (Gráfico 2), assumindo característica essencialmente urbana, e continuou crescendo desde então, com menor aceleração, tornando-se doze vezes maior no Censo de 2022 do que o total estimado no processo emancipatório (RS, 1988a; IBGE, 2023).

Gráfico 2 – Crescimento demográfico de Imbé, 1980\*- 2022



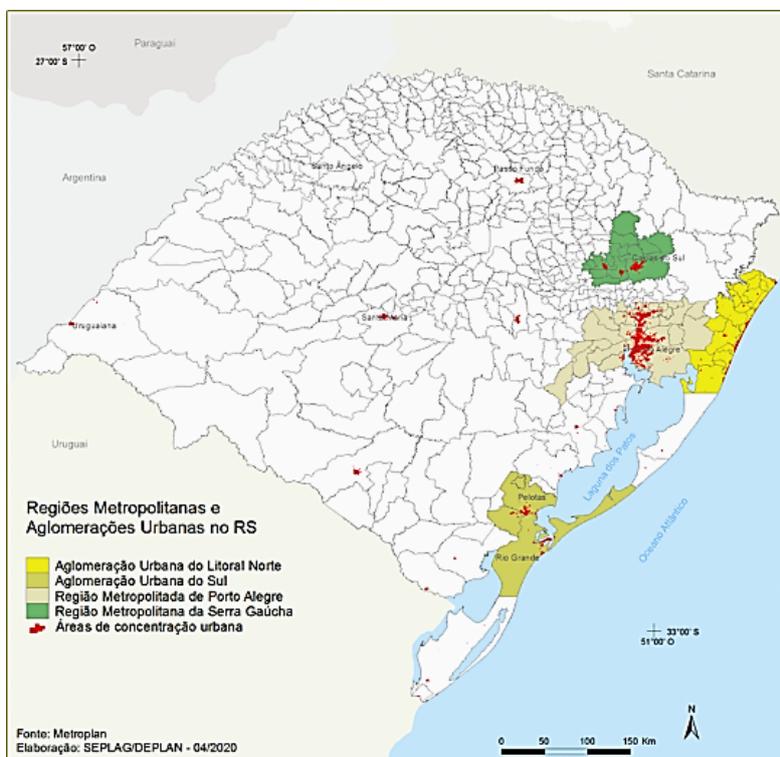
**Fonte:** IBGE, 2023. **Observação:** \* valor correspondente ao distrito de Imbé.

Desde que foi elevado à condição de município, Imbé participa de vários grupos de articulação regional, cada qual com a sua extensão territorial, seus critérios de classificação, suas instituições controladoras e o encaminhamento/articulação de diversas demandas. As funções semelhantes desses recortes se sobrepõem, em redundância, o que interfere na atribuição de responsabilidades concretas, e se somam como óbices às mudanças frequentes de elementos de equipes, à carência de técnicos especializados e experientes, às interrupções de projetos em curso, ao longo das mudanças de governos e partidos; e a toda sorte de entraves burocráticos (Santos; Lima; Bresciani, 2017).

A Aglomeração Urbana do Litoral Norte (AULINOR), criada por lei estadual, em 2004, é a instância de escolha dessa dissertação (Figura 33) por três motivos: a) sua correspondência nos Censos Demográficos e outras pesquisas demográficas e estatísticas oficiais do IBGE dos últimos vinte anos; b) por ser a instância responsável pela gestão do turismo e ordenamento

territorial; e, c) por refletir o critério de conurbação do tecido urbano e adensamento populacional que fazem parte dos argumentos desse trabalho.

Figura 33 – Aglomeração Urbana do Litoral Norte (AULINOR), RS



**Legenda:** AULINOR em amarelo.

**Fonte:** RS, 2022.

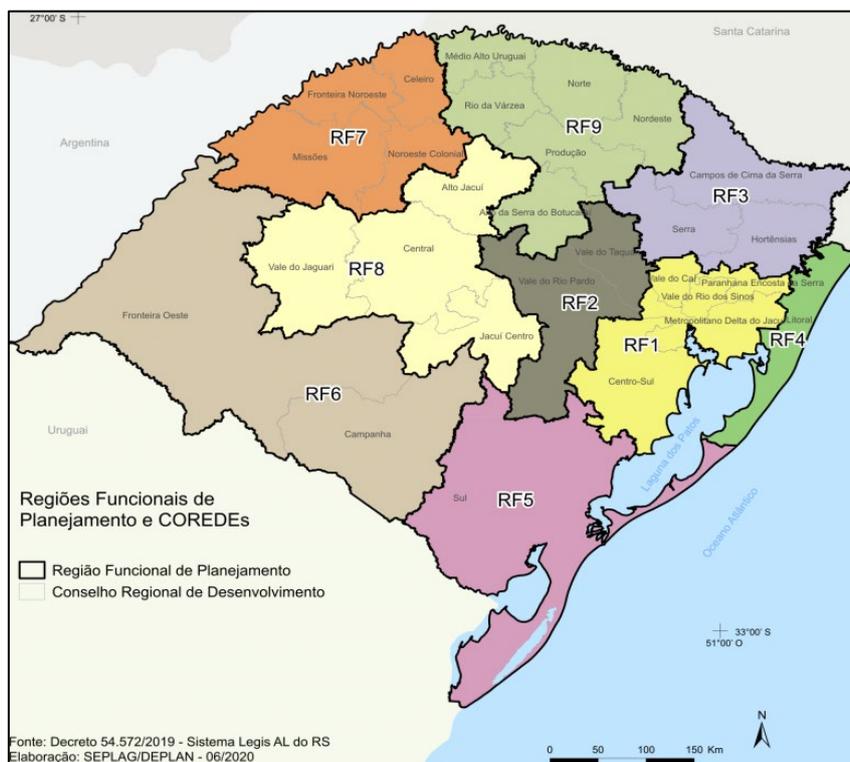
Desse recorte regional (Figura 33), a que se refere às menções ao Litoral Norte (LN) caso não seja feita nenhuma afirmação em contrário, participam, junto com Imbé, mais 19 (dezenove municípios), a saber: Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Osório, Palmares do Sul, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá (RS, 2004, 2020). O RS tem mais uma Aglomeração Urbana, a do Sul, e 2 (duas) Regiões Metropolitanas, a de Porto Alegre e a da Serra Gaúcha, e com essas instâncias trabalha a Diretoria de Gestão Territorial (DIRGT), uma divisão do órgão responsável pela elaboração e coordenação de planos, programas e projetos do desenvolvimento regional e urbano do estado, a Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN). Por sua vez, a DIRGT se dedica à compreensão e gestão do processo de ocupação do território no RS.

Em seção anterior já foi apresentado que, do ponto de vista ambiental, Imbé é um município da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí e vale destacar que o município é 100% banhado por ela e que esse recorte é utilizado na gestão da qualidade das águas para abastecimento humano e cultivo. Atendendo a critérios geográficos relacionados ao caminho das águas, o conjunto de municípios dessa instância regional é bem diverso da AULINOR e das demais articulações municipais, uma vez que exclui os municípios de Caraá, Capivari do Sul, Mampituba e Morrinhos do Sul enquanto inclui Mostardas e parte do município de São Francisco de Paula. Outras cinco instâncias regionais de que Imbé faz parte podem ser destacadas: recortes operacionais, como o do COREDE Litoral, que é coincidente com o da Região Funcional 4, e o da Região de Saúde 5; e outros dois recortes regionais, conhecidos por seu passado, o Litoral Norte, na definição preferida pelo senso comum, e a Associação de Municípios do Litoral Norte (AMLINORTE).

O COREDE Litoral (Figura 34) em conjunto aos demais 27 Conselhos de Desenvolvimento Regionais (COREDEs) do RS foram criados como *fóruns* de discussão para a promoção de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional. Embora o COREDE Litoral exista desde 1994, como o número e a composições dos conselhos vêm sendo modificadas ao longo do tempo, a sua atual distribuição foi formalizada em lei estadual apenas em 2010. A composição de municípios do COREDE Litoral com 21 municípios é semelhante à da AULINORTE, somando como município a Mostardas, no extremo meridional dessa região, e a despeito de não incluir o termo “Norte”, descarta os outros municípios do litoral médio e sul do RS. Trata-se de um recorte utilizado como base espacial do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), que foi desenvolvido pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), instituição estadual extinta, em 2017, e que passou a ser calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), instituição de direito privado paulista contratada pelo Departamento de Economia e Estatística (DEE) do RS, junto às estatísticas estaduais do Produto Interno Bruto (PIB), dos índices de variação de salários e de ofertas de emprego (RS, 2018c). Já a Região Funcional (RF) 4, criada em 2006, é composta pelo mesmo grupo de municípios do COREDE Litoral é a instância administrativa e logística estadual. Se soma outras 9 (nove) Regiões Funcionais que agregam outros COREDES (Figura 34) no RS e são

utilizadas em instrumentos de planejamento de alocação de recursos e metas, como o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual (RS, 2022).

Figura 34 – Distribuição de Regiões Funcionais e COREDEs, RS

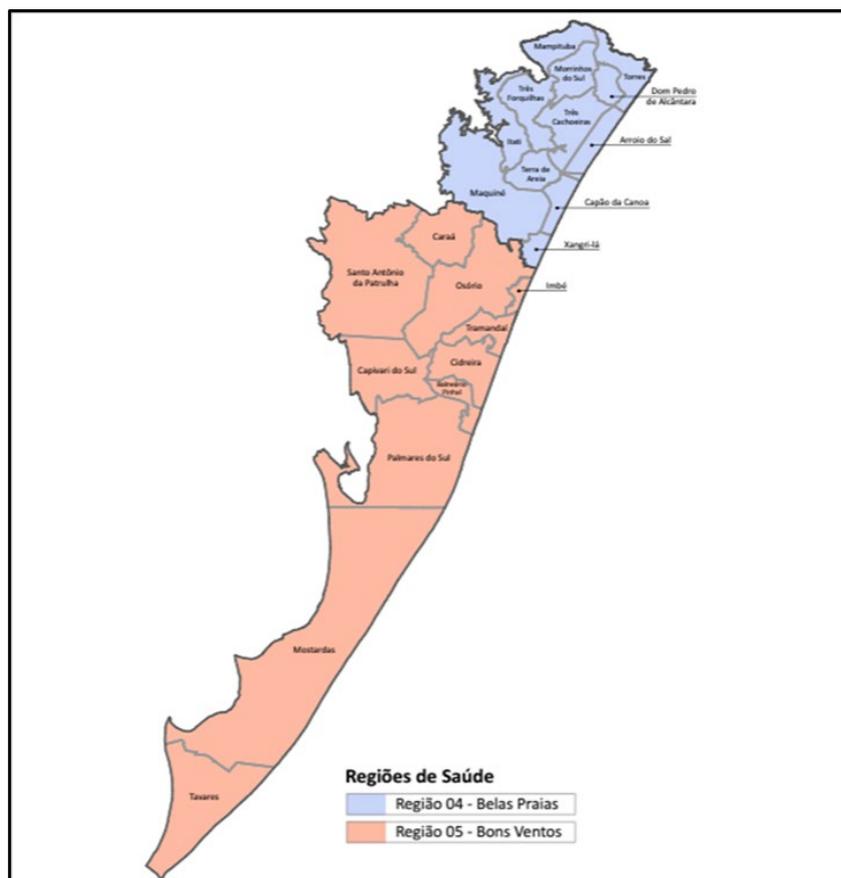


**Legenda:** COREDE Litoral e RF 4 em verde escuro.

**Fonte:** Atlas socioeconômico do RS, 7ª ed., 2022.

A Região de Saúde (RSau) 5, “Bons Ventos”, é outra instância regional em atividade e congrega os municípios de Imbé e Balneário Pinhal, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Tavares, Tramandaí. Chama a atenção que Santo Antônio da Patrulha – integrante da Região Metropolitana de Porto Alegre e do COREDE Delta do Jacuí – e Tavares – que integra o Litoral Sul e o COREDE Sul – não faça parte da AULINOR e do COREDE Litoral. As regiões de saúde são instâncias intermediárias de planejamento da Secretaria Estadual de Saúde (SES), que articulam entre si as ações do Sistema Único de Saúde (SUS) e trabalham em paralelo com o Conselho Municipal de Secretarias de Saúde (COSEMS). Ao lado da RSau 4, “Boas Praias”, que congrega os onze demais municípios, formam a 18ª e última Coordenadoria de Saúde daquelas distribuídas pelo RS (Figura 35).

Figura 35 – 18ª Coordenadoria de Saúde e suas Regiões de Saúde, RS



**Fonte:** Secretaria do Estado de Saúde, RS, 2024. Disponível em: [saude.rs.gov.br](http://saude.rs.gov.br).

A alcunha Litoral Norte foi o primeiro recorte regional que incluiu Imbé, formalizado em 1988, e que antecedeu à criação do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí, em 1999, e, portanto, era então a única instância ambiental que correlacionada à atuação da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM), no Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO), do Ministério do Meio Ambiente. Para esse efeito, os 622 km da região costeira oceânica gaúcha foram divididos entre o Litoral Norte, e outros quatro setores: Litoral Médio, a Leste e Oeste da Laguna dos Patos, e Litoral Sul, de Rio Grande ao Chuí. A setorização que tem por interesse a visão da orla marítima não se limitou aos 16 municípios defrontantes do mar, e sim a um total de 39 municípios do território do RS. De acordo com revisão recente dessa antiga regionalização (FEPAM, 2021), para efeito do gerenciamento costeiro o Litoral Norte passou a ser composto por 18 municípios, incluindo Santo Antônio da Patrulha, Imbé e outros dezesseis municípios da AULINORTE, e exclui os municípios de Caraá (que não foi incluído em nenhum

recorte do GERCO), de Capivari do Sul, Mostardas, Palmares do Sul e Tavares (incluídos no Litoral Médio Leste), ou seja, esse recorte não pode ser tomado como sinonímia da AULINOR e do COREDE Litoral. Por sua vez, a Associação dos Municípios do Litoral Norte (AMLINORTE), criada em 1998, foi uma das 28 associações de municípios reconhecidas pela Assembleia Legislativa do RS e que tinha como interesse fortalecer o municipalismo. A AMLINORTE impulsionou por algum período o consórcio de assistência à saúde intermunicipal até ter suas funções de coordenação assumidas pelas RSau, assim como teve influência na discussão de destinos de rejeitos e construção de rodovias. Institucionalizada no formato de Consórcio Público, entrou em processo de liquidação após a aprovação de sua extinção, em consenso pelos prefeitos dos então 23 municípios membros, em 29 de setembro de 2023, devido às dívidas trabalhistas (Gonçalves, 2023).

#### 4.2.2 Imbé em números contemporâneos

Segundo o Censo de 2022 do IBGE (IBGE, 2022), Imbé conta com uma população residente de 26.824 pessoas, distribuída em área de 39,766 Km<sup>2</sup>, com densidade demográfica calculada em 674,55 hab./Km<sup>2</sup>. O crescimento populacional, quando comparada à população que habitava o seu território em 1980, antes da emancipação e a de 2022, perfaz a taxa de crescimento geométrico anual de 6,11% (Tabela 2).

Tabela 2 – Variação do número de habitantes, Imbé/RS, 1980 a 2022

| <b>ANOS</b>             | <b>HABITANTES</b> | <b>TAXA DE CRESCIMENTO* (%)</b> |
|-------------------------|-------------------|---------------------------------|
| <b>1980<sup>#</sup></b> | 2.224             | -                               |
| <b>1991</b>             | 7.352             | 11,48                           |
| <b>2000</b>             | 12.242            | 5,83                            |
| <b>2010</b>             | 17.670            | 3,74                            |
| <b>2022</b>             | 26.824            | 3,54                            |
| <b>1980-2022</b>        | <b>24.600</b>     | <b>6,11</b>                     |

**Observação:** <sup>#</sup>Setor censitário 44 de Tramandaí; \*Geométrica média anual.

**Fonte:** IBGE, 2023.

A taxa de crescimento populacional ao longo das décadas pode ser comparada a variação do número de eleitores domiciliados em Imbé (Tabela 3). Para isso, é preciso considerar que a Lei eleitoral brasileira o voto é obrigatório dos 18 aos 74 anos e que é apenas facultado para eleitores entre as idades de

16 e 18 anos e acima de 74 anos em regularidade eleitoral, a taxa de crescimento geométrica anual de eleitores aptos em Imbé na última década, de 2,95%, é correlata ao crescimento da população total, com maiores aumentos nos períodos das últimas eleições municipais, de 2016 e 2020.

Tabela 3 – Variação do número de eleitores aptos, Imbé/RS, 2012 a 2022

| <b>ANOS</b>             | <b>ELEITORES APTOS</b> | <b>TAXA DE CRESCIMENTO* (%)</b> |
|-------------------------|------------------------|---------------------------------|
| <b>1988<sup>#</sup></b> | 2.305                  | -                               |
| <b>2012</b>             | 15.560                 | -                               |
| <b>2014</b>             | 16.289                 | 2,23                            |
| <b>2016</b>             | 17.594                 | 3,93                            |
| <b>2018</b>             | 18.214                 | 1,75                            |
| <b>2020</b>             | 19.653                 | 3,88                            |
| <b>2022</b>             | 20.805                 | 2,89                            |
| <b>2012-2022</b>        | <b>5.245</b>           | <b>2,95</b>                     |

**Observação:** <sup>#</sup>Setores eleitorais do Distrito de Imbé; \* Geométrica média anual.

**Fonte:** TSE, [202-].

A variação absoluta de residentes em relação ao último Censo, de 2010, foi de mais 9.152 pessoas, com taxa de crescimento geométrica média anual calculada em 3,54%. Embora maior do que a taxa de crescimento da população do RS, que foi de 0,15 % nesse mesmo período, e do que o mesmo índice do Brasil, que com taxa de crescimento de 0,52%, essa é a menor taxa de crescimento média intercensitária municipal desde 1980, levando em consideração a população do setor censitário correspondente ao distrito de Imbé na época (Tabela 3). Entre os Censos de 1980 a 1991, o crescimento geométrico médio da população de Imbé foi de 11,48%, entre os Censos de 1991 e 2000 foi de 5,83%, entre os Censos de 2000 e 2010 foi de 3,74% (IBGE, 2023).

A razão por sexo de Imbé no Censo de 2022 (IBGE, 2023) é de 92,3 mulheres para cada 100 homens, num total de 12.875 homens e 13.949 mulheres, em idade mediana de 40 anos e apresentado um índice de envelhecimento correspondente a 135,13 pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, para cada 100 crianças com até 14 anos de idade. Comparativamente, Imbé apresenta proporção menor de mulheres, maiores índices de envelhecimento e idade média que o estado e o país, pois, na mesma pesquisa, o RS apresenta a razão de sexo de 93,4, idade mediana de 38 anos e índice de envelhecimento de 115,05, enquanto o Brasil como todo apresentou a razão de sexo de 94,2, idade mediana de 35 anos e índice de envelhecimento de 80,03 (IBGE, 2024).

Quanto ao número de domicílios recenseados, o Censo de 2022 do IBGE recenseou 32.449 domicílios em Imbé, com variação absoluta de mais 6.874 domicílios em relação ao Censo 2010 e percentual de 26,88%. Desses, 113 eram domicílios coletivos e 32.336 domicílios particulares. Dos domicílios particulares, 10.456 (32,22%), são 20.364 (62,76%) particulares permanentes de uso ocasional e 1.513 (4,66%) vagos. A média de moradores por domicílio particular foi calculada em 2,56, com base em 26.765 moradores recenseados em domicílios considerados particulares permanentes (IBGE, 2024).

Segundo o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese)<sup>50</sup> calculado e divulgado pelo Departamento de Economia e Estatística (DEE) da Secretaria de Planejamento Governança e Gestão (SPGG) no RS, o município de Imbé (Quadro 3) que ocupava a 322<sup>a</sup> posição do *ranking* de Idese geral do RS, em 2013, e decaiu para a 463<sup>a</sup> posição, em 2020 (IdeVis, 2020).

Quadro 3 – Cinco primeiros municípios litorâneos, *Ranking* do Idese geral, Litoral Norte do RS, 2013 e 2020

| Posições ocupadas<br>Idese geral - RS | Anos       |            | Nº de posições<br>perdidas<br>(2020-2013) |
|---------------------------------------|------------|------------|---|
|                                       | 2013       | 2020       |   |
| <b>Torres</b>                         | 232        | 356        | 124                                       |
| <b>Capão da Canoa</b>                 | 269        | 397        | 128                                       |
| <b>IMBÉ</b>                           | <b>322</b> | <b>463</b> | <b>141</b>                                |
| <b>Cidreira</b>                       | 442        | 492        | 50  |
| <b>Tramandaí</b>                      | 460        | 482        | 22  |

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Idevis, 2020.

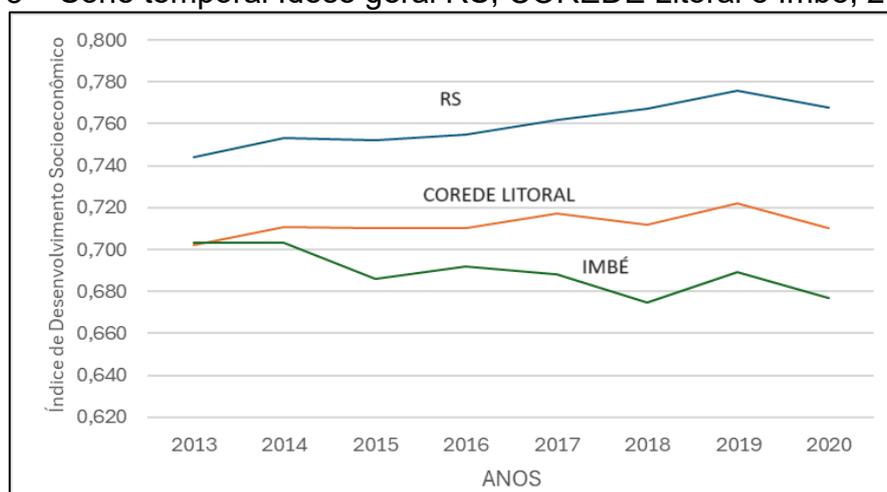
Imbé manteve, entretanto, a posição relativa intermediária em relação aos maiores municípios litorâneos do COREDE Litoral (Quadro 3), superior às pontuações dos municípios de Cidreira e Tramandaí (que ocupavam, respectivamente, 442<sup>a</sup> e 460<sup>a</sup> posições, em 2013, e caíram para 492<sup>a</sup> e 482<sup>a</sup> posições, em 2020), e inferior às pontuações de Torres e Capão da Canoa (que ocupavam, respectivamente, a 232<sup>a</sup> e 269<sup>a</sup> posições, em 2013, e caíram para a 356<sup>a</sup> e 397<sup>a</sup> posições em 2020). Ou seja, embora esses municípios do COREDE Litoral tenham todos regredido em relação à posição estabelecida no *ranking*

<sup>50</sup> Os valores do Idese dizem respeito ao índice geral, calculado a partir de três blocos: educação, renda, saúde, que por sua vez são compostos por subcategorias. São índices particulares do estado do Rio Grande do Sul que variam em uma escala de 0 a 1 e que se prestam a interpretação evolutiva e comparativa. No momento, foram divulgados os números até 2020. Para maiores informações, acesse <https://visualiza.dee.rs.gov.br/ideise>.

sete anos antes, a dimensão de queda de Imbé – 141 posições abaixo – é superior às manifestas no mesmo período por Capão da Canoa (128 posições abaixo), Torres (124 posições abaixo), Cidreira (50 posições abaixo) e Tramandaí (22 posições abaixo).

Quando correlacionados, os Idese gerais calculados para Imbé, o COREDE Litoral e o do RS como todo, de 2013 a 2019, é possível perceber que o índice de Imbé tem a tendência de reduzir, enquanto o litoral norte oscila para números ligeiramente superiores e o estado mantém um aumento consistente dos valores calculados; de 2019 para 2020 a queda nos três níveis geográficos corresponde ao impacto do primeiro ano da Pandemia de COVID-19 (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Série temporal Idese geral RS, COREDE Litoral e Imbé, 2013-2020

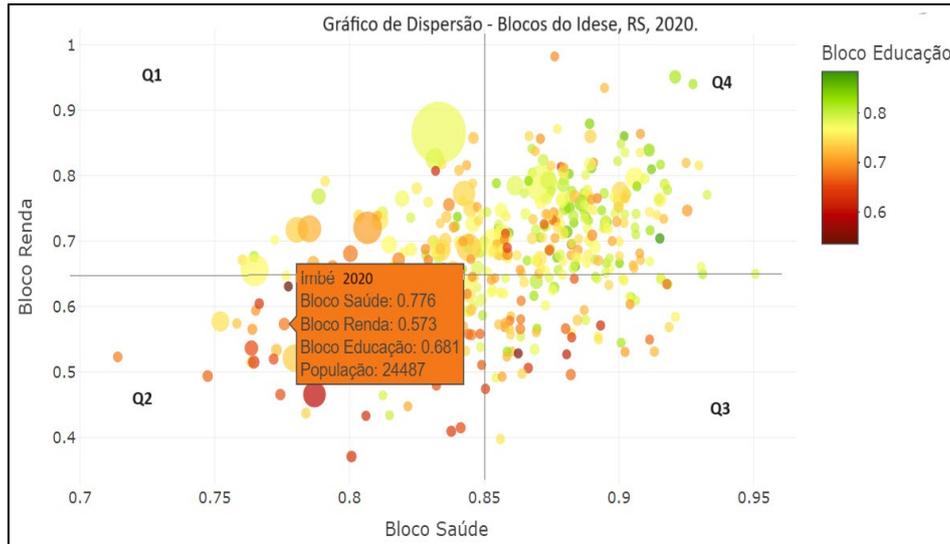


**Legenda:** Em azul – Idese geral RS; em vermelho – Idese geral COREDE Litoral; em verde – Idese geral Imbé-RS.

**Fonte:** Idevis, 2020.

Outra forma de demonstrar a importância relativa do Idese de cada município gaúcho é pelo peso de seus blocos, dispondo dos valores de cada um desses blocos em um gráfico de dispersão que utiliza como variáveis o valor do bloco saúde no eixo horizontal (X), o do bloco renda no eixo vertical (Y) e do bloco educação em escala de cores, em um espectro que varia de um máximo em verde a um mínimo em vermelho. Assim, é possível perceber a posição relacional de Imbé, quanto ao Idese de cada bloco em relação aos dos demais 496 municípios do RS, em 2020: Imbé ocupa o quadrante Q2, com valores relativamente mais baixos tanto do Idese saúde quanto Idese renda, e se apresenta na cor intermediária laranja para a categoria educação (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Blocos do Idese, Imbé versus RS, 2020

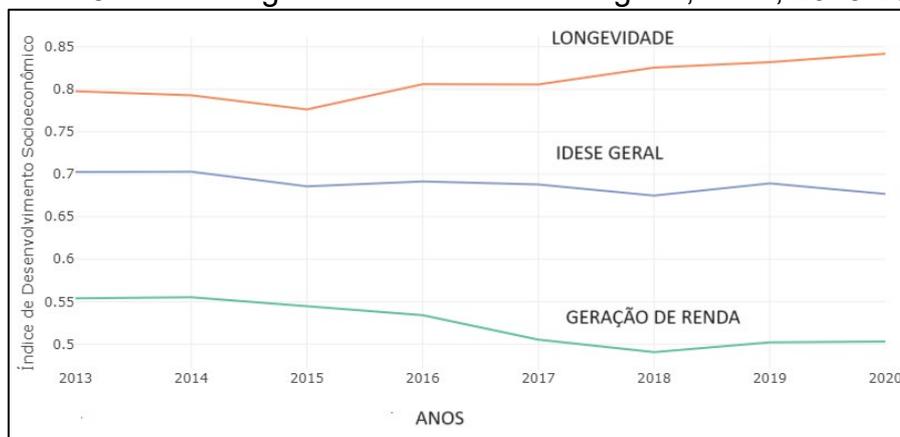


**Legenda:** Idese – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico; quadrante 1 (Q1) Idese Saúde baixo, Idese Renda alto; quadrante 2 (Q2) Idese Saúde baixo, Idese Renda baixo; quadrante 3 (Q3) Idese Saúde alto, Idese Renda baixo; quadrante 4 (Q4) Idese Saúde alto, Idese Renda alto; verde – Idese educação alto, vermelho – Idese Educação baixo.

**Fonte:** Idevis, 2020.

Já entre as subcategorias estabelecidas dentro dos blocos educação, saúde e renda que compõe o Idese geral, chama a atenção na análise dos indicadores na série temporal entre 2013 e 2020 para Imbé, a de “longevidade populacional/ bloco saúde e a de “geração de renda/ bloco renda”. Em escalas fixas de 1(um) a 0 (zero), calculados a partir de variáveis distintas, a longevidade populacional em Imbé aumenta ao longo dos anos e a geração de renda permanece sempre no extremo inferior, quando comparadas a série temporal do Idese geral de Imbé (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Subcategorias extremas e Idese geral, Imbé, 2013-2020



**Legenda:** Em azul – Idese geral; em laranja – bloco Saúde/ subcategoria longevidade; em verde – bloco renda/ subcategoria geração de renda.

**Fonte:** Idevis, 2020.

### **4.3 Imbé como território turístico de segundas residências**

O segmento turístico de sol e praia é consagrado como principal atrativo do turismo de massa no Brasil, uma vez que explora as belas paisagens naturais e construídas e é expressão, não apenas dos valores culturais propagados sobre o jeito de ser e a alma do brasileiro, como também da concentração demográfica e urbana historicamente preponderante no amplo litoral do País. Em termos de escala, em particular, o município parece ser a base em que se apoia todo o sistema de capital, empregos, gestão do turismo – em planos, objetivos e práticas – e é o único ponto capaz de avaliar as consequências imediatas e cotidianas na perspectiva dos habitantes (Cara, 2001). Percebe-se que a história da concentração populacional urbana e do turismo de verão em Imbé são entrelaçadas e refletem dimensões territoriais próprias e aquelas comuns aos núcleos populacionais costeiros e municípios vizinhos.

#### **4.3.1 Fatores gerais que influenciam a escolha turística**

A valorização de estações litorâneas do sudeste e nordeste do Brasil refletia a facilidade de acesso marítimo e uma maioria de sedes de capitais administrativas dos estados e apenas mais tarde foram, pela divulgação de prescrições higienistas de brisa do mar, sal e mesmo a água fria como capazes de restaurar a energia vital, considerados salubres para vilegiatura. No RS, entretanto, a própria estabilização tardia de limites entre portugueses e espanhóis, e a costa pouco propícia à atracação naval, contribuiu para o isolamento geográfico litoral e tornaram sua ocupação populacional mais tardia.

No litoral a nordeste do RS, sem fortificações históricas e a preocupação estratégica em manter limites fronteiriços próprias do litoral sul, até por volta dos anos 20 e 30 do século XX, se via pouca evolução em relação à ocupação populacional esparsa. O fluxo de pessoas em trânsito pelo antigo caminho que ligava a Colônia de Sacramento ao sudeste brasileiro pela costa, vinha sendo abandonado pelo Caminho dos Conventos, mais central. Chegar ou sair de Porto Alegre para os balneários de Cidreira, Torres ou Tramandaí, de quem Imbé era distrito, era uma aventura cheia de obstáculos por meios de transporte demorados e desconfortáveis: viajava-se em diligências puxadas a cavalo que cruzavam a Serra Gaúcha, muitas vezes desatoladas por juntas de bois, no que

era considerado o caminho mais acidentado, ou por via fluviolacustre e ferroviária, complementada por comboios de tração animal e, mais tarde, por veículos motorizados, contando com a maré baixa para ultrapassar dunas e areias cobertas por esteiras (Bellomo, 2006; Cunha, 2019; Kühn, 2007).

Face a essa restrição de acesso primordial, que elementos afinal justificam a construção da preferência entre os gaúchos de frequentar as praias de seu próprio estado? A disponibilidade de sol e calor amenizados pelas brisas marítimas, que contrasta com o verão abafado e o inverno rigoroso das demais áreas do estado, sempre foi uma atratividade do litoral norte gaúcho, inclusive quando comparado às águas ainda mais frias e bravias do litoral médio e sul do estado. É comum que aqueles que vivem habitualmente em locais frios procurem passar seu tempo de férias em locais mais quentes, e vice-versa, e entre fatores climáticos e do tempo, as dimensões térmica e de elementos meteorológicos como ventos e chuvas, intensidade de radiação solar, nebulosidade, influenciam não só as escolhas de vestuário, de atividades e demandas por equipamentos turísticos, como costumam tornar uma ou outra opção preferencial aos olhos dos turistas (Freitas, 2003; Viner, Nicholls, 2006).

No entanto, existem outras regiões de clima aprazível e águas aprazíveis, como no litoral catarinense, do sudeste e do nordeste brasileiro. Complementa-se a explicação da preferência com a exploração de outro fator atrativo, a distância. O acesso logístico, seja pelo desejo de isolamento em lugares de difícil acesso ou, amiúde, a busca por facilidade de acesso e pelo conforto do transporte independente das distâncias, assim como a restrição de recursos são fatores considerados na escolha turística (Freitas, 2003; Kühn, 2007; Schossler, 2013; Strohaecker, 2007, Oliveira, 2015). Se, nos anos 70, como exemplo da progressão espacial da malha rodoviária no RS, a BR-090 ou “Freeway” reduziu a duração e dificuldade do percurso entre Imbé e a RMPA, a partir dos anos 1990, a abertura do mercado, iniciada com o governo Collor, criou condições econômicas que fizeram aumentar ainda mais a frota de automóveis particulares: de um lado, a proposta de construção no país de carros populares pelas montadoras multinacionais de automóveis, de outro, com o advento do Plano Real, que em seu bojo trouxe a redução da inflação e do patamar de juros, permitiu certa previsibilidade para a assunção de financiamentos de bens duráveis, tanto carros como moradias.

A noção coletiva de que a distância até o litoral gaúcho foi reduzida não se deveu, portanto, apenas às estradas melhores e ao transporte automotivo, as novas tecnologias de meios de comunicação também contribuíram para isso. Mensagens para parentes e amigos veiculadas em programas de rádio, por correspondências escritas ou pelo telégrafo, foram substituídas pela comunicação por telefonia fixa em tempo real, em que filas se formavam para uso de raras cabines telefônicas. Aos poucos, proliferaram pontos de telefones públicos com o uso de ficha, os “orelhões”, e linhas particulares de telefones nos comércios e residências tornaram-se mais comuns, mesmo que as ligações à longa distância fossem caras. Mais recentemente, a revolução da informática e a viabilidade de rápida transmissão de dados por satélite, saltos tecnológicos a partir da última década do século XX, disseminaram o uso de aparelhos telefônicos móveis, hoje cada vez mais acessíveis, intuitivos e onipresentes – *smartphones*, celulares, *tablets*, mensagens entregues por via digital, vídeo chamadas, redes sociais e aplicativos de comunicação instantânea, entre outros. Conversar em tempo real com alguém distante ou participar de eventos virtuais do outro lado do mundo não é mais um problema (Fonseca, 2020; Hermann; Paris, 2020; Oliveira, 2015).

Apenas o favorecimento por aspectos climáticos, estéticos, a progressiva melhoria de vias de circulação rodoviária – a propósito, em detrimento de expansão e manutenção de estradas de ferro e meios internos de navegação investimentos – e a disponibilidade de automóveis particulares não justificariam sozinhos a predileção pelo turismo em Imbé. Aspectos socioculturais e econômicos relacionados a restrições, como de aporte financeiro, condições cambiais, tempo, disponibilidade de hospedagem, familiaridade ou não com uma segunda língua, também exercem forte influência na tomada de decisão do turista quanto ao destino de sua viagem (Viner; Nicholls, 2006; Lopes; Ruiz; Anjos, 2018). O veraneio, construção cultural e econômica influenciada pelos fatores gerais, atrativos e restritivos, elencados até aqui e reconhecida como arraigada em boa parte do imaginário rio grandense, parece ser um padrão de resposta comportamental e social que explica melhor a relação entre Imbé e o turismo.

#### 4.3.2 Sobre o veraneio, suas sociabilidades e transformações

O verbo veranear está relacionado à ação de um hóspede ao passar suas férias num lugar agradável, geralmente perto do mar, em endereço diferente do habitual. A literatura acadêmica prefere o termo vilegiatura marítima. Para os gaúchos, a palavra é utilizada, desde meados do século XIX, para descrever um fenômeno cultural próprio, que remete à observação dos hábitos sazonais de aves migratórias, como andorinhas, que buscam locais mais quentes para alimentação e reprodução. Durante os meses mais quentes do ano, notadamente de dezembro a março no hemisfério sul, parte da população metropolitana e dos altiplanos serranos migrava para o litoral do estado, em especial, para as praias nortenhas que são mais próximas e quentes do que aquelas mais ao sul da costa (Schossler, 2013). É preciso, no entanto, contemporizar: ao contrário dos passarinhos, não existe nada de instintivo nesse comportamento, ao contrário.

Como afirma Oliveira (2015, p. 27): “o veraneio é prática que desencadeia e é incrementada por circunstâncias criadas para favorecê-lo, as melhorias das vias de acesso ao litoral e os negócios imobiliários.” Já Strohaecker (2007), por sua vez, destaca que o fluxo de veranistas funcionou como importante vetor de urbanização por quebrar o isolamento geográfico, atrair investimentos em transportes e dinamizar a economia do litoral norte. Adicione-se a essas definições que o veraneio era uma prática favorecida pela sociabilidade entre frequentadores contumazes, na maior parte das vezes familiares entre si ou vizinhos, que reforçavam seus elos ao frequentar o território eleito para passar seu tempo de férias, com forte apelo a prática de turismo doméstico intraestadual.

O veraneio, portanto, foi uma invenção cultural moderna, que contou com incentivos estatais diretos e indiretos, e o antigo hábito de veranear, dos anos 60 aos 90, poderia ser resumido pela imagem evocada no patriarca que trazia no carro da família, com bagageiros sobre o teto, porta-malas e bancos de passageiros lotados: a esposa, os filhos, os sogros e outros agregados, cachorros, malas e gêneros suficientes para dar suporte a toda longa temporada, o “rancho”. Ao provedor permitia-se a liberdade de retornar aos seus afazeres metropolitanos e voltar a intervalos regulares, nos fins de semana de sol,

trazendo parte dos recursos que faltavam para a família no litoral (Strohaecker, 2007; Oliveira, 2015).

O veraneio era um fenômeno sociocultural e econômico decorrente de um conjunto de ações que culminavam num calendário mais extenso de ócio para aqueles que podiam desfrutar dos ares praianos. Juntava desde as datas comemorativas do final de ano às festas populares, o período compreendido entre Natal e Carnaval, e se harmonizava com o longo período das férias escolares. O desafio para as famílias com múltiplos filhos em contemporizar o descanso do fim do dia dos adultos que continuavam trabalhando aos folguedos de crianças e adolescentes cheios de energia presos em apartamentos e casas sem quintal, típicos das áreas metropolitanas; encontrava solução na temporada de praia. A rápida proliferação de automóveis particulares e a possibilidade pecuniária estendida à classe média de aquisição de uma segunda residência nas terras arenosas e baratas do litoral, coadunando com os interesses da especulação imobiliária, se somava ao fato de que a maior parte das mulheres mantinha atividades apenas domésticas que permitiam o acompanhamento integral dos filhos e dos idosos. Permanecia em prontidão um exército local de trabalhadores informais de baixo custo, da construção civil aos domésticos, como caseiros, cozinheiras e jardineiros.

Além das casas de praia, as colônias de férias e *campings* também eram utilizadas como moradia temporária durante essa época do ano, uma vez que a rede de hospedagem oficial – hotéis e pousadas – era limitada e seus preços, proibitivos para famílias numerosas. As próprias residências dos locais se juntavam à rede de hospedagem formal: muitos, até hoje, fecham ou alugam suas moradias por temporada e se abrigam com sua família na casa de outros familiares e/ou amigos em Imbé ou viajam para outros municípios, especialmente no Natal e Ano Novo (Lopes; Ruiz; Anjos, 2018). Quanto aos negócios e ao emprego, o mercado de Imbé, nos seus primórdios como distrito de Tramandaí e município recém-emancipado, tinha um comércio restrito, com preços caros, o inverso do que hoje se evidencia com a instalação progressiva de filiais de grandes redes de supermercados voltados para as massas e para o abastecimento no varejo e atacado no LN. A economia local era aquecida durante o veraneio, surgiam novas oportunidades de emprego na construção civil, em quiosques e bares que atraíam toda sorte de trabalhadores temporários

de baixa qualificação e, em boa parte das vezes, contratados informalmente. Os turnos de trabalho eram dobrados, o trabalho sob sol e que entrava pela noite, pesado, e, um discurso político paternalista na visão dominante do empresariado, traduzia, muitas vezes, o índice de desemprego que aumentava no fim da temporada por falta de oportunidade de emprego e renda perenes, como tempo de ócio e de “descanso” merecido, em uma meta interpretação inapropriada da imposição do defeso para manutenção da pesca (Dal Forno; Klas; Lopes, 2021).

A diferença entre veranista e turista é sutil e a distinção desses termos (desprovida de uma reflexão mais ciosa sobre as características do fluxo de pessoas) se não inviabiliza, ao menos, torna menos nítido o prognóstico para a elaboração de políticas públicas locais e regionais e dificulta a tomada de decisão (Baldraia, 2023). Os autores Brasil, Porto e Rizzon (2016, p. 66) conceituaram como veranista “toda a pessoa que passa férias ou temporadas, geralmente durante o verão” em lugar diferente (praia, campo, estação termal) daquele onde vive habitualmente fosse em casa própria, de aluguel ou de amigos. A base da distinção de sua pesquisa, aceita pela Secretaria Estadual do Turismo do RS, apesar de não ser baseada em critério cientificamente estabelecido, foi a de autoidentificação dos visitantes como turistas ou veranistas. Já para a distinção entre os dois perfis de visitantes, elegeram como conceito de turista o da Organização Mundial do Turismo (OMT), que considera turista todo visitante que se desloca voluntariamente por período igual ou superior a vinte e quatro horas para local diferente de sua residência e do seu trabalho, por motivo de lazer e sem este ter por motivação a obtenção de lucro (UNWTO, 2010). Sugere-se, entretanto, para melhor especificação complementar a noção de veranista como sendo os visitantes que tenham como prática retornar periodicamente a um mesmo destino turístico onde têm residência própria ou hábito de alugar imóveis no local. Por outro lado, critica-se como muito restrita a noção de turista oficial da OMT, uma vez que o turismo de negócios é uma realidade e o trabalho hoje, em modalidades informais e virtuais, pode ser praticado, inclusive, em sobreposição à intencionalidade de lazer e relaxamento.

A sociabilidade praiana era centralizada em segundas residências praianas, clubes e colônias de férias, e até mesmo hotéis-cassinos, enquanto

esses últimos eram legais no país, num simulacro do modelo de balneários sul-americanos já praticado com sucesso no Uruguai e na Argentina. Seu padrão era promovido por revistas, panfletos promocionais e divulgado na televisão e jornais da época, em um manifesto glamourizado de ascensão social, patrimonial, e de válvula de escape da dura realidade, capaz de arrefecer o desânimo, renovar energias para o trabalho e garantir as normas de convivência e unidade familiar (Krippendorf, 1989; Oliveira, 2015; Rezende, 2010; Schossler, 2013). Esse modelo de ocupação e exploração do litoral gaúcho, catarinense e de alguns balneários no Mato Grosso do Sul (MS), distinto do que ocorreu organicamente na maior parte do litoral país, não foi consequência apenas de afinidades culturais e climáticas. Atendeu aos princípios da especulação imobiliária com a compra de terras arenosas e fazendas com pouco valor agropecuário para seus herdeiros, que passaram a ser loteados e vendidos por empresas particulares. Incentivos estruturais estatais ao desenvolvimento de transportes rodoviários, comunicações, financiamentos para compra de residência própria e segundas residências, o fomento ao turismo impulsionado pela receptividade aos vizinhos sul-americanos e pela garantia de férias remuneradas para os trabalhadores regulares brasileiros também fazem parte desse cenário (Strohaecker, 2007; Oliveira, 2015).

A sociedade de Imbé, por sua vez, já não é a mesma do que fora no passado, e o turismo do veraneio, como prática social, também mutável, se transformou. E algumas dessas transformações são autoevidentes. O tempo de deslocamento entre regiões metropolitanas e o litoral foi reduzido possibilitando a grande circulação de visitantes a cada fim de semana ou feriado, o veraneio contemporâneo não diz respeito mais a sazonalidade estreita: dispersou-se ao longo das outras estações do ano, o que é um desafio adicional para a previsão e a equalização de investimentos regionais em infraestrutura e qualidade de vida de moradores e turistas. O número de dias letivos por ano foi ampliado, e nas redes urbanas emissoras, a proliferação de shoppings, de academias, e de piscinas em condomínios criou várias oportunidades de lazer metropolitano para o público de veranistas em potencial. O comércio local permite, hoje, chegar em Imbé sem trazer mantimentos como bagagem obrigatória (Andrade, 2011).

Além disso, a classe média, principal engajada no veranismo, assistiu a ascensão do trabalho assalariado feminino extra doméstico, a redução de

núcleos familiares, a queda de taxa de fecundidade e do número de filhos e agregados, a imersão em mundos virtuais, a popularização de outros tipos de investimentos não imobiliários e a possibilidade de viajar para outros destinos, inclusive internacionais. Os índices demográficos denotam, em escala municipal, o crescimento populacional acima da média nacional e estadual, nos últimos 20 anos, de Imbé e outros municípios praianos e urbanos do LN em comparação aos municípios mais rurais, e crescimento percentual da população com idade acima dos 60 anos supera as estimativas do país e do RS. Enquanto isso, a expansão imobiliária, com número crescente de domicílios particulares permanentes, ocupados ou não o ano todo, com média cada vez menor de habitantes por domicílio, confirma a fragmentação familiar. Esse modelo desconcentrado explica a percepção de aumento maior da população em função de novas construções a despeito do real (IBGE, 2023, 2024).

Não obstante às transformações do veraneio que são assistidas, para a população local, persiste a carência de profissionalização e emprego com a remuneração desejada. Trabalhadores temporários, passaram a se fixar na região durante todo o ano e competem pelas vagas existentes e a precarização, na contramão do alto custo previdenciário exigido de empregadores para regularização, afasta a mão de obra do mercado doméstico. Condomínios horizontais são propagandeados como solução para estadias seguras e apartadas das mazelas sociais, mesmo que apenas acentuem a desigualdade da vida entre visitantes e locais. A carência de infraestrutura sanitária, em especial quanto à canalização e ao tratamento de esgoto, que não acompanhou a amplitude de dispersão urbana e o aumento da população fixa; as soluções pendentes para drenagem pluvial e para manutenção de segurança hídrica são mais democráticas, pois suas consequências ambientais não discriminam quem serão seus usuários finais.

As amplas casas de praia, com vários quartos e áreas externas ajardinadas, que já foram sinônimo de investimento patrimonial socialmente desejável, relaxamento e economia nas férias de parentelas extensas, tornaram-se um fardo para famílias com poucos ou mesmo sem filhos, devido ao ônus em impostos, custo e trabalho necessário para manutenção e dificuldade de liquidez. A redução do tempo, de recursos destinados às férias e a perda de interesse em frequentar por parte de novas gerações mudaram várias lógicas relacionadas ao

turismo: por exemplo, cada vez vale menos a pena manter uma casa secundária para uso apenas eventual. A casa de praia dos sonhos ou torna-se residência principal, por ter um custo mais baixo do que manter os aluguéis metropolitanos, ou vira um pesadelo (Schneider, 2024, Hall, 2006; Lopes; Ruiz; Anjos, 2018; Oliveira, 2015; Strohacker, 2007; Viner; Nicholls, 2006; Zuanazzi; Bartels, 2016).

Essas mudanças que reduziram a ocupação de turistas proprietários em relação aos anos dourados do veraneio, abandonando fechadas e deteriorando muitas unidades domiciliares secundárias, e levando outras tantas para o mercado de aluguel por temporada ou colocando à venda, também foi interpretada como oportunidade para fixação de muitos dos visitantes de outrora, especialmente os mais idosos e aposentados, como residentes nas segundas residências que antes se destinavam a ocupação em suas férias. Por sua vez, a facilidade de integração regional e duplicação das vias de acesso rodoviário, permitiu que aqueles que precisavam continuar trabalhando em centros urbanos transitassem entre esses e suas segundas residências com comodidade e rapidez (Zuanazzi; Bartels, 2016; Lopes; Ruiz; Anjos, 2018; Fonseca, 2020).

Esse contexto sugere que as segundas residências em Imbé possam ser, contemporaneamente, consideradas um fenômeno de turismo pendular ou de multiterritorialidade. Numa versão híbrida de vínculo material com o território e território usado, pela posse de outra fração de território que não é ocupada pela primeira residência e de representações simbólicas diversas, as motivações para buscar uma segunda residência variam desde aquelas relacionadas à reafirmação de poder econômico e social, até pela busca de paz e isolamento, ou pela oportunidade de reencontro familiar e com a natureza (Assis, 2009).

Em tempos em que a multiterritorialidade e mesmo a transterritorialidade, o “estar entre”, tornou-se comum e é perfeitamente possível ao mesmo sujeito (ou família) ocupar alternadamente mais de uma residência particular e mesmo constituir domicílios plurais: residenciais, jurídicos e de trabalho. Até mesmo crianças costumam alternar a sua residência principal ao longo do ano ou mesmo dos dias da semana sob cuidados de contrapartes parentais, distintas em novos modelos familiares polinucleares: pais separados em guardas compartilhadas, segundas famílias, cuidados substitutivos prestados por avós e outros atores. De forma semelhante aos modelos de hospedagem em casa de parentes e amigos e com a emergência de transportes interurbanos compartilhados, a preferência

cultural por manter uma segunda residência como casa de praia é uma opção corrente no turismo doméstico brasileiro que escapou às estatísticas da indústria turística voltadas, quase exclusivamente, às fontes de dados geradas por redes hoteleiras, locadoras de veículos e fluxo de viagens aéreas e rodoviárias oficiais (Hall, 2006; UNWTO, 2010).

Talvez por estar abaixo da linha d'água do turismo oficial, pouca atenção conceitual tenha sido despendida até agora para diferenciar comportamentos e demandas de turistas e de “veranistas”, ou mesmo em pesquisar flutuações qualitativas da população visitante e o percentual desses visitantes que se tornam turistas permanentes. Estudos quantitativos sobre população residente, por sua vez, não costumam especificar aquelas pessoas que alternam domicílios e empregos dentro de seu aglomerado urbano ou entre ele e a região metropolitana próxima. Em consulta ao Mapa do Turismo brasileiro verifica-se a ausência de Imbé, sendo que dos 61 municípios gaúchos incluídos, o turismo da região LN do RS é representado apenas por dois municípios, Cidreira e Xangri-lá (Brasil, 2024). Traçando um paralelo metafórico com *icebergs*, apenas dez por cento do movimento turístico dentro do próprio estado é superficialmente contabilizado, pois cerca de 80 a 90% desse movimento de pessoas é não convencional, complexo e diversificado, muito próximo de comportamentos nômades e pendulares. Esse corpo invisível, que corresponde a uma grande massa submersa de um bloco de gelo que flutua no mar, é um campo fértil para novas reflexões sobre o comportamento social e demográfico.

## **5 ANÁLISE DOS RESULTADOS: REVELAÇÕES SOBRE O TURISMO E O TERRITÓRIO DE IMBÉ ENTRE EXPERIÊNCIAS E IMAGENS**

O Bloco I de informações do questionário da pesquisa (Apêndice A) compreendeu dados de identificação, caracterização quanto a categoria de moradores e sobre mobilidade espacial deles. A pesquisa entrevistou 220 (55,9%) pessoas do sexo feminino, 173 (43,9%) do sexo masculino e 1 (0,2%) que não quis identificar seu gênero. 217 indivíduos (55,1% da amostra) – mais da metade – tinham idade igual ou maior que 60 anos. O método da pesquisa, entrevistando apenas pessoas maiores de 18 anos, durante o dia e apenas uma pessoa por domicílio, e a disponibilidade maior de entrevistadoras do sexo feminino, numa relação de 4:1, pode ter dado mais abertura para que as mulheres se expressassem, inclusive tendo encontrado no momento das entrevistas várias delas exercendo atividades domésticas em seu domicílio. Já em relação à idade dos entrevistados, mesmo em residências onde encontravam-se mais pessoas da mesma família, em geral os patriarcas e matriarcas eram aqueles que se voluntariaram a responder. Assim, a feminização e envelhecimento encontrado na amostra podem ser indícios de uma tendência demográfica, pois são compatíveis com os achados tanto do Censo 2022 do IBGE (IBGE, 2023), quanto do Censo Municipal de 2022 de Imbé (Imbé, 2022), embora com metodologia bem distinta das suas contagens.

A faixa de instrução predominante se refere ao ensino médio completo ou superior incompleto, com 169 respostas (42,9%), por 91 pessoas com fundamental completo ou médio incompleto (23,1%), 83 pessoas (21,1%), superior completo e 51 pessoas (12,9%) com fundamental incompleto e ausência de instrução formal (Apêndice E). Os resultados foram semelhantes aos levantados pelo Censo Municipal de 2022, em relação ao predomínio de residentes com nível de instrução de ensino médio completo. Em relação às demais categorias, os resultados dessa pesquisa diferiram do Censo Municipal de 2020, pois enquanto este mostrou em segundo lugar o grupo de habitantes com nível de instrução correspondente ao ensino fundamental incompleto e 127 habitantes que se declararam analfabetos, a categoria fundamental incompleto ficou em apenas quarto lugar nesse estudo e nenhum morador se declarou analfabeto durante a aplicação dos questionários – que não exigiram habilidade

de leitura e escrita, pois não foram auto aplicados. Entretanto, 51 adultos acima de 18 anos (12,9% da amostra) informaram ausência de escolaridade formal, nível fundamental incompleto ou em andamento. O acesso à escolaridade fundamental e média formal parece ser garantida entre aqueles que hoje habitam a região, em que se pese um certo grau de superestimação e não se considere sua qualidade, e apenas 1/5 da população refere nível superior completo (83 indivíduos, 21,1% da amostra).

Quanto à ocupação, apenas 27 pessoas (6,8% do total de entrevistados) referiu trabalhar ou já ter trabalhado em atividades turísticas<sup>51</sup>, existindo até mesmo um desconhecimento de que profissões seriam direta e indiretamente relacionadas ao turismo (quiosqueiros e mesmo um dono de camping relutam em considerar que, sim, trabalham com turismo). Essa pesquisa não foi desenhada para saber que pessoas nunca tinham trabalhado em nada – nem no turismo – nem para ouvir especialmente os trabalhadores formais do turismo, como funcionários ou proprietários de pousadas, hotéis e quiosques, mesmo assim o número de entrevistados na amostra domiciliar que revelou trabalhar ou ter trabalhado com turismo foi considerado pequeno. Com exceção de um ex-secretário de turismo, uma turismóloga que trabalhava como dona de pousada e uma quiosqueira, todos os outros não manifestavam orgulho em nomear suas ocupações exercidas junto a atividade turística. Acredita-se que os postos de trabalho criados pelo turismo, devido à baixa qualificação exigida, nível salarial, informalidade e sazonalidade, podem não ser considerados prestigiosos para a grande maioria de trabalhadores do turismo em Imbé.

Percebeu-se um certo espanto em muitos entrevistados em geral que, na primeira oportunidade em que eram submetidos à avaliação de uma questão sobre turismo em Imbé, respondiam por padrão ou com outra pergunta – “*Que turismo?*” – ou com réplicas nos moldes de “*Imbé não é uma cidade turística*” ou

---

<sup>51</sup> As estatísticas oficiais contemplam oito grupos de **Atividades Características do Turismo (ACTs)**, que são aquelas relacionados a maior parte dos gastos de turistas convencionais e são relacionadas à alojamento; alimentação; transporte aéreo; transporte terrestre; transporte aquaviário; aluguel de transporte; agências de viagem; e cultura e lazer. Essa classificação é estreita, pois não contempla desde a venda de artesanatos e *souvenirs* – o que parece ser uma atividade bem característica do turismo – como outras atividades que são relacionadas indiretamente e fortemente influenciadas pelo turismo como segurança pública, salva-vidas nas praias, caseiros e outras funções empregadas na manutenção de jardins e domicílios de uso esporádico, inclusive funções relacionadas à construção civil quando se pensa em turismo de segunda residência.

“*Não existe turismo aqui*”. Essa perspectiva que, mais do que indiferença, parece uma expressão de negação, surpreendeu os entrevistadores por se tratar de um município formado por balneários que, até então, pareciam ter sido criados para o uso de turistas durante o verão. Talvez o assentamento de turistas que vem tomando a cidade como sua, causa essa impressão aos residentes, ou seja, o contraste com a imagem turística-padrão de outros destinos próximos que investem em sua turistificação e na propaganda turística, como Torres, Gramado, Canela e as cidades litorâneas de Santa Catarina. Essas contribuições motivaram parte do aprofundamento da pesquisa em modelos alternativos de turismo doméstico, como o de segunda residência, que necessitam ser mais bem explorados e divulgados.

Da amostra de 394 entrevistados, 185 pessoas (47,0%) referiram ser aposentados ou pensionistas – o que é coerente com a faixa etária desses entrevistados – 39 (9,9%) que não estavam trabalhando ou estudando, no momento da pesquisa, e 170 (43,1%). pessoas relataram uma diversidade de vínculos profissionais, no espectro entre vínculos informais e assalariados formais. A pulverização de categorias e a falta de critérios específicos para enquadrar os entrevistados em uma outra, uma vez que a autodeclaração de vínculo era considerada, transformou esse item em um experimento de imagem projetada. Advogados, médicos e políticos fazem questão de especificar formação e funções. Foi interessante ver que menos profissões contemporâneas – com exceção de motoristas de aplicativo – foram referidas do que o se esperava para um município de aglomeração urbana. Vagas de emprego em supermercados e no comércio são desejadas, mesmo que as vagas não sejam sempre ocupadas durante todo o ano. Por outro lado, serviços prestados como autônomos ou diaristas na construção civil, serviços gerais, segurança predial e atividades domésticas e empregam boa parte dos trabalhadores em idade ativa.

Quanto à renda individual, 255 pessoas (54,7%) relataram rendimento mensal entre 1 e 4 salários mínimos, dessas 143 (36,3%) do total recebiam em torno de 1 a 2 salários mínimos, aqueles que referiram não receber nem um salário mínimo, que não tinham renda própria ou não quiseram informá-la somaram 89 pessoas (22,6%), e 40 pessoas (13,7%) referiram renda mensal acima de 4 salários mínimos por mês. As informações sobre renda são as menos confiáveis, uma vez que não foi exigido nenhuma comprovação e percebeu-se

grande resistência em informar valores exatos. Acredita-se que boa parte está superestimada, por vergonha de confessar os reais rendimentos, ou subestimada, por medo de informar os mesmos. Essas informações se assemelham ao apurado nos resultados preliminares do Censo Municipal de Imbé de 2022, que mostrou a maior parte da população recebendo de 1000 a 3000 reais por mês, sendo que prestar informações para funcionários à serviço da Prefeitura enseja o receio adicional de majoração de taxas e impostos. Das pessoas que disseram não ter renda própria, por sua vez, segundo essa versão do Censo Municipal, 2/3 eram do sexo feminino.

Outro achado, preocupante, foi o achatamento dos valores de benefícios e aposentadorias que sustentam os idosos. E, por outro lado, apesar das remunerações modestas, é evidente o orgulho que tem professores de se declarar professores aposentados e não apenas aposentados como se declaram de forma sintética os demais. Alguns entrevistados, quando apresentados aos entrevistadores como alunos e pesquisadores da UFRGS, demonstraram interesse pela universidade e, mesmo os mais velhos, e perguntam sobre oportunidades de frequentar cursos de graduação. A educação, como solução maximizadora de problemas políticos e para segregação econômica e social, é um tema valorizado entre os gaúchos e em Imbé.

Na perspectiva dos entrevistados, 300 deles (76,1%) se consideram moradores permanentes de Imbé, ainda que apenas 274 (69,5%) residam em um único domicílio fixo (Tabela 4). Já 94 pessoas (23,9%) se consideram moradores em tempo parcial, alternando sua estadia em outros municípios, e 120 (30,5%) informam ter mais de um endereço. 25,6% dos habitantes entrevistados informou ter fixado domicílio de forma ininterrupta em Imbé depois da Pandemia, de 2020 até hoje, porém um percentual maior, de 36,8%, se fixou em Imbé entre 2010-2019, antes do surgimento do CoVID-19, de um total de 62,4% dos entrevistados que se estabeleceram em Imbé nos últimos 14 anos. Dois outros grupos menores, somando 19,1% e 18,5%, respectivamente, se estabeleceram em duas ondas anteriores, entre 2000 e 2009, e em período correspondente aos primeiros dez anos de emancipação do município, antes de 1999.

Tabela 4 – Categorias de moradores e períodos de fixação domiciliar em Imbé

| Moradores permanentes             | Mais de um domicílio |             | Único domicílio |             | Somatório  |              |
|-----------------------------------|----------------------|-------------|-----------------|-------------|------------|--------------|
|                                   | N.                   | %           | N.              | %           | N.         | %            |
| Período                           |                      |             |                 |             |            |              |
| 2020                              | 8                    | 25,0        | 70              | 26,1        | 78         | 26,0         |
| 2010-19                           | 6                    | 18,8        | 95              | 35,4        | 101        | 33,7         |
| 2000-09                           | 6                    | 18,8        | 52              | 19,4        | 58         | 19,3         |
| antes de 1999                     | 12                   | 37,5        | 51              | 19,0        | 63         | 21,0         |
| Subtotal                          | 32                   | 100,0       | 268             | 100,0       | 300        | 100,0        |
| Moradores em parte do ano em Imbé | Mais de um domicílio |             | Único domicílio |             | Somatório  |              |
|                                   | N.                   | %           | N.              | %           | N.         | %            |
| Período                           |                      |             |                 |             |            |              |
| 2020                              | 23                   | 26,1        | 0               | 0,0         | 23         | 24,5         |
| 2010-19                           | 34                   | 38,6        | 4               | 66,7        | 38         | 40,4         |
| 2000-09                           | 17                   | 19,3        | 0               | 0,0         | 17         | 18,1         |
| antes de 1999                     | 14                   | 15,9        | 2               | 33,3        | 16         | 17,0         |
| Subtotal                          | 88                   | 100,0       | 6               | 100,0       | 94         | 100,0        |
| <b>TOTAL</b>                      | <b>120</b>           | <b>30,5</b> | <b>274</b>      | <b>69,5</b> | <b>394</b> | <b>100,0</b> |

Legenda: → em diante.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Dois outros grupos menores, respectivamente somando 19,1% e 18,5% se estabeleceram em duas ondas anteriores, respectivamente, entre 2000 e 2009, e antes de 1999 em período correspondente ao arroubo pós emancipação do município. A forte relação de Imbé com a RMPA, como centro emissor de migrantes, é reforçada por 214 pessoas (56,3% da amostra) naturais dessa região metropolitana ou que viveram lá antes de se mudar para Imbé (276 pessoas; 72,2%). Em outro polo, é pequeno o número de habitantes nascidos (21; 5,5% ou que se mudou (13; 3,3%) de outros municípios da AULINOR para Imbé e apenas 13 entrevistados (3,4%) se declararam naturais de Imbé. Menor foi a ocorrência na amostra de naturais de outros estados e países (13; 3,3%) ou com mobilidade de município fora do RS para Imbé (14 pessoas, 3,7% da amostra). Apenas um elemento da amostra foi estrangeiro, hoje naturalizada, uma senhora Uruguaia, que já morou em Canoas- RS, casou-se com um brasileiro, hoje aposentado, e é dona de um brechó.

Se por um lado existe uma concentração de pessoas na amostra de residentes de Imbé que são relacionados, por nascimento ou trajetória de vida, com a RMPA, a relação dos entrevistados com outros municípios gaúchos é mais dispersa. 132 entrevistados (34,8%) informaram ter nascido gaúchos diversos daqueles da RMPA ou da AULINOR, em uma miríade de municípios de várias regiões do estado, e menos da metade migrou diretamente desses municípios

ou do seu entorno diretamente para Imbé (61; 16,0%), sendo o mais comum terem vivido por algum tempo, entre a cidade de origem e Imbé, em um dos municípios da RMPA.

Quanto ao tempo de moradia no município imediatamente anterior a fixação de domicílio em Imbé a média é de cerca de  $33 \pm 20$  anos (média de 393 meses com desvio padrão de 243,9). O que demonstra que os migrantes se mudam para Imbé após uma vida de trabalho ativo em outras cidades, corroborando seu perfil como destino de aposentados de meia idade ou idosos, em geral oriundos da RMPA.

Se para correlacionar categorias optou-se pela organização dos achados em tabelas, na pormenorização dos resultados apurados, não só do bloco I como dos blocos II e III do instrumento de pesquisa aplicado, mesmo quem tenha como referência principal a “galáxia de Gutenberg”<sup>52</sup>, deve se convencer de que imagens, nesse caso, os gráficos, são capazes de condensar e expressar resultados de forma mais imediata do que apenas sua descrição textual ou apresentação tabular. A tabulação completa das respostas, no entanto, está disponibilizada de forma complementar no Apêndice E desse trabalho.

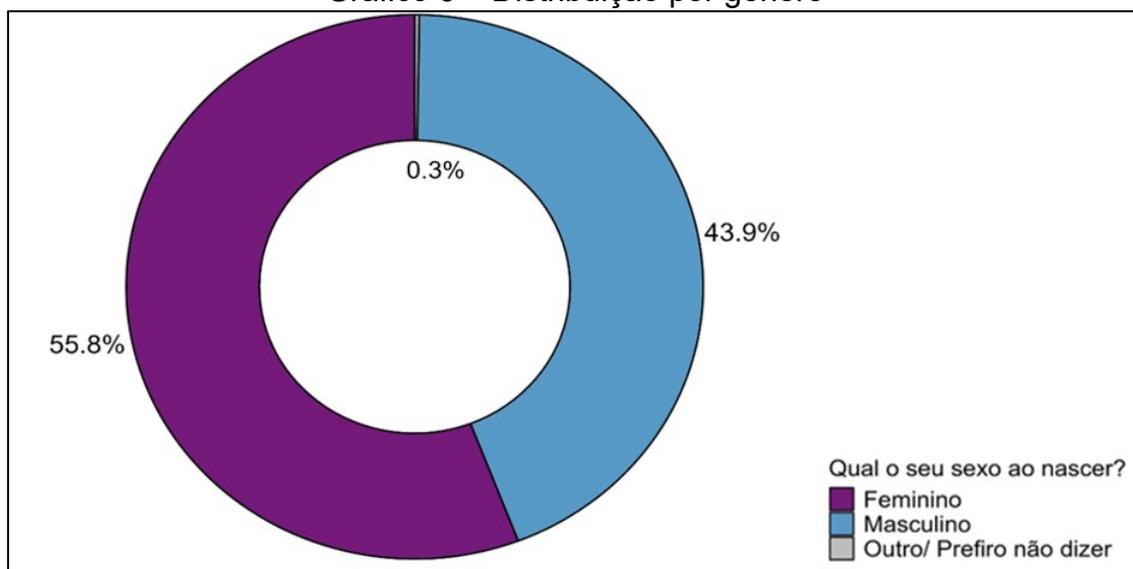
### **5.1 Gênero, idade, vínculo ocupacional e tipo de morador**

O Gráfico 6 demonstra que a fração de mulheres (55,8%) predominou a dos homens (43,9%) na amostra total, especialmente a partir da faixa etária de 36 anos em diante, e que uma pessoa (0,3%) preferiu não definir seu gênero. A idade média dos entrevistados é de 58 anos, e a maior parte da amostra concentrou-se entre as faixas etárias de 60 a 74 anos, seguida de 35 a 59 anos e o número de respondentes acima de 75 anos e abaixo de 35 anos se equivalem em frequência, mesmo que com inversão da predominância de gênero, mais homens jovens e mulheres mais idosas (Gráficos 7 e 8).

---

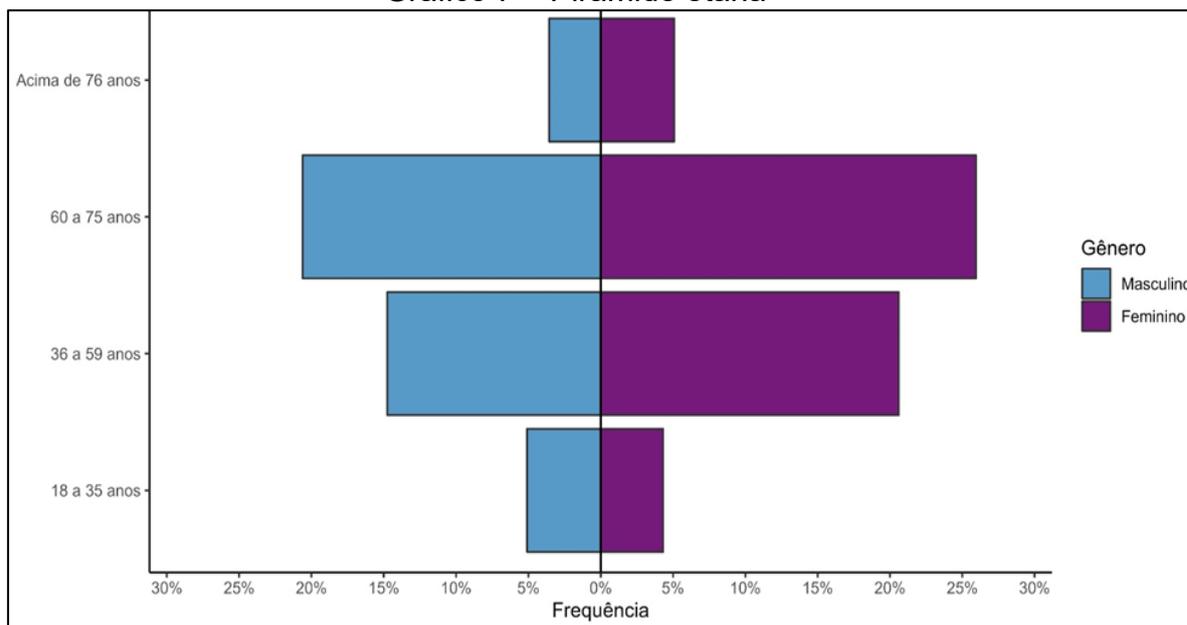
<sup>52</sup> A “Galáxia de Gutenberg” – em homenagem àquele a quem se credita a invenção da tipografia, Johannes Gutenberg – é o termo em filosofia das ciências que se refere a era da imprensa e divulgação da comunicação escrita, com a separação e avaliação como superior à comunicação icônica (Durand, 1999). Foi hegemônica nas civilizações ocidentais até a invenção do telégrafo, em 1905, que inaugura a revolução eletrônica, e foi seguida da digital, com a construção no século XX de uma “civilização da imagem”, através de televisão, cinema, vídeos, fotografias, internet e até mesmo textos em figurativos no formato de *emoticons*.

Gráfico 6 – Distribuição por gênero



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

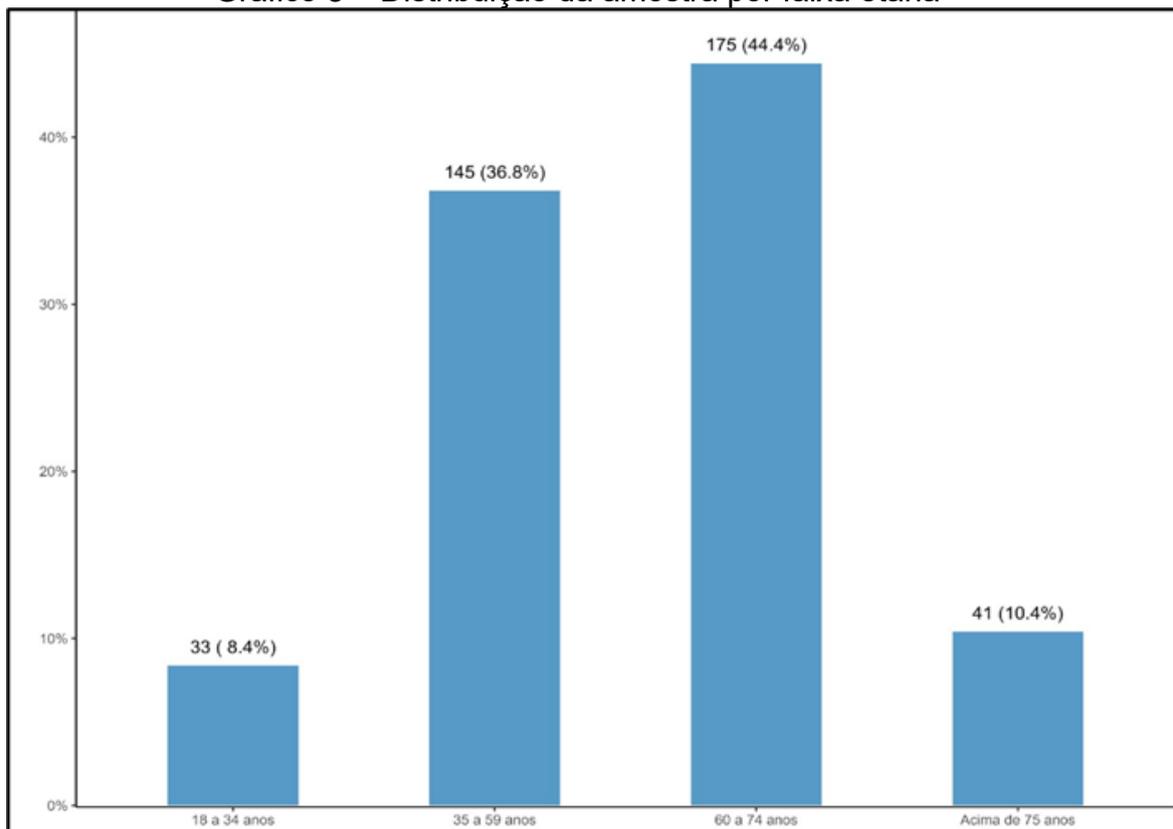
Gráfico 7 – Pirâmide etária



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Na pirâmide etária (Gráfico &), o corte da faixa etária de adultos a partir dos 36 anos foi realizado para contemplar abaixo dessa idade todos aqueles que são mais jovens do que a data de emancipação de Imbé.

Gráfico 8 – Distribuição da amostra por faixa etária



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Apenas 3,6% dos moradores entrevistados são nativos de Imbé. Até hoje, Tramandaí é o município vizinho que dispõe do hospital e maternidades mais próximas de Imbé-RS. Tecnicamente, embora sejam registrados como nativos de Imbé-RS filhos de domiciliados, apenas partos caseiros, hoje raros, dão origem a nascituros no território de Imbé-RS. Quando avaliadas as regiões de nascimento em relação a categoria de moradores, se residentes em Imbé o ano todo ou apenas em parte do ano, percebeu-se com significância estatística ( $p < 0,01$ ) que tanto a maior parte dos moradores permanentes (51,6%) quanto moradores em parte do ano (71,0%) são provenientes da RMPA (Tabela 5).

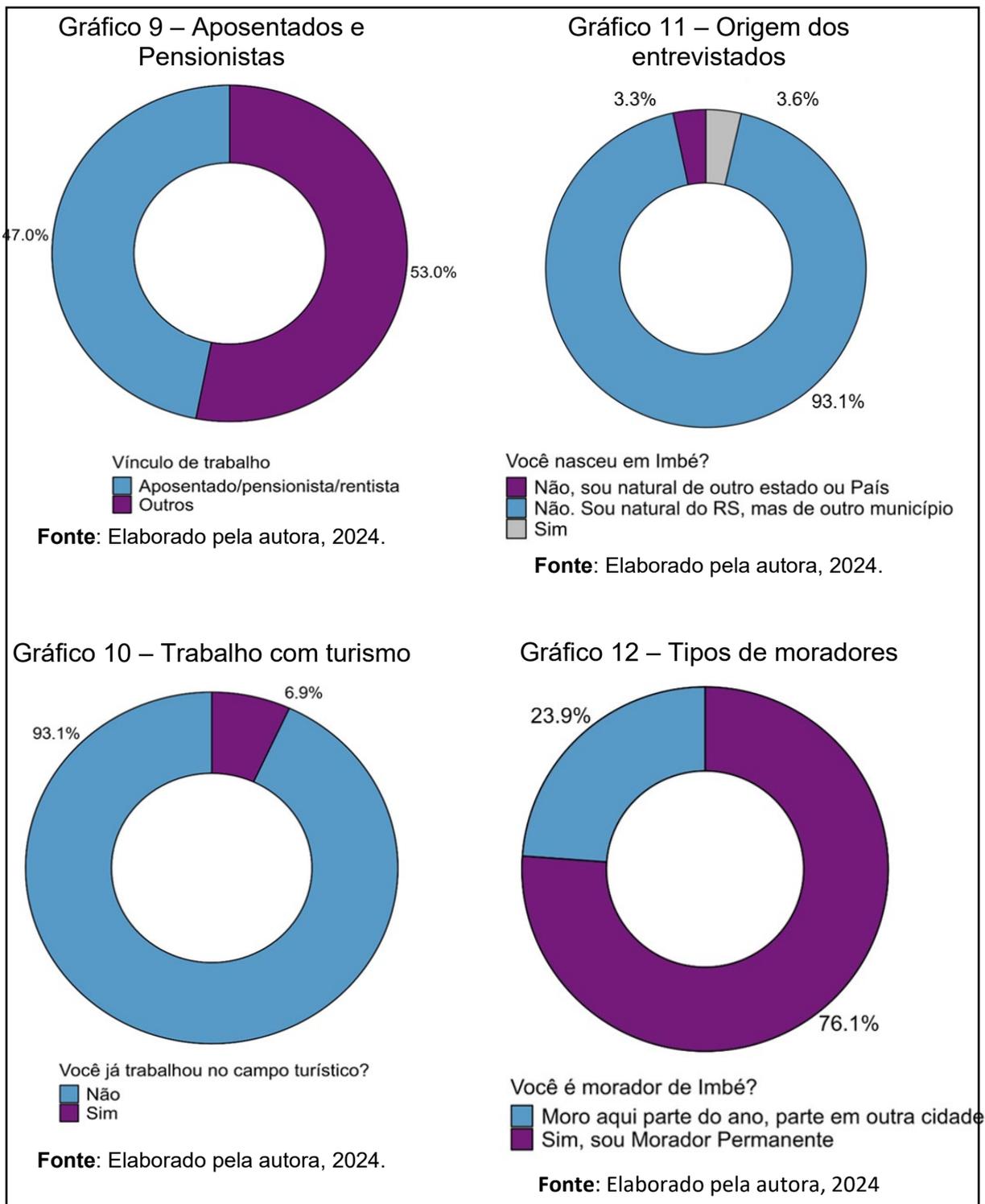
Tabela 5 – Regiões de nascimento dos moradores de Imbé, 2024

| Região em que nasceu               | Morador de Imbé, n (%) |                         | p-valor          |
|------------------------------------|------------------------|-------------------------|------------------|
|                                    | Morador permanente     | Morador em parte do ano |                  |
| <b>AULINOR</b>                     | 20 (7,0)               | 1 (1,1)                 | <b>&lt;0,01*</b> |
| <b>Cidades fora do estado/país</b> | 9 (3,1)                | 4 (4,3)                 |                  |
| <b>Outras cidades do RS</b>        | 110 (38,3)             | 22 (23,7) <sup>1</sup>  |                  |
| <b>RMPA</b>                        | 148 (51,6)             | 66 (71,0) <sup>1</sup>  |                  |

Legenda: \*Significativo a 5%; <sup>1</sup>Categorias mais influentes para significância.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

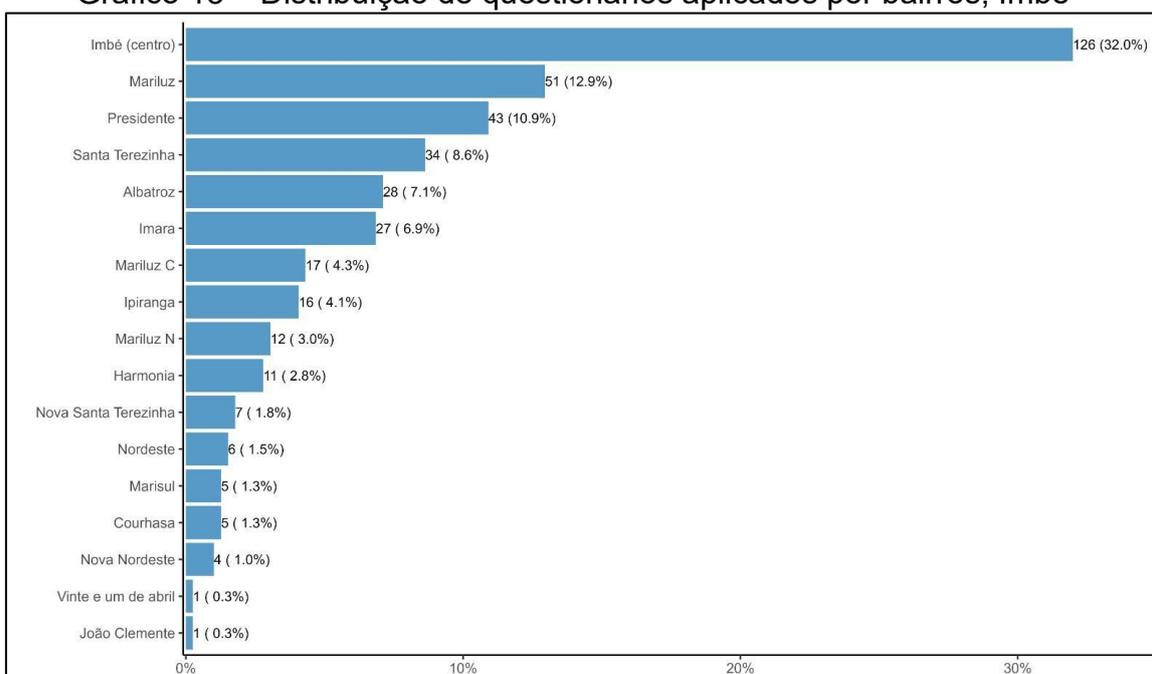
Quanto a ocupação (Gráfico 9), parcela representativa da amostra é de aposentados e pensionistas (47,0%) e apenas uma pequena fração (6,9%) é ou foi trabalhador do turismo (Gráfico 10). E 9,9% (39 pessoas) em idade ativa não trabalhavam ou estudavam no período da entrevista. Já sobre a origem dos entrevistados 93,1% são naturais do RS, mesmo que não nativo de Imbé (Gráfico 11), e 76,1% são moradores permanentes (Gráfico 12).



## 5.2 Distribuição da amostra por bairros, motivação para morar em Imbé, escolaridade e renda mensal média

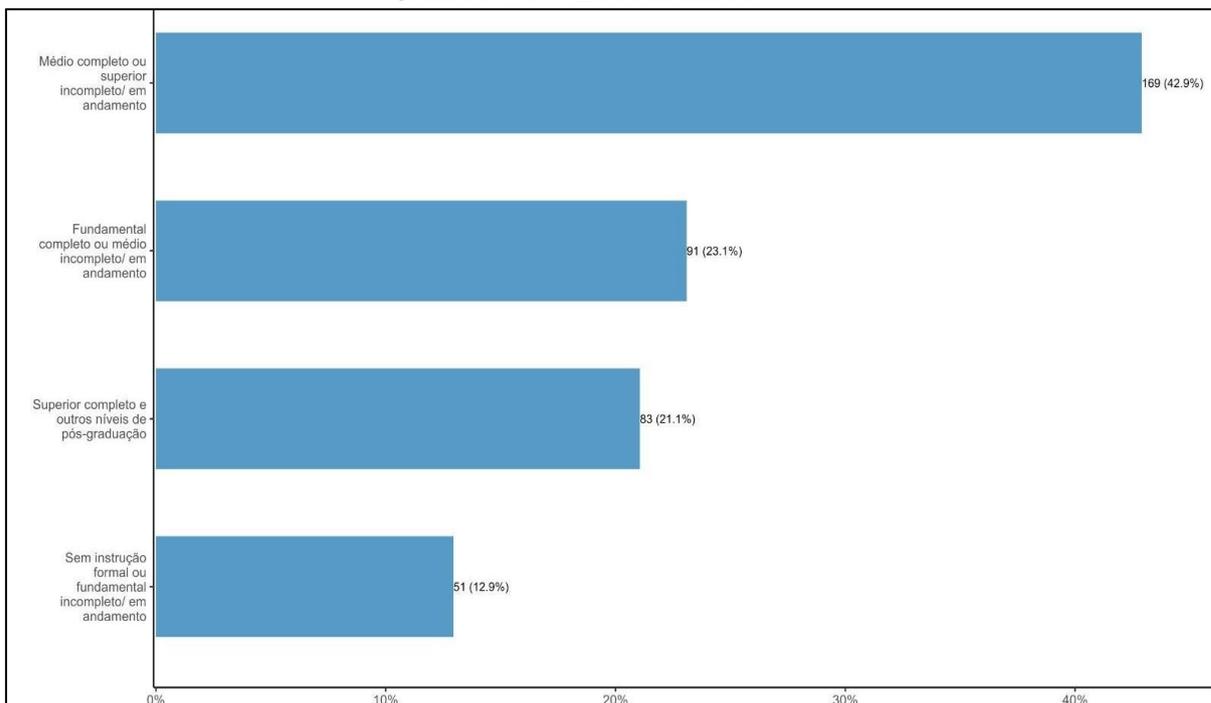
Dos 20 (vinte) bairros principais de Imbé, 17 (dezessete) tiveram amostras sorteadas e o número de questionários por bairro procurou até certo ponto espelhar a estimativa de moradores por bairro (Gráfico 1, p. 40); Os bairros Riviera e Nova Santa Terezinha Norte, não apresentaram domicílios sorteados para entrevista devido ao número reduzido de domicílios particulares permanentes ocupados, sendo balneários mais jovens que os demais. Já os bairros Courhasa e Santa Catarina são bairros continentais de área pequena que foram reservados para nova rodada de sorteio caso as amostras iniciais não redundassem e respondessem, com isso poucos domicílios foram entrevistados no primeiro e no segundo, nenhum. Imara apresentou um quantitativo relevante devido à estratégia de novo sorteio de sete amostras dentro do próprio bairro, uma vez que tinham sido determinadas para entrevistas em terreno de dunas e sendo o bairro mais distante do centro a se expandir foi considerado relevante. O número de questionários aplicados em todos os demais bairros foi proporcional ao quantitativo estimado de moradores permanentes (Gráfico 13).

Gráfico 13 – Distribuição de questionários aplicados por bairros, Imbé



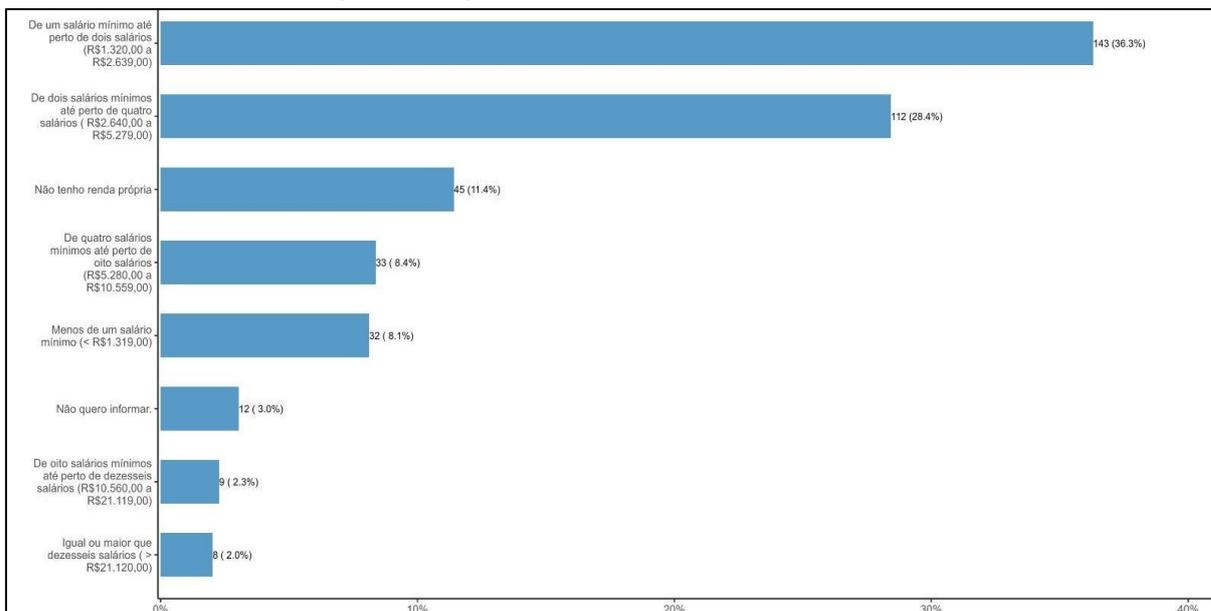
Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

### Gráfico 14 – Escolaridade



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

### Gráfico 15 – Renda mensal média



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

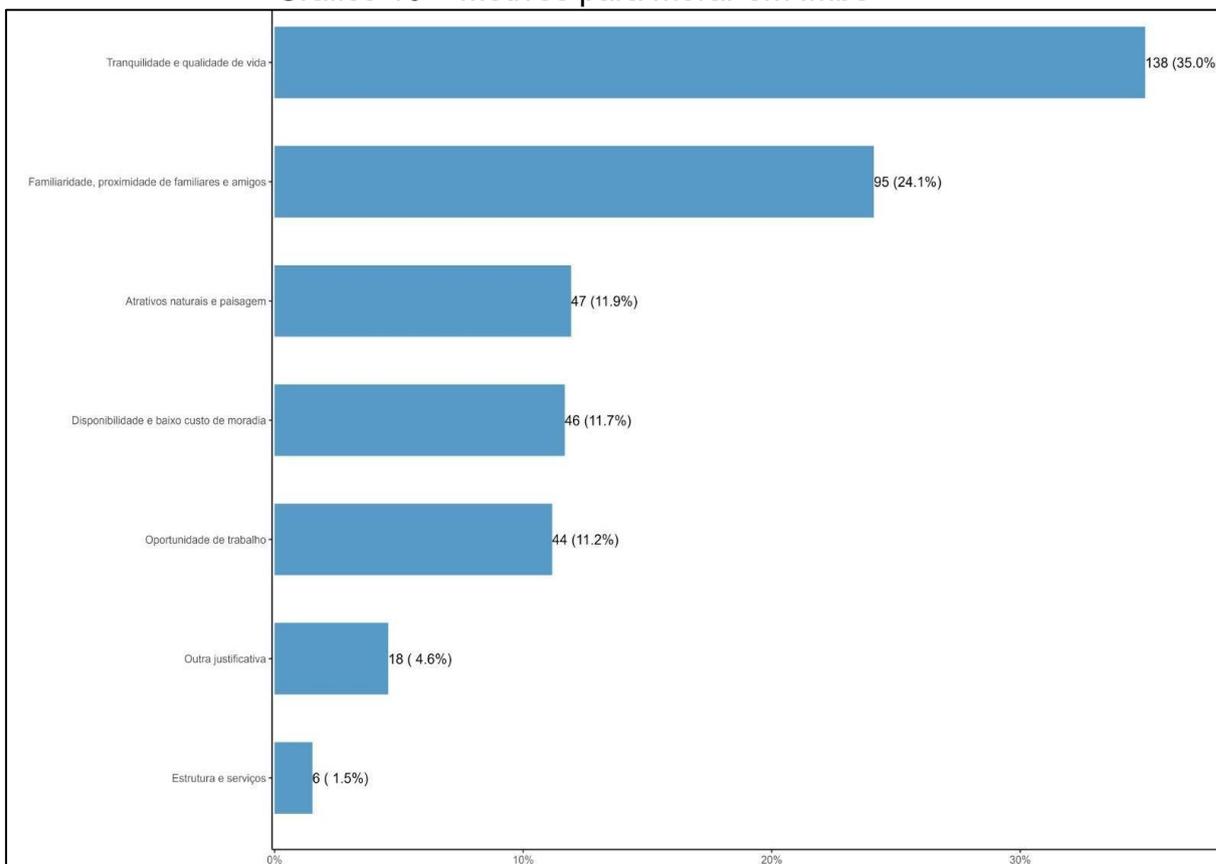
A escolaridade intermediária ou de ensino médio completo/ superior incompleto em andamento, seguida daqueles que alcançaram a escolaridade fundamental completa ou médio incompleto prevaleceu na amostra (Gráfico 14). Quanto à relação entre nível educacional e ocupação/ renda (Gráfico 15), chama a atenção que entrevistados que referem nível superior ou pós-graduação em, em outro extremo, aqueles que declaram não exercer qualquer profissão definida

ou ter renda própria são na maioria (82,5%) do sexo feminino, sem que haja um padrão de distinção geracional nítido. Na amostra predominou a informação de renda média mensal em torno de um a dois salários mínimos, seguida da faixa de rendimentos entre dois e quatro salários mínimos mensais (Gráfico 15).

### 5.3 Todos os motivos e caminhos que levam a Imbé: analisando padrões de mobilidade

A maior parte dos moradores de Imbé entrevistados afirma gostar de morar em Imbé e justificou sua escolha pela cidade devido a tranquilidade, familiaridade ou pela beleza da paisagem (Gráfico 16), uma moradora se identificou como futura ex-moradora, e que está se mudando para Garopaba, no litoral de Santa Catarina. Muitos moradores que fixaram residência após trabalhar e viver por anos em outros municípios gaúchos referem o sonho de morar na região litorânea e boa parte passava os verões com a família em Imbé.

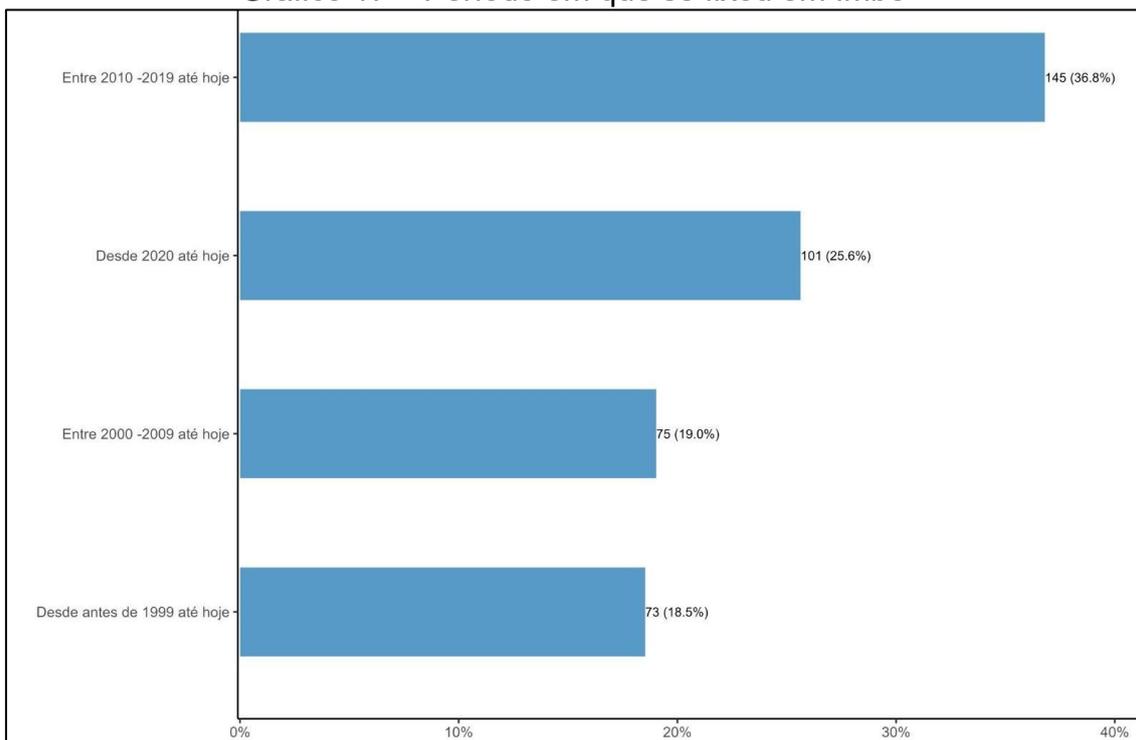
Gráfico 16 – Motivos para morar em Imbé



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

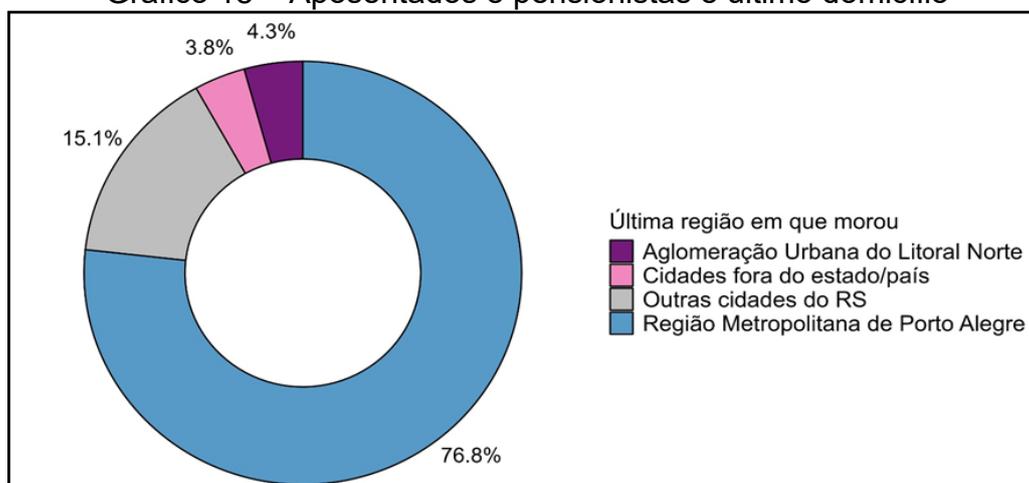
O percentual de moradores que se fixaram em Imbé nos últimos quatro anos (Gráfico 17) é alto (101 respostas, 25,6% do total), porém é superado pelo percentual não cumulativo de moradores que se fixaram em Imbé, em período anterior a Pandemia do COVID-19, entre 2010 e 2019 (145 repostas, 36,8% do total). Aqueles que se fixaram antes de 2010 (148 respostas) somaram quase o mesmo percentual do período de dez anos seguintes (37.5%).

Gráfico 17 – Período em que se fixou em Imbé



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Gráfico 18 – Aposentados e pensionistas e último domicílio



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Ocorreu durante a pesquisa uma questão adicional, de onde vem os aposentados que se fixam em Imbé como turistas permanentes? O cruzamento dessa categoria com a do último município em que residiam, permitiu afirmar que na amostra da pesquisa, a grande maioria de aposentados e pensionistas que se fixam em Imbé também são originários da RMPA (Gráfico 18).

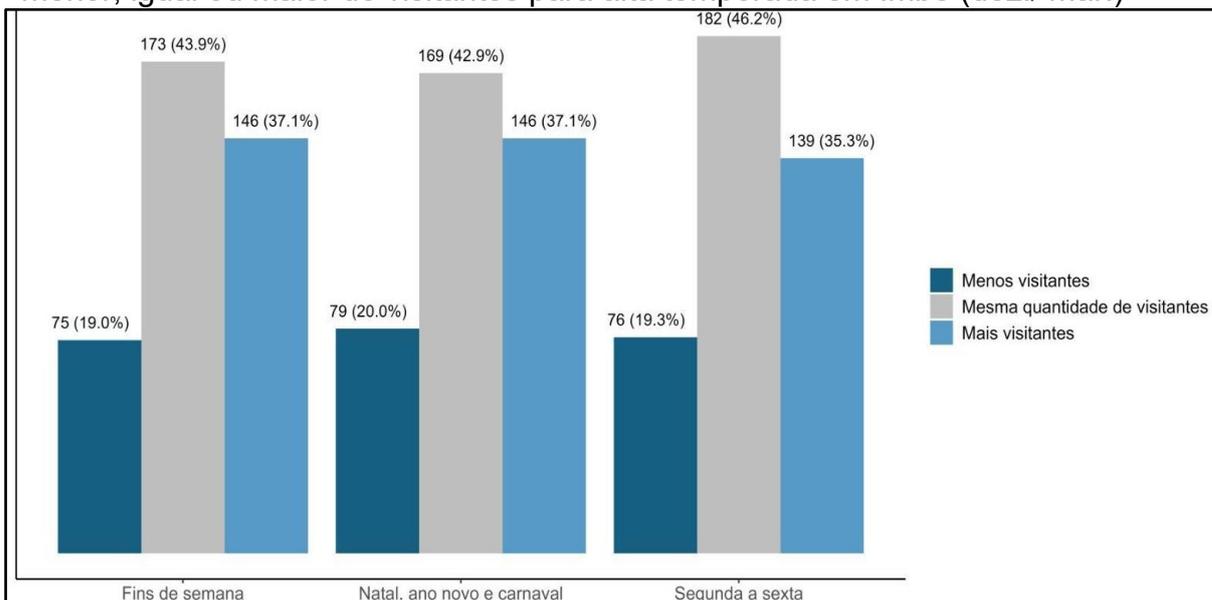
#### **5.4 Perspectivas futuras**

O instrumento de pesquisa aplicado, em seu bloco II (Apêndice A), questionava aos moradores quais seriam suas perspectivas futuras, no horizonte de uma década, comparado com o movimento de turistas verificado por eles em Imbé no último ano. A pergunta, “Pensando nos próximos dez anos, que quantidade de visitantes você gostaria que viesse a Imbé?”, feita aos moradores para saber se desejariam menos, a mesma quantidade verificada, ou mais visitantes em Imbé, foi dividida quanto as respostas na busca de opiniões sobre a demanda na alta temporada, entre os meses de dezembro a março, e baixa temporada, entre abril e novembro, e em diversos períodos da semana e do mês.

A análise global desse bloco (Gráficos 19 e 20) demonstrou que, na perspectiva da amostra populacional abordada, houve pouca diferença comparativa quanto às respostas entre diferentes momentos de uma mesma temporada; contudo, o diferencial de perspectivas sobre a alta e baixa temporada trouxe informações importantes. Enquanto a maioria dos habitantes se posicionou a favor de que Imbé no futuro próximo mantivesse a mesma quantidade de visitantes que hoje (42,9 - 46,2%), seguida de quantidades maiores (35,3 - 37,1%), nos próximos verões; para a baixa temporada, houve praticamente um empate técnico em primeiro lugar de respostas que desejavam a mesma quantidade (46,4 - 47,7%) ou quantidades maiores de visitantes (45,7 - 47,2%) do que os atuais, enquanto o percentual que desejava que o fluxo de visitantes diminuísse reduziu entre a alta e a baixa temporada (respectivamente, de 19 - 20% para 6,1 - 6,9%) a quase um terço.

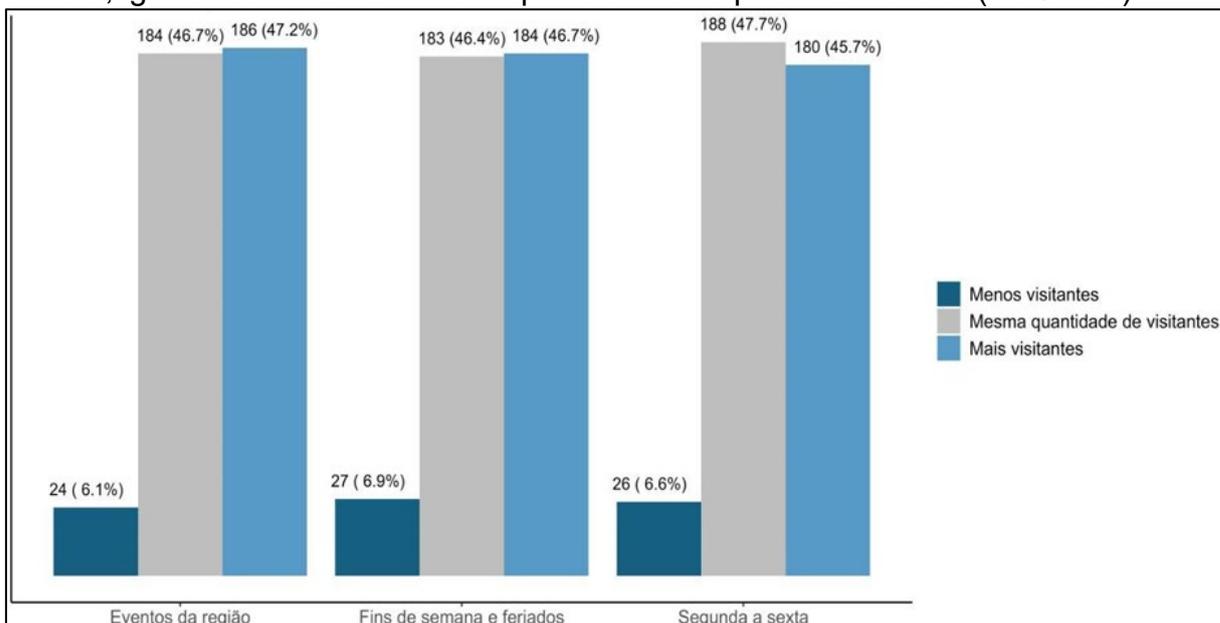
Apreende-se que o fluxo menor de pessoas na baixa temporada, quando aqueles que residem nos balneários de Imbé ficam isolados entre diversas residências desocupadas, não é interessante para maior parte dos moradores.

Gráfico 19 – Desejo, projetado para 10 anos, dos moradores por quantidade menor, igual ou maior de visitantes para alta temporada em Imbé (dez./ mar.)



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Gráfico 20 – Desejo, projetado para 10 anos, dos moradores por quantidade menor, igual ou maior de visitantes para baixa temporada em Imbé (abr./ nov.)



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Avalia-se que, as respostas medianas, que concordavam que a quantidade de turistas deveria continuar a mesma, embora mais cômodas, também revelavam certo grau de satisfação com a situação atual em termos de carga turística em seu território; ao contrário, as categorias “menos” e “mais”, mostrariam insatisfação, seja porque era insuficiente ou exagerada. Ainda que o

“desejo” pessoal pudesse ter sido compreendido por alguns como uma tentativa de antecipar tendências, guiada por essa chave de interpretação, a análise é que Imbé, na perspectiva de seus moradores, Imbé comportaria mais visitantes sem prejuízos maiores à qualidade de vida de habitantes instalados, especialmente no período de baixa temporada. Não obstante, se essa for a tendência, algumas fragilidades infraestruturais devem ser enfrentadas, como a melhoria de instalações sanitárias, quanto à captação e tratamento de esgotos; soluções de drenagem pluvial; investimentos em qualificação profissional e geração de empregos estáveis para jovens e adultos; e projetos para diversificação e ampliação da oferta de serviços em saúde.

## **5.5 Avaliação das dimensões territoriais por blocos**

Para avaliação do conjunto de perspectivas pelas dimensões territoriais é preciso levar em consideração que as sentenças dos questionários foram formuladas a partir de avaliações frequentes do senso comum, apresentadas tanto na forma afirmativa, quanto negativa, ou seja, numa perspectiva otimista ou pessimista. O conjunto das respostas em escala Likert de cinco níveis que se refere as questões do bloco III do questionário de pesquisa (Apêndice A) é apresentado de forma agregada, com enunciados afins reunidos de acordo com sua temática e por meio de gráfico em que a resposta “concordo totalmente” se encontra a direita e “discordo totalmente”, a extrema esquerda, seguindo legenda em cores. Uma vez que as fontes dos gráficos nesse formato não são ampliáveis, incluiu-se no Anexo B as tabelas completas com percentual de respostas da escala Likert por dimensão que são discriminadas a seguir por comentários e discriminados visualmente nos gráficos pelas legendas a cores.

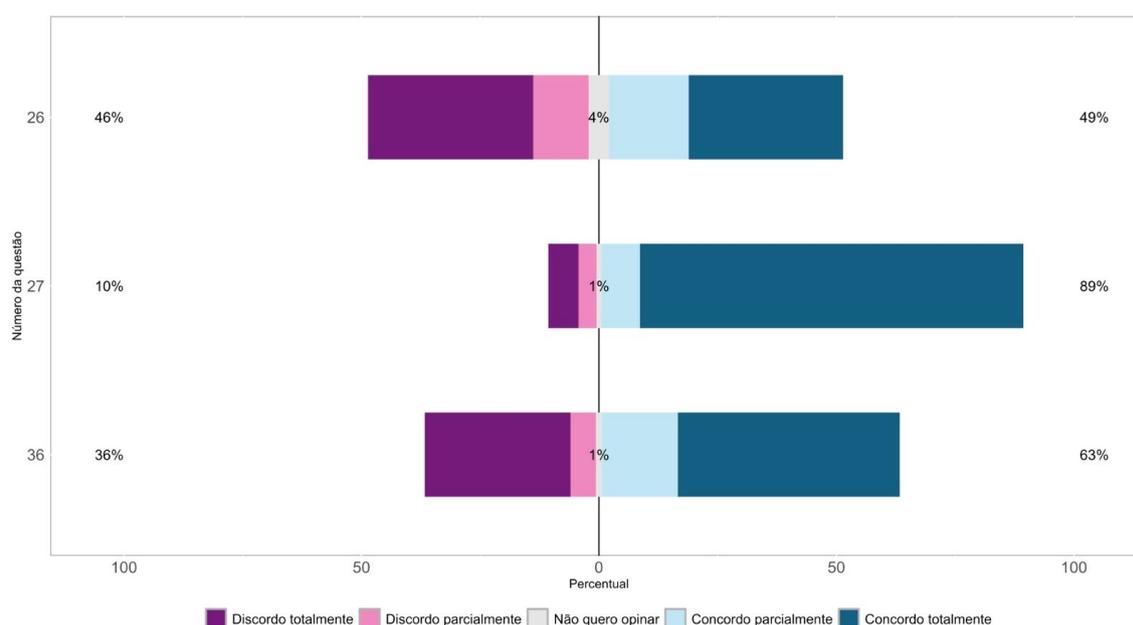
### **5.5.1 Dimensão ambiental e infraestrutural**

Os argumentos condenatórios ao turismo em nome da preservação ambiental foram estabelecidos por Knafou (2001) em um grupo de três vertentes: 1) a nostálgica, que recusa as transformações do lugar ao longo do tempo e não desapega do imaginário de seu próprio eu melhor no passado; 2) a neomalthusiana, que teme a concentração e saturação de pessoas como causa de escasseamento de recursos; e a 3) ecológica-estética, que entende a

urbanização e descaracterização as paisagens como algo feio e que levaria ao afastamento das pessoas.

A perspectiva quanto à dimensão ambiental e de disponibilidade de serviços básicos foi negativa, com as perspectivas de que o turismo aumenta o acúmulo de lixo e poluição sonora e atmosférica, prejudicando o fornecimento regular, especialmente, em relação a pressão da água, aos moradores e quanto a incentiva ou não a preservação do meio ambiente houve um empate técnico entre as respostas (Gráfico 21).

Gráfico 21 – Ambiente e recursos básicos



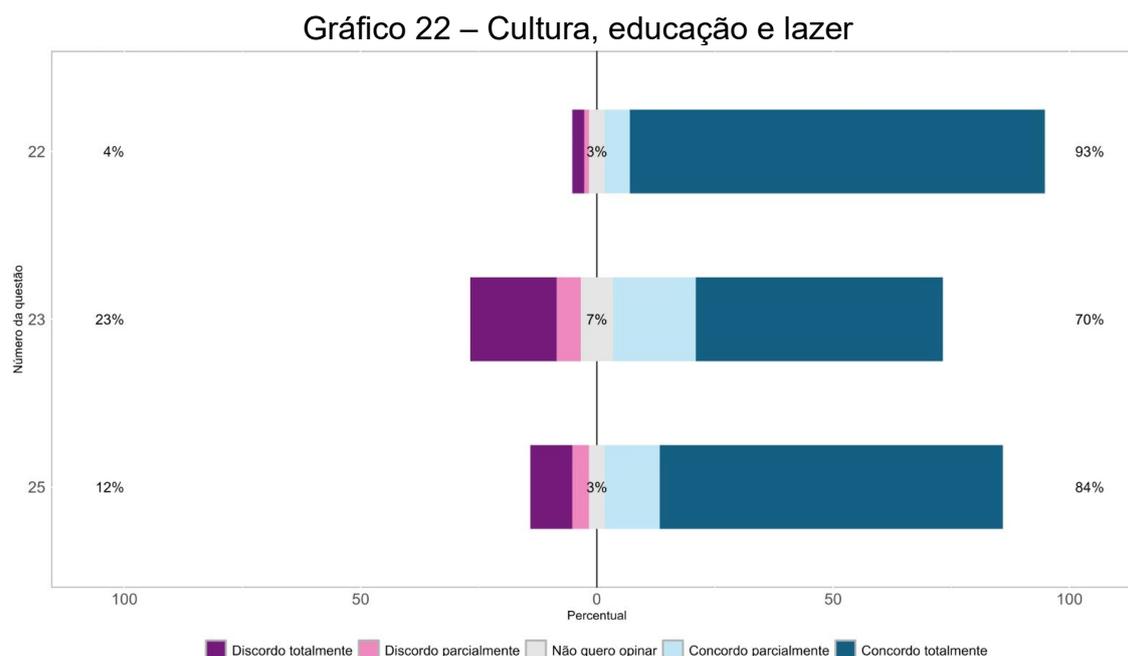
**Legenda:** 26 “O tipo de turismo praticado em Imbé incentiva a preservação do ambiente e evita danos à natureza”; 27 “O turismo aumenta o acúmulo de lixo, a poluição sonora e atmosférica nas áreas de uso público”; e 36 “O turismo prejudica o fornecimento regular de serviços básicos para os moradores (água potável, energia elétrica, sinal de telefonia e internet etc.)”.

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024.

A polarização das respostas quanto ao turismo sustentável foi influenciada por diferentes concepções do possível papel do turismo na educação e despertar da consciência ambiental, com respondentes dizendo que o turismo não se preocupa com isso e, por outra mão, aqueles que defendiam que o turismo vem se tornando menos destrutivo ou é um tipo de indústria mais “limpa” do que outros tipos de atividade produtiva.

### 5.5.2 Dimensão cultural

Como todos os enunciados referentes a dimensão cultura, educação e lazer foram propostos como afirmativas positivas, sua avaliação é mais simples, inclusive para os entrevistados e não houve polêmica. A perspectiva geral é a de que o turismo tem o potencial de ensejar oportunidades culturais, de educação e lazer também para os moradores de Imbé (Gráfico 22).



**Legenda:** 22 “Para melhorar o turismo é preciso criar oportunidades de educação para a população de Imbé”; 23 “Os empreendimentos turísticos valorizam e ajudam a preservar as tradições daqui”; e 25 “O turismo cria espaços par ao lazer, entretenimento e atividades culturais e de entretenimento também para a população de Imbé.”

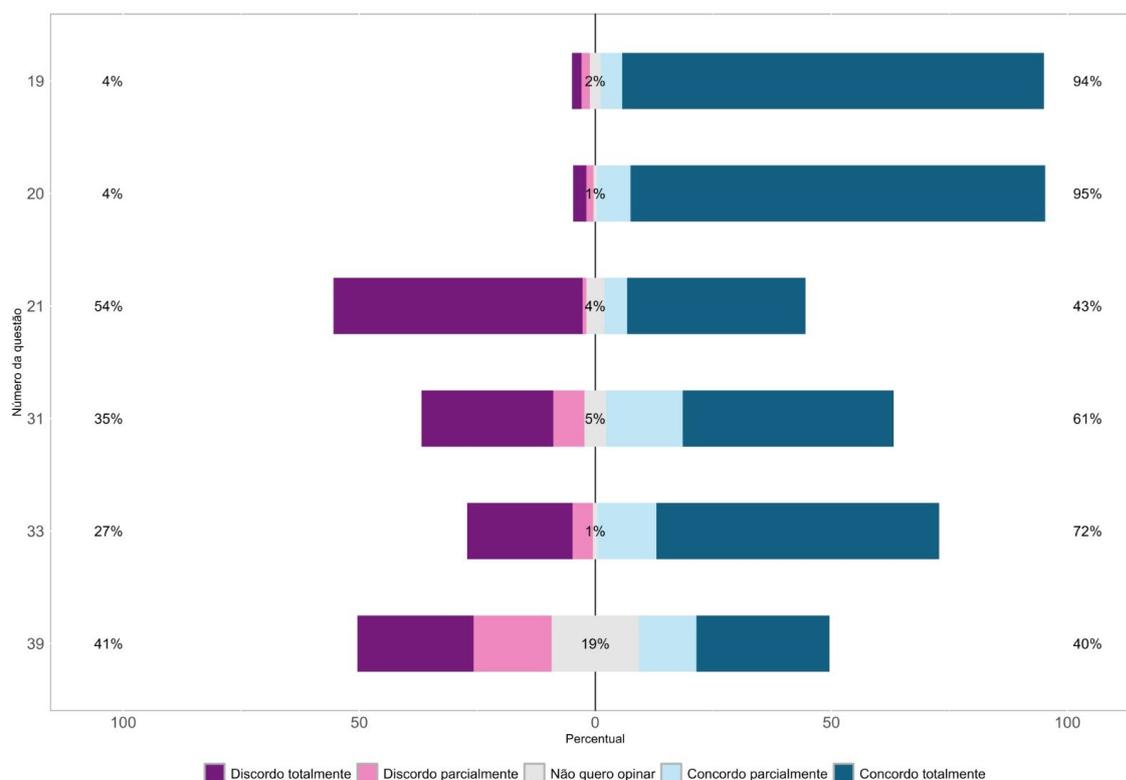
**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024.

### 5.5.3 Dimensão econômica

O maior número de enunciados contemplou a dimensão econômica e do trabalho, com metade das afirmativas positivas e a segunda metade, negativas (Gráfico 23). As perspectivas dos respondentes foram concordantes com as afirmações de que o turismo atrai investimentos, faz circular impostos, beneficia a economia local e cria empregos, embora mais da metade não fosse pessoalmente beneficiada com esses empregos. Por outro lado, também houve concordância com o aumento de preços de itens de consumo em função do turismo, principalmente na alta temporada, e 61% dos respondentes afirmam

que os empregos são gerados apenas durante a alta temporada, ou seja, tratam em sua maioria de postos de trabalho sem estabilidade.

Gráfico 23 – Economia e trabalho



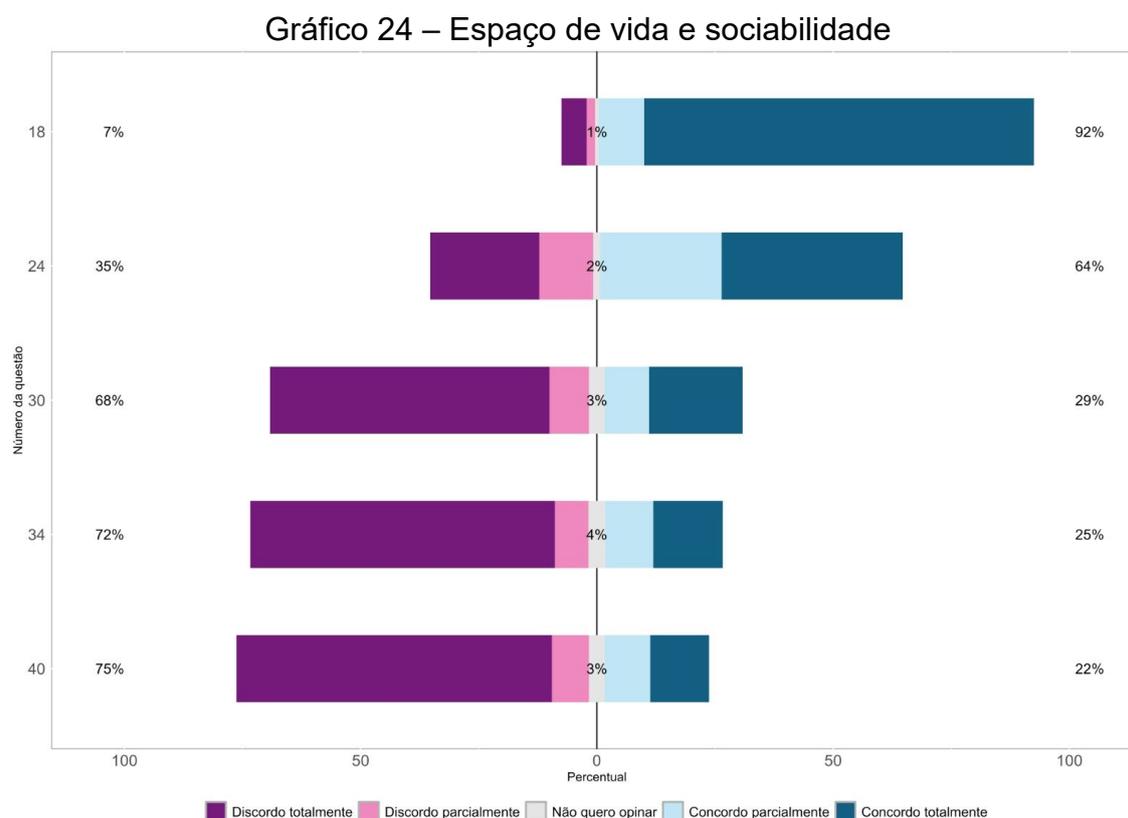
**Legenda:** 19 “O turismo atrai investimentos e faz circular impostos que beneficiam a economia de Imbé”; 20 “O turismo cria empregos para as pessoas de Imbé; 21 O turismo aumenta o meu acesso ao emprego e a minha renda”; 31 “O turismo não vem sendo capaz de gerar postos de trabalho permanentes para as pessoas de Imbé”; 33 “Os preços praticados para turistas contribuem para carestia de alimentos e produtos básicos à venda para os moradores (roupas, sapatos, material de construção, combustíveis)”; e 39 “O vulto de recursos públicos empregados em eventos/ empreendimentos destinados ao incremento do turismo é maior do que seu retorno para Imbé e sua população.”

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024.

Uma segunda questão polêmica, que dividiu os respondentes, foi a de que os recursos investidos no fomento do turismo seriam maiores que seu retorno em investimentos públicos para benefício da população. Em que se pese a necessidade de reformular esse item, as justificativas para respostas ensejaram novas perguntas, como por exemplo, de que os investimentos em equipamentos públicos e propaganda turística são ínfimos ou mesmo que não existe transparência e informações ao alcance do cidadão médio quanto aos valores investidos, o quanto retorna e em que formato e como são utilizadas as rendas públicas aferidas por ocasião dos eventos turísticos patrocinados.

#### 5.5.4 Dimensão espaço de vida

As afirmativas sobre a dimensão cotidiana, do espaço de vida e sociabilidade, formaram o segundo grupo de maior peso, sendo as duas primeiras positivas e as três últimas formuladas como negativas de senso comum (Gráfico 24). As perspectivas dos respondentes foram favoráveis a presença do turismo em Imbé como promotor de qualidade de vida e ingrediente indispensável à vida social.



**Legenda:** 18 “O turismo movimentava e alegrava a rotina de vida da população de Imbé; 24 Os visitantes são respeitosos com os habitantes locais e seu modo de vida”; 30 “O turismo contribuiu para reduzir a qualidade de vida dos moradores de Imbé”; 34 “A presença de visitantes inibe o uso da praia, do mar, rios, lagoas e das praças pela população local”; e 40 “Na maioria dos estabelecimentos de Imbé os turistas e moradores são discriminados por classe social, etnia ou outros estereótipos como o de opção sexual/ gênero.”

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024.

No item sobre respeito para com os habitantes, as respostas negativas foram complementadas por uma maioria de queixas de conflitos intergeracionais (principalmente por parte de moradores idosos, que reclamam de som automotivo, barulho de motos e balbúrdia de grandes grupos que alugam casas vizinhas para festas). Houve alguns relatos de situações de marginalidade e

dificuldade de inserção social – ex-presidiários, jovens desempregados da periferia, patrulha de segurança em supermercados que acompanham nativos como se fossem ladrões de oportunidade e mesmo o uso de símbolos considerados negativos – e até mesmo motivo para afastar frequentadores de bares e boates. Códigos de vestimentas que incluíssem bonés, óculos “Juliete”, de alguns outros tipos de adornos associados com a estética do funk ou de “vilas”, não são bem aceitos nos estabelecimentos de lazer de Imbé.

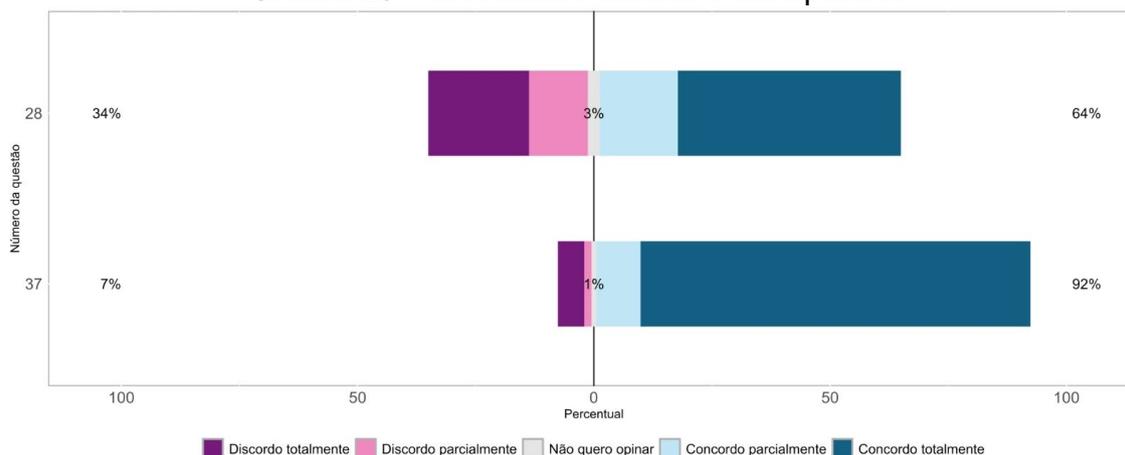
Interessante perceber que a fração de moradores que denuncia algum grau de discriminação entre visitantes e turistas ou mesmo dificuldade de integração entre esses grupos é pequeno, talvez pela identificação cultural e proximidade dos moradores, muitos deles ex-turistas e migrantes, com os próprios turistas. Foram comuns as afirmações de que o ambiente praiano de Imbé é mais informal e democrático que o da metrópole.

#### 5.5.5 Dimensão mobilidade urbana

Na exploração da dimensão mobilidade e transporte (Gráfico 25), apenas duas afirmativas foram colocadas à prova, uma positiva e outra de teor negativo. De forma dialética as perspectivas francamente a favor concordantes de ambas se complementam: os moradores acreditam que o turismo é um vetor de transformações e melhorias viárias, e concordam que é preciso continuar a fazer mais para garantir a segurança, conforto e disponibilidade de transportes em Imbé.

As observações em campo parecem concordar com a perspectiva dos moradores quanto a dificuldade de acessibilidade, ausência de calçadas, carência de transporte público com pontos de embarque no interior dos bairros, ruas internas sem pavimentação adequada, com buracos e valões, assim como o número de pontos em obras de melhorias viárias – construção de ciclovia central e redução de pistas principais para redução física da velocidade, obras de pavimentação asfáltica de avenidas periféricas transversais.

Gráfico 25 – Mobilidade urbana e transportes.



**Legenda:** “Os principais investimentos em infraestrutura e manutenção das vias de trânsito em Imbé são realizados em função do turismo”; e “É preciso criar novas soluções viárias de transporte para evitar engarrafamentos e sinistros com o aumento de veículos particulares em trânsito pelas vias urbanas e estradas que cruzam Imbé.”

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024.

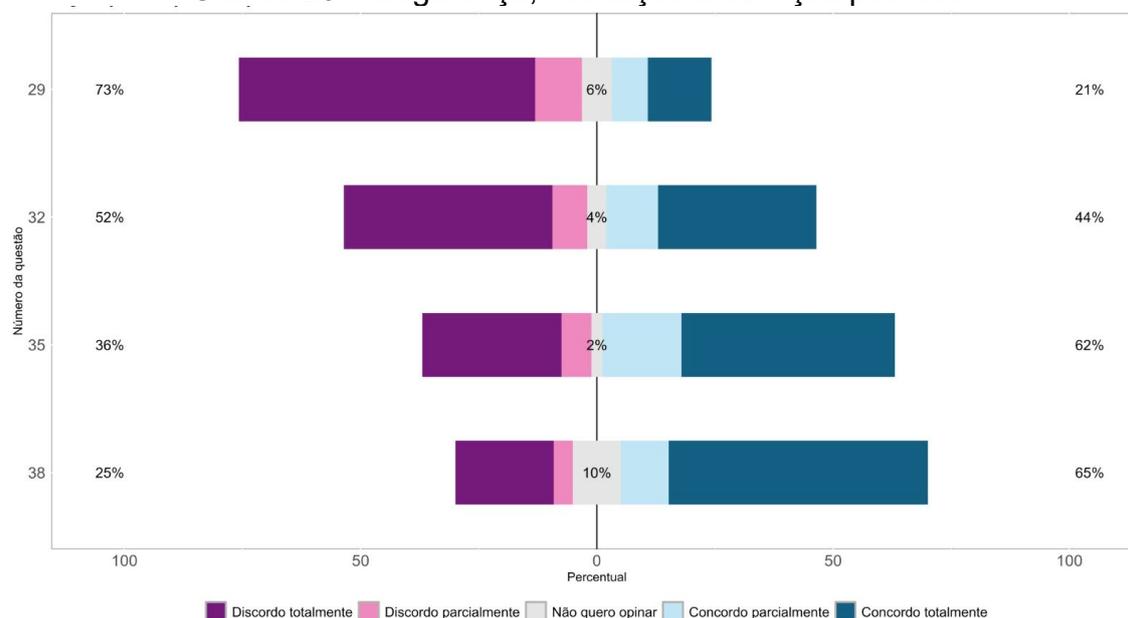
Embora, de forma geral, exista uma satisfação com os esforços do poder público em melhorar as vias de Imbé, existe uma certa desconfiança por parte da população sobre o caráter político dessas obras e duração prolongada das obras sem prazo previsto para conclusão, realização durante a alta temporada quando tem maior visibilidade, e criam mais transtornos ao trânsito de veículos, e em períodos pré-eleitorais. Um comentário especialmente afiado quanto ao ânimo participativo (ou a falta de) nas modificações territoriais de Imbé se destacou e merece ser transcrito, por mostrar uma lacuna na comunicação entre os representantes eleitos e sua base: “os moradores não são consultados sobre as obras, quando deviam ser feitas e sequer tem informação de como vão ficar depois de prontas!”

#### 5.5.6 Dimensão segurança, habitação e serviços públicos

Na dimensão segurança, habitação e serviços, com quatro enunciados em avaliação (Gráfico 26), todos construídos de forma negativa, as perspectivas demonstram que os moradores consideram Imbé mais segura que outras cidades do RS; que quando existe um fluxo maior de pessoas os serviços se tornam lentos e ineficientes; e que poderia haver mais opções em serviços para melhorar o atendimento de turistas e moradores. Reclamações sobre falta de profissionais especializados em unidades de saúde pública, demora para

realização de exames e cirurgias eletivas, ausência de agências lotéricas nos bairros, se somam a elogios quanto à atuação de agentes de segurança pública, de equipe de limpeza e recolhimento de resíduos.

Gráfico 26 – Segurança, habitação e serviços públicos



**Legenda:** 29 “O aumento da insegurança, violência e criminalidade em Imbé vem reduzindo o número de turistas”; 32 “O turismo dificulta as oportunidades da população local de encontrar moradia”; 35 “A presença de visitantes prejudica a qualidade do atendimento em estabelecimentos comerciais locais, agências bancárias e estabelecimentos de saúde”; e 38 “Faltam opções diversidade e qualidade em serviços voltados par ao turismo em Imbé.”

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024.

Imbé não tem qualquer hospital, sequer privado ou maternidade, e sua dependência em saúde de média e alta complexidade não é suprida pela Policlínica Municipal. Essa deficiência logística que determina grande dependência da regulação estadual e transferência de pacientes graves por ambulâncias é um fator competitivo negativo para fixação definitiva de moradores de dupla residência e justifica, a quem tem recursos suficientes, manter outro domicílio e utilizar a rede de saúde na rede metropolitana. Já agências lotéricas, mais do que pontos de apostas, são consideradas caixas rápidas para pagamento presencial de contas e movimentações de pequenas importâncias monetárias, e não existem mais nos bairros devido a roubos frequentes. Poderiam ser substituídas por programas de educação e acesso digital, especialmente para idosos de baixo letramento tecnológico e oriundos de uma base cultural analógica.

A afirmativa sobre a relação do turismo e deficiência habitacional revelou-se uma terceira questão com perspectivas díspares. A avaliação retrospectiva é que a dificuldade para encontrar moradia não é questão relacionada ao turismo de segunda residência, na perspectiva dos moradores, e sim a uma questão de preços praticados *versus* nível de renda dos interessados. Existe um grupo que concorda com a dificuldade baseando-se no preço praticado para os aluguéis, e outro que discorda, veementemente, chamando a atenção para o grande número de imobiliárias e de residências à venda no mercado local. Ambos estão corretos e denunciam um conflito territorial, há uma supervalorização de terrenos urbanos para venda e aluguel, poucos compradores de fato interessados devido a renda média baixa e alegação de endividamento prévio, e um movimento de desinteresse por parte de rentistas eventuais, que preferem deixar seus imóveis fechados do que alugá-lo à preços baixos e sem garantia de manutenção adequada por parte dos inquilinos.

## **5.6 Últimos comentários**

Em relação ao aspecto de urbanização das cidades, o turismo pode precedê-lo ao desbravar territórios rurais ou isolados, instalar-se em infraestrutura disponível planejada para ele, ou que a estrutura turística é impulsionada de forma concomitante, e sem ser monopólio dos turistas, pela demanda e a urbanização acelerada. Esse último caso, o mais frequente no litoral do Brasil, em que se observa é um crescimento desordenado sem integração ou planejamento algum da expansão de áreas urbanas, o que também se verifica em Imbé (Cruz, 2003, 2007).

Como território que foi criado sem infraestrutura planejada e em que a urbanização cresceu seguindo apenas a lógica imobiliária, em Imbé, a ocupação de terrenos em faixas de praias, dunas e ribeirinhos é um problema ambiental e logístico. Remanejamentos de domicílios precários, proibição de construções irregulares e ligações de esgoto doméstico diretamente em corpos d'água devem ser evitados para proteção ambiental e das pessoas. Para isso, as normas sanitárias, de parcelamento do solo e que regulam empreendimentos imobiliários precisam ser colocadas em prática e fiscalizadas.

Nos resultados dessa pesquisa foi possível encontrar uma aproximação do que o morador de Imbé, que pode ter sido turista ou veranista (turista cíclico) um dia, procura e sente falta quando se estabelece em Imbé. Por outro lado, o estudo não buscou classificar o estágio de vida do turismo em Imbé ou o grau de amistosidade/ animosidade dos locais em sua relação com turistas (Butler, 1980; Doxey, 1975). Apoiou-se para isso na crítica de que o consagrado modelo de ciclo de vida de uma área turística (TALC - *Tourism Area Life Cycle*), na concepção biologicista de Butler (1980), que propõe na noção de “ciclo” uma interpretação algo moralista, no estilo ascensão e queda de um Império, que condena à decadência todo empreendimento no auge do sucesso, e que, numa visão temporal mais ampla, pode tratar apenas de um “soluço” na linha de altos e baixos de um destino turístico. Quanto ao “*Irridex* de Doxey (1975), esse embute o determinismo negativo de que o relacionamento de anfitriões com turistas, embora indispensável, é condenado ao conflito ou indiferença após arrebatamento inicial, o que não corresponde à opção epistêmica aqui.

Ao contrário, na análise de proximidade *versus* distanciamento entre o mundo de anfitriões locais e turistas (Barreto, 2004; Smith, 1989; Graburn, 1989) o que se propõe como solução a pergunta desta pesquisa, é que a perspectiva do morador permanente de Imbé é muito próxima da perspectiva de turistas cíclicos e permanentes. Posto que, hoje, a maior parte dos moradores parece ser formada de migrantes intraestaduais com afinidade e menor distanciamento de elementos de base cultural, étnica e de nível de informação e de vida, do que o contraste entre a mentalidade algo rural e isolada que imperava no passado.

Mais do que a expectativa ou promessa de que o turismo seria a chave para o desenvolvimento local, o que se percebe é que os esforços para desenvolver infraestruturas e serviços locais é o que atrai os turistas e novos moradores (Cruz, 2003; Paiva, 2013; Rodrigues, 2001). Se alguns deploram e outros comemoram a animação espacial que a concentração de mais pessoas trás, é impossível ignorar que o crescimento demográfico, ainda que tenha a tendência de decréscimo e estabilização, é um índice de que existe circulação de pessoas, valores, bens, e de que o território é atrativo, está vivo e em metamorfose.

Conforme afirma Cruz (2003, p. 115), não é racional esperar do turismo mais do que ele sozinho é capaz de oferecer, e sim acreditar que “fazer da prática

do turismo um possível veículo da melhoria da qualidade de vida das sociedades deve ser um compromisso da política pública”. Acompanhar as transformações do território é preciso para planejar e adaptar melhor a cidade para seus moradores e para o turismo.

## **5.7 A pesquisa em imagens**

Ao repensar o uso de imagens na dissertação sobre turismo em Imbé, indaga-se, por que limitá-las aos diagramas, quadros e ilustrações explicativas? Por que não experimentar uma ponte imagética entre os resultados duros, as conclusões textuais formais e algo mais? (Bauer; Gaskell, 2017). Mais do que observações estéticas ou documentais da realidade, as imagens se prestam a contextualizar as características visuais da cidade para quem não a conhece, tal como são apresentadas em produtos voltados à promoção turística, na idealização de vida dos residentes e nas dúvidas do olhar do próprio pesquisador.

Esse terceiro olhar, estrangeiro, se propõe a um comportamento livre e selvagem, que não se cegou ao comum e intenta ser pleno em vontade de conhecer e revelar. Pretende ser capaz de enxergar no território seu meio, sua vida, sua gente; ser capaz de tatear seus hábitos, seu jeito, sua linguagem simbólica, a procura daquilo de que carecem e em Imbé procuram. Manter a capacidade de espanto enquanto pesquisador e observador; pois ao se espantar o indivíduo deixa de ser indiferente à sua realidade, às ações e aos acontecimentos; é o espanto a base da pulsão que constrói atitudes problematizadoras e críticas (Andrade, 2002; Durand, 1999; Rouch, [2005-9]).

Tendo em vista a confidencialidade estabelecida nos termos da pesquisa, não foram realizadas fotos dos entrevistados. Sendo assim, procurou-se destacar o território em que vivem e o que desejam por um contraste diferencial de escalas, do que é “vivido”, cotidianamente, a pé ou de automóvel, ao nível das vias de circulação em torno das residências, com que é “vendido”, em vistas aéreas, como sonho imobiliário de morar em Imbé. Se as imagens na escala do que foi reconhecido durante o trabalho de campo, casa a casa, e as descrições de suas observações e importância foram incluídas do texto dentro das normas de escrita acadêmica habitual, tentamos experimentar nesse segmento uma

outra forma de mostrar imagens panorâmicas, próxima dos discursos oficiais e mercantis, só que destituídas de palavras (Souza, 2007).

Para que imagens “de sobrevoo” (Figuras 36 a 59), de “Imbé – Sonho”, permitissem interpretações além das convencionais e não ecoassem as impressões estreitas do próprio pesquisador, essas foram apresentadas, propositalmente, como sequência em uma linguagem que transcende as palavras: existem apenas os títulos que as localizam, mas sem legendas ou comentários, para que o conjunto imagético evoque no leitor sua própria narrativa. Ao contrário do que pensa Souza (2007), acredita-se que, no caso dos estudos sobre turismo e desenvolvimento urbano, a visão de fora não deve excluir o “ver de dentro”, uma vez que ambas as escalas se complementam. Essa autonomia entre as duas linguagens, do texto principal e dessas fotografias finais, tenta recriar pela “escrita fotográfica” da “fotoetnografia urbana” os sentimentos que atraem turistas habituais e novos moradores a Imbé (Achutti, 2019) e, ao mesmo tempo, desafiar a ver o que o espaço tem e como tecido que é, e não pelo que lhe falta ou pelas críticas de não respeitar um padrão de ordenação ideal que “deveria” ter (Souza, 2007).

Esse pós-escrito fotográfico é como um guia que complementa e recorda mais as belezas do que as dificuldades do trabalho de campo para o próprio pesquisador, são um libelo de gratidão aqueles que vivem em Imbé e doaram seu tempo e respostas para o propósito dessa pesquisa, reconhecendo suas escolhas e a validade de cada perspectiva, e são uma dádiva aos olhos que recompensam ao final todo aquele que vier a ler esse texto. A esses últimos, um desafio: não as tomem como meros cartões postais, e sim desvelam suas camadas e ângulos.

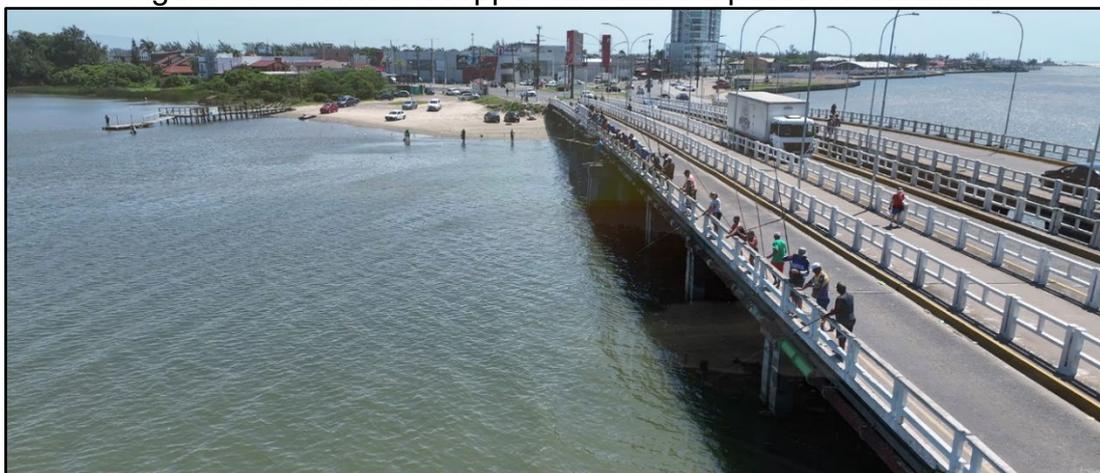
Cada imagem, mais que um adorno ilustrativo, congela e condensa milhares de informações, da mesma forma que um milissegundo de frame de vídeo quando parado no tempo. Muitas delas formam outras figuras, novas histórias e podem inspirar futuras investigações. Não são apenas ilustrações, são propostas. Que surjam estudos ainda melhores sobre o turismo em Imbé e no Litoral Norte do RS.

Figura 36 – Vista de Imbé a partir da Ponte Giuseppe Garibaldi



Fonte: *Frame* de vídeo captado por *drone*, Júlio Couto (2023).

Figura 37 – Ponte Giuseppe Garibaldi e a pesca da sardinha



Fonte: *Frame* de vídeo captado por *drone*, Júlio Couto (2023).

Figura 38 – Estuário da Bacia do Rio Tramandaí (a)



Fonte: *Frame* de vídeo captado por *drone*, Júlio Couto (2023).

Figura 39 – Estuário da Bacia do Rio Tramandaí (b)



Fonte: *Frame de vídeo captado por drone, Júlio Couto (2023).*

Figura 40 – Estuário da Bacia do Rio Tramandaí (c)



Fonte: *Frame de vídeo captado por drone, Júlio Couto (2023).*

Figura 41 – Guia corrente e Barra de Imbé (a)



Fonte: *Frame de vídeo captado por drone, Júlio Couto (2023).*

Figura 42 – Guia corrente e barra de Imbé (b)



Fonte: *Frame de vídeo captado por drone, Júlio Couto (2023).*

Figura 43 – Praia da Barra, Imbé



Fonte: *Frame de vídeo captado por drone, Júlio Couto (2023).*

Figura 44 – Beira mar, alto verão, Imbé



Fonte: *Frame de vídeo captado por drone, Júlio Couto (2023).*

Figura 45 – Ponte Giuseppe Garibaldi, visão noturna



Fonte: *Frame de vídeo captado por drone, Júlio Couto (2023).*

Figura 46 – Margem do Rio Tramandaí, Imbé, visão noturna



Fonte: *Frame de vídeo captado por drone, Júlio Couto (2023).*

Figura 47 – Barra de Imbé, polo gastronômico, visão noturna



Fonte: *Frame de vídeo captado por drone, Júlio Couto (2023).*

Figura 48 – Beira mar, visão noturna, Imbé



Fonte: Frame de vídeo captado por drone, Júlio Couto (2023).

Figura 49 – Dunas de Imbé, centro



Fonte: Frame de vídeo captado por drone, Júlio Couto (2023).

Figura 50 – Beira mar e Estuário da Bacia do Rio Tramandaí



Fonte: Frame de vídeo captado por drone, Júlio Couto (2023).

Figura 51 – Relação entre Lago do Braço Morto e o Estuário da Bacia do Rio Tramandaí, Imbé



Fonte: *Frame de vídeo captado por drone, Júlio Couto (2023).*

Figura 52 – Lago do Braço Morto, Imbé



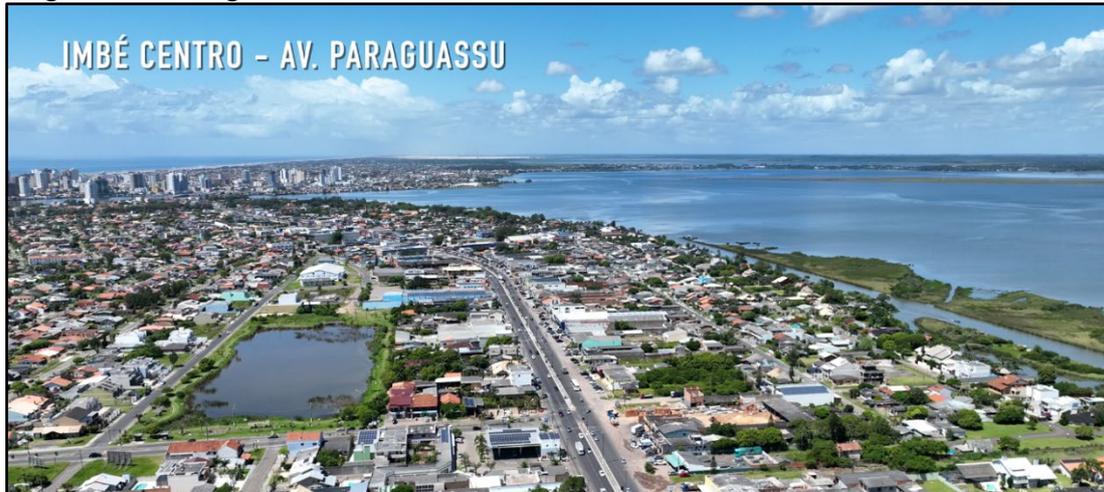
Fonte: *Frame de vídeo captado por drone, Júlio Couto, (2023) (CC BY-NC).*

Figura 53 – Av. Paraguassu, eixo longitudinal principal, Imbé



Fonte: *Frame de vídeo captado por drone, Júlio Couto (2023).*

Figura 54 – Lagoas do Armazém em Tramandaí, estuário do Rio Tramandaí



Fonte: *Frame de vídeo captado por drone, Júlio Couto (2023).*

Figura 55 – Eixo da Av. Paraguaçu e bairros ribeirinhos



Fonte: *Frame de vídeo captado por drone, Júlio Couto (2023).*

Figura 56 – Rio Tramandaí, limite Imbé e Osório



Fonte: *Frame de vídeo captado por drone, Júlio Couto (2023).*

Figura 57 – Condomínio Golden River, Imbé



Fonte: *Frame de vídeo captado por drone, Júlio Couto (2023).*

Figura 58 – Margens da Lagoa de Tramandaí, Imbé



Fonte: *Frame de vídeo captado por drone, Júlio Couto (2023).*

Figura 59 – Entardecer, lagoa de Tramandaí, Imbé



Fonte: *Frame de vídeo captado por drone, Júlio Couto (2023).*

## 6 CONSIDERAÇÕES E CONTINUAÇÕES

Ao arbitrar em favor da escala municipal, da ótica territorial do turismo, da integração regional de Imbé na formação histórica da própria AULINOR e da prática de entrevistas esparsas por diversos bairros, próprias da metodologia adotada, esse estudo emprestou da fotografia e do desenho artístico a noção de perspectiva como um recurso que permite destacar as dimensões e dar enfoque às distâncias e às proximidades. Falar em perspectiva implica não só na referência a um ponto de vista isolado sobre uma situação ou objeto, remete à capacidade de supor a aparência completa a partir do fragmento, que é possível observar de um ângulo restrito de observação e, mais, ao modo de criticar e apreciar o significado dessa representação. Destarte, das perspectivas de cada entrevistado, somadas à interpretação da pesquisadora, antecipava-se o potencial de compor uma imagem multifacetada e vívida da Imbé turística.

Para responder à questão de pesquisa de como os residentes avaliam as transformações socioespaciais da prática turística no território de Imbé, a hipótese central desse trabalho, de que a perspectiva dos moradores quanto às repercussões territoriais do turismo não é consensual e, em sua diversidade, reflete o pertencimento desses moradores a grupos de distintas territorialidades, foi norteadora para as tentativas de definir categorizações de diferentes usos do território. Uma hipótese adicional desafiava o senso comum, ao correlacionar essas repercussões ao atendimento ou descompasso entre as expectativas da população de Imbé e à oferta de ativos de diversas dimensões territoriais – infraestrutura, serviços e cultura, entre outras – e não ao determinismo de atribuir uma atitude predatória à população flutuante, ou seja, não inferir que a causa cardinal de possíveis mazelas de Imbé é o excesso sazonal de turistas.

A primeira hipótese foi refutada de forma empírica, ao experimentar que os grupos de moradores comparados – de acordo com sua origem, tempo de moradia em Imbé, modo de ocupação permanente ou alternando residências ao longo do ano, categorizados por renda, escolaridade, sexo e outras variáveis isoladas – não mostraram muita diferença em suas respostas sobre a forma de ver o turismo em Imbé. Outra metodologia que dirigisse os questionários aos conglomerados funcionais pré-estabelecidos – trabalhadores dos quiosques de praia, empresários do ramo imobiliário, estudantes do ensino técnico e superior,

ativistas e representantes de entidades ambientais – talvez fosse capaz de revelar traços de territorialidades emergentes. Ao contrário do esperado, talvez pelo pequeno número de pessoas entrevistadas que se declaram nativas de Imbé, o que chamou a atenção não foi uma clara distinção entre perspectivas de nativos e não nativos, e, sim, o pequeno percentual de entrevistados que afirmou trabalhar ou ter trabalhado com turismo e uma fração alta de aposentados e pensionistas entre os adultos entrevistados domiciliarmente.

Já a segunda hipótese parece ter sido confirmada empiricamente, pois a grande maioria dos entrevistados é a favor de que Imbé receba quantidade igual ou mesmo superior de turistas, não só na alta, como também na baixa temporada, ainda que conviva com mais barulho, trânsito pesado de veículos e perceba um descaso, por parte de visitantes, em preservar o ambiente. Argumenta-se que a convivência social em oposição ao isolamento é um valor arraigado para os moradores de Imbé, e que compete com as ideias aceitas de que o movimento turístico é benéfico para economia local, que a beleza da paisagem e os aparatos de segurança e de serviços locais oferecidos são atrativos suficientes para o público habitual, e de que o consumo dos turistas é indispensável para que o município seja capaz de levantar recursos e continuar as melhorias estruturais viárias, sanitárias, na iluminação pública e no ensino básico, assim como na chance de oferecer melhores serviços de saúde, de manutenção urbana e opções de transporte coletivo.

Ao retomar os objetivos traçados, é possível a autoavaliação de que, a despeito da extensão do trabalho e do aprendizado acumulado, essa é uma primeira aproximação e ainda há muito o que se explorar para melhor compreender como a abordagem territorial pode lançar luz na compreensão das repercussões espaciais do turismo, em especial no turismo urbano e costeiro. Existe um campo aberto para formulação e aperfeiçoamento de conceitos e para aplicação das noções de transterritorialidade, multiterritorialidade e conflitos territoriais em assuntos turísticos tratados no campo de desenvolvimento regional. A sugestão de que o sentimento de pertencimento de turistas de segundas residências se aproxima ao de residentes permanentes e é até mesmo maior do que o de trabalhadores locais em comutação, no estudo de caso em questão, pode ser explorada e testada em outros contextos.

As transformações socioespaciais que ocorrem na esteira do turismo em Imbé podem ser associadas às vivências de multiterritorialidade e transterritorialidade contemporâneas. Reterritorialização, para, numa tentativa de se identificar com seu entorno, escolher lugares a frequentar, pessoas com quem se relacionar e evitar a segregação domiciliar compulsória; multiterritorialidade, pois as diversas velocidades e temporalidades promovem a sobreposição e uma articulação de territorialidades e a identificação simbólica com pontos dispersos em uma rede territorial descontínua e complexa; e transterritorialidade, por que as territorialidades se constroem, em sincronia, não só pelo enraizamento, mas também pelo e em movimento, quando o “estar entre”, com “um pé em cada mundo”, já é uma realidade frequente, e não uma alusão ficcional.

É fato que estudar turismo em uma cidade ou região sem se interessar pelas pessoas que aí vivem e são implicadas no acontecer do turismo, mesmo que não façam diretamente parte de sua produção, ou de modo indiferente ao território por ele afetado, tornou-se impensável. O estudo da multiterritorialidade aplicada ao turismo de segunda residência desvelou o pertencimento de turistas a mais de uma territorialidade, a ponto de se identificar com seu domicílio de origem e como morador do domicílio secundário, que passa a ser preferido ao primeiro. O que se observa, portanto, não é apenas à transposição das condições próprias da territorialidade original, numa “bolha”, para observação e ação em outro território, e sim a reconstrução de uma nova territorialidade, multifacetada, que inclui o compromisso com pautas de ambos os domicílios, com “um pé lá, e outro cá”. Verifica-se a sinergia entre a distribuição de infraestruturas urbanas ou turísticas (promoção de materialidades, objetos, fixos) e a forma com que elas são aproveitadas e avaliadas pelos sujeitos, sejam eles moradores permanentes ou de duplo domicílio (deslocamentos pelo espaço vivido, fluxos) na dinâmica do turismo locorregional.

Para análise dos resultados do questionário aplicado, a totalidade de observações qualitativas e comentários dos entrevistados anotadas a parte das respostas objetivas não foi utilizada e guarda uma margem para abordagens futuras do material principal. Já o modelo de instrumento pergunta-resposta elaborado e seus resultados quantitativos, que foram consolidados em um banco

de dados são disponibilizados em acesso aberto<sup>53</sup> para outros pesquisadores interessados no desenvolvimento regional do turismo. Quanto aos objetivos específicos de relacionar as repercussões nas dimensões natural, econômica e demográfica do turismo no território de Imbé e de investigar no processo histórico e cultural de criação do município, tanto as dinâmicas sociais, quanto as transformações do modelo de turismo tradicional, o veraneio, acredita-se que esse trabalho foi capaz de apresentar um panorama de suas qualidades e ambiguidades. Essa investigação e descrição, por sua vez, permitiu contextualizar os resultados do inquérito sobre as perspectivas da população quanto às manifestações cotidianas que são reflexo do fluxo turístico em Imbé.

Ao resumir os resultados sobre as perspectivas da população de Imbé, é imprescindível apresentar quais foram os elementos dela a que essa pesquisa teve acesso, a despeito de ter alcançado a meta pretendida de 394 questionários aplicados. Uma maioria de pessoas acima dos 35 anos (91,6% dos respondentes) foi abordada nas entrevistas domiciliares, com predomínio de entrevistados do sexo feminino, mais velhos, e boa parte constituída de moradores com mais de uma residência e por aqueles que referem morar em Imbé durante boa parte do ano, mas não de forma constante. Esses achados permitiram identificar que a amostra de residentes obedeceu um padrão de continência sucessiva, semelhante a uma “*matrioska*”<sup>54</sup>: dentro do conjunto de entrevistados que declaram vínculo de pertencimento como moradores de Imbé, existe um grande subconjunto de migrantes inter-regionais provenientes das Regiões Metropolitanas da Grande Porto Alegre e Serrana; e dentro desse subconjunto migrante, existe uma maioria de entrevistados com 60 anos ou mais, aposentados e pensionistas e que não trabalhavam em Imbé durante sua vida ocupacional ativa – e que podem ser compreendidos como turistas permanentes. Um outro subgrupo de entrevistados, menor e não necessariamente idoso ou migrante, se comporta como moradores cíclicos de dupla residência em um movimento de turismo pendular que não caracteriza mais o fenômeno do antigo veraneio, uma vez que não se restringe a um período longo e ininterrupto durante

---

<sup>53</sup> Vide nota 15.

<sup>54</sup> Bonecas tradicionais do artesanato russo, ocas, esculpidas em madeira e pintadas à mão, que são empilhadas em camadas e guardam a surpresa de descobrir uma boneca dentro da outra, e assim sucessivamente, até a boneca menor e maciça em seu núcleo.

o verão ou guarda padrões de comportamento semelhante. O “novo veraneio”, impulsionado pela possibilidade de acesso digital e remoto às existências territoriais simultâneas, da origem e do local visitado, permite a extensão da permanência em períodos distintos das tradicionais férias escolares, e as melhorias na segurança, rapidez e facilidade dos deslocamentos tornaram possível aproveitar o conforto e tranquilidade das segundas residências em Imbé em vários fins de semana e feriados durante o ano, sem sequer pensar em pisar nas areias de uma praia.

Os resultados das entrevistas mostraram que 74,4% dos entrevistados fixaram residência em Imbé antes de 2020, sem qualquer influência de mudanças de comportamento atribuíveis ao enfrentamento à Pandemia de Covid-19. As principais motivações para morar em Imbé foram a busca por tranquilidade, qualidade de vida, vínculos com amigos, familiares e com a paisagem. O modelo de turismo imobiliário costeiro que continua a ser adotado, embora tenha se limitado ao *marketing* de aluguéis de imóveis por temporada, e ao patrocínio público-privado de eventos desportivos esporádicos e dos costumeiros shows de Ano Novo, é interpretado como promotor da expansão urbana ao longo da história do município. Do total, 70,1% de moradores entrevistados tinham sido residentes da RMPA antes de migrar para Imbé, sendo 55,8% do sexo feminino, 47% aposentados ou pensionistas e apenas 6,9% trabalhadores do turismo. Por sua vez, 76,1% (300/394) dos entrevistados residem em Imbé de forma permanente, e, desses, 89,3% residem em único domicílio (268/300); enquanto 23,9% (94/394) dos moradores vivem parte do ano em Imbé. No subgrupo de 94 entrevistados que se declarou morador que alterna residência em Imbé e outro município, apenas 6 deles não afirmou ter uma segunda residência, de modo que 93,6% (88/94) residem em mais de um domicílio. Independente das categorias anteriores, a maioria dos entrevistados concorda que o turismo em Imbé tem também repercussões sensíveis no aumento do acúmulo de lixo, na poluição sonora e atmosférica (88,8%) e prejudica o fornecimento de água potável, energia elétrica, sinal de telefonia e internet e outros serviços básicos à subsistência (62,7%).

Ainda que, para muitos, Imbé não possa ser considerada uma cidade turística por não ter produtos turísticos criados e divulgados exclusivamente para esse fim, acredita-se que, como sede de turismo de sol, praia e de um mercado

imobiliário de segundas residências, a atividade turística foi, é, e parece que continuará sendo vital para projeção do município no cenário regional e para construção de futuros contingentes na perspectiva de seus moradores. Contraditoriamente, mesmo que as atividades sossegadas tenham sido as preferidas pelos moradores, em sua maioria eles concordam que um número de visitantes semelhante ao atual, seguidos por quantitativos superiores, nos próximos dez anos, é benéfico para o território de Imbé. E a despeito do reconhecimento de repercussões nas dimensões ambientais, infraestruturais e econômicas que acompanham o turismo local, para os moradores de Imbé, a troca e o compartilhamento do seu espaço de vida com os turistas são considerados motores socioculturais positivos. 92,1% dos entrevistados concordam que o turismo movimenta e alegria a rotina de vida da população de Imbé.

Um novo nicho de turistas de meia idade e idosos – os chamados turistas permanentes – parece estar despontando. Boa parte da amostra da pesquisa se declarou como moradores estabelecidos em Imbé, após uma vida imobilizada pelo trabalho em torno da metrópole ou de outras municipalidades do estado do RS. A conquista da mobilidade diferencial que permitiu essa flexibilidade territorial parece estar relacionada à maturidade, aos benefícios previdenciários, à necessidade de bens móveis e de tempo livre satisfeitas e transformações, ainda em curso, de sua sociabilidade, laços familiares, tempo disponível, renda e acesso à moradia. A promoção de produtos turísticos e culturais voltados para fidelização público que, em geral, não compete por empregos com a população local economicamente ativa e busca por tranquilidade, saúde, segurança e qualidade de vida tem a capacidade, em contrapartida, de movimentar o setor de serviços locais e de impulsionar ganhos aos cidadãos por meio da injeção de renda extra que é aferida em outras regiões e transferida para o município.

Todavia, não basta a injeção de recursos desta ou de qualquer outra fonte para que as políticas públicas funcionem. É preciso que a promoção do turismo seja articulada às políticas de bem comum, em nível regional planejadas, executadas, e que existam indicadores e estudos do seu acompanhamento para que passem por correções de percurso e realinhamento. Para que uma política de desenvolvimento pelo turismo surta efeito, antes disso, outras políticas importantes (quanto ao parcelamento e ao uso do solo, à acessibilidade,

infraestrutura de transportes e sanitária, urbanização, vigilância em saúde e assistência emergencial) precisam ser ajustadas e integradas transversalmente entre si. Postula-se, ainda mais, que a transparência e organização de informações acessíveis aos cidadãos sobre investimentos em turismo e a distribuição do seu retorno econômico traduzido em melhoria de serviços públicos e infraestrutura é mandatório para que haja apoio e valorização para promoção do turismo local e para compreensão pelos moradores de seu papel como anfitriões.

Essa pesquisa, portanto, é uma leitura socioespacial das *práxis* do turismo através do estudo de caso contemporâneo de Imbé-RS, pela perspectiva de seus residentes, que experimentou a operacionalização teórico-metodológica e aplicação prática de conceitos-chave como território, territorialidades, identidade territorial, espaço vivido, entre outras categorias e eixos estruturantes do pensamento geográfico. Defendeu o uso de repercussões territoriais ao invés de impactos, o uso do termo locorregional ao se tratar do turismo de proximidade entre o Litoral Norte do estado e a RMPA e avançou na tentativa de caracterização do tipo de moradores dentro da ótica de hipermobilidade domiciliar intrarregional contemporânea, ao mobilizar os conceitos-modelo de turismo de segundas residências, turismo pendular e turismo permanente. E, finalmente, a parte de suas limitações, demonstra que perspectivas conflitantes e a diversidade de opiniões, assim como representações coletivas convergentes, são reveladoras das múltiplas dimensões da dinâmica territorial e, que a multiterritorialidade é um elemento que dita termos de convivência e deve ser considerado tanto no apoio maior ou menor dos residentes ao turismo local como para comparação e nível de exigência quanto aos serviços e infraestrutura oferecidos pelo município em prol dos residentes em geral, e não apenas para turistas durante o verão.

A conclusão central desse estudo (que responde a sua pergunta de pesquisa) é a de que a perspectiva do morador permanente de Imbé sobre as diversas dimensões (ambiental, cultural, econômica, quanto ao espaço de vida, habitação, suporte infraestrutural, e em relação à mobilidade urbana, segurança e serviços) das repercussões territoriais do turismo é muito próxima da perspectiva de turistas cíclicos e permanentes. Posto que, hoje, a maior parte dos moradores parece ser formada de migrantes intraestaduais, com afinidade

e menor distanciamento daqueles originários do litoral quanto aos elementos de base cultural, étnica e de nível de informação e de vida, não imperando mais o contraste entre mentalidades isolada e cosmopolita que imperava no passado. Adicionalmente, verifica-se que para a amostra populacional entrevistada, o turismo em Imbé compartilha os recursos e melhorias urbanas com os moradores e que ainda existe espaço para novos e mais turistas em Imbé, especialmente durante os meses de abril a dezembro.

Reconhece-se que o turismo, isoladamente, não é capaz de mudar causas mais profundas de disparidade locorregionais. A escuta de quem é afetado cotidianamente pela atividade, por conviver direta ou indiretamente com turistas, a transparência e discussão cidadã sobre prioridades de investimento e destino de recursos fazem, sim, parte de um escopo de transformações de relações sociais entre os indivíduos, seus representantes e o Estado que juntos têm a capacidade de impulsionar o desenvolvimento do Litoral Norte do RS na direção que seus habitantes desejam. Continuar o diálogo sobre os conceitos e a prática do turismo é essencial para superar pensamentos e a identificação do turismo litorâneo limitada à exploração de um modelo “4 S” (do inglês, *seasonality, sun, sand and sex* – sazonalidade, sol, areia e sexo), e validar as estratégias de planejamento e gestão para infraestrutura e serviços que considerem o turismo, em especial doméstico e de segunda residência, como uma tendência atual de mobilidade de uma sociedade intrarregional por seu território-rede.

## REFERÊNCIAS

2020 Global INSTO Meeting. Publicado pelo canal UN Tourism. 2020. 1 vídeo (2 horas 50 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lpeWtm8OTvg&t=8874s>. Acesso em: 8 abr. 2021.

4. Ms. Sarah Marsh, Yukon, Canada – Global INSTO 2020. Publicado pelo canal UN Tourism. 2020. 1 vídeo (8 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=7ykKVXAgpfE>. Acesso em: 18 out. 2023.

ABRAHÃO, C. S.; TOMAZZONI, E. L. **Turismo de Segundas residências no litoral sul do Brasil**: uma discussão sobre seu dimensionamento e relevância para a atividade turística contemporânea. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 80–101, 2018. DOI: 10.7784/rbtur.v12i1.1328. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/1328>. Acesso em: 21 maio 2024.

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotos e palavras, do campo aos livros**. Studium, Campinas, SP, n. 12, p. 5–16, 2019. DOI: 10.20396/studium.v0i12.11743. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/studium/article/view/11743>. Acesso em: 19 maio 2024.

AGRESTI, Alan; FINLAY, Barbara. **Métodos estatísticos para as ciências sociais**. Tradução Lori Viali. 4. ed. Porto Alegre, RS: Penso, 2012.

ALÉM do Palácio de Buckingham: conheça os 22 castelos da família real britânica. *História. O Globo*, Rio de Janeiro, RJ: 23 abr. 2023. Mundo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/04/alem-do-palacio-de-buckingham-conheca-os-22-castelos-da-familia-real-britanica-fotos.ghtml>. Acesso em: 25 abr. 2024.

ALCÂNTARA FILHO, José Luiz; SILVA, Márcio Gomes da; SILVA, Sandro Pereira. A abordagem territorial do desenvolvimento rural: uma análise a partir do território rural baixo Jequitinhonha. **Revista Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, São Paulo, SP, v. 7, n. 3, p. 489-506, set.-dez. 2018. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/961/681>. Acesso em: 31 dez. 2023.

ALLEN, Lawrence. R.; LONG, Patrick. T.; PERDUE, Richard R.; KIESELBACH, Scott. The impact of tourism development on residents' perceptions of community life. **Journal of Travel Research**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 16-21, 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/004728758802700104>. Acesso em: 26 abr. 2024.

ALVES, Ieda Maria. Neologia técnico-científica na imprensa brasileira contemporânea. *In: Simpósio da Rede Ibero-Americano de Terminologia (RITerm)*, 8., 2002, Cartagena, Colômbia. Disponível em: <https://riterm.org/index.php/anteriores-2/>. Acesso em: 2 set. 2024.

ANDRADE, Roberto Brenol de. Turismo - Mudança de hábitos transforma o veraneio dos gaúchos: Veranistas estão mais acostumados a temporadas curtas na praia. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, RS, 25 fev. 2011. Economia. Disponível em: <https://l1nq.com/p0984>. Acesso em: 2 abr. 2023.

ANDRADE, Rosane de. **Fotografia e antropologia: olhares de fora-dentro**. São Paulo: Estação Liberdade, EDUC, 2002.

ANUNCIACÃO, Luis. **Conceitos e análises estatísticas com R e JASP**. [Rio de Janeiro]: PUC-Rio, [2021]. Disponível em: <https://bookdown.org/luisfca/docs/tipos-de-amostragem.html>. Acesso em: 20 abr. 2024.

AP, Jonh. Residents' perceptions research on the tourism impacts. **Annals of Tourism Research**, [s. l.], v. 19, n. 4, p. 665-690, 1992. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0160738392900603>. Acesso em: 26 abr. 2024.

AP, Jonh; CROMPTON, Jonh L. Residents' strategies for responding to tourism impacts. **Journal of Travel Research**, [s. l.], v. 32, n. 1, p. 47-50, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/004728759303200108>. Acesso em: 26 abr. 2024.

ASSIS, Lenilton Francisco de. Do território usado à multiterritorialidade: reflexões sobre o lazer e o turismo em segundas residências no nordeste brasileiro. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo SP, n. 26, p.45-58, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74127/77770>. Acesso em: 2 abr. 2024.

ASSIS, Lenilton Francisco de. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território**, Rio de Janeiro RJ, n. 11-13, p. 107-122, set./ out. 2003. Disponível em: <https://doczz.com.br/doc/183092/turismo-de-segunda-resid%C3%A2ncia--a-express%C3%A3o-espacial-do>. Acesso em: 2 abr. 2024.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, SP: Editora Papius, 2012.

BALDRAIA, André. Para além do veraneio: é necessário estruturar e coordenar as ações e os processos realizados nos municípios que compõem a bacia do Rio Tramandaí. **GZH online**, [Porto Alegre], 03 mar. 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2023/03/para-alem-do-veraneio-clerolm29003h016mruut2a1k.html>. Acesso em: 2 abr. 2023.

BARRETO, Margarita. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. **Turismo em Análise**, [s. l.], v.15, n. 2, p. 133-149, nov. 2004.

BARROS, Solange Murta; SOUZA, Andre de Souza Baldraia. Dinâmicas sociais e turismo: o veraneio contemporâneo no litoral norte do Rio Grande do Sul. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 11., 2023, Santa Cruz do Sul, RS, **Anais [...]**. Santa Cruz do Sul, SC: Unisc., 2023. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/23314>. Acesso em: 26 abr. 2024.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução Pedrinho A. Guareschi. 13. ed. 2. reimp. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Levantamento e avaliação da polícia federal de turismo e seu impacto na região costeira**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia legal, 1997. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/17D00003.pdf>. Acesso: 30 abr.2024.

BECKER, Jussara Louzada. **O Homem pré-histórico no litoral norte, RS, Brasil**: de Torres a Tramandaí. [S. l.: Grafica, 2008].

BELLOMO, Harry Rodrigues. **Visões do passado**: aspectos culturais, sociais e políticos. Porto Alegre, RS: Palier, 2006.

Biodiversity4all. [s. l.: s. n., 20--]. Website. Disponível em: [biodiversity4all.org](http://biodiversity4all.org). Acesso em: 15 abr. 2024.

BOISIER, Sergio; LIRA, Luis; QUIROGA, Bolivar; ZURITA, Gladys; ROJAS, Claudio. **Sociedad Civil, Actores Sociales y desarrollo regional**. Santiago del Chile: Ilpes/Cepal, 1995. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/9bdeba1f-8b45-425e-bed8-43ff264bfc30/content>. Acesso em: 31 dez. 2023.

BOSI, Ecléa. Entre a opinião e o estereótipo. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 32, p. 111-118, mar. 1992. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000834900>. Acesso em: 31 dez. 2023.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BRANDALISE, Loreni Terezinha; BERTOLINI, Geysler Roger Flor. Instrumentos de medição de percepção e comportamento – uma revisão. **Revista de Ciências Empresariais** - UNIPAR, Umuarama, PR. v. 14, n. 1, p. 7-34, jan.-jun. 2013. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/235579113.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2023.

BRASIL, Eneida de Fátima Souto; PORTO, Carmem Rejane Pacheco; RIZZON, Katya. Pesquisa em turismo: Costa Doce e Litoral Norte do Rio Grande do Sul. **Geografia**, Rio Claro, SP, v. 41, n. 1, p. 63-73, jan.-abr. 2016. Disponível em: <https://l1nq.com/ycla6>. Acesso em: 2 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo 2024**. [Brasília, DF: s. n.], 2024. Disponível em: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 28 abr. 2024.

BRASILEIRO, Maria Dilma Simões, MEDINA, Júlio César Cabrera, CORIOLANO, Luiza Neide (org). **Turismo, cultura e desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB, 2012. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/7y7r5/pdf/brasileiro-9788578791940.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2022.

BUSSAB, Wilton O.; MORETTIN, Pedro Alberto. **Estatística básica**. 8. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013.

BUTLER, Richard W. **The concept of a tourist area cycle evolution: implications for management of resources**. London, UK: Canadian Geographer, 1980. Disponível em: [https://www.numptynerd.net/uploads/1/2/0/6/12061984/butler\\_model\\_1980.pdf](https://www.numptynerd.net/uploads/1/2/0/6/12061984/butler_model_1980.pdf). Acesso em: 28 jul. 2022.

CALLIARI, Lauro Júlio; MUEHE, Dieter; HOEFEL, Fernanda Gemael; TOLDO JR, Emilio. Morfodinâmica praias: uma breve revisão. **Revista brasileira de oceanografia**, [s. l.], v. 51. p. 63-78, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rboce/a/LmPQtj4ZwBmvcQWBQfyg5cC/?format=pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

CALLIARI, Lauro Júlio; PEREIRA, P. S.; OLIVEIRA, A. O. de; FIGUEIREDO, S. A. Variabilidade das dunas frontais no litoral norte e médio do Rio Grande do Sul, Brasil. **GRAVEL**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p 15-30, nov. 2005. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/gravel/portugues/publica.htm>. Acesso em: 5 maio 2024.

CARA, Roberto Bustos. El turismo y los procesos de transformación territorial. In: RODRIGUES, Adyr A. Balastri (org.). **Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3. ed., São Paulo, SP: HUCITEC, 2001.

CASTRO, Dilton de (org.). **Ciclo das águas na bacia hidrográfica do Rio Tramandaí**. Porto Alegre, RS: Via Sapiens, 2019. Disponível em: <https://taramandahy.org.br/livros-upload/PDF%20Compilado%20Capa+Guarda+Miolo.pdf>. Acesso em: 1 maio 2024.

CASTRO, Dilton de; MELLO, Ricardo Silva Pereira (org.). **Atlas ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí**. Porto Alegre, RS: Via Sapiens, 2013. Disponível em: [https://www.anama.org.br/pesquisas/Livros/Atlas\\_Tramandai\\_2013\\_web\\_2014.pdf](https://www.anama.org.br/pesquisas/Livros/Atlas_Tramandai_2013_web_2014.pdf). Acesso em: 10 maio 2024.

CHOI, Sun Hee. The impacts of tourism and local residents' support on tourism development: a case study of the rural community of Jeongseon, Gangwon Province, South Korea. **Assumption Journal**, [s. l.], v. 6, n. 1, nov. 2014. Disponível em: <http://www.assumptionjournal.au.edu/index.php/AU-GSB/article/view/465>. Acesso em: 26 abr. 2024.

CIET Centro de Inteligência e Economia do Turismo, SETUR- SP. **Pesquisa de Percepção do Turismo 2020/ 2021**. [S. l.: s. n.: 2021]. Disponível em: <https://www.turismo.sp.gov.br/pesquisa-de-percepcao-do-turismo-nos-municipios-2020-2021>. Acesso em: 25 abr. 2024.

CIET Centro de Inteligência e Economia do Turismo, SETUR- SP. **Pesquisa de Percepção do Turismo 2021/ 2022**. [S. l.: s. n.: 2022]. Disponível em: <https://www.turismo.sp.gov.br/pesquisa-de-percepcao-do-turismo-2021-2021>. Acesso em: 25 abr. 2024.

CIRM – Comissão Interministerial dos Recursos do Mar. **Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC)**. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/leplac>. Acesso em: 2 maio 2024.

CLAUSSEN, Miriam Raquel Silva. **O processo de urbanização do município de Imbé, RS: dinâmica socioespacial e socioambiental**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS: UFRGS, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/70648>. Acesso em: 23 mar. 2023.

CLEMENTE, Ana Cristina Fernandes; ANDRADE, Lucas Goulart de; STOPPA, Edmur Antonio; SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. Políticas públicas frente aos impactos econômicos da COVID-19 no Turismo (2020). **Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território**, Brasília, DF, v. 8, n. 14, p. 73-85, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view-/32210/26423>. Acesso em: 9 out. 2022.

COCHRAN, William G. **Sampling Techniques**. New York: John Wiley & Sons, 1977. Disponível em:  
[https://www.academia.edu/29684662/Cochran\\_1977\\_Sampling\\_Techniques\\_Third\\_Edition](https://www.academia.edu/29684662/Cochran_1977_Sampling_Techniques_Third_Edition). Acesso em: 17 abr. 2024.

CORBIN, Alan. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. Tradução Paulo Neves. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1989. Disponível em:  
<https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Territorio%20do%20Vazio%20-%20I%20e%20II107.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2022.

CORREA, Luiz Henrique Sedrez. A segunda residência como indutora da urbanização em áreas litorâneas na contemporaneidade. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 291-307, 2016. DOI:10.12957/geouerj.2016.15822.

COSLETT, H. Branch. Sensory Agnosias. In: GOTTFRIED, J. A. (ed.). **Neurobiology of sensation and reward**. Boca Raton (FL): CRC Press/Taylor & Francis; 2011. Chapter 10. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK92800/>. Acesso em: 31 dez. 2023.

COSTA, Hugo Aureliano da; ROCHA, Ricardo Rayan Nascimento. Turismo e território-rede: aproximações teóricas. **Revista Geotemas**, Pau dos Ferros, RN, v. 13, n. 1, p. e02310, 2023. DOI: 10.33237/2236-255X.2023.4667. Disponível em:  
<https://periodicos.apps.uern.br/index.php/GEOTemas/article/view/4667>. Acesso em: 27 abr. 2024.

COURGEAU, Daniel. Méthodes de mesure de la mobilité spatiale: migrations internes, mobilité temporaire et navettes. Présentation d'un Manuel de l'INED. **Population**, 43. année, n. 4-5, p. 877-880, 1988. Disponível em:  
[www.persee.fr/doc/pop\\_0032-4663\\_1988\\_num\\_43\\_4\\_17066](http://www.persee.fr/doc/pop_0032-4663_1988_num_43_4_17066). Acesso em: 26 abr. 2024.

COUTO, Júlio. Imbé aéreo, 2023. 1 vídeo (1 min 20 seg). Arquivo MOV.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Editora Roca, 2007.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2. ed. São Paulo, SP: Roca, 2003.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de Turismo e Território**. 3. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2002.

CUEILLE, Sophie. Les stratégies des investisseurs: des bords de ville aux bords de mer. In **Situ – Revue des Patrimoines**, [s. l.], 2004. Disponível em:  
<http://insitu.revues.org/1756>. Acesso: 30 abr.2024.

CUNHA, José Marcos Pinto da (org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; 2011. Disponível em: [https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mobilidade/Mobilidade\\_Espacial\\_da\\_Popula%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mobilidade/Mobilidade_Espacial_da_Popula%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em: 26 abr. 2024.

CUNHA, Lauro Pereira da. **A solidão de Conceição do Arroio: isolamento, pobreza e usos do espaço norte-litorâneo gaúcho até 1939**. Porto Alegre, RS: Evangraf, 2019.

DAL FORNO, Marlise Amália Reinehr; KLAS, Juliana; LOPES, Saulo Barbosa. Cultura e desenvolvimento no Litoral Norte do Rio Grande do Sul: uma aproximação. **Campos Neutrais/ Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, Rio Grande, RS, v. 3, n. 1 p. 133-154, jan.-abr. 2021.

DEONNA, Julien A. Emotion, perception and perspective. **Dialectica**, [s. l.], v. 60, n. 1, p. 29-46, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1746-8361.2005.01031.x>. Acesso em: 31 dez. 2023.

DEURSEN, Felipe van. A polêmica sobre o meio da América do Sul: Cuiabá ou Chapada dos Guimarães. **Universo online** (UOL), coluna Terra à vista, 28 nov. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/nossa/colunas/terra-a-vista/2021/11/28/a-polemica-sobre-o-meio-da-america-do-sul-cuiaba-ou-chapada-dos-guimaraes.htm>. Acesso em: 26 abr. 2024.

DILLENBURG, Sérgio R.; TOMAZELLI, Luiz José.; MARTINS, L. R.; BARBOZA, Eduardo Guimarães. Modificações de Longo Período da Linha de Costa das Barreiras Costeiras do Rio Grande do Sul. **GRAVEL**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 4-14, nov. 2005. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/gravel/portugues/publica.htm>. Acesso em: 2 maio 2024.

DOMINGUES, Edson; GUEDES, Gilvan; RIBEIRO, Rafael; MAGALHÃES, Aline; FREIRE, Débora; SANTOS, Reinaldo; FELIX, Monique; ANDRADE, Jeferson; SIMONATO, Thiago; MIYAJIMA, Diego. **Cenários de isolamento social da Covid-19 e impactos econômicos em Minas Gerais**. Nota técnica. Belo Horizonte, MG: NEMEA - Núcleo de Estudos em Modelagem Econômica e Ambiental Aplicada do Cedeplar - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG, p. 1-15, 2020. Disponível em: [https://pesquisas.face.ufmg.br/nemea/wpcontent/uploads/sites/20/2020/05/MG\\_COVID\\_NT1.pdf](https://pesquisas.face.ufmg.br/nemea/wpcontent/uploads/sites/20/2020/05/MG_COVID_NT1.pdf). Acesso em: 9 out. 2022.

DOXEY, George V. A Causation Theory of Visitor-Resident Irritants: Methodology and Research Inferences. *In*: 6th Annual Conference Proceedings of the Travel Research Association, San Diego, 8-11 September 1975. **Anais** [...]. San Diego: [Travel Research Association], 1975. p. 195-198

DUDZIAK, Elisabeth. O que é literatura cinzenta? **AGUIA Blog**, 16 ago. 2021. Disponível em: <https://www.aguia.usp.br/noticias/o-que-e-literatura-cinzenta/>. Acesso em: 27 abr. 2024.

DURAND, Gilbert. **O imaginário**: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Tradução René Eve Levié. Coleção enfoques filosofia. Rio de Janeiro, RJ: DIFEL, 1999.

EMBRATUR - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo. Relatório de desempenho 2º. semestre 2023: consolidado. [Brasília], DF: [Embratur], 2024. Disponível em: <https://embratur.com.br/wp-content/uploads/2024/02/Relatorio-de-Desempenho-2%C2%B0-Semestre-V06-online-resumido.pdf>. Acesso em:

FARION, Sonia Rejane Lemos. **Crescimento urbano e alterações ambientais no município de Tramandaí- litoral norte do estado do Rio Grande do Sul**: análise geográfica com ênfase nas diferenciações espaciais. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS: UFRGS. 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11253/000603010.pdf?sequence=1>. Acesso em: 3 maio 2024.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão - do agrário ao territorial**. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-24042008-113514/publico/Arilson.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2023.

FEPAM. Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – RS. **Diretrizes Ambientais para o Desenvolvimento dos Municípios do Litoral Norte**. Porto Alegre: Fepam, 2000. Disponível em: <https://fepam.rs.gov.br/estudos-ambientais-antiores-a-2010>. Acesso em: 1 maio 2024.

FEPAM. Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – RS. **Gerco (Gerenciamento Costeiro) RS**. [Porto Alegre: FEPAM], 2021. Disponível em: <https://fepam.rs.gov.br/gerco>. Acesso em: 1 maio 2024.

FEPAM. Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – RS. [Regiões Hidrográficas. Porto Alegre: FEPAM, 2024]. Disponível em: Acesso em: 2 maio 2024.

FNEM, Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas. **Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas do Estado do Rio Grande do Sul**. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://fnembrasil.org/rs/>. Acesso em: 4 abr. 2024.

FONSECA, Cauê. Refúgio à beira-mar: veranistas engrossam população do Litoral Norte durante a pandemia e cogitam mudanças em definitivo. **GZH online**, [Porto Alegre], 26 jun. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2020/06/veranistas-engrossam-populacao-do-litoral-norte-durante-a-pandemia-e-cogitam-mudancas-em-definitivo-ckbwmxpi300hc0162ryoicjv6.html>. Acesso em: 9 out. 2022.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes; BASTOS, Maria Lúcia; LIMA, Renata Mayara Moreira de. Segunda residência e a construção dos vínculos afetivos e territoriais no Polo Costa das Dunas, RN, Brasil. **Pasos, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, El Sauzal, v. 14, n. 5, p. 1229-1240, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/881/88147717012.pdf>. Acesso: 30 abr. 2024.

FOSTER, Gustavo Gripe aviária: governo do RS registra mais de 500 mortes em 1 mês; maioria é mamífero. **G1 RS e RBS TV**, [Porto Alegre], 25 out. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/10/25/gripe-aviaria-mais-500-mortes-em-1-mes-mamifero.ghtml>. Acesso em: 24 abr. 2024.

FREITAS, C R. Tourism climatology: evaluating environmental information for decision making and business planning in the recreation and tourism sector. **International journal of biometeorology**, [s. l.], v. 48, n. 1, p. 45-54, 2003. Disponível em: <https://l1nq.com/fUR3b>. Acesso em: 02 abr. 2023.

FÜHR, G.; SEGER, G. Trepadeiras: um olhar ecológico e etnobotânico. *In*: CASTRO, Dilton de; MELLO, Ricardo Silva Pereira (org.). **Atlas ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí**. Porto Alegre, RS: Via Sapiens, 2013. Disponível em: [https://www.anama.org.br/pesquisas/Livros/Atlas\\_Tramandai\\_2013\\_web\\_2014.pdf](https://www.anama.org.br/pesquisas/Livros/Atlas_Tramandai_2013_web_2014.pdf). Acesso em: 10 maio 2024.

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka Martini. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. Coleção ABC Turismo. São Paulo, SP: Editora Aleph, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Amanda da Silveira Duarte. **A economia de Torres e de sua região de influência: estrutura produtiva, dinâmica social e demográfica e potencial de desenvolvimento**. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Faculdades Integradas de Taquara, Taquara, 2020. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/Amanda%20da%20Silveira%20Duarte%20Gomes.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2024.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O horizonte humanista. *In*: GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 304 -337.

GONÇALVES, Eduardo. Dívidas trabalhistas causam a extinção do consórcio Amlinorte. **Jornal Cidades**, [S. l.], 09 out. 2023. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/jornal-cidades/2023/10/1126083-dividas-trabalhistas-causam-a-extincao-do-consorcio-amlinorte.html>. Acesso em: 1 maio 2024.

Google Earth. [S. l.: s. n., 2024]. Disponível em: <https://www.google.com.br/earth/>. Acesso em: 1 maio 2024.

GOSLIN; Jérôme; CLEMMENSEN, Lars B. Proxy records of Holocene storm events in coastal barrier systems: Storm-wave induced markers. **Quaternary Science Reviews**, v. 74, p. 80-119, out. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.quascirev.2017.08.026>. Acesso em: 12 maio 2024.

GRABURN, Nelson. Tourism: The Sacred Journey. *In*: SMITH, Valene L. (ed.) **Hosts and guests. the anthropology of tourism**. 2. ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989.

GUASSELLI, Laurindo Antonio (org.). **Áreas úmidas**: questões ambientais [e-book]. Porto Alegre: CAPES/UFRGS/Programa de Pós-graduação em Geografia/Imprensa Livre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/174963/001064792.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 abr. 2024.

HAAS, Jaqueline Mallmann; RAMBO, Anelise Graciele. Mecanismo de diferenciação de produtos e suas repercussões territoriais: o caso do arroz Doña Ana (Espanha) e do arroz do Litoral Norte (Brasil). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, edição especial, [s. l.], v. 14, n. 2, mar. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v14i2>. Acesso em: 26 abr. 2024.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 3. ed., 3. reimp. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2023.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/ transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HALL, Michael C. Demography. *In*: BUHALIS, Dimitrios; COSTA, Carlos (ed.). **Tourism management dynamics**: trends, management and tools. Oxford: Elsevier, 2006. Disponível em: <https://l1nq.com/65OeH>. Acesso em: 29 maio 2022.

HASENACK, H.; FERRARO, L. Considerações sobre o clima da região de Tramandaí, RS. **Pesquisas em Geociências**, v. 22, n. 22, p. 53-70, 1989. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PesquisasemGeociencias/article/view/21456/pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

HERMANN, Inge; PARIS, Cody Morris. Digital Nomadism: the nexus of remote working and travel mobility. *Information. Inf Technol Tourism*, [s. l.], v. 22, n. 3, p. 329-334, out. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40558-020-00188-w>. Acesso em: 29 maio 2022.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Universo - População e domicílios. [Rio de Janeiro: IBGE], 2011. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=43>. Acesso em: 29 set. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022**. Panorama. [Rio de Janeiro: IBGE], 2024. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divulgação dos resultados**: Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico 2022. [Rio de Janeiro: IBGE], 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/etapas/divulgacao-dos-resultados.html>. Acesso em: 3 jan. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Economia do Turismo**: uma perspectiva macroeconômica 2003-2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Economia\\_Turismo/2003\\_2009/EcoTurismo2003\\_2009.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Economia_Turismo/2003_2009/EcoTurismo2003_2009.pdf). Acesso em: 30 abr. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Imbé - RS**. [S. l.: IBGE], 2022. 1 mapa. Disponível em: [https://geoftp.ibge.gov.br/cartas\\_e\\_mapas/mapas\\_municipais/colecao\\_de\\_mapas\\_municipais/2022/RS/imbe/A0\\_4310330\\_MM.pdf](https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_municipais/colecao_de_mapas_municipais/2022/RS/imbe/A0_4310330_MM.pdf). Acesso em: 2 set. 2024.

IBGE, Coordenação de Geografia. **Regiões de influência das cidades (REGIC): 2018**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html>. Acesso em: 26 abr. 2024.

**IdeseVis**. [Porto Alegre: DEE], 2020. Disponível em: <https://idesevis.dee.rs.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

IMBÉ. **Cadastro imobiliário**. [Imbé: s. n., 2014]. Disponível em: <https://www.imbe.rs.gov.br/conteudo/13344/10928?titulo=Tutorial>. Acesso em: 10 abr. 2024.

IMBÉ. **Lei Municipal nº 118, de 08 de outubro de 1991**. Denomina bairros na área municipal. Imbé: [Diário Oficial], 1991. Disponível em: <https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7570&cdDiploma=118&NroLei=118&Word=&Word2=>. Acesso em: 10 out. 2022.

IMBÉ. **Lei municipal nº 1280, de 3 de setembro de 2010.** Autoriza o poder executivo municipal a doar lotes para fins de assentamento de famílias retiradas da faixa de dunas por determinação judicial. Imbé: [Diário Oficial], 2010. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/i/imbe/lei-ordinaria/2010/128/1280/lei-ordinaria-n-1280-2010-autoriza-o-poder-executivo-municipal-a-doar-lotes-para-fins-de-assentamento-de-familias-retiradas-da-faixa-de-dunas-por-determinacao-judicial-e-da-outras-providencias?q=dunas>. Acesso em: 12 abr. 2024.

IMBÉ. **Lei municipal nº 1474, de 2 de julho de 2013.** Dispõe sobre a revisão da lei 1.072/ 2007 que trata do plano diretor de desenvolvimento urbano ambiental de Imbé. Imbé: [Diário Oficial], 2013. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/i/imbe/lei-ordinaria/2013/148/1474/lei-ordinaria-n-1474-2013-dispoe-sobre-a-revisao-da-lei-1072-2007-que-trata-do-plano-diretor-de-desenvolvimento-urbano-ambiental-de-imbe-e-da-outras-providencias?q=dunas>. Acesso em: 12 abr. 2024.

IMBÉ. **Lei municipal nº 2.433, de 28 de dezembro de 2023.** Desafeta bem de uso comum do povo, passando a bem dominical e autoriza o poder executivo municipal a realizar permuta. Imbé: [Diário Oficial], 2023. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/i/imbe/lei-ordinaria/2023/244/2433/lei-ordinaria-n-2433-2023-desafeta-bem-de-uso-comum-do-povo-passando-a-bem-dominical-e-autoriza-o-poder-executivo-municipal-a-realizar-permuta?q=permuta>. Acesso em: 3 mar. 2024.

IMBÉ. Secretaria Municipal de Governo. **Resultados preliminares do Censo municipal de Imbé.** Imbé, RS: [s. n.], 2022. Disponível em: [https://www.imbe.rs.gov.br/download\\_anexo/Censo%20-%20Imbe%20\(1\).pdf](https://www.imbe.rs.gov.br/download_anexo/Censo%20-%20Imbe%20(1).pdf). Acesso em: 10 out. 2022.

JUCÁ, Beatriz. Pandemia de Coronavírus: o sul do Brasil encontra a face mais dura da pandemia. **El País Brasil**, São Paulo SP, 22 dez. 2020. Disponível em: <https://brasilpais.com/brasil/2020-12-22/o-sul-do-brasil-encontra-a-face-mais-dura-da-pandemia.html>. Acesso em: 12 jan. 2022.

KNAFOU, Remy. Turismo e Território. Para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, Adyr A. Balastrieri (org.). **Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais.** 3. ed. São Paulo, SP: HUCITEC, 2001.

KON, Anita. Pleno emprego no Brasil: interpretando os conceitos e indicadores **Revista Economia & Tecnologia**, v 8, n. 2, p. 5-22, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/ret/article/viewFile/28159/18699>. Acesso em: 13 jun. 2024.

KOSACHENCO, Camila. Abandonado: tradicional ponto de encontro em Imbé, sede da Sapi é demolida pela prefeitura. GZH, 11 maio 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2018/05/tradicional-ponto-de-encontro-em-imbe-sede-da-sapi-e-demolida-pela-prefeitura-cjh2a4ww407kh01qovkqli1rw.html>. Acesso em: 3 mar. 2024.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3. ed. São Paulo, SP: Aleph, 1989.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Leitura XXI, 2007.

KUNST, Aline Vicente. **Impactos ambientais urbanos nos municípios do setor norte do litoral gaúcho**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/112210>. Acesso em: 3 maio 2024.

LACERDA, Rogério Tadeu de Oliveira; ENSSLIN, Leonardo; ENSSLIN, Sandra Rolim. Uma análise bibliométrica da literatura sobre estratégia e avaliação de desempenho. **Gestão & Produção**, v. 19, n. 1, p. 59-78, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/sKh5wfCCGv68fdRP8GStLXC/#>. Acesso em: 5 maio 2024.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Trad. Donald Nicholson-Smith. Oxford: Basil Blackwell, 1991. Disponível em: <https://iberian-connections.yale.edu/wp-content/uploads/2020/04/The-production-of-space-by-Henri-Lefebvre-translated-by-Donald-Nicholson-Smith.pdf>. Acesso em: 3 set. 2024.

LITORAL tem o maior número de casos de coronavírus. Correio do Povo, Porto Alegre, n. 15561, p. 11, 12 jan. 2022. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/verao/regi%C3%A3o-do-litoral-norte-registra-maior-n%C3%BAmero-de-casos-de-covid-19-desde-in%C3%ADcio>. Acesso em: 26 abr. 2024.

LOPES, Eduardo Baptista; RUIZ, Thays Cristina Domareski; ANJOS, Francisco Antonio dos. A ocupação urbana no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, Brasil, e suas implicações no turismo de segunda residência. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [online], v. 10, n. 2, p. 426-441, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.010.002.AO03>. Acesso em: 29 set. 2022.

LOPES, Ricardo Cortez. Agradecimentos em monografias: entendendo a persistência na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Revista Contraponto**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/contraponto/article/view/92138>. Acesso em: 18 abr. 2024.

LUCENA, Sofia. Morar em um navio de cruzeiro? Portal do Envelhecimento e **Longevidade**, [São Paulo], 3 nov. 2019. Disponível em: [https://portaldoenvelhecimento.com.br/morar-em-um-navio-de-cruzeiro/#google\\_vignette](https://portaldoenvelhecimento.com.br/morar-em-um-navio-de-cruzeiro/#google_vignette). Acesso em: 2 set. 2024.

LUNDGREN, Jan O. J. On access to recreational lands in dynamic metropolitan hinterlands. **The Tourist Review**, [Switzerland], v. 39, n. 4., p. 124-131, abr. 1974. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/eb057712/full/html>. Acesso: 30 abr. 2024.

MALINOSKI, André. Freeway: os 50 anos da rodovia que encurtou o caminho para o Litoral Norte: antes da criação da autoestrada, em 1973, viagens em direção às praias podiam durar até quatro horas. **GZH online**, [Porto Alegre], 25 set. 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2023/09/freeway-os-50-anos-da-rodovia-que-encurtou-o-caminho-para-o-litoral-norte-clmt890kz004m016764jhfve7.html#:~:text=Em%2026%20de%20setembro%20de%201973%2C%20era%20inaugurada%20a%20BR,290%2C%20conhecida%20popularmente%20como%20freeway>

MALTA, D. C.; GOMES, C. S.; PRATES, E. J. S.; BERNAL, R. T. I. Mudanças nas doenças crônicas e os fatores de risco e proteção antes e após a terceira onda da COVID-19 no Brasil. **Ciências e Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 28, n. 12, p. 3659-3671, 2023. Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/mudancas-nas-doencas-cronicas-e-os-fatores-de-risco-e-protecao-antes-e-apos-a-terceira-onda-da-covid19-no-brasil/18701?id=18701>. Acesso em: 5 abr. 2024.

MARANDOLA, Eduardo Júnior; MELLO, Leonardo Freire de. “Lugar” e “espaço de vida”: novos enfoques para o planejamento e a participação? *In*: Encontro de Geógrafos da América Latina, mar. 2005, [São Paulo]. **Anais [...]**. [São Paulo]: USP, 2005. p. 8502-8522. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/25.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2024.

MARINHA do Brasil. Diretoria de Hidrografia da Marinha- DHN. Limites marítimos. [S. l.: s. n., 20--]. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/dhn/?q=node/169>. Acesso em: 2 maio 2024.

MARTINHO; Caroline T.; HESP; Patrick A.; DILLENBURG; Sérgio R. Variações morfológicas e temporais de campos de dunas transgressivas do litoral norte e médio-litoral do Rio Grande do Sul, Sul do Brasil. **Geomorfologia**, [s. l.], v. 117, n. 1-2, p. 14-32, abr. 2010. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0169555X0900467X>. Acesso em: 25 abr. 2024.

MASON, Peter. **Tourism Impacts, Planning and Management**. Oxford, United Kingdom: Butterworth-Heinemann & Elsevier, 2003. Disponível em: <https://perpus.univpancasila.ac.id/repository/EBUPT190269.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2024.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; GRUBER Nelson Luís Sambaqui. Os efeitos da atividade turística no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. **Revista ParaOnde!?**, Porto Alegre, RS, v. 3, n. 2, 2009: Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/22102/12861>. Acesso em 29 set. 2022.

MAURO, Ricardo de Arruda; CINTRÃO, Janaina Florinda Ferri; MELHEN, José Eduardo; OLIVEIRA, Edmundo Alves de. Dimensões do desenvolvimento territorial e políticas públicas: perspectivas e desafios a partir da Constituição Federal de 1988. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 489–506, 2018. DOI: 10.5585/geas.v7i3.1496. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/geas/article/view/11514>. Acesso em: 22 mar. 2024.

MIR, Mudasir Ahmad. Host community's perception towards socio-cultural impacts of tourism: an anthropological study of host destinations of Kashmir. **Revista Latino-Americana de Turismologia/ RELAT**, Juiz de Fora, MG, v.7, n. único, p.1-13, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/rlaturismologia/article/view/32875>. Acesso em: 26 abr. 2024.

MOREIRA, Fernando. Casal de aposentados embarca em 51 cruzeiros seguidos: 'Mais barato que asilo'. **Extra**, [S. l.], 2 out. 2023. Disponível em: <https://extra.globo.com/blogs/page-not-found/post/2023/10/casal-de-aposentados-embarca-em-51-cruzeiros-seguidos-mais-barato-que-asilo.ghtml>. Acesso em: 2 set. 2024.

O'LEARY, Zina. **Como fazer seu projeto de pesquisa**: guia prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

OLIVEIRA, Ana Luiza Freitas Valle Machado de. **As duas Atlântidas 1939 | 1952**: o veraneio moderno e a constituição dos balneários do litoral norte gaúcho. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015. Disponível em: <https://encr.pw/icwuG>. Acesso em: 2 abr. 2023.

OLIVEIRA, Josefa Laize Soares; PANOSSO NETTO, Alexandre; SEVERINI, Valéria Ferraz. Do *overtourism* à estagnação. Reflexões sobre a pandemia do Coronavírus e o turismo. **Revista Cenário**, [online], v. 8, p. 26-43, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/32002/26352>. Acesso em: 9 out. 2022.

OLIVEIRA, Matheus. Conheça os 5 melhores países para aposentados e saiba como pedir o visto. **Diário do Comércio**, [São Paulo], 23 jun. 2024. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/internacional/melhores-paises-aposentados/#gref>. Acesso em: 2 set. 2024.

OLIVEIRA, Solange Mendes. Os sufixos nominalizadores ‘-ção’ e ‘-mento’. **Estudos Linguísticos**, Araraquara, v. 36, n. 1, p. 87-96, 2007. Disponível em: <http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2007/sistema06/09.PDF>. Acesso em: 31 dez. 2023.

ONU. Organización de las naciones unidas. **Actualización de las Recomendaciones sobre estadísticas de turismo OMT-ONU/ Serie M nº. 83, 1994**. [S. l.: UN], 1999. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/statcom/doc00/m83note-s.pdf>. Acesso em: 2 set. 2024.

OPAS – Organização Panamericana de Saúde. **Histórico da pandemia de COVID-19 - OPAS/OMS**. [S. l.: s. n., 202-]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 3 jan. 2023.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. **Fundamentos da Análise e do Planejamento de Economias Regionais**. Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipu, 2013. 200 p. Disponível em: [https://www.pti.org.br/wp-content/uploads/2021/01/fundamentos\\_da\\_analise\\_e\\_do\\_planejamento\\_1.pdf](https://www.pti.org.br/wp-content/uploads/2021/01/fundamentos_da_analise_e_do_planejamento_1.pdf). Acesso em: 5 maio 2024.

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, Campina Grande, v. 24, n. 1-2, p. 10-22, jan.-dez. 2005. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/243/225>. Acesso em: 31 dez. 2023.

PENNA, Antônio Gomes. **Percepção e realidade**: introdução ao estudo da atividade perceptiva. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1973.

PEREIRA, Angélica de Brito; FEITOSA, Paulo Henrique Assis. Turismo, economia criativa e a COVID-19 no Brasil: um estudo sobre a sobrevivência das micro e pequenas empresas: **ReAT - Revista Eletrônica de Administração e Turismo**, Pelotas RS, v. 16, n. 1, p. 170-189, jan.-jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/AT/article/view/22277>. Acesso em: 9 out. 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. *In*: CECEÑA, Ana Esther Ceceña; SADER, Emir. **La Guerra Infinita**: hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 217-256. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101018013328/11porto.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2023.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *In*: SADER, Emir (org.). **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2004. Disponível em: <https://www.studocu.com/pt-br/document/universidade-estadual-de-campinas/natureza-e-tecnologia-na-sociedade-contemporanea/goncalves-c-w-o-desafio-ambiental-os-porques-da-desordem-global-1/7673342/download/goncalves-c-w-o-desafio-ambiental-os-porques-da-desordem-global-1.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2023.

QUEIRÓS, Tiago; COELHO, Filipa; LINHARES, Ludgero; TELLES-CORREIA Diogo. Esquizofrenia: o que o médico não psiquiatra precisa de saber. **Acta médica portuguesa**, [s. l.], v. 32, n.1, p. 70-77, 2019. Disponível em: doi: 10.20344/amp.10768. Acesso em: 23 mar. 2022.

R: The R Project for Statistical Computing. Versão 4.3.3. [2024]. Disponível em: <https://www.r-project.org/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. *In*: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular - UNESP, 2008.

RAFFESTIN, Claude. O Território e o Poder. *In*: RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo, SP: Editora Ática, 1993. v. 29, p. 143-185.

RAMBO, Anelise Graciele; FILIPPI, Eduardo Ernesto. A análise escalar nos estudos das dinâmicas territoriais: considerações a partir de experiências de desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. **GEOUSP Espaço e Tempo**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 269–287, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/84533>. Acesso em: 14 mar. 2024.

RAMOS, Alexandre Costa. O crescimento populacional no Litoral Norte do Rio Grande do Sul e o desenvolvimento regional: território e enfoque convencional. **Revista Gestão Premium**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 124-142, 2016. Disponível em: <http://sys.facos.edu.br/ojs/index.php/gestao/article/view/51>. Acesso em 24 set. 2022.

REGINATO, Pedro Antonio Roehle; AHLERT, Siclério. Geologia. *In*: SCHÄFER, Alois; LANZER, Rosane; SCUR, Luciana (org). Atlas socioambiental dos municípios de Cidreira, Balneário Pinhal, Palmares do Sul. Caxias do Sul, RS: Educs, 2013. p. 25-28. Disponível em: <https://www.ucs.br/educs/livro/atlas-socioambiental-dos-municipios-de-cideira-balneario-pinhal-e-palmares-do-sul-projeto-lagoas-costeiras-ii/>. Acesso em: 1 maio 2024.

REIS, Marcelo Terra. **O Turismo como elemento de ocupação do litoral norte do Rio Grande do Sul**: tendências ao turismo permanente. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Faculdades Integradas de Taquara, Taquara, 2015. Disponível em: [https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/Marcelo%20Reis\\_0.pdf](https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/Marcelo%20Reis_0.pdf). Acesso em: 18 abr. 2024.

REZENDE, Ricardo de Oliveira. Populações em Movimento: demografia, bem-estar social e desenvolvimento do território. *In*: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 8., set. 2010, São Paulo, SP. **Anais** [...]. São Paulo: ANPTUR, 2010. Disponível em: <https://encr.pw/oyGEz>. Acesso em: 2 abr. 2023.

RIBEIRO, Jorge Ponciano. **Vade-mecum dos Conceitos do Encontro Nacional de Gestalt-terapia**. Brasília/Pirenópolis: [s. n.], 2020. Disponível em: <https://www.igtb.com.br/post/vade-mecum-dos-conceitos-do-encontro-nacional-de-gestalt-terapia>. Acesso em: 5 maio 2024.

RIBEIRO, Miguel Angelo; COELHO, Maria do Socorro Alves. A Importância do Fenômeno da Segunda Habitação e Suas Implicações com a Atividade de Lazer-veraneio: o exemplo do Estado do Rio de Janeiro. *In*: MARAFON, Glaucio José; PESSÔA, Vera Lucia Salazar (org.). **Agricultura, Desenvolvimento e Transformações Socioespaciais**. Uberlândia: Assis Editora Ltda, 2008. p. 303-318.

RIBEIRO, Renato Janine. **Saúde mental pós-pandemia**. [S. l.]: SBPC, 19 mai. 2023. Disponível em: <http://portal.sbpnet.org.br/noticias/saude-mental-pos-pandemia/#:~:text=Especialistas%20apontam%20ainda%20que%20o,n%C3%ADvel%20de%20estresse%20dos%20brasileiros>. Acesso em: 10 maio 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa do Estado. Comissão de Constituição e Justiça. Processo 2365/88-0, de 26 abril de 1988. Proposta de plebiscito e Projeto de Lei 114/88 que cria o município de Imbé. [Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado], 1988a.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei complementar nº 12.100, de 27 de maio de 2004**. Institui a Aglomeração Urbana do Litoral Norte, dispõe sobre a gestão regional e dá outras providências. Porto Alegre, RS: Diário Oficial Estadual, 2004. Disponível em: <https://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/12.100.pdf>. Acesso em: 1 maio 2024.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei estadual 8.600/1988, de 9 de maio de 1988**. Cria o município de Imbé. Porto Alegre: [Assembleia Legislativa], 1988b. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-8600-1988-rio-grande-do-sul-cria-o-municipio-de-imbe>. Acesso em: 1 maio 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA/RS). Tramandaí. [Porto Alegre: SEMA, 2018a]. Disponível em: <https://sema.rs.gov.br/l010-bh-tramandai>. Acesso em: 20 abr. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Saúde. Centro Estadual de Vigilância em Saúde. **Informativo Epidemiológico de Arboviroses**. Semanas Epidemiológicas 01 a 52 de 2023. [Porto Alegre: s. n.], jan. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. SPGG - Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul: 1809 - 2018**. Porto Alegre, RS: SPGG, 2018b. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/livro-genealogia-dos-municipios-do-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 26 abr. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. SPGG - Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão. **Posicionamento sobre extinção da FEE e contratação da Fipe pelo governo do Estado**. [Porto Alegre, RS: SPGG], 2018c. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/posicionamento-sobre-extincao-da-fee-e-contratacao-da-fipe-pelo-governo-do-estado>. Acesso em: 1 maio 2024.

RIO GRANDE DO SUL. SPGG- Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. 7. ed. Porto Alegre, RS: SPGG, 2022. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: 2 abr. 2023.

RODRIGUES, Adyr A. Balastrieri. **Turismo e geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3. ed, São Paulo, SP: HUCITEC, 2001.

ROUCH, Jean. **The Camera and man**. DER - Documentary educacional Resources. Jean Rouch Tribute Website, [entre 2005 e 2009]. Disponível em: <https://www.der.org/jean-rouch/pdf/CameraandMan-JRouch.pdf>.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 176 p.

SANTOS, Milton. O retorno ao território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Território, globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1998. p. 17-20. Disponível em: <https://anpur.org.br/territorio-globalizacao-e-fragmentacao/>. Acesso em: 3 set. 2024.

SANTOS, Priscila Pereira; VILAR, José Wellington Carvalho. As repercussões territoriais do imobiliário-turístico na produção de derivados da mangaba no litoral sergipano –Brasil. **Revista Geonordeste**, São Cristóvão, ano 25, n. 2, p. 107-123, ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/geonordeste/article/view/3102/pdf>. Acesso em: 26 abr. 2024.

SANTOS, Thiago de Souza; LIMA, Rosineide Mari de; BRESCIANI, Luis Paulo. Políticas Públicas de Turismo para o desenvolvimento Regional no Brasil. **TURyDES**, Revista Turismo Y Desarrollo Local, v. 10, n. 22, p. 2-19, 2017. Disponível em: [https://www.eumed.net/rev/turedes/22/index.html#google\\_vignette](https://www.eumed.net/rev/turedes/22/index.html#google_vignette). Acesso em: 12 nov. 2023.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular - UNESP, 2008.

SCHIFFMAN, Harvey Richard. **Sensação e percepção**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2005. Disponível em: <https://doceru.com/doc/ev0sv0n>. Acesso em: 31 dez. 2023.

SCHNEIDER, Mauro Belo. **População de Imbé teme início de envio de esgoto de Xangri-Lá ao Rio Tramandaí**. Jornal do Comércio, 25 abr. 2024. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/geral/2024/04/1151927-populacao-de-imbe-teme-inicio-de-envio-de-esgoto-de-xangri-la-ao-rio-tramandai.html>. Acesso em: 26 abr. 2024.

SCHOSSLER, Joana Carolina. **A História do Veraneio no Rio Grande do Sul**. São Paulo, SP: Editora Paco Editorial, 2013.

SCHOSSLER, Joana. Sonhar a casa de férias. **Terra Brasilis**, [s. l.], n. 16, 31 dez. 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/9869>. Acesso em: 26 abr. 2024.

SEÇÃO extraordinária - 29 dezembro 2023. 1 vídeo (21 min). Publicado por Câmara Online Imbé – RS. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c8aS-Lyr6zw>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento com liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. 9. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIAS, Estel. El Niño ganha força e se aproxima do patamar de Super El Niño. **MetSul**, 8 novembro 2023. Disponível em: <https://metsul.com/el-nino-ganha-forca-e-se-aproxima-do-patamar-de-super-el-nino/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

SILVA FILHO, Analdino Pinheiro; BARBOSA, Jonei Cerqueira. O potencial de um estudo piloto na pesquisa qualitativa. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 13, n. 3, p. 1135-1155, set. 2019. Disponível em: <https://encr.pw/08pWf>. Acesso em: 6 set. 2023.

SILVA, Joseli Maria. Cultura e territorialidades urbanas - uma abordagem da pequena cidade. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 5, n. 2, 2007. p.10-37. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2109>. Acesso em: 31 dez. 2023.

SILVEIRA, Filipe Ferreira da. Litoral. Fauna digital do Rio Grande do Sul. [S. /]: Bird and Mammal Evolution, Systematics and Ecology Lab – UFRGS, 2024. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/faunadigitalrs/litoral>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. **Geografia aplicada ao turismo: fundamentos teórico-práticos**. Curitiba: InterSaberes, 2014.

SIMÕES, Edda Augusta Quirino; TIEDERMANN, Klaus Bruno. **Série Temas básicos de psicologia**: psicologia da percepção, n. 10, v. 2. São Paulo: Epu, 1985. Disponível em: <https://doceru.com/doc/e1nx1c8>. Acesso em: 31 dez. 2023.

SMITH, Valene L. (ed.). **Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism**. 2. ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989.

SOARES, Leda Saraiva. **Imbé: histórico, turístico**. 2. ed. Tramandaí, RS: Evangraf, 2002.

SOARES, Leda Saraiva. **Tramandaí – Imbé. 100 anos de história**: religiosidade, cultura, folclore. Porto Alegre, RS: EST editorações, 2008.

SOKAL, Alan; BRICMONT, Jean. **Imposturas intelectuais**. Tradução Max Altman. Rio de Janeiro, RJ: Editora Record, 1999.

SORÔKINA, Anna. Qual foi o fim dos palácios da família Romanov após a Revolução Russa? História. **Russia Beyond**, 4 dez 2021. Disponível em: <https://br.rbth.com/historia/86232-qual-foi-o-fim-dos-palacios-da-familia-romanov>. Acesso em: 5 maio 2024.

SOUSA, Maisa Nogueira de. **Métodos de avaliação da percepção, preferências e atitudes de utilizadores de espaços verdes urbanos**. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Paisagismo), Departamento de geociências ambientais e ordenamento do território, Universidade de Porto. Portugal, 2020. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/131870/2/440278.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2023.

SOUZA, Cristie André de; REBOITA, Michele Simões. Ferramenta para o Monitoramento dos Padrões de Teleconexão na América do Sul. **Terrae Didática**, Campinas, SP, v. 17, n. 00, p. e02109, 2021. Disponível em: <https://meteorologia.unifei.edu.br/teleconexoes/indice?id=pdo>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SOUZA, Marcelo José Lopes. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? *In*: RODRIGUES, Adyr A. Balastrieri. **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002. p. 17-22.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Da "diferenciação de áreas" à "diferenciação socioespacial": a "visão (apenas) de sobrevôo" como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. **Cidades**, [s. l.], v. 4, n. 6, p. 101-144, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Território e (des)territorialização. In: SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 77-110.

STAUDT, Leandro. Veja como era a Estrada Velha antes da construção da Freeway: ERS-030 foi principal ligação para o Litoral Norte até 1973. **GZH online**, [Porto Alegre], 09 jun. 2022. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/leandro-staudt/noticia/2022/06/veja-como-era-a-estrada-velha-antes-da-construcao-da-freeway-cl45u336z000z0167uxn5jd7u.html>. Acesso em 24 set. 2022.

STONE, Philip; SHARPLEY, Richard. Consuming dark tourism: A Thanatological Perspective. **Annals of Tourism Research**, v. 35, n. 2, 2008. p. 574-595. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2008.02.003>. Acesso em: 2 set. 2024.

STROHAECKER, Tânia Marques. **Urbanização no Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul**: contribuição para a gestão urbana ambiental do município de Capão da Canoa. 2007. Tese (Doutorado em Geociências) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/10086>. Acesso em 24 set. 2022.

STYNES, Daniel. J. **The economic impacts of tourism**. [Michigan]: Michigan State University, 1999. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=b070decac01b37f59fd1641bcd0fbc1f365329c2>. Acesso em: 26 abr. 2024.

SUERTEGARAY, Dirce. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Scripta Nova**, [s. l.], v. 5, n. 79-104, 2001. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/313>. Acesso em: 28 jul. 2022.

SUGUIO, Kenitiro. **Dicionário de geologia marinha**. São Paulo, SP: T. A. Queiroz, 1992. Disponível em: [https://repositorio.usp.br/directbitstream/22d9d1a1-4b71-42d8-b18f-0d91dbb59408/0826786%20-%20obra%20completa\\_compressed%20%281%29.pdf](https://repositorio.usp.br/directbitstream/22d9d1a1-4b71-42d8-b18f-0d91dbb59408/0826786%20-%20obra%20completa_compressed%20%281%29.pdf). Acesso em: 2 maio 2024.

TABAJARA, Luiz L. C. A.; OLIVEIRA, Júlio F. de; LEITE, Pedro Terra; OLIVEIRA, Rafael M. de; FRANCHINI, Ricardo A. L.; CRISTIANO, Samanta C.; CLAUSSEN, Miriam R. S. Critérios para a classificação e manejo de costa arenosa dominada por ondas e com intensa ocupação urbana: o caso de Imbé, RS, Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, [s. l.], v. 13, n. 4, p. 409-431, 2013. Disponível em: [https://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci\\_13-4\\_screen.pdf](https://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci_13-4_screen.pdf). Acesso em: 5 maio 2024.

TAYLOR, Abigail; LOGAN, Rebekah. Os passageiros de cruzeiro para volta ao mundo que, 3 meses depois, ainda não saíram do ponto de partida. **BBC News**, Irlanda do Norte, 29 ago. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy4lwdyy127o>. Acesso em: 2 set. 2024.

THEIS, Ivo Marcos. HIC ET NUNC: Qual a concepção de desenvolvimento regional quando se trata de desenvolvimento regional? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s. l.], v. 24, n. 1, 2022. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6982>. Acesso em: 31 dez. 2023.

THEIS, Ivo Marcos. **O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira**. Redes, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 334-360, 3 set. 2019.

TOMAZELLI, L. J.; HORN FILHO, N. O.; VILLWOCK, J. A.; DEHNHARDT, E. A.; LOSS, E. L.; KOPPE, J. C. Mapa geológico das folhas Osório e Tramandaí. In: CECO (ed.). **Atlas Geológico da Província Costeira do Rio Grande do Sul, Centro de Estudos de Geologia Costeira e Oceânica**. Porto Alegre: Instituto de Geociências/UFRGS, 1984. Disponível em: <https://geocost.ufsc.br/mapas-geologicos-e-fisiograficos>. Acesso em: 10 maio 2024.

TSE - Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições anteriores**. [Brasília: TSE, 202–]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>. Acesso em: 5 mar. 2024.

TULIK, Olga. **Residências secundárias**: presença, dimensão e expressividade do fenômeno no Estado de São Paulo. 1995. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

UNWTO - United Nations World Tourism Organization. Commission of the European Communities, Organisation for Economic Co-operation and Development. **Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework 2008 (TSA-RMF 2008)**. [Luxembourg, series F, n. 80, rev. 1], 2010. Disponível em: <https://encr.pw/BNRqK>. Acesso em: 29 mai. 2022.

UNWTO - United Nations World Tourism Organization. **Tourism for sustainable development goals**. Plataforma T4SDG. [2015?]. Disponível em: <https://tourism4sdgs.org/the-platform>. Acesso em: 3 mar. 2024.

VALENTE, Pedro Teixeira; VIANA, Denilson Ribeiro; AQUINO, Francisco Eliseu; SIMÕES, Jefferson Cardia. Classification of precipitation anomalies in the Rio Grande do Sul in ENSO events in the 20th century. **Sociedade & Natureza**, [s. l.], v. 35, p. e66073, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/SN-v35-2023-66073>. Acesso em: 2 abr. 2023.

VINER, David; NICHOLLS, Sarah. Climate change and its implications for international tourism. *In*: BUHALIS, Dimitrios; COSTA, Carlos (ed.). **Tourism management dynamics: trends, management and tools**. Oxford, UK: Elsevier, 2006. Disponível em: <https://encr.pw/65OeH>. Acesso em: 29 maio 2022.

VOLUNTOURISM: the good and the bad. **World Vision**. Canada: [World Vision], 26. jul. 2023. Disponível em: <https://www.worldvision.ca/stories/voluntourism-the-good-and-the-bad#:~:text=1.,education%20and%20many%20other%20areas>. Acesso em: 2 set. 2024.

WAGNER, Gustavo Peretti. A Evolução Paleogeográfica e a Ocupação dos Sambaquis no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, Brasil *In*: RIBEIRO, A.; BAUERMAN, S.; SCHERER, C. **Quaternário do Rio Grande do Sul, integrando conhecimentos**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Paleontologia, 2009b. 243-254p.

WAGNER, Gustavo Peretti. **Sambaquis da Barreira da Itapeva: uma perspectiva geoarqueológica**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009a. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2295>. Acesso em: 30 abr. 2024.

WE are now UN Tourism. Publicado pelo canal UN Tourism. 2024. 1 vídeo (2 min 29 seg). Disponível em: <https://youtu.be/DAuKnwisQ84?si=IX7UqeT2dCqn-hhS>. Acesso em: 5 maio 2024.

WESCHENFELDER, Jair; ZOUAIN, Ricardo N. Ayup. Variabilidade morfodinâmica das praias oceânicas entre Imbé e Arroio do Sal, RS, Brasil. **Pesquisa em Geociências**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 3-13, 2002. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22599/000343868.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 maio 2024.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

YUKON, Department of Tourism and Culture. **The Yukon sustainable tourism observatory**. Canada: preliminary study UNWTO-INSTO, 2021. Disponível em: <https://emrlibrary.gov.yk.ca/Tourism/yukon-sustainable-tourism-observatory-canada-preliminary-study-UNWTO-INSTO.pdf>. Acesso em: 18 out. 2023.

ZAOUAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? *In*: BARTHOLLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro - RJ: Letra e Imagem, 2009. p. 55-75. Disponível em: [http://www.each.usp.br/turismo/livros/turismo\\_de\\_base\\_comunitaria\\_barthollo\\_sansolo\\_bursztyn.pdf](http://www.each.usp.br/turismo/livros/turismo_de_base_comunitaria_barthollo_sansolo_bursztyn.pdf). Acesso em: 29 jul. 2022.

ZAOUAL, Hassan. **Nova economia das iniciativas locais**: uma introdução ao pensamento pós-global. Tradução. Michel Thiollent. Rio de Janeiro, RJ: COOPE/UFRJ, 2006.

ZAOUAL, Hassan. O homo situs e suas perspectivas paradigmáticas. Tradução Leticia Mel. **Revista de Economia Política Internacional OIKOS**, Rio de Janeiro, RJ, v. 9, n. 1, 2010. p. 13-39. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/issue/view/2143>. Acesso em: 31 dez. 2023.

ZAPATA, Tania. **Desenvolvimento humano**. [S. l.: s. n., 2011. *Online*]. Disponível em: <https://www.iadh.org.br/wp-content/uploads/2011/08/Desenvolvimento-humano-Tania-Zapata.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2023.

ZAPPES, Camilah Antunes; SIMÕES-LOPES, Paulo César; ANDRIOLO, Artur; DI BENEDITTO, Ana Paula Madeira. O conhecimento tradicional identifica as causas da captura acidental de golfinhos-nariz-de-garrafa (*Tursiops truncatus* Montagu 1821): Uma abordagem etnobiológica. **Gestão Oceânica e Costeira**, v. 120, p. 160-169, fev. 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0964569115300788>. Acesso em:

ZHANG, Jiekuan. Tourism Impact Analysis for Danish Regions. **Tourism Economics**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 165-188, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.5367/000000002101298052>. Acesso em: 26 abr. 2024.

ZUANAZZI, Pedro; BARTELS, Mariana. **Estimativas para a população flutuante do Litoral Norte do RS**. Porto Alegre, RS: FEE, 2016. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/relatorios/estimativas-para-populacao-flutuante-do-litoralnorte-do-rs/>. Acesso em: 24 set. 2022.

## APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS DA PESQUISA

|  |   |
|--|---|
| AMOSTRA/SETOR: _____ QUESTIONÁRIO - COMO VOCÊ VÊ O TURISMO NA CIDADE DE IMBÉ -RS?  |   |
| <b>Bloco I - PARA SABER UM POUCO SOBRE VOCÊ</b><br>Todos esses dados serão confidenciais. Seu anonimato e segurança serão garantidos.                              |   |
| 1 Qual a sua data de nascimento?   | DD/MM/AAA: ____/____/____   |
| 2 Você é morador de Imbé?  | <input type="radio"/> Sou morador permanente <input type="radio"/> Moro aqui parte do ano, parte em outra cidade  |
| 3 Quantos são os domicílios em que você reside?  | <input type="radio"/> Único domicílio <input type="radio"/> Mais de um domicílio  |
| 4 Desde que ano até hoje, sem interrupções, você mora em Imbé?   | <input type="radio"/> Desde 2020 até hoje <input type="radio"/> Entre 2010-2019 até hoje <input type="radio"/> Entre 2000-2009 até hoje <input type="radio"/> Desde antes 1999 até hoje   |
| 5 Por que você escolheu morar em Imbé? (marque a alternativa principal)  | <input type="radio"/> Atrativos naturais e paisagem <input type="radio"/> Disponibilidade e baixo custo de moradia<br><input type="radio"/> Estrutura e serviços <input type="radio"/> Familiaridade, proximidade de familiares e amigos<br><input type="radio"/> Oportunidade de trabalho <input type="radio"/> Tranquilidade e qualidade de vida<br><input type="radio"/> Outra justificativa: _____  |
| 6 Você nasceu em Imbé?   | <input type="radio"/> SIM <input type="radio"/> NÃO, sou natural de outro município do RS <input type="radio"/> NÃO, sou natural de outro estado ou País  |
| 7 Em qual outra cidade/ estado ou País diferente do Brasil você nasceu?<br>(Se natural do Imbé, pule essa questão; se for brasileiro, informe só cidade e estado)  | Cidade: _____ UF: _____ País: _____   |
| 8 Qual foi a última cidade, estado ou País diferente do Brasil em que você morou?<br>(Caso sempre tenha morado em Imbé, deixe em branco e pule para a pergunta 10) | Cidade: _____ UF: _____ País: _____   |
| 9 Por quanto tempo (em meses) sem interrupções você morou nessa última cidade/estado?  | (Número): _____ (meses)   |
| 10 Qual seu sexo ao nascer?  | <input type="radio"/> Feminino <input type="radio"/> Masculino <input type="radio"/> Outro/ prefiro não dizer   |
| 11 Qual o seu grau de instrução?   | <input type="radio"/> Sem instrução formal ou fundamental incompleto/ em andamento<br><input type="radio"/> Fundamental completo ou médio incompleto/ em andamento<br><input type="radio"/> Médio completo ou superior incompleto/ em andamento<br><input type="radio"/> Superior completo e outros níveis de pós-graduação   |
| 12 Você já trabalhou no campo turístico?   | <input type="radio"/> SIM <input type="radio"/> NÃO   |
| 13 Nomeie sua atividade profissional principal hoje  | _____   |
| 14 Como você define seu vínculo de trabalho hoje?  | <input type="radio"/> Faço parte de uma cooperativa <input type="radio"/> Não estou trabalhando ou estudando<br><input type="radio"/> Sou aposentado (a) ou pensionista <input type="radio"/> Sou assalariado(a) (por contrato/ carteira assinada)<br><input type="radio"/> Sou empregador (empresário/a) <input type="radio"/> Sou trabalhador informal, diarista, autônomo<br><input type="radio"/> Sou funcionário público <input type="radio"/> Sou microempreendedor individual (MEI)<br><input type="radio"/> Sou pescador (a) <input type="radio"/> Sou profissional liberal<br>Outra alternativa: _____ |

15 Sua renda pessoal mensal se encaixa melhor, em média, em quais das faixas abaixo?

Não tenho renda própria

Menos de um salário mínimo (< R\$1.319,00 em 2023)

De um até dois salários mínimos (R\$1.320,00 a R\$2.639,00)

De dois até quatro salários mínimos (R\$2.640,00 a R\$5.279,00)

De quatro até oito salários mínimos (R\$5.280,00 a R\$10.559,00)

De oito até dezesseis salários mínimos (R\$10.560,00 a R\$21.119,00)

Igual ou maior que dezesseis salários (> R\$21.120,00)

16 Qual grupo de atividades são mais atrativas para você em Imbé?

Agitação, festas, shows, experiências de interação com novos grupos e pessoas.

Descanso, atividades tranquilas e interação social em seu círculo familiar e de amigos.

Não tenho preferência.

Bloco II – QUEREMOS SABER SUA PREFERÊNCIA QUANTO AO FUTURO DO MUNICÍPIO  
(COMPARAR com a quantidade de visitantes desejada com a observada em períodos semelhantes do último ano e considerar ALTA TEMPORADA de dez- mar e BAIXA TEMPORADA de abr- nov)

17 Pensando nos próximos 10 anos, que quantidade de visitantes você gostaria que viessem a Imbé?

| NA ALTA TEMPORADA                | Menos visitantes      | Mesma quantidade      | Mais visitantes       |
|----------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| A) no Natal, Ano Novo e Carnaval | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| B) nos fins de semana e feriados | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| C) de segunda a sexta            | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| NA BAIXA TEMPORADA               | Menos visitantes      | Mesma quantidade      | Mais visitantes       |
| D) em eventos da região          | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| E) nos fins de semana e feriados | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| F) de segunda a sexta            | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

Bloco III – QUEREMOS SABER SUA OPINIÃO - Até que ponto você concorda ou discorda com cada uma das seguintes afirmações sobre o turismo em Imbé? - Marque uma alternativa por questão

18 O turismo movimentada e alegre a rotina de vida da população de Imbé.

1                      2                      3                      4                      5  
                                                                                          
Discordo                      Discordo                      Não quero                      Concordo                      Concordo  
totalmente                      parcialmente                      opinar                      parcialmente                      totalmente

19 O turismo atrai investimentos e faz circular impostos que beneficiam a economia de Imbé.

1                      2                      3                      4                      5  
                                                                                          
Discordo                      Discordo                      Não quero                      Concordo                      Concordo  
totalmente                      parcialmente                      opinar                      parcialmente                      totalmente

20 O turismo cria empregos para as pessoas de Imbé.

1                      2                      3                      4                      5  
                                                                                          
Discordo                      Discordo                      Não quero                      Concordo                      Concordo  
totalmente                      parcialmente                      opinar                      parcialmente                      totalmente

21. O turismo aumenta o meu acesso ao emprego e a minha renda.

1                      2                      3                      4                      5  
                                                                                          
Discordo                      Discordo                      Não quero                      Concordo                      Concordo  
totalmente                      parcialmente                      opinar                      parcialmente                      totalmente

|   |   |  |   |   |
|---|---|--|---|---|
| 22 Para melhorar o turismo é preciso criar oportunidades de educação e profissionalização.                                      |   |  |   |   |
| 1<br><input type="radio"/><br>Discordo totalmente   | 2<br><input type="radio"/><br>Discordo parcialmente | 3<br><input type="radio"/><br>Não quero opinar | 4<br><input type="radio"/><br>Concordo parcialmente | 5<br><input type="radio"/><br>Concordo totalmente |
| 23 Os empreendimentos turísticos valorizam e ajudam a preservar as tradições daqui.   |   |  |   |   |
| 1<br><input type="radio"/><br>Discordo totalmente   | 2<br><input type="radio"/><br>Discordo parcialmente | 3<br><input type="radio"/><br>Não quero opinar | 4<br><input type="radio"/><br>Concordo parcialmente | 5<br><input type="radio"/><br>Concordo totalmente |
| 24 Os visitantes são respeitosos com os habitantes locais e seu modo de vida.   |   |  |   |   |
| 1<br><input type="radio"/><br>Discordo totalmente   | 2<br><input type="radio"/><br>Discordo parcialmente | 3<br><input type="radio"/><br>Não quero opinar | 4<br><input type="radio"/><br>Concordo parcialmente | 5<br><input type="radio"/><br>Concordo totalmente |
| 25 O turismo cria oportunidades de lazer, entretenimento e atividades culturais também para a população de Imbé.                |   |  |   |   |
| 1<br><input type="radio"/><br>Discordo totalmente   | 2<br><input type="radio"/><br>Discordo parcialmente | 3<br><input type="radio"/><br>Não quero opinar | 4<br><input type="radio"/><br>Concordo parcialmente | 5<br><input type="radio"/><br>Concordo totalmente |
| 26 O tipo de turismo praticado em Imbé incentiva a preservação do ambiente e evita danos à natureza.                            |   |  |   |   |
| 1<br><input type="radio"/><br>Discordo totalmente   | 2<br><input type="radio"/><br>Discordo parcialmente | 3<br><input type="radio"/><br>Não quero opinar | 4<br><input type="radio"/><br>Concordo parcialmente | 5<br><input type="radio"/><br>Concordo totalmente |
| 27 O turismo aumenta o acúmulo de lixo, a poluição sonora e atmosférica nas áreas de uso público.                               |   |  |   |   |
| 1<br><input type="radio"/><br>Discordo totalmente   | 2<br><input type="radio"/><br>Discordo parcialmente | 3<br><input type="radio"/><br>Não quero opinar | 4<br><input type="radio"/><br>Concordo parcialmente | 5<br><input type="radio"/><br>Concordo totalmente |
| 28 Os principais investimentos em infraestrutura e manutenção das vias de trânsito em Imbé são realizados em função do turismo. |   |  |   |   |
| 1<br><input type="radio"/><br>Discordo totalmente   | 2<br><input type="radio"/><br>Discordo parcialmente | 3<br><input type="radio"/><br>Não quero opinar | 4<br><input type="radio"/><br>Concordo parcialmente | 5<br><input type="radio"/><br>Concordo totalmente |
| 29 O número de turistas de Imbé vem reduzindo devido ao aumento da insegurança e criminalidade.                                 |   |  |   |   |
| 1<br><input type="radio"/><br>Discordo totalmente   | 2<br><input type="radio"/><br>Discordo parcialmente | 3<br><input type="radio"/><br>Não quero opinar | 4<br><input type="radio"/><br>Concordo parcialmente | 5<br><input type="radio"/><br>Concordo totalmente |
| 30 O turismo contribui para reduzir a qualidade de vida dos moradores de Imbé.  |   |  |   |   |
| 1<br><input type="radio"/><br>Discordo totalmente   | 2<br><input type="radio"/><br>Discordo parcialmente | 3<br><input type="radio"/><br>Não quero opinar | 4<br><input type="radio"/><br>Concordo parcialmente | 5<br><input type="radio"/><br>Concordo totalmente |
| 31 O turismo não vem sendo capaz de gerar postos de trabalho permanentes para as pessoas de Imbé.                               |   |  |   |   |
| 1<br><input type="radio"/><br>Discordo totalmente   | 2<br><input type="radio"/><br>Discordo parcialmente | 3<br><input type="radio"/><br>Não quero opinar | 4<br><input type="radio"/><br>Concordo parcialmente | 5<br><input type="radio"/><br>Concordo totalmente |
| 32 O turismo dificulta as oportunidades da população local para encontrar moradia.  |   |  |   |   |
| 1<br><input type="radio"/><br>Discordo totalmente   | 2<br><input type="radio"/><br>Discordo parcialmente | 3<br><input type="radio"/><br>Não quero opinar | 4<br><input type="radio"/><br>Concordo parcialmente | 5<br><input type="radio"/><br>Concordo totalmente |

|  |                            |                       |                            |                          |
|--|----------------------------|-----------------------|----------------------------|--------------------------|
| 33 Os preços praticados para turistas contribuem para carestia de alimentos e produtos básicos à venda para os moradores (roupas, sapatos, material de construção, combustíveis).                |                            |                       |                            |                          |
| 1<br>Discordo totalmente   | 2<br>Discordo parcialmente | 3<br>Não quero opinar | 4<br>Concordo parcialmente | 5<br>Concordo totalmente |
| 34 A presença de visitantes inibe o uso da praia, do mar, rios, lagoas e das praças pela população local.  |                            |                       |                            |                          |
| 1<br>Discordo totalmente   | 2<br>Discordo parcialmente | 3<br>Não quero opinar | 4<br>Concordo parcialmente | 5<br>Concordo totalmente |
| 35 A presença de visitantes prejudica a qualidade do atendimento aos residentes em estabelecimentos comerciais locais, agências bancárias e estabelecimentos de saúde.                           |                            |                       |                            |                          |
| 1<br>Discordo totalmente   | 2<br>Discordo parcialmente | 3<br>Não quero opinar | 4<br>Concordo parcialmente | 5<br>Concordo totalmente |
| 36 O turismo prejudica o fornecimento regular de serviços básicos para os moradores (água potável, energia elétrica, sinal de telefonia e internet, facilidades sanitárias, etc.).               |                            |                       |                            |                          |
| 1<br>Discordo totalmente   | 2<br>Discordo parcialmente | 3<br>Não quero opinar | 4<br>Concordo parcialmente | 5<br>Concordo totalmente |
| 37 Com o aumento de veículos particulares em trânsito pelas vias urbanas e estradas que cruzam Imbé é preciso criar soluções viárias e de transporte para evitar os engarrafamentos e sinistros. |                            |                       |                            |                          |
| 1<br>Discordo totalmente   | 2<br>Discordo parcialmente | 3<br>Não quero opinar | 4<br>Concordo parcialmente | 5<br>Concordo totalmente |
| 38 Faltam opções, diversidade e qualidade em serviços voltados para o turismo em Imbé.   |                            |                       |                            |                          |
| 1<br>Discordo totalmente   | 2<br>Discordo parcialmente | 3<br>Não quero opinar | 4<br>Concordo parcialmente | 5<br>Concordo totalmente |
| 39 O vulto de recursos públicos destinados aos eventos/empreendimentos destinados ao incremento do turismo é suficiente para que haja retorno para Imbé e sua população.                         |                            |                       |                            |                          |
| 1<br>Discordo totalmente   | 2<br>Discordo parcialmente | 3<br>Não quero opinar | 4<br>Concordo parcialmente | 5<br>Concordo totalmente |
| 40 Na sua observação, na maioria dos estabelecimentos de Imbé os turistas e moradores sofrem discriminação por classe social, etnia, opção sexual/ gênero ou outros estereótipos.                |                            |                       |                            |                          |
| 1<br>Discordo totalmente   | 2<br>Discordo parcialmente | 3<br>Não quero opinar | 4<br>Concordo parcialmente | 5<br>Concordo totalmente |



## APÊNDICE B – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA INICIAL

### EXPERIÊNCIAS EM ESTUDOS DE CASO BRASILEIROS SOBRE TURISMO NA PERSPECTIVAS DA POPULAÇÃO LOCAL

#### B1 – Procedimentos metodológicos

A revisão bibliográfica inicial da qual partiu o reconhecimento de campo para essa dissertação debruçou-se sobre dois pontos-chave, turismo e qualidade de vida, a fim de traduzir a perspectiva da população local sobre as repercussões territoriais do turismo em sua vida. Ambos os termos, turismo e qualidade de vida são comuns a dois ramos de conhecimento em comum na árvore dos termos MESH (*Medical Subject Heading by Medline*): por um lado, ao ramo de antropologia, educação, sociologia e, por outro, ao de fenômenos sociais, saúde pública/ ambiental e responsabilidade socioambiental. A estratégia de busca partiu de quatro plataformas de dados online: para os artigos, a SciELO e a *Web of Science*, e para literatura cinzenta, os bancos de teses e dissertações do LUME/ UFRGS e da CAPES.

Os critérios de rastreio estabelecidos foram a presença de pelo menos dois dos três termos principais – turismo *AND* território *AND* população local – em publicações de acesso livre, nos idiomas português ou inglês, dos últimos cinco anos. Em seguida, a leitura de títulos e resumos embasou a triagem subjetiva de pertinência ao recorte temático e suas categorias de interesse, periódicos com publicações sujeitas a avaliação de pares, publicações completas disponíveis em anais de eventos, livros e capítulos de livros eletrônicos, assim como de teses e dissertações. Logo após essa seleção preliminar, as referências bibliográficas foram utilizadas para localizar as principais fontes citadas em mais de uma referência, mesmo que anteriores à janela temporal prevista, em estratégia de “bola de neve”. Por fim, as fontes identificadas foram organizadas em três níveis: (a) relacionadas às teorias e conceitos de cada disciplina de interesse (desenvolvimento territorial geografia humana e sociologia do turismo); b) dados históricos e secundários, úteis à fase exploratória do estudo de caso, incluindo buscas específicas, através dos acervos de pesquisas e dados agregados do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatísticas (IBGE); e c) e revisões e séries de casos regionais/ locais com objeto de estudo correlato nos últimos dez anos.

## **B2 – Resultados**

Enquanto os níveis (a) e (b) retornaram várias referências internacionais e livros texto, o nível (c) conta com poucos estudos específicos publicados em periódicos nacionais com avaliação Qualis. A busca no acervo do *Web of Science* retornou poucas publicações brasileiras em temas aproximados e destas nenhuma era um estudo de caso.

Excepcionalmente, localizou-se uma revisão sistemática prévia e recente sobre turismo e qualidade de vida em estudos de caso brasileiros (Machado, Souza, 2019) não havendo o porquê de repeti-la. Serão considerados os artigos recuperados pelos autores entre 2011 e 2019, o que significa um total de 11 fontes de literatura cinzenta (3 dissertações e 3 teses) e em periódicos nacionais indexados pelo CAPES (5 artigos), dos 15 casos originalmente levantados por eles, desde 1994, na perspectiva dos residentes. O mesmo protocolo desta revisão foi estendido até março de 2023, sem novos acréscimos.

Segundo a avaliação desse conjunto de casos sobre desfechos do turismo, Vianna (2011, 2015) e Müller (2015) acreditam que quanto maior a competitividade do destino turístico, maior será a avaliação da qualidade de vida dos residentes, com ressalva de Vianna (2015), quanto à necessidade de melhoria de aspectos como saúde e educação. Martins (2015), Rosa e Nogueira (2015) e Senna (2016) concluíram que o turismo interfere de forma positiva na qualidade de vida dos residentes: o primeiro caso tratando da gestão participativa no turismo, o segundo relacionado à atividade física como desdobramento do turismo local e, o terceiro, apurando alguma melhora no índice, mesmo que abaixo do desejado. Já os estudos de Conti (2011) e Alves (2014 e 2015) são ambivalentes, pois discutem que o turismo pode interferir tanto de forma positiva quanto de forma negativa em vários aspectos que envolvem a qualidade de vida dos moradores do destino, dessa forma, eles acreditam que o planejamento ordenado e participativo do turismo nessas localidades pode minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos. Por sua vez, dois outros estudos, de Coelho; Mota e Vasconcelos (2015) e de Araújo; Cândido e

Leite (2019) apresentaram desfechos negativos: o primeiro relatando a insatisfação veemente de população residente, do estudo de um bairro que sofreu uma intervenção de um projeto turístico, quanto à carência de acesso à saúde, educação, moradia, alimentação e distribuição de renda; e o segundo, denunciando a falta de acessibilidade de espaços públicos no ponto de vista de moradores portadores de necessidades especiais. Os resultados das referências acadêmicas recuperadas são resumidas no Quadro 4.

Quadro 4 – Estudos de caso sobre turismo e qualidade de vida pela perspectiva dos residentes, Brasil (2011-2019)

| <b>AUTOR/ ANO</b>                       | <b>TIPO DE FONTE</b> | <b>TÍTULO DO TRABALHO</b>  | <b>DESFECHOS</b>    |
|---|----------------------|--|---------------------|
| <b>Conti, 2011</b>                      | Dissertação          | Proteção da natureza e qualidade de vida em Trindade (Paraty-RJ)   | <b>Ambivalentes</b> |
| <b>Vianna, 2011</b>                     | Artigo em periódico  | A competitividade e a qualidade de vida na destinação turística  | <b>Positivos</b>    |
| <b>Alves, 2014</b>                      | Artigo em periódico  | Turismo e desenvolvimento local  | <b>Ambivalentes</b> |
| <b>Alves, 2015</b>                      | Tese                 | Políticas públicas de Turismo  | <b>Ambivalentes</b> |
| <b>Coelho; Mota; Vasconcelos, 2015.</b> | Artigo em periódico  | A visão da comunidade na implementação de projetos de desenvolvimento urbano para o turismo e para a qualidade de vida   | <b>Negativos</b>    |
| <b>Martins, 2015</b>                    | Dissertação          | A experiência de turismo do Quilombo Ivaporunduva, Eldorado/SP   | <b>Positivos</b>    |
| <b>Müller, 2015</b>                     | Dissertação          | A competitividade e a qualidade de vida na destinação turística  | <b>Positivos</b>    |
| <b>Rosa; Nogueira, 2015</b>             | Artigo em periódico  | Percepção das mulheres quanto ao lazer   | <b>Positivos</b>    |
| <b>Vianna; Stein, 2015.</b>             | Artigo em periódico  | Competitividade e a qualidade de vida dos residentes   | <b>Positivos</b>    |
| <b>Senna, 2016.</b>                     | Tese                 | A aplicabilidade do índice de qualidade de vida, da pegada ecológica do turismo e dos indicadores de sustentabilidade da Organização das Nações Unidas para destinos turísticos de pequeno porte | <b>Positivos</b>    |
| <b>Araújo; Cândido; Leite, 2019</b>     | Artigo em periódico  | Espaços públicos de lazer  | <b>Negativos</b>    |

Fonte: Adaptado a partir de Machado e Souza, 2019.

### **B3 – Conclusões**

Essa revisão foi utilizada como guia daquilo que funcionou bem ou não nos estudos de caso com validade transcultural inferida, pois tratam de

populações dentro do mesmo território nacional e que falam a mesma língua. Sugestões metodológicas, experiências frutíferas ou não com o uso de instrumentos de levantamento de dados e lista de variáveis passíveis de replicação também foram derivadas. Ela propiciou a descoberta da lacuna de que não existem estudos de caso semelhantes prévios em Imbé-RS.

#### **B4 – Bibliografia deste Apêndice**

ALVES. Monalisa Barbosa. **Políticas públicas de Turismo: o princípio da participação no contexto do Circuito Turístico Serra de Ibitipoca/ Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: [https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc\\_number=000840202&local\\_base=UFR01#.Y3ayq3bMK00](https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000840202&local_base=UFR01#.Y3ayq3bMK00). Acesso em: 07 jul. 2022.

ALVES. Monalisa Barbosa. Turismo e desenvolvimento local: a qualidade de vida sob a ótica da população do Arraial de Conceição do Ibitipoca-MG. **Turismo em Análise**, [online], v. 25, n. 3, p. 628-648, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/876791>. Acesso em: 07 jul. 2022.

ARAÚJO, Carolina Dutra; CÂNDIDO, Débora Regina Campos; LEITE, Márvio Fonseca. Espaços públicos de lazer: um olhar sobre a acessibilidade para portadores de necessidades especiais. **Licere**, v. 12, n.4, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/835>. Acesso em: 07 jul. 2022.

COELHO, Suzana Dantas; MOTA, Keila Cristina Nicolau; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. A visão da comunidade na implementação de projetos de desenvolvimento urbano para o turismo e para a qualidade de vida: políticas públicas no bairro Grande Pirambu, Fortaleza. **Turismo Visão e Ação**, [online], v. 17, n. 1, p. 210-240, 2015. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/7707>. Acesso em: 07 jul. 2022.

CONTI, Bruna Ranção. **Proteção da natureza e qualidade de vida em Trindade (Paraty-RJ): para entender o ecoturismo no Parque Nacional da Serra da Bocaina**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/2011\\_MEST\\_Bruna\\_Ranc%CC%A7ao\\_Conti.pdf](http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/2011_MEST_Bruna_Ranc%CC%A7ao_Conti.pdf). Acesso em: 07 jul. 2022.

MACHADO, Bruno Lima; SOUZA, Luciana Karina de. Turismo e Qualidade de Vida: Uma Revisão Sistemática. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [online], v. 22, n. 4, p. 592– 627, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/16282>. Acesso em: 7 jul. 2022.

MARTINS, Alessandra Blengini Mastrocinque. **A experiência de turismo do Quilombo Ivaporunduva, Eldorado, São Paulo: análise dos elementos responsáveis pelo seu desenvolvimento.** 2015. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política). Universidade de São Paulo - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-17122015-140109/pt-br.php>. Acesso em: 07. jul. 2022.

MÜLLER, Edson Luís. **A competitividade e a qualidade de vida na destinação turística: estudo de caso em Gramado - RS.** 2015. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hospitalidade). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2015. Disponível em: <https://repositorio.uces.br/xmlui/handle/11338/1057>. Acesso em: 07. jul. 2022.

ROSA, Anne Bastos Martins; NOGUEIRA, Elisa. Percepção das mulheres quanto ao lazer: um estudo exploratório no parque natural municipal do Bosque da Freguesia, Rio de Janeiro. **Turismo Visão e Ação, [online]**, v. 17, n. 1, p. 06- 29, 2015. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/7700>. Acesso em: 07. jul. 2022.

SENNA, Mary Lúcia Gomes Silveira de. **A aplicabilidade do índice de qualidade de vida para destinos turísticos de pequeno porte: um estudo de caso no Jalapão/TO.** 2016. Tese (Doutorado em Ciências na Área de Tecnologia Nuclear - Materiais). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

VIANNA, Silvio Luiz Gonçalves. **A competitividade e a qualidade de vida na destinação turística: análise quanto à sua correspondência.** 2011. Tese (Doutorado em Organizações e Sociedade). Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, 2011. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/silvio%20luiz%20goncalves%20vianna.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2022.

VIANNA, Silvio Luiz Gonçalves; STEIN, Gabriella Veridiana. Competitividade e a qualidade de vida dos residentes: percepções iniciais da destinação turística Jericoacoara, CE. **Revista Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, RS, v. 7, n. 4, p.474-488, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4735/473547038002.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2022.

## **APÊNDICE C – PROCESSO DE VALIDAÇÃO DE CONTEÚDO**

### **AVALIAÇÃO DE INSTRUÇÕES, CATEGORIAS, ESCALA DE RESPOSTAS E AFIRMATIVAS/ PERGUNTAS DO INSTRUMENTO POR PAINEL DE ESPECIALISTAS: “COMO VOCÊ VÊ O TURISMO EM IMBÉ?”**

#### **C1 – Procedimentos metodológicos**

Tendo em vista a necessidade de validação de conteúdo dos itens, tradução e adaptação transcultural do instrumento inspirador original (ANEXO A) que fora aplicado em comunidades indígenas da província de Yukon, no Canadá, a pesquisadora ensaiou uma consulta por painel de especialistas.

Uma carta-convite com a apresentação da pesquisadora e sua filiação institucional, a explicação do porquê do especialista ter sido escolhido como juiz em potencial, o resumo da proposta do estudo, tema, relevância, informação sucinta sobre local e população-alvo, objetivos, hipóteses e explicações sobre conceitos e o processo de avaliação por pares foi enviado pelo e-mail institucional disponibilizado no Lattes de vinte pesquisadores brasileiros em Turismo e/ou Desenvolvimento Urbano, pertencentes ou não ao corpo docente das Universidades Federais.

Um formulário adaptado para avaliação de cada item quanto a clareza, pertinência, relevância para o problema de pesquisa e que coletasse sugestões sobre exclusão e inclusão de outros itens foi preparado utilizando ferramentas gratuitas da plataforma *Google Forms*® e enviado por link aqueles que aceitaram participar. Junto a esse link foi enviado um segundo e-mail, dessa vez especificando domínios utilizados no desenvolvimento dos itens e enviando instruções específicas de como avaliar cada domínio.

As três dimensões a consideradas na avaliação dos itens de cada domínio seriam abrangência (se o domínio havia sido coberto satisfatoriamente pelos itens), clareza (se os itens haviam sido redigidos adequadamente em relação ao que se pretendia inquirir) e pertinência (se o item seria relevante para atingir os objetivos propostos). O formulário eletrônico facilitou, não apenas a avaliação a distância, como o acompanhamento do andamento de respostas completas e sua análise se prestou a um exercício de diálogo interessante.

## **C2 – Sobre o processo de avaliação**

Observou-se a restrição de não convidar para avaliação de conteúdo nem a orientadora, nem futuro coorientador ou avaliadores que pudessem a vir compor as bancas de qualificação e defesa e o processo de consulta e análise de validação durou de 06 de fevereiro a 14 de março de 2023, somando-se às correções apontadas durante as discussões do exame de qualificação, em 22 de março de 2023.

Dos vinte convites iniciais, um e-mail retornou com endereçamento obsoleto, quatorze convidados concordaram a princípio em responder a demanda e apenas oito o fizeram de fato, sendo apenas um no prazo inicialmente previsto. Desses oito, uma avaliação individual precisou ser excluída da análise devido à falta de compreensão sobre a proposta que ensejou respostas impossíveis de analisar. Dos avaliadores respondentes, metade foram do sexo feminino e metade do sexo masculino, e da mesma forma, metade pertenciam aos quadros docente e discente do PGDREDES e outra metade a outros programas de pós-graduação.

Enquanto quatro de sete (57%) pesquisadores do PGDREDES convidados a participar devido a afinidade com a linha de pesquisa se interessaram pela avaliação do projeto, surpreendentemente, quatro professores doutores de instituições distantes do *Campus* Litoral da UFRGS também responderam a demanda, sendo oriundos do Rio Grande do Sul (Departamento de Geografia, UFRGS sede), como de Santa Catarina (UNIDESC), Rio Grande do Norte (UFRN) e São Paulo (USP) responderam assertivamente a proposta. Apenas um convidado da área de empreendedorismo turístico, também aluno do PGDREDES e envolvido com as políticas públicas de turismo, respondeu a proposta de avaliação dentro dessa categoria.

## **C3 – Resultados**

Embora todos os avaliadores tenham considerado que de maneira geral o instrumento abrangente o suficiente para a pesquisa proposta, o número pequeno de respondentes não foi suficiente para cálculo de Intervalo de Confiança significativa para cada item, como pretendido a princípio. Obedecendo

os termos de confidencialidade e consentimento acordados, os comentários resultantes serão citados de forma anônima.

De forma qualitativa, as sugestões para inclusão de itens sobre relação do turismo quanto ao acesso à serviços e congestionamento de espaços públicos, poluição sonora, convivência/ segregação e categoria de emprego informal foram acatadas e outra, específica sobre valor de impostos arrecadados foram consideradas fora do recorte da pesquisa atual por não ser informação corrente entre residentes. Ajustes textuais pontuais para simplificação e melhor compreensão das afirmativas foram acatados.

Alguns comentários reforçaram as adaptações propostas quanto ao instrumento original: “essas instruções são indispensáveis”, “o instrumento permitirá cruzar os dados de idade, renda, tempo de moradia no município e atividade exercida no turismo. Muito positivo estes dados”; “o questionário é bem-organizado visualmente e nos conteúdos”, e ainda que “todos os itens são necessários”.

Cinco ressalvas foram consideradas imprescindíveis:

I. “Como o objetivo da pesquisa é entender a percepção dos moradores quanto a atividade turística acredito que atenda os objetivos abrangendo diversas perspectivas, no entanto acho importante tomar cuidado, pois se o objetivo é a percepção dos moradores é preciso focar neles e tomar cuidado para não entrevistar turistas”;

II. “Sugiro misturar questões com olhar positivo sobre o turismo, com questões com um olhar negativo, ao invés de um bloco só com questões positivas e outro negativas”;

III. “Como você definirá a amostra? Uma das coisas mais importantes no seu questionário é: quais os critérios que você utilizará para estabelecer uma amostra estatisticamente representativa? Se a amostra não tiver representatividade do ponto de vista estatístico, o questionário não terá viabilidade”;

IV. “Você se considera um morador de Imbé que vive aqui de forma? Será que todo mundo se considera morador? Não entendi também se você está considerando morador os que fazem veraneio ou turismo de segunda residência; eu mudaria a pergunta, talvez perguntar primeiro se a pessoa mora em Imbé ou não”; e,

V. “Acho importante que reveja a extensão do questionário (...) para facilitar a receptividade dos entrevistados, talvez seja interessante estimar e informar o tempo que será gasto para respondê-lo”.

Outras considerações pertinentes, cujas soluções, infelizmente, fugiriam do escopo e limites da atual pesquisa foram classificadas como agenda para estudos futuros, como por exemplo, a de que “falta uma reflexão teórica sobre o que é cultura e o que é tradição” e de que “seria importante acrescentar talvez uma afirmativa sobre “prostituição”, porque de modo reducionista as pessoas também associam turismo a aumento de prostituição de jovens e adultos”.

#### **C4 – Conclusões**

Esse exercício de validação de conteúdo dos itens do questionário por avaliação de painel de especialistas, ainda que não tenha atendido todas as expectativas quantitativas, levantou pré-questionamentos oportunos. Por outro lado, a iniciativa não substituiu a experiência de aplicação do questionário em estudo piloto presencial (Apêndice D). *A posteriori*, é possível verificar que ajustes não tornaram o instrumento definitivo, sendo que o questionário proposto para coleta de dados (Apêndice A) sofreu modificações até o início do trabalho de campo propriamente dito.

#### **C5 – Reprodução do formulário eletrônico de avaliação**

O instrumento de avaliação original pode ser apreciado na íntegra no link inativo <https://forms.gle/d7EG2BpJxrcNbjBXA>.

## INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO QUESTIONÁRIO-POR ESPECIALISTAS

FASE I - Avaliação GERAL do instrumento de coleta de dados qualitativos:

| ASPECTOS   | AVALIAÇÃO  | COMENTÁRIOS       |                   |
|--|--|-------------------|-------------------|
|  |  | Pontos positivos: | Pontos negativos: |
| ABRANGÊNCIA (especificação dos domínios de interesse quanto a repercussões territoriais do turismo).   | <input type="checkbox"/> Atende<br><input type="checkbox"/> Não atende |                   |                   |
| ORGANIZAÇÃO (aparência gráfica, facilidade de orientação na leitura, fluidez e ordenamento dos itens). | <input type="checkbox"/> Atende<br><input type="checkbox"/> Não atende |                   |                   |
| SUGESTÕES  | QUAL(IS)   | JUSTIFICATIVAS    |                   |
| ELIMINAÇÃO DE ITENS  |  |                   |                   |
| INCLUSÃO DE ITENS  |  |                   |                   |

FASE II- CRITÉRIOS:

**CLAREZA** - qualidade da redação quanto a ortografia, semântica, desambiguação, objetividade e simplicidade;

**PERTINÊNCIA** - possibilidade de se medir o fenômeno em questão, ou seja, a percepção da população quanto aos impactos socioespaciais do turismo local;

**RELEVÂNCIA** - necessidade ou não da questão para definição dos domínios mais importantes.

**IMPORTANTE:** Solicita-se comentar sempre que o item tenha sido avaliado como insuficiente.

Avaliação Específica por Itens (A1-A7)

(Comentar sempre que desejar ou necessariamente quando as avaliações forem insuficientes)

| Campo   | Itens  | Avaliação   |   |   |
|---|--|---|---|---|
|   |  | CLAREZA   | PERTINÊNCIA   | RELEVÂNCIA  |
| Saudação e apresentação inicial do questionário |  |   |   |   |
| A1  | “COMO VOCÊ VÊ O TURISMO NA CIDADE DE IMBÉ -RS?”<br>Olá! Sou pesquisadora da UFRGS e quero entender como os moradores de Imbé avaliam o turismo em sua cidade/ região. Então, peço sua ajuda ao responder a esse questionário breve. Desde já agradeço por sua colaboração!<br>Comentários/sugestões do avaliador (necessários para insuficiências) | <input type="checkbox"/> Insuficiente<br><input type="checkbox"/> Razoável<br><input type="checkbox"/> Suficiente | <input type="checkbox"/> Insuficiente<br><input type="checkbox"/> Razoável<br><input type="checkbox"/> Suficiente | <input type="checkbox"/> Insuficiente<br><input type="checkbox"/> Razoável<br><input type="checkbox"/> Suficiente |

| Bloco I - PARA SABER UM POUCO SOBRE VOCÊ |   |   |   |   |  |
|--|---|---|---|---|--|
| A2                                       | INSTRUÇÃO/ cabeçalho: “Todos esses dados serão confidenciais. Seu anonimato e segurança serão garantidos” | <input type="checkbox"/> Insuficiente<br><input type="checkbox"/> Razoável<br><input type="checkbox"/> Suficiente | <input type="checkbox"/> Insuficiente<br><input type="checkbox"/> Razoável<br><input type="checkbox"/> Suficiente | <input type="checkbox"/> Insuficiente<br><input type="checkbox"/> Razoável<br><input type="checkbox"/> Suficiente |  |
|  | Comentários/sugestões do avaliador (necessários para insuficiências)                                      |   |   |   |  |
| A3                                       | Categorização do respondente do questionário (itens 1 a 10)   | <input type="checkbox"/> Insuficiente<br><input type="checkbox"/> Razoável<br><input type="checkbox"/> Suficiente | <input type="checkbox"/> Insuficiente<br><input type="checkbox"/> Razoável<br><input type="checkbox"/> Suficiente | <input type="checkbox"/> Insuficiente<br><input type="checkbox"/> Razoável<br><input type="checkbox"/> Suficiente |  |
|  | Comentários/sugestões do avaliador (caso necessário comentar numerando a resposta por item do bloco)      |   |   |   |  |

| Bloco II - O QUANTO DE TURISMO É O IDEAL PARA IMBÉ-RS |   |   |   |   |  |
|---|---|---|---|---|--|
| Campo   | Itens   | Avaliação   |   |   |  |
|   |   | CLAREZA   | PERTINÊNCIA   | RELEVÂNCIA  |  |
| A5  | Instrução do cabeçalho do bloco: Pensando nos próximos 10 anos, você quer ver uma quantidade de visitantes maior, menor ou semelhante a atual em Imbé-RS? | <input type="checkbox"/> Insuficiente<br><input type="checkbox"/> Razoável<br><input type="checkbox"/> Suficiente | <input type="checkbox"/> Insuficiente<br><input type="checkbox"/> Razoável<br><input type="checkbox"/> Suficiente | <input type="checkbox"/> Insuficiente<br><input type="checkbox"/> Razoável<br><input type="checkbox"/> Suficiente |  |
|   | Comentários/sugestões do avaliador (necessários para insuficiências)  |   |   |   |  |
| A6  | Discriminação dos pontos da escala Likert de três pontos: “a) Menor; b) Semelhante; e c) Maior.”  | <input type="checkbox"/> Insuficiente<br><input type="checkbox"/> Razoável<br><input type="checkbox"/> Suficiente | <input type="checkbox"/> Insuficiente<br><input type="checkbox"/> Razoável<br><input type="checkbox"/> Suficiente | <input type="checkbox"/> Insuficiente<br><input type="checkbox"/> Razoável<br><input type="checkbox"/> Suficiente |  |
|   | Comentários/sugestões do avaliador (necessários para insuficiências)  |   |   |   |  |
| A7  | Categorização dos períodos temporais (itens A à H)  | <input type="checkbox"/> Insuficiente<br><input type="checkbox"/> Razoável<br><input type="checkbox"/> Suficiente | <input type="checkbox"/> Insuficiente<br><input type="checkbox"/> Razoável<br><input type="checkbox"/> Suficiente | <input type="checkbox"/> Insuficiente<br><input type="checkbox"/> Razoável<br><input type="checkbox"/> Suficiente |  |
|   | Comentários/sugestões do avaliador (necessários para insuficiências)  |   |   |   |  |

Avaliação Específica por Itens (B1-B27) – quanto à clareza, pertinência e relevância se insuficientes, razoáveis ou suficientes.  
(Comentar sempre que desejar ou necessariamente quando as avaliações forem insuficientes)

**Bloco III - QUEREMOS SABER SUA OPINIÃO – ROL DE AFIRMATIVAS DE SENSO COMUM**

- 1 O turismo interfere na rotina de vida da população de Imbé- RS.
- 2 O turismo é bom para os municípios da região Litoral Norte - RS.
- 3 O turismo contribui para aumentar a qualidade de vida em Imbé - RS.
- 4.O turismo atrai novos moradores permanentes para Imbé - RS.
- 5 O turismo atrai investimentos que beneficiam a economia de Imbé - RS.
- 6 O turismo cria empregos para as pessoas de Imbé - RS.
- 7 O turismo aumenta meu acesso ao emprego e a minha renda.
- 8 O turismo dificulta as oportunidades da população para encontrar moradia.
- 9 O turismo incentiva a criação de novos cursos profissionalizantes e oportunidades de educação em geral para população de Imbé - RS.
- 10 O turismo contribui para o aumento do preço de alimentos e produtos básicos de consumo (roupas, sapatos, material de construção, combustíveis).
- 11 O turismo está relacionado ao aumento da insegurança, violência e criminalidade em Imbé - RS.
- 12 O turismo ajuda a preservar a cultura e as tradições de Imbé - RS.
- 13 Os visitantes procuram conhecer e respeitar os habitantes locais e sua cultura.
- 14 A presença de visitantes dificulta para a população o uso da praia, do mar, das lagoas e dos parques de Imbé - RS.
- 15 A presença de visitantes piora o atendimento em estabelecimentos comerciais locais, agências bancárias e estabelecimentos de saúde.
- 16 O turismo atrai mais oportunidades de lazer e entretenimento para população de Imbé - RS.
- 17 O turismo prejudica o atendimento de serviços básicos para Imbé - RS (água potável, energia elétrica, sinal de telefonia e internet, coleta de lixo).
- 18 O turismo incentiva a preservação do ambiente e a evitar danos à natureza.
- 19 O turismo aumenta o acúmulo de lixo em Imbé - RS.
- 20 O turismo contribui para aumento da poluição sonora e atmosférica de Imbé - RS.
- 21 O trânsito de automóveis dos visitantes propicia aumento de fiscalização do trânsito nas estradas e vias urbanas de Imbé - RS.
- 22 O turismo atrai investimentos para a manutenção e asfaltamento das vias de Imbé - RS.
- 23 Os veículos de visitantes prejudicam meu deslocamento e aumentam o risco de acidentes nas vias urbanas e estradas de Imbé - RS.
- 24 Existem locais em Imbé - RS que devem ser exclusivos de moradores e não são apropriados para turistas.
- 25 Existem locais em Imbé - RS onde apenas os turistas são bem-vindos e os moradores não são.

## APÊNDICE D – ESTUDO PILOTO



### ESTUDO PILOTO EM BAIRRO DE Tramandaí/RS NA MARGEM OPOSTA DA BARRA DE IMBÉ/RS

#### D1 – Procedimentos metodológicos

Dez (10) questionários a título de estudo piloto foram aplicados na barra do Rio Tramandaí, em bairro central e popular do município de Tramandaí - RS, que é vizinho à orla ribeirinha do município de Imbé. O método de amostragem foi não probabilístico e as unidades de pesquisa abordadas de forma sequencial.

O trabalho de campo foi realizado por entrevistadora única em duas tardes de dois dias úteis da semana, no início do mês de agosto de 2023, durando das 15 às 17 horas, sob iluminação natural, evitando-se o horário de pausa para almoço e o escurecimento do dia, que nessa época do ano inicia por volta das 17:30 horas. O tempo estava temperado, sem ocorrência de chuvas.

Utilizou-se como recorte um quadrilátero que tem a Avenida Beira Rio e a Avenida Flores da Cunha como limites perpendiculares em relação a linha da Praia, à direita das Avenida Fernandes Bastos, no limite entre as ruas transversais Saturnino Manoel Acerno à Oeste e São Salvador à Leste (Figura 59). Esse conjunto de quarteirões foi escolhido por suas características residenciais, com poucos estabelecimentos comerciais abertos e predominância de domicílios unifamiliares. Nessa região se localizam a Unidade Básica de Saúde (UBS) da Barra, a Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Amor Perfeito (ponto 2, Figura 59) e, pouco mais adiante do limite da Avenida Flores da Cunha, a Escola Estadual de Ensino Fundamental (EEEF) Suely Vacari Osório.

Figura 60 – Local do estudo piloto, Tramandaí, 2023



Legenda: (1) UBS Barra; (2) EMEI Amor Perfeito; e (3) EEEF Suely Vacari Osório.

Fonte: Google Earth, data das imagens: 18/05/2023.

## D2 – Sobre a aplicação dos questionários pilotos

A abordagem de um entrevistado por domicílio, fora de temporada, em área urbana residencial e horário comercial, excluindo-se da abordagem de domicílios coletivos e estabelecimentos comerciais. Interessava o encontro de maiores de 18 anos, especialmente trabalhadores informais, em home office e pessoas fora do mercado de trabalho como desempregados, aposentados, pensionistas e donas de casa, e limitar a participação na amostra de estudantes menores de 18 anos, turistas sazonais, trabalhadores em idade ativa com empregos regulares presenciais, incluindo aqueles formalmente empregados em empreendimentos de hotelaria ou outras atividades diretamente ligadas à indústria turística.

A pesquisadora percorreu ruas que apresentavam seu revestimento coberto de asfalto ou pedras portuguesas com várias falhas e outros sinais de manutenção deficiente, como mato alto em alguns terrenos baldios e meios fios sem pintura ou outra atenção. As calçadas, quando existentes, não seguiam qualquer padronização urbanística. A maioria dos domicílios tinha campainhas, apresentava fachada principal ao longo da via, sem quintais frontais, ou então muros externos. Vários domicílios se encontravam vagos.

A cada três ou quatro domicílios particulares permanentes ocupados foi possível encontrar, no horário da abordagem, voluntários para responder o

questionário. Cerca de dois terços dos domicílios da região, no entanto, não se apresentavam ocupados permanentemente, e encontrou-se, nesse curto percurso, três unidades que estavam em obras e sem ocupantes, sugerindo que o período de baixa temporada é de escolha para reformas e manutenções. Até completar os dez questionários, três dos moradores abordados em seus domicílios recusaram-se a participar deles ou de alguém de sua família, alegando indisponibilidade.

As casas não ocupadas, em geral, costumam ser maiores que as ocupadas por moradores permanentes, tanto em área quanto em número de pisos, e ter acabamento com materiais superiores. Exceção são as de pequenos condomínios de casas geminadas para aluguel. Essas residências próximas à praia costumam ter linhas mais simples, são externamente menos decoradas e sofrem nitidamente processo de deterioração das pinturas e metais não galvanizados devido a maresia, parecendo mais envelhecidas que as de regiões mais centrais, independente do tempo de construção.

A entrevistadora que se apresentou como estudante da UFRGS Litoral foi bem acolhida por moradores independente do seu gênero, no entanto, aqueles maiores de 60 anos demonstram maior disponibilidade de tempo para conversar e foram ainda os que mostraram tendência mais evidente de fuga do assunto principal durante suas respostas, passando a mencionar a própria história de vida, a família, entre outros assuntos desde que fosse dada alguma oportunidade. Boa parte do discurso extra escopo da pesquisa foi dirigido para queixas ou elogios quanto às iniciativas do governo local em exercício, e um tema colateral frequentemente abordado foi o mau estado de conservação de equipamentos públicos da orla, especialmente quando comparados com a outra margem pertencente a município vizinho, expectativas de renovação de praças, manutenção das vias de trânsito e cobrando a construção de nova ponte, vista como símbolo positivo para o desenvolvimento local. Alguns entrevistados, especialmente os mais jovens, precisam ser assegurados de que a pesquisa não é um tipo de prova, pois tentavam conferir, reiteradamente, com a entrevistadora se suas respostas estavam “certas” ou se eram concordantes com as desta.

O perfil predominante constatado foi de escolaridade baixa, o que talvez tenha influenciado na ausência sistemática de discriminação entre categorias parciais ou completa de resposta, sendo que essas acabam sendo polarizadas

em “com certeza” ou “de jeito nenhum”. Poucos também alegam desconhecimento do assunto ou evitam de se posicionar a favor ou contra, alegando imparcialidade, sendo surpresa o baixo índice de respostas medianas, o que costuma acontecer frequentemente na opção por escala Likert em níveis ímpares. Pelo contrário, observou-se coerência e grande parcialidade na conformação de dois grupos distintos de respondentes: daqueles que discordam quase sistematicamente para os que concordam com a maioria das afirmações. Observou-se, adicionalmente, atitudes psicológicas diversas entre esses dois grupos: os discordantes costumam manifestar raiva, são mais seguros e contestadores; os concordantes são mais otimistas e tranquilos em suas respostas, parecem apreciar mais a participação como entrevistados. Uma possível interpretação é a de que o grau de estabilidade emocional e o humor do respondente no momento da entrevista pode influenciar mais na tendência de suas respostas do que as próprias experiências e percepções prévias.

### **D3 – Resultados**

Quanto a caracterização da amostra (bloco I do questionário), foram entrevistadas 5 pessoas do sexo feminino, entre 24 e 77 anos, com idade média de 54,5 anos e 5 pessoas do sexo masculino, entre 47 e 60 anos, com idade média de 53,2 anos. Desses 10 entrevistados, 8 (80%) eram moradores permanentes, um não permanente (só reside com familiares durante o inverno) e um outro revelou alternar entre dois domicílios em Tramandaí e outro município não praiano do próprio Litoral Norte. Quanto à naturalidade, 5 (50%) são nativos de Tramandaí e os outros 5 (50%) também são naturais do Rio Grande do Sul, cada um de uma cidade diferente: Camaquã, Porto Alegre, Passo Fundo, São Gabriel e Torres.

Responderam ao questionário 5 aposentados e 5 trabalhadores em idade ativa, sendo que dos segundos dois são pescadores, uma é cabeleireira, outra modelo e o quinto trabalha como motorista da Uber. Quanto à escolaridade, 90% revelaram o alcance até nível médio, pois apenas um dos entrevistados informou educação superior completa. Além dele, os outros nove entrevistados informaram sua escolaridade distribuída em: 3 para nível médio completo, 4 em nível fundamental e 2 em nível fundamental incompleto. Nenhum dos

entrevistados informou o curso em andamento. A faixa de rendimentos mensal média informada variou entre 4 e 8 salários mínimos a menos de 1 salário mínimo, contabilizando-se o valor de R\$1.320,00 como o do salário mínimo nacional vigente à época. 90% dos entrevistados informaram viver com valor igual ou menor que o de 4 salários-mínimos ao mês (ou seja, menor que R\$5.280,00 mensais).

Os entrevistados em sua maioria justificam a escolha de residir em Tramandaí devido a familiaridade e vínculos sociais (proximidade de parentes), dois alegam que a escolha se deveu a busca por trabalho e outros dois por maior tranquilidade e qualidade de vida. Quando perguntados sobre suas preferências, 8 revelaram preferência por atividades mais calmas, descanso, isolamento relativo, enquanto 2 revelaram preferir, na maior parte do tempo, festas, agito, novas experiências e interações interpessoais. Surpreendentemente, esses dois últimos são senhoras em faixa etária acima de 65 anos.

Quando apuradas as respostas sobre preferência por carga maior, menor ou semelhante de turistas num horizonte de dez anos (bloco II do questionário), os entrevistados mais velhos e aposentados tendem a escolher cargas semelhantes e menores, e os mais jovens, ainda em idade profissional ativa, cargas maiores, o que pode ser justificado por expectativa de que isso gere mais oportunidades de trabalho e renda para si. As entrevistadas em geral preferiram cargas de turistas menores aos homens, mesmo que 40% delas tenha se revelado favorável a mais festas e contato com pessoas. No geral, as expectativas convergiram por uma carga menor ou semelhante na alta temporada e nos eventos do fim do ano, e semelhante ou maior nos eventos e durante os fins de semana da baixa temporada.

Por fim, de forma panorâmica, quanto às respostas em relação às sentenças sobre turismo apresentadas para avaliação dos respondentes (bloco III do questionário), independente do seu conteúdo negativo ou positivo, apurou-se poucas repostas discordantes ou concordantes parciais, e ainda menos respostas imparciais em todo o universo de 240 itens respondidos (24 respostas obrigatórias para 10 respondentes). Por outro lado, 31,7% dos respondentes discordaram completamente do conteúdo das perguntas, enquanto a maioria, 48,3%, concordou completamente com a sentença proposta, contabilizando, respectivamente, 76 itens respondidos como discordo totalmente e 116 itens

respondidos como concordo totalmente. Ou seja, mesmo com ajuda da entrevistadora para ajustar junto aos entrevistados as opções de respostas com ressalvas, 80% das respostas polarizaram-se nos extremos, enquanto apenas 14,6% se localizam em posições intermediárias (3 discordo parcialmente, 32 concordo parcialmente) e 5,4% na posição mediana (apenas 13 vezes optou-se pela resposta não discordo nem concordo). Isso não costuma acontecer com escalas de resposta tipo Likert, em geral assombradas pelo fantasma de privilégio de posições medianas. A entrevistadora avalia que, nesse universo amostral, o número de posições de resposta poderia ser reduzido de cinco para três sem prejuízo das informações e que essa polaridade se trata de uma verificação de que as sentenças apresentadas na acepção dos entrevistados foram condizentes com as afirmativas/ negativas de senso comum sobre reflexos do turismo no território em questão.

#### **D4 – Conclusões**

Embora a aplicação de estudo piloto tenha sido útil como treinamento de entrevistas em campo e para aperfeiçoamento do instrumento de pesquisa, o pequeno recorte que o fundamentou e a forma de amostragem não permite a inferência quanto às perspectivas dos moradores de Tramandaí quanto aos reflexos das atividades turísticas em seu território.

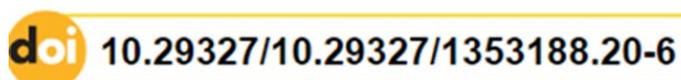
Seus aprendizados renderam apontamentos quanto: I) a necessidade de ajuste de linguagem e limitação de opções de resposta no instrumento de pesquisa, no intento de ajuste ao grau de letramento dos interlocutores e reduzir o tempo de resposta; II) a importância de criar um modelo de banco de dados para transcrição digital dos dados facilitando a análise desses; III) a constatação de que, mais importante que o formato e conteúdo das perguntas era ter em mente o que você quer responder com elas e a quem dirigi-las; IV) sobre dificuldades e relevância de conceber uma amostra aleatória de domicílios sem a disponibilidade de um catálogo local de endereços para fins estatísticos; V) desenvolvimento de habilidades de comunicação e abordagens para reconduzir a pesquisa ao tema principal e de estratégia de anotar no próprio formulário. comentários ou ressalvas dentro do contexto que extrapolassem as opções

oferecidas; e VI) quanto a descoberta de signos de domicílios particulares permanentemente ocupados versus domicílios de uso ocasional

Finalmente, quanto à relevância acadêmica, deste estudo piloto derivou um resumo expandido submetido ao eixo temático “Turismo e Desenvolvimento” e publicado nos Anais da XX Semana de Análise Regional e Urbana (SARU), evento promovido pela Universidade Salvador (UNIFACS), Bahia, no período de 22 a 25 de novembro de 2023. As conclusões daquele trabalho, por sua vez, sob a inspiração da iniciativa de publicação póstuma dos diários do antropólogo Malinowski, professa a opinião de que os bastidores da produção acadêmica, seus percalços e dificuldades, inclusive em seus aspectos pessoais, afetivos e humanos, são tão válidos quanto a comunicação de seus resultados para o diálogo e formação de futuros pesquisadores.

#### **D5 – Referência do resumo apresentado**

RAMBO, Anelise Graciele; **BARROS, Solange Murta**. UM ESTUDO PILOTO NA INVESTIGAÇÃO DE REPERCUSSÕES TURÍSTICAS: ESTRATÉGIA PARA REFINAMENTO DE INQUÉRITO POPULACIONAL. *In*: Anais da XX Semana de Análise Regional e Urbana. Anais...Salvador (BA) UNIFACS, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/XXSARU/750882-UM-ESTUDO-PILOTO-NA-INVESTIGACAO-DE-REPERCUSSOES-TURISTICAS---ESTRATEGIA-PARA-REFINAMENTO-DE-INQUERITO-POPULACION>.



## APÊNDICE E – TABELAS DE RESULTADOS PERCENTUAIS

### E1 – Estudo descritivo dos entrevistados no inquérito “Como você vê o turismo em Imbé?”

Tabela 6 – Características demográficas da amostra

| <b>Características da Amostra</b>                           | <b>n (%)</b>       |
|---|--------------------|
| <b>Sexo</b>   |                    |
| Feminino  | 220 (55,8)         |
| Masculino   | 173 (43,9)         |
| Outro/prefiro não dizer                                     | 1 (0,3)            |
| <b>Idade<sup>1</sup></b>                                    | <b>58,3 (14,7)</b> |
| 18 a 34 anos  | 33 (8,4)           |
| 35 a 59 anos  | 145 (36,8)         |
| 60 a 74 anos  | 175 (44,4)         |
| Acima de 75 anos  | 41 (10,4)          |
| <b>Grau de instrução</b>                                    |                    |
| Médio completo ou superior incompleto/em andamento          | 169 (42,9)         |
| Fundamental completo ou médio incompleto/em andamento       | 91 (23,1)          |
| Superior completo e outros níveis de pós-graduação          | 83 (21,1)          |
| Sem instrução formal ou fundamental incompleto/em andamento | 51 (12,9)          |
| <b>Vínculo de trabalho atual</b>                            |                    |
| Aposentado, pensionista ou rentista                         | 185 (47,0)         |
| Não estou trabalhando/estudando                             | 39 (9,9)           |
| Outros  | 170 (43,1)         |
| <b>Faixa de Renda</b>                                       |                    |
| Menos de 1 salário mínimo                                   | 32 (8,1)           |
| 1 a 2 salários mínimos                                      | 143 (36,3)         |
| 2 a 4 salários mínimos                                      | 112 (28,4)         |
| 4 a 8 salários mínimos                                      | 33 (8,4)           |
| 8 a 16 salários mínimos                                     | 9 (2,3)            |
| 16 ou mais salários mínimos                                 | 8 (2,0)            |
| Não tenho renda própria/não quero informar                  | 57 (14,5)          |
| <b>Você já trabalhou no campo turístico?</b>                |                    |
| Não   | 367 (93,1)         |
| Sim   | 27 (6,9)           |

Legenda: <sup>1</sup>Média (desvio-padrão). Observação: Correspondente às respostas dos itens do Bloco I do questionário aplicado (Apêndice A).

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Tabela 7 – Relações dos moradores com Imbé

| <b>Relação com Imbé</b>   | <b>n (%)</b>       |
|---|--------------------|
| <b>Morador de Imbé?</b>   |                    |
| Sim, sou morador permanente   | 300 (76,1)         |
| Moro parte do ano e parte em outra cidade   | 94 (23,9)          |
| <b>Em quantos domicílios reside?</b>  |                    |
| Único domicílio   | 274 (69,5)         |
| Mais de um domicílio  | 120 (30,5)         |
| <b>Desde que ano, sem interrupções, mora em Imbé?</b>   |                    |
| 2020 até hoje   | 101 (25,6)         |
| 2010-2019 até hoje  | 145 (36,8)         |
| 2000-2009 até hoje  | 75 (19,0)          |
| Antes de 1999 até hoje  | 73 (18,5)          |
| <b>Você nasceu em Imbé?</b>   |                    |
| Natural do RS, mas outro município  | 367 (93,1)         |
| Natural de outro estado ou país   | 14 (3,6)           |
| Sim   | 13 (3,3)           |
| <b>Qual a região/estado/país em que nasceu?</b>   |                    |
| Região Metropolitana de Porto Alegre  | 214 (54,3)         |
| Outras cidades do RS  | 132 (33,5)         |
| Aglomeración Urbana do Litoral Norte  | 34 (8,6)           |
| Cidades fora do estado/país   | 14 (3,6)           |
| <b>Qual a última região/estado/país em que morou?</b>   |                    |
| Região Metropolitana de Porto Alegre  | 276 (70,1)         |
| Outras cidades do RS  | 61 (15,5)          |
| Aglomeración Urbana do Litoral Norte  | 43 (10,9)          |
| Cidades fora do estado/país   | 14 (3,6)           |
| <b>Tempo (em meses) que morou nessa cidade/estado/país?<sup>1</sup></b>                               | <b>393 (243,9)</b> |
| <b>Por que escolheu morar em Imbé?</b>  |                    |
| Tranquilidade e qualidade de vida   | 138 (35,0)         |
| Familiaridade, proximidade de familiares e amigos   | 95 (24,1)          |
| Atrativos naturais e paisagem   | 47 (11,9)          |
| Disponibilidade e baixo custo de moradia  | 46 (11,7)          |
| Oportunidade de trabalho  | 44 (11,2)          |
| Estrutura e serviços  | 6 (1,5)            |
| Outra justificativa   | 18 (4,6)           |
| <b>Qual grupo de atividades são mais atrativas para você em Imbé?</b>                                 |                    |
| Descanso, atividades tranquilas e com pouca interação social fora do seu círculo familiar e de amigos | 311 (78,9)         |
| Não tenho preferência   | 47 (11,9)          |
| Agitação, festas, shows, experiências de interação com novos grupos e pessoas                         | 36 (9,1)           |

Legenda: <sup>1</sup>Média (desvio-padrão). Observação: Correspondente às respostas dos itens do Bloco I do questionário aplicado (Apêndice A).

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

## E2 – Avaliação de afirmativas/ negativas dos agrupamentos de dimensões territoriais do inquérito “Como você vê o turismo em Imbé?”

Tabela 8 – Ambiente e recursos básicos

| Até que ponto você concorda ou discorda de cada uma das seguintes afirmações   | Discordo totalmente (%) | Discordo parcialmente (%) | Não quero opinar (%) | Concordo parcialmente (%) | Concordo totalmente (%) |
|--|-------------------------|---------------------------|----------------------|---------------------------|-------------------------|
| <b>ASPECTOS POSITIVOS</b>  |                         |                           |                      |                           |                         |
| 26. O tipo de turismo praticado em Imbé incentiva a preservação do ambiente e evita danos à natureza.  | 34,8                    | 11,7                      | 4,3                  | 16,7                      | 32,5                    |
| <b>ASPECTOS NEGATIVOS</b>  |                         |                           |                      |                           |                         |
| 27. O turismo aumenta o acúmulo de lixo, a poluição sonora e atmosférica nas áreas de uso público.   | 6,4                     | 3,8                       | 1,0                  | 8,1                       | 80,7                    |
| 36. O turismo prejudica o fornecimento regular de serviços básicos para os moradores (água potável, energia elétrica, sinal de telefonia e internet, facilidades sanitárias etc.). | 30,7                    | 5,3                       | 1,3                  | 16,0                      | 46,7                    |

Observação: A numeração das afirmativas/ negativas corresponde a numeração dos itens do Bloco III do questionário aplicado (Apêndice A).

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Tabela 9 – Cultura, educação e lazer

| Até que ponto você concorda ou discorda de cada uma das seguintes afirmações                                      | Discordo totalmente (%) | Discordo parcialmente (%) | Não quero opinar (%) | Concordo parcialmente (%) | Concordo totalmente (%) |
|---|-------------------------|---------------------------|----------------------|---------------------------|-------------------------|
| <b>ASPECTOS POSITIVOS</b>   |                         |                           |                      |                           |                         |
| 22. Para melhorar o turismo é preciso criar oportunidades de educação e profissionalização.                       | 2,5                     | 1,1                       | 3,3                  | 5,3                       | 87,8                    |
| 23. Os empreendimentos turísticos valorizam e ajudam a preservar as tradições daqui.                              | 18,3                    | 5,1                       | 6,8                  | 17,5                      | 52,3                    |
| 25. O turismo cria oportunidades de lazer, entretenimento e atividades culturais também para a população de Imbé. | 8,9                     | 3,5                       | 3,3                  | 11,7                      | 72,6                    |

Observação: A numeração das afirmativas/ negativas corresponde a numeração dos itens do Bloco III do questionário aplicado (Apêndice A).

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Tabela 10 – Economia e trabalho

| Até que ponto você concorda ou discorda de cada uma das seguintes afirmações   | Discordo totalmente (%) | Discordo parcialmente (%) | Não quero opinar (%) | Concordo parcialmente (%) | Concordo totalmente (%) |
|--|-------------------------|---------------------------|----------------------|---------------------------|-------------------------|
| <b>ASPECTOS POSITIVOS</b>  |                         |                           |                      |                           |                         |
| 19. O turismo atrai investimentos e faz circular impostos que beneficiam a economia de Imbé.   | 2,0                     | 1,8                       | 2,3                  | 4,6                       | 89,3                    |
| 20. O turismo cria empregos para as pessoas de Imbé.   | 2,8                     | 1,5                       | 0,8                  | 7,1                       | 87,8                    |
| 21. O turismo aumenta o meu acesso ao emprego e a minha renda.   | 52,8                    | 0,8                       | 3,8                  | 4,8                       | 37,8                    |
| <b>ASPECTOS NEGATIVOS</b>  |                         |                           |                      |                           |                         |
| 31. O turismo não vem sendo capaz de gerar postos de trabalho permanentes para as pessoas de Imbé.   | 27,9                    | 6,6                       | 4,6                  | 16,2                      | 44,7                    |
| 33. Os preços praticados para turistas contribuem para carestia de alimentos e produtos básicos à venda para os moradores (roupas, sapatos, material de construção, combustíveis). | 22,3                    | 4,3                       | 1,1                  | 12,4                      | 59,9                    |
| 39. O vulto de recursos públicos destinados aos eventos/ empreendimentos destinados ao incremento do turismo é suficiente para que haja retorno para Imbé e sua população.         | 24,6                    | 16,5                      | 18,5                 | 12,2                      | 28,2                    |

Observação: A numeração das afirmativas/ negativas corresponde a numeração dos itens do Bloco III do questionário aplicado (Apêndice A).

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Tabela 11 – Espaço de vida e sociabilidade

| Até que ponto você concorda ou discorda de cada uma das seguintes afirmações   | Discordo totalmente (%) | Discordo parcialmente (%) | Não quero opinar (%) | Concordo parcialmente (%) | Concordo totalmente (%) |
|--|-------------------------|---------------------------|----------------------|---------------------------|-------------------------|
| <b>ASPECTOS POSITIVOS</b>  |                         |                           |                      |                           |                         |
| 18. O turismo movimentava e alegria a rotina de vida da população de Imbé.   | 5,3                     | 1,8                       | 0,8                  | 9,6                       | 82,5                    |
| 24. Os visitantes são respeitosos com os habitantes locais e seu modo de vida.   | 23,1                    | 11,4                      | 1,5                  | 25,7                      | 38,3                    |
| <b>ASPECTOS NEGATIVOS</b>  |                         |                           |                      |                           |                         |
| 30. O turismo contribui para reduzir a qualidade de vida dos moradores de Imbé.  | 59,1                    | 8,4                       | 3,3                  | 9,4                       | 19,8                    |
| 34. A presença de visitantes inibe o uso da praia, do mar, rios, lagoas e das praças pela população local.   | 64,5                    | 7,1                       | 3,6                  | 10,1                      | 14,7                    |
| 40. Na sua observação, na maioria dos estabelecimentos de Imbé os turistas e moradores sofrem discriminação por classe social, etnia, opção sexual/ gênero ou outros estereótipos. | 66,8                    | 7,9                       | 3,3                  | 9,6                       | 12,4                    |

Observação: A numeração das afirmativas/ negativas corresponde a numeração dos itens do Bloco III do questionário aplicado (Apêndice A).

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Tabela 12 – Mobilidade urbana e transporte

| Até que ponto você concorda ou discorda de cada uma das seguintes afirmações  | Discordo totalmente (%) | Discordo parcialmente (%) | Não quero opinar (%) | Concordo parcialmente (%) | Concordo totalmente (%) |
|---|-------------------------|---------------------------|----------------------|---------------------------|-------------------------|
| <b>ASPECTOS POSITIVOS</b>   |                         |                           |                      |                           |                         |
| 28. Os principais investimentos em infraestrutura e manutenção das vias de trânsito em Imbé são realizados em função do turismo.  | 21,3                    | 12,4                      | 2,6                  | 16,5                      | 47,2                    |
| <b>ASPECTOS NEGATIVOS</b>   |                         |                           |                      |                           |                         |
| 37. Com o aumento de veículos particulares em trânsito pelas vias urbanas e estradas que cruzam Imbé é preciso criar soluções viárias e de transporte para evitar os engarrafamentos e sinistros. | 5,6                     | 1,5                       | 1,0                  | 9,4                       | 82,5                    |

Observação: A numeração das afirmativas/ negativas corresponde a numeração dos itens do Bloco III do questionário aplicado (Apêndice A).

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Tabela 13 – Segurança, habitação e serviço

| Até que ponto você concorda ou discorda de cada uma das seguintes afirmações  | Discordo totalmente (%) | Discordo parcialmente (%) | Não quero opinar (%) | Concordo parcialmente (%) | Concordo totalmente (%) |
|---|-------------------------|---------------------------|----------------------|---------------------------|-------------------------|
| <b>ASPECTOS NEGATIVOS</b>   |                         |                           |                      |                           |                         |
| 29. O número de turistas de Imbé vem reduzindo devido ao aumento da insegurança e criminalidade.  | 62,7                    | 9,9                       | 6,3                  | 7,6                       | 13,5                    |
| 32. O turismo dificulta as oportunidades da população local para encontrar moradia.   | 44,2                    | 7,4                       | 4,0                  | 10,9                      | 33,5                    |
| 35. A presença de visitantes prejudica a qualidade do atendimento aos residentes em estabelecimentos comerciais locais, agências bancárias e estabelecimentos de saúde. | 29,4                    | 6,3                       | 2,3                  | 16,8                      | 45,2                    |
| 38. Faltam opções, diversidade e qualidade em serviços voltados para o turismo em Imbé.   | 20,8                    | 4,0                       | 10,2                 | 10,2                      | 54,8                    |

Observação: A numeração das afirmativas/ negativas corresponde a numeração dos itens do Bloco III do questionário aplicado (Apêndice A).

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.



# 2019 Yukon Resident Perceptions of Tourism Survey

Department of Tourism and Culture

To what extent to you agree or disagree with each of the following statements for tourism in



Yukon:

|    |   | <b>Strongly disagree</b> | <b>Disagree</b> | <b>Neither agree nor disagree</b> | <b>Agree</b> | <b>Strongly agree</b> | <b>Don't know/<br/>not sure</b> |
|----|---|--------------------------|-----------------|-----------------------------------|--------------|-----------------------|---------------------------------|
| 1  | Tourism is good for the Yukon overall   | 0                        | 0               | 0                                 | 0            | 0                     | 0                               |
| 2  | Tourism is good for my community  | 0                        | 0               | 0                                 | 0            | 0                     | 0                               |
| 3  | I personally benefit from tourism   | 0                        | 0               | 0                                 | 0            | 0                     | 0                               |
| 4  | Tourism benefits Yukon's economy  | 0                        | 0               | 0                                 | 0            | 0                     | 0                               |
| 5  | Tourism creates jobs for people in my community   | 0                        | 0               | 0                                 | 0            | 0                     | 0                               |
| 6  | Tourism benefits my community's economy   | 0                        | 0               | 0                                 | 0            | 0                     | 0                               |
| 7  | Tourism contributes positively to the quality of life of Yukoners   | 0                        | 0               | 0                                 | 0            | 0                     | 0                               |
| 8  | Tourism makes it hard for Yukoners to enjoy local attractions   | 0                        | 0               | 0                                 | 0            | 0                     | 0                               |
| 9  | Tourism helps preserve and celebrate culture  | 0                        | 0               | 0                                 | 0            | 0                     | 0                               |
| 10 | Tourism has a negative impact on Yukon's natural resources (e.g. hunting, fishing, gathering and water resources) | 0                        | 0               | 0                                 | 0            | 0                     | 0                               |
| 11 | Visitors make it hard for Yukoners to enjoy wilderness  | 0                        | 0               | 0                                 | 0            | 0                     | 0                               |
| 12 | Tourism causes damage to Yukon's environment  | 0                        | 0               | 0                                 | 0            | 0                     | 0                               |
| 13 | Tourism makes it hard to find housing   | 0                        | 0               | 0                                 | 0            | 0                     | 0                               |
| 14 | Visitor traffic negatively affects travel on Yukon highways and in communities                                    | 0                        | 0               | 0                                 | 0            | 0                     | 0                               |



Thinking about the next 10 years, do you want to see more, less, or a similar amount of tourism?

|    |                            | Less                  | Similar               | More                  | Don't know/ not sure  |
|----|----------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 15 | In your community          | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 16 | In the Yukon overall       | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 17 | In the Yukon in the summer | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 18 | In the Yukon in the winter | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

19. What are your main concerns regarding tourism in your community? *(Check all that apply)*

- Tourism negatively impacts the quality of life of Yukoners
- Tourism makes it hard for Yukoners to enjoy local attractions
- Tourism hinders preserving and celebrating culture
- Visitors are not engaged in local culture
- Tourism has a negative impact on Yukon's natural resources (e.g. hunting, fishing, gathering and water resources)
- Visitors make it hard for Yukoners to enjoy wilderness
- Tourism causes damage to Yukon's environment
- Tourism makes it hard to find housing
- Visitor traffic negatively affects local's travel on Yukon highways
- Other (please specify): \_\_\_\_\_
- No concerns

20. What are the main benefits of tourism in your community? *(Check all that apply)*

- Tourism is good for the Yukon overall
- Tourism is good for my community
- I personally benefit from tourism
- Tourism benefits Yukon's economy
- Tourism creates jobs for people in my community
- Tourism benefits my community's economy
- Tourism contributes positively to the quality of life of Yukoners
- Tourism makes it easier for Yukoners to enjoy local attractions
- Tourism helps preserve and celebrate culture
- Visitors are engaged in local culture
- Visitors make it easier for Yukoners to enjoy wilderness
- Other (please specify): \_\_\_\_\_
- No benefits

21. Are you employed in the tourism sector?

- Yes
- No
- Don't know/refuse.